

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**CRIANÇA XETÁ:
DAS MEMÓRIAS DA INFÂNCIA À RESISTÊNCIA DE UM POVO**

MARIA ANGELITA DA SILVA

**MARINGÁ
2013**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**CRIANÇA XETÁ:
DAS MEMÓRIAS DA INFÂNCIA À RESISTÊNCIA DE UM POVO**

Dissertação apresentada por MARIA ANGELITA DA SILVA, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.
Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientadora:
Prof^a. Dr^a.: VERÔNICA REGINA MÜLLER

MARINGÁ
2013

MARIA ANGELITA DA SILVA

**CRIANÇA XETÁ:
DAS MEMÓRIAS DA INFÂNCIA À RESISTÊNCIA DE UM POVO**

BANCA EXAMINADORA

**Prof^a Dr^a. Verônica Regina Müller - UEM
(Orientadora)**

Prof^a Dr^a. Rosangela Célia Faustino – UEM

Prof. Dr. Adriano Rodrigues Ruiz – UNESP – Presidente Prudente

Maringá, 22 de março de 2012.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos e a todas que lutam a cada dia por um mundo mais justo e solidário. Que não ignoram as adversidades e inúmeros problemas presentes na realidade, mas que resistem e buscam alternativas para a construção de um mundo melhor para todos.

AGRADECIMENTOS

Um ditado africano diz que “é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”. Portanto devo a muitas pessoas e situações os ensinamentos e conhecimentos que me fizeram saber. Na minha meninice intelectual encontrei grandes parceiros e parceiras que muito contribuíram para tal empreendimento.

Às populações tradicionais do Paraná – Guarani, Kaingang, mas, sobretudo ao Povo Xetá: suas crianças, jovens, adolescentes, anciãs, anciãos. Gente valente, povo que resiste à invisibilidade e hostilidade com criatividade e coragem.

Aos parceiros teóricos – Santos, Freire, Bauman e Foucault, mas também Bourdieu, Müller, Chauí, Arruda, Fernandes, Tomás, Sarmento, Warat, Galeano, Marx, Laplantine, Laraia, Nunes, Levi Straus, Silva, Mota, Faustino entre outros - que traduziam a solidão dos momentos de leituras e reflexões em aventura, descobertas, indignação, alegrias e esperanças.

Aos companheiros e companheiras da Tulha: Paulo, Eliana, Adriana, Sonia, Carla, Susan, Rita de Cássia, Maira, Luciana, Simone, Yuri, Jefferson, Vanessa, Mariana, Keros, Aluizio, Marcela, Brenda. Tisciane que com sua generosidade conseguiu uma cópia da tese de Carmem Lúcia Silva em Brasília para eu estudar.

Aos professores e professoras das disciplinas do mestrado: Dr. Fabiano, Dr.^a Maria Terezinha, Dr.^a Elma e A Dr.^a Amélia. Ao Hugo, Márcia e demais funcionários do PPE.

Aos amigos e amigas do PCA: Alexandre, João Paulo, Antena, Taluanna, Carolina, Cássia, Layla, Lara, Rangel, Mariana, Keli, Luisa, Fabiana, Renata, Rosely, Paula, Patrícia, Louizy, Marilze, Daniele, Marcelo, Andresa e especialmente Samara que me auxiliou com sua valiosa ajuda e motivação, nunca me esquecerei daquela noite chuvosa.

Às autoridades e instituições pelo enorme aprendizado e desilusões também, afinal, tudo pode ser aprendizagem.

Aos amigos e irmãos, irmãs Maristela, Wagner, Adah, Maria José e Marcelo.

Ao Prof. Dr. Adriano Ruiz por sua contribuição impecável e rigorosa...

Ao Ben Powless, um Mohawk de seis nações em Ottawa, estudante dos Direitos Humanos, Estudos Indígenas e Ambiental da Universidade de Carleton em Ottawa, repórter e ativista cosmopolita que me ensinou muito sobre ética indígena.

Ao Odair, amigo fiel que sempre acreditou em mim, mesmo quando eu não acreditava.

À Tania e sua linda família pelo acolhimento generoso e conversas gratificantes ao longo o caminho percorrido.

À professora Dr.^a Rosangela e ao professor Dr. Lúcio por terem sido aqueles que primeiro chamaram a minha atenção ao tema indianista, ainda na graduação.

À professora Dr.^a Verônica, artista generosa, que me ensinou o rigor da esperança, me orientando com delicadeza sobre a responsabilidade de saber. Não daria para expressar com palavras a gratidão pelo quanto você me colocou nos trilhos do conhecimento, prefiro o silêncio desajeitado de minhas reflexões amparadas por ti. E que coisas boas sempre ocorram com você e seus sonhos de um mundo novinho, construído com a participação social daqueles que aprenderam a pensar, sonhar, imaginar, suspeitar, interferir, realizar, concretizar.

Às crianças e adolescentes do Projeto Brincadeiras, sempre generosos, criativos, inteligentes: “Eu vou me salvar, mas volto para te buscar!”

Ao Redy, conselheiro amigo, o quanto aprendi com você, sua generosidade intelectual trouxe novidade ao meu exercício de pensar e fazer relações.

Ao Anísio, meu pai, atento leitor de tudo que eu escrevia; minha mãe paciente com tantos livros e materiais pela casa, mesa da sala de jantar, ouvinte delicada. Ao Pedro e Lucas que tanto souberam traduzir o que era difícil entender: o isolamento intelectual da mãe. Mas que em muitos momentos me encorajaram a não desistir e seguir em frente!

Finalmente a Deus, maravilhoso Deus que reuniu todas essas pessoas e situações, como aldeia, para esse aprendizado: difícil mensurar, fácil de comprovar - minha profunda gratidão.

"A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar".

Eduardo Galeano

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ONU	Organização das Nações Unidas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
SI	Sociologia da Infância
PR	Paraná
SC	Santa Catarina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
PCA	Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ATI	Academia da Terceira Idade
LAEE	Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história - UEM
LALI	Laboratório de Línguas Indígenas – IL/UnB
UnB	Universidade de Brasília
MEC	Ministério da Educação
SEED/PR	Secretaria Estadual de Educação do estado do Paraná
COPEP	Comitê Permanente de Ética em Pesquisa
DEAN	Departamento de Antropologia
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
MAEP	Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFPR	Universidade Federal do Paraná
SPI	Serviço de Proteção ao Índio

PPE	Programa de Pós-Graduação em Educação/UEM
CPC	Coordenadoria de Projetos e Convênios
CCH	Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte
TI	Terra Indígena
SRP	Sindicato Ruralista Patronal
MPF	Ministério Público Federal
MPE	Ministério Público Estadual
MAE	Museu de Arqueologia e Etnografia
EESPI	Encontro de Educação Superior Indígena no Paraná
CAIK	Conselho de Articulação Indígena Kaingang/Região Sul
ARPINSUL	Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul
FCC	Fundação Cultural de Curitiba
CNE	Conselho Nacional de Educação
CEB	Câmara de Educação Básica

**LISTA DAS CRIANÇAS SOBREVIVENTES XETÁ APÓS O MASSACRE DE
1948/1949 A 1976¹**

1. Maria Rosa Brasil Tiguá (Iratxameway) - Douradina PR
2. Tikuein Mã (falecido em 2005) - Terra Indígena de São Jerônimo/ São Jerônimo da Serra - PR
3. Tucanambá José Paraná (o Tuca, falecido em 2008) - Curitiba - PR
4. ã ou Maria Rosa Padilha - Terra Indígena de Rio D'Areia - PR
5. Rondon Xetá - Terra Indígena de Chapecó - SC
6. Tiqüein Xetá - Catuporanga - PR
7. Kuein - Terra Indígena Marrecas - PR.
8. Tiguá (Eirakã) - São Bernardo do Campo - SP.

¹ Fatos relatados por Silva (1998, p.02)

LISTA DOS RELATÓRIOS DE VIAGENS E EVENTOS

- 1.** Relatório da III Oficina de Revitalização da Cultura e Língua Xetá – LAEE – 24 a 26 de agosto de 2010.
- 2.** Relatório da I viagem a Umuarama PR – 05 a 06 de maio de 2011.
- 3.** Relatório da II viagem a Umuarama PR – 14 de junho de 2011.
- 4.** Relatório de viagem a Curitiba PR – 15 a 16 de julho de 2011.
- 5.** Relatório de viagem a Terra indígena de São Jerônimo PR – 01 de agosto de 2011 e III viagem a Umuarama PR – 18 de agosto de 2011.
- 6.** Relatório de viagem a Terra indígena de Rio D' Areia PR – 07 de setembro de 2011.
- 7.** Relatório do III EESIP – UFPR – Matinhos PR 14 a 16 de setembro de 2011.
- 8.** Relatório da IX Semana da Criança Cidadã – Gênero, Etnias e Cinema – PCA Maringá PR – 23 a 27 de setembro de 2011.
- 9.** Relatório da IV Oficina de Revitalização da Cultura e Língua Xetá – LAEE – 23 a 25 de setembro de 2011.
- 10.** Relatório da Rio + 20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio de Janeiro RJ – 17 a 18 de junho de 2012.
- 11.** Relatório de viagem a Fênix e Porto Ubá – Movimento Pró Ivaí Piquiri PR - 07 de julho de 2012.
- 12.** Relatório do FPEDER - IX Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Paraná. Maringá PR – 25 a 27 de julho de 2012.

- 13.** Relatório de viagem a São João do Ivaí e Itambé PR – 22 de setembro de 2012 e Viagem a Terra Indígena de São Jerônimo – 23 de setembro de 2012.

SILVA, Maria Angelita. **CRIANÇA XETÁ: DAS MEMÓRIAS DA INFÂNCIA À RESISTÊNCIA DE UM POVO.** 247 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Verônica Regina Müller. Maringá, 2013.

RESUMO

Essa dissertação pretende apresentar uma investigação sobre a criança Xetá. A invisibilidade social e formal desse povo, portanto, também de suas crianças, motivou, por um lado, o registro das manifestações que servirão de memória histórica para futuros trabalhos e intervenções e por outro lado, a reflexão acadêmica sobre quem é a criança nessa cultura quase extinta. A pesquisa científica foi realizada tradicionalmente, buscando fontes primárias, secundárias e outras eventuais informações. Contudo, sua apresentação não é convencional, e essa opção se justifica porque no decorrer da busca fomos construindo parte da história política atual da Cultura Xetá que precisava ser registrada. Os resultados apontam para caracterizações diferentes da infância Xetá em tempos diferentes. Estes variam entre um *antes* da década de 1940 do século XX e um *depois*. Neste depois há pelo menos dois tempos: a) o que se encontra entre a década de 1948/1949 (período da ‘ febre do café’) e 1998/2003 marcado pela dissertação e tese de Carmen Silva e b) o que vem depois da dissertação/tese até hoje. Em todos eles, a cultura da infância é determinante para o contexto geral da etnia. Além disso, a condição principal para que as crianças Xetás da atualidade sejam mais valorizadas é que seu povo conquiste o território que lhe é de direito. Há vários mecanismos que retratam poderes estruturais e funcionais do sistema capitalista e neoliberal que vêm impedindo essa ação, mas há brechas de ocupação possível a partir da iniciativa particular de pessoas em diversas posições sociais, das instituições e do próprio povo Xetá que comprovam um movimento favorável à sua causa, apesar do sistema. Fazem-se necessárias ações de conscientização e organização política do povo Xetá.

Palavras-chave: Criança Xetá; Memória da Infância; Resistência Cultural; Cultura Política.

SILVA, Maria Angelita. **CHILD Xeta: Childhood Memories resistance of a People.** 246 f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Verônica Regina Müller. Maringá, 2013.

ABSTRACT

This dissertation aims at presenting an investigation about the Xetá childhood. The social and legal *unvisibility* of this people - and therefore of their children, has motivated, at one hand, the register of their cultural manifestations, which might be used as material for future research about their history and on the other hand has focused academic attention to the identification of who is the children of this almost vanished culture. The scientific research was done in a traditional form, searching for primary and secondary sources of information, as well as other data available. Its presentation, in contrast, is not conventional and it is so because in my search for information, part of the current political trends of the Xetá Culture that had to be registered and was therefore, documented. The results point out for different representations of the Xetá childhood, depending of the time of this perceptions. This varies from one before the 1940s of the twentieth century and after. This after at least two times: a) what is between the late 1948/1949 (period of 'fever of coffee') and 1998/2003 marked the dissertation and thesis Carmen Silva b) what comes after the dissertation / thesis today. In all of them, childhood culture is paramount of the context in which Xetá culture is involved. In addition to that, the main reason for the current importance given to the Xetá children is the struggle to reconquer their traditional territory. There are several mechanisms that reflect structural and functional powers of Capitalism and Neoliberalism, which obstruct this objective. But there is also perspective of success due to initiatives of different individuals, institutions and the Xetá people themselves, which demonstrates the existence of a movement that supports their quest, in spite of the system. Actions to improve the consciousness and political organization of the Xetá people are still necessary.

Key words: Xeta Children, Childhood memories, cultural resistance, political culture

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
 2 APROXIMAÇÃO AOS XETÁ: REGISTROS DO CAMINHO PERCORRIDO - PARTE I	 24
2.1 UM ÍNDIO: A CRIANÇA E A SEMÂNTICA.....	24
2.2 A SURPRESA DE UM ENCONTRO	25
2.3 AS PRIMEIRAS REFLEXÕES: OS ÍNDIOS MISTURADOS E O NOVO ÍNDIO	32
2.4 OS REGISTROS DE VIAGENS E EVENTOS.....	34
 3 A CRIANÇA XETÁ	 82
3.1 PRESSUPOSTOS CONCEITUAIS	82
3.2 O BRINCAR XETÁ: CARACTERÍSTICAS E SIGNIFICADOS.....	85
3.3 DE CRIANÇA A HOMEM E MULHER	94
3.4 AS CRIANÇAS XETÁ PARA O ADULTO	98
 4 APROXIMAÇÃO AOS XETÁ: REGISTROS DO CAMINHO PERCORRIDO - PARTE II	 100
4.1 PODERES	100
4.2 OS REGISTROS DE VIAGENS E EVENTOS.....	102
 5 A MODO DE CONCLUSÃO: XETÁ, CRIANÇAS E DESCENDENTES: UM POVO VIVO DO PARANÁ.....	 126
 REFERÊNCIAS	 132
 ANEXOS	 138

1 INTRODUÇÃO

O tema desta investigação é a Cultura Xetá, mais especificamente suas crianças. A invisibilidade social e formal dessa etnia motivou, por um lado, o registro inédito das manifestações que servirão de memória histórica para futuros trabalhos e intervenções; e por outro, a reflexão acadêmica sobre quem é essa criança em uma cultura quase extinta.

A opção foi realizar o trabalho científico tradicionalmente, buscando fontes primárias, secundárias e também o material que produziu eventuais informações. Contudo, sua apresentação não é tradicional, e essa opção se justifica porque no decorrer da busca fomos construindo parte da história política atual da Cultura Xetá que precisava ser registrada.

Nesse sentido, esta dissertação se converte em um documento para a história da Cultura Xetá, o que justifica a constância de relatórios inteiros que contam o processo de aprofundamento das relações entre pesquisadoras e os sujeitos da Cultura Xetá, neste tempo e neste espaço específico do noroeste do Paraná. A presença de grande número de anexos (muitos materiais dos anexos são de difícil acesso e assim esta dissertação se converte em mais uma possibilidade de encontro de registros históricos Xetá) vem ao encontro do mesmo objetivo. Este é também um trabalho que pretende – no desdobramento da realidade cultural Xetá – identificar o papel da criança, e para tanto lança mão de teorias sociológicas e antropológicas para análise das características identificadas. Inclusive quanto à infância especificamente, o trabalho significa registro histórico, porque o material constante em dissertações e teses até então existentes trata da realidade Xetá até 2003.

O interesse dessa pesquisa focou-se na investigação da cultura da infância Xetá como uma realidade em que se expressa a prerrogativa de que *a criança constrói história e cultura*. Como nos confirma Arruda (2011):

As crianças são atores sociais competentes para falar sobre suas vidas e que merecem ser estudadas a partir de si próprias (CORSARO, 2005; 2011; SARMENTO, 2005; FERREIRA, 2003; ALDERSON, 2005; CHRISTENSEN; JAMES, 2005; SOARES, 2005; 2006; TOMÁS, 2006; MÜLLER, 2007, dentre outros), o que não significa deixar de levar em consideração o contexto social, político, cultural e econômico no qual a criança está inserida (ARRUDA, 2011, p.24).

A antropologia, no que se refere ao estudo sobre a infância indígena, denota a deficiência de estudos sobre crianças com esse enfoque. Silva, Macedo e Nunes (2002)

indicam que as informações sobre o universo dessas crianças são raras na bibliografia antropológica brasileira, quase sempre relacionada aos rituais de iniciação à vida adulta e à educação escolar indígena. Arruda (2011), por sua vez, afirma que muitos trabalhos sobre infância são subsidiados somente por adultos, parecendo confirmar as afirmações de pesquisadores da Sociologia da infância da atualidade, quando afirmam que o conhecimento acadêmico e mesmo o senso comum convive com uma concepção de que crianças são incapazes de opinar e falar de suas vidas, ou, que o que dizem não merece importância. Na contramão dessa afirmação, pretendemos uma reflexão onde a escuta das memórias do adulto de quando era criança, seja a base que nos leva a compreender a infância e a cultura Xetá e ato contínuo, nos encaminhe para além das denúncias, à intervenção.

Na investigação caminhamos para a interlocução com diferentes áreas do conhecimento, como a Sociologia, Antropologia e a História, para facilitar a compreensão da problemática pesquisada. Dentre os autores que se destacam neste estudo, temos, no campo da infância, os pesquisadores da Sociologia da Infância: Manuel J. Sarmento, Catarina A. Tomás, Natália F. Soares; e no Brasil: Müller (2007), Borba (2005), dentre outros. No campo da Sociologia os autores que nos fundamentam são: Boaventura S. Santos, Zygmunt Bauman e Antonio Gramsci. Já na área da Antropologia buscamos subsídios teóricos em Boas F, Laraia R., Laplantine F. e Silva, Macedo e Nunes. Paulo Freire – pedagogo e filósofo – está na base ética que fortalece a concepção de respeito às pessoas e de responsabilidade de intervenção no mundo.

No que tange especificamente a cultura indígena e Xetá foram de fundamental importância autores como José Loureiro Fernandes, Vladmir Kozák, Aryon Rodrigues e Carmem Lúcia da Silva, além de Rosângela Célia Faustino e Lúcio Tadeu Mota.

O enfoque desta pesquisa está ancorado na democracia participativa, baseada na defesa dos direitos humanos, em especial, os infante-juvenis. Segundo a legislação brasileira, as crianças são sujeitos de direito em situação peculiar de desenvolvimento e prioridade absoluta (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988; ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 1990). Nesse sentido, à criança Xetá, brasileira por suposto, recaem implicações que merecem desvelo.

De acordo com Müller *et. al.* (2007), conhecendo mais sobre as crianças, podemos entender melhor os seus mundos e trazer mais elementos teóricos para intervir com elas nas práticas para um mundo mais justo e solidário. No contexto de nossas reflexões e ações, Tomás (2006, p.14) afirma que:

Assistimos ao final do século XX e princípio do século XXI a uma crise mundial e à emergência e desenvolvimentos simbólicos a favor de populações excluídas, como é o caso das crianças. Este apelo acabou por se institucionalizar através de práticas globais, nomeadamente a defesa de seus direitos que tal como a de direitos das mulheres, direitos das vítimas e direitos humanos em geral tem tipicamente associado a políticas progressivas preocupadas com a luta contra a opressão e a desigualdade e a ideais de esperança, no sentido em que Bloch (1993) defende a utopia como a próxima realidade, ou seja, a necessária e contínua prospecção de esperança no sentido de garantir e promover os direitos das crianças. Agora mais do que nunca não se trata apenas do direito, mas do dever de construir e realizar a utopia, mesmo que seja a única coisa que nos resta fazer.

Muitos discursos infantis estão repletos de referência simbólica social, nos quais o adulto “bem sucedido” é o padrão. Crianças, quando provocadas a comunicarem suas ideias sobre quem as ensinam, por exemplo, elencam adultos como os aptos a ensinar; aliás, almejam ser adultas para terem voz, especialmente adolescentes que começam um exercício de autonomia intelectual na observação da vida social (RELATÓRIOS PROJETO BRINCADEIRAS, 1997-2012) Segundo Sarmiento,

A infância é especialmente prejudicada entre todos os grupos e categorias sociais excluídas, quer pela relativa invisibilidade face às políticas públicas e aos seus efeitos, quer por que é geralmente excluída do processo de decisão na vida coletiva. (SARMENTO, 2007, p. 183)

A invisibilidade a que nos referimos faz uma crítica ao modelo de racionalidade vigente nos últimos séculos (TOMÁS, p.55, 2006) e encontra em Santos (2003d, p.737-740) sua concretude quando a denomina razão indolente³, Santos (2003) propõe a razão cosmopolita como resposta a essa racionalidade, uma racionalidade cosmopolita que, nesta fase de transição, terá de seguir a trajetória de “expandir o presente - sociologia das ausências⁴ e contrair o futuro - sociologia das emergências⁵”.

² O Projeto Brincadeiras é um projeto de extensão do Departamento de Educação Física, em atividade desde 1997, que tem o objetivo geral de oferecer aos meninos e meninas em situação de rua de Maringá e Região, a oportunidade de brincar de forma orientada. Estão envolvidos no Projeto, acadêmicos de outros cursos, como de Psicologia, Pedagogia, Direito e Filosofia. Informação disponível em: <<http://www.pca.uem.br>>. Acesso em: 23/01/2012.

³ Para o autor a razão indolente ocorre em quatro formas: razão impotente, razão arrogante, razão metonímica e razão proléptica. Sobre esse assunto cf. Santos (2003d).

⁴ A sociologia das ausências (consciência cosmopolita A sociologia das ausências (consciência cosmopolita; campo das experiências sociais): Trata-se de uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não-credível ao que não existe. Tenta-se criar “as condições para ampliar o campo as experiências credíveis neste mundo e neste tempo e, por essa razão, contribui para ampliar o mundo e dilatar o presente” (SANTOS, 2003d, p.743-746). A multiplicação e diversificação de experiências possíveis e disponíveis (conhecimentos e agentes), “ocorre pela via da ecologia dos saberes, dos tempos, das diferenças, das escalas e das produções” (SANTOS, 2003d, p.755).

A sociologia das ausências como destaca Santos (2003) apresenta-se como uma formulação argumentativa de valor teórico como exercício de reflexão na práxis da denúncia e do anúncio (FREIRE, 1982). A questão da existência relacionada à invisibilidade ética, cultural e infantil, na abordagem que pretendemos adotar, torna-se um conceito chave no campo da sociologia da infância como nos apresenta Borba (2005): “revelar a criança na sua positividade, como ser ativo, situado no tempo e no espaço, nem cópia nem oposto ao adulto, mas sujeito participante, ator e autor na sua relação consigo mesmo, com os outros e com o mundo” (BORBA, 2005, p. 17).

Assim, a indissociável vinculação entre conhecimento histórico, práxis política, luta cultural e formação humana contida no pensamento gramsciano (1982, 1999, 2000, 2002, 2005, 2006, 2011) nos serve de base para a tentativa de entendimento de conflitos culturais e os processos de invisibilidade.

De acordo com nossas reflexões, os conflitos culturais são consequências de subestimação da identidade de um povo ou imposição do medo como recurso para controlar as manifestações culturais – música, artes plásticas, arquitetura, literatura, língua – a fim de conter aquilo que represente a unidade cultural desse povo, nação ou grupo geracional como ameaça ao poder e à ordem estabelecida. Os processos de colonização e as guerras são exemplo disso. A preciosa obra “As Veias Abertas da América Latina” (GALEANO, 2010) – ou o contexto de Auschwitz, na obra “Educação e Emancipação” (ADORNO, 1995) podem servir de ilustração.

Esse recurso se revela, na sua forma mais dramática, no sequestro da subjetividade e da objetividade de um povo, por razões que vão desde questões econômicas, passando por justificativas políticas, culturais ou religiosas. O fenômeno Xetá é parte ilustrativa do contexto histórico capitalista, cujas razões expansionistas estão ligadas às imposições econômicas de criar novos ambientes de comércio (produção e consumo), em última instância, fazerem-se donos de territórios para organizar formas mais elevadas de domínio e poder. O que vem acompanhado pela mentalidade padronizada do que é admissível e desejado na cultura moderna ocidental hegemônica: manda quem pode.

O resultado constantemente se repete: a adequação e a adaptação (chame-se colonização) daqueles que “fracassaram” no combate com o invasor poderoso, implacável e persistente. Conceitos de grandeza ou mediocridade, bravura ou covardia, constituem a

⁵ A sociologia das emergências “é a investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas. Enquanto a sociologia das ausências amplia o presente, juntando ao real existente o que foi subtraído pela razão metonímica, a sociologia das emergências amplia o presente, juntando ao real amplo as possibilidades e expectativas futuras que ele comporta” (SANTOS, 2003d, p.753).

representação cabal dos conflitos ocorridos historicamente, regidos pela cultura. Nesse contexto, frequentemente são encontrados argumentos pautados na cultura para justificar atrocidades. O quase extermínio da sociedade Xetá é um bom exemplo entre tantas manifestações de violência e rechaço ao outro.

Os índios Xetá contatados em 1952 foram extintos – como grupo – na década de 1960, devido ao processo de colonização desenvolvido pela Companhia de Terras Norte do Paraná na região de Umuarama e à demora do Estado em criar uma área que lhes dessa proteção e garantisse sua sobrevivência. Segundo Tommasino (1995, p.53), a última comunidade Xetá, encontrada nos anos de 1950, em 1960 já estava extinta, como consequência da colonização do extremo oeste do Paraná. Atualmente existem 11 ou 12 indivíduos que foram retirados ainda crianças de suas famílias e entregues a brancos, funcionários do SPI – Serviço de Proteção ao Índio e a um missionário. Não lhes permitindo crescerem juntos e estão hoje dispersos pelas reservas ou zona urbana (FAUSTINO, 2006, P.162).

A cultura diferente nessa racionalidade *indolente* (SANTOS, 2003) é marginalizada, justamente por não compor o que Bauman (2009, p.16) identifica como sociedade líquida moderna, “a vida líquida é uma vida de consumo”, portanto, o indivíduo que culturalmente não encontra razão para estabelecer esse consumo organizado sistematicamente, e se situa alheio a ele, já que seu modo de vida (sólido) não corresponde ao modo de vida (líquido). Ele sim é descartado dessa ordem mundial, não por sua “pobreza” ou incapacidade de consumo, mas, para, além disso, por sua forma de existir ser uma afronta e uma ameaça ao padrão estabelecido.

Diante dos princípios teóricos assumidos, da realidade até então conhecida por nós sobre a cultura Xetá e da potencialidade percebida no papel das crianças na história dessa etnia, nos perguntamos: Quem é a criança Xetá?

Para compor o contexto necessário para uma análise crítica do fenômeno investigado, nos fizemos outras perguntas buscando sua história: o que há de história registrada sobre a infância Xetá? Qual era a cultura lúdica daquelas crianças? O que lembram os adultos de hoje sobre a sua infância Xetá?

Já no tempo presente, em busca da constatação da cultura da infância Xetá, nos interessou responder: como vivem as crianças Xetá? O que representa a criança para os Xetá? Quais são as reivindicações deste povo para suas crianças? De que forma se manifestam os poderes dominantes que impedem o cumprimento de seus direitos?

O processo de realização da investigação se caracterizou pela intervenção política das pesquisadoras, à medida que os resultados iam sendo devolvidos aos interessados: índios,

autoridades jurídicas, âmbito acadêmico e população em geral. Esta ação está baseada na concepção de Gramsci sobre o papel do intelectual na construção da cultura, e pautada na ideologia do PCA - Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente, quanto ao compromisso da universidade pública na produção de conhecimento: que seja útil como subsídio para a luta de quem tem seus direitos violados.

Acompanha ainda esta pesquisa qualitativa (TRIVIÑOS, 1986) a concepção teórica da História Nova que apresenta as histórias locais como algo que tem o seu valor e mais que desvelar o passado, procura explicar o presente.

Em consonância com os princípios teórico-metodológicos se pretendia incursões etnográficas no campo, caracterizando este como um “estudo de caso etnográfico” (SARMENTO, 2003). Ancoradas nessa perspectiva é que pretendíamos utilizar como técnica principal a observação participante e as conversas com as crianças e os adultos Xetá.

No entanto, o COPEP - Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UEM – Universidade Estadual de Maringá, exigiu, por se tratar de populações indígenas, o consentimento da FUNAI - Fundação Nacional do Índio para a realização de entrevistas com adultos e crianças Xetá. Por sua vez, a FUNAI regional, em resposta à solicitação, orientou o envio de documentos e solicitação ao órgão, em Brasília.

Os tempos necessários para os trâmites burocráticos foram se tornando longos demais e a pesquisa começou a sofrer as consequências desses desencaminhamentos, restando-nos a providencial alternativa da utilização de material cedido pelo LAEE⁶ - Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história UEM e outros.

O LAEE promove desde 2010 Oficinas de Revitalização da Cultura e Língua Xetá em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Paraná e LALI - Laboratório de Línguas Indígenas – UnB, e a própria população Xetá, reunida desde os primeiros trabalhos desenvolvidos a partir da pesquisadora Carmem Lucia da Silva (1998; 2003) da UFMT e o Museu Paranaense.

Nosso trabalho foi organizado a partir dos cruzamentos das informações obtidas em três Oficinas de Revitalização da Cultura e Língua Xetá (2010 e 2011), da dissertação (1998)

⁶ O Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história da Universidade Estadual de Maringá (PR), instalado em 1997, abriga diversos projetos voltados ao estudo das populações do Brasil meridional e áreas adjacentes, que recobrem as regiões banhadas pela Bacia do Rio da Prata (atuais Mato Grosso do Sul, Oeste de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Uruguai, Paraguai e províncias do Norte da Argentina). Pela sua própria inserção geo-histórica, as populações privilegiadas são as diversas etnias indígenas que povoaram e as que ainda povoam essa região específica da América. Disponível em: <<http://www.cch.uem.br/laee/index.php>>. Acesso em: 29/10/2012.

e tese (2003) de Carmem Lucia Silva e dos estudos anteriores de pesquisadores da UFPR que, na década 1950, desenvolveram excursões ao território tradicional Xetá. Grande parte desse acervo etnográfico, inclusive de cultura material, está guardado no Museu Paranaense da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná – Departamento de antropologia (DEAN) – Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá (MAEP) (ambos da Universidade Federal do Paraná).

Nesse sentido, destacam-se Kozák (1955-1970), Fernandes (1957), Rodrigues (1986) e Silva (1998; 2003) por serem importantes personagens responsáveis pela memória Xetá não ter se apagado da História Paranaense e da Antropologia Brasileira. A Universidade Estadual de Maringá, unindo esforços, por meio de Faustino (2006), Mota (2008) e os pesquisadores de seus grupos têm desenvolvido um reconhecido esforço no sentido de valorizar as culturas indígenas.

Sinopses das seções

A partir da Introdução, o trabalho foi desenvolvido em três Seções e a Conclusão. Na primeira seção apresentamos o caminho percorrido, derivado das experiências da vivência com o povo Xetá, em Oficinas de Revitalização da Cultura e Língua (2010 e 2011) e organização dos eventos sobre a Cultura da Infância Xetá, realizados pelo PCA⁷, na IX Semana da Criança Cidadã em 2011, além de viagens a Umuarama, Terra Indígena de São Jerônimo, Rio d'Areia, à UFPR em Curitiba, museus, bibliotecas e centros culturais, assim como, apresentação em eventos de resultados parciais do trabalho (2011).

A segunda seção refere-se às categorias de análise levantadas a partir dos resultados de campo e nossas releções, estudos, leituras, também da Cultura da Infância Xetá e o trabalho de memória da infância: a criança, a brincadeira e a liberdade; questões relacionada a existência e resistência desse povo, através de suas crianças de ontem, adultos hoje. Das crianças de agora quisemos saber como vivem, como brincam e a relação da memória de seu povo – Memória da Infância Xetá - na construção de sua identidade cultural, suas lutas por Existência.

Em decorrência, a terceira seção aborda poderes que interferem e, às vezes, se apresentam como obstáculos ou facilitadores do contexto histórico atual do povo Xetá. Por

⁷ IX Semana da Criança Cidadã, evento promovido anualmente pelo PCA/UEM.

isso seguimos contando a trajetória do caminho que continuamos a percorrer ao longo da pesquisa em 2012. Eventos e movimentos sociais em que tivemos a chance de vivenciar, a relação dessas participações com o povo Xetá e sua luta por visibilidade e direitos que ao longo de seu processo histórico foram sendo violados sistematicamente.

As viagens realizadas, eventos de pesquisa e intervenção são relatados, buscando uma reflexão da prática a fim de conferir a ela a aplicabilidade de preceitos daqueles parceiros teóricos a quem nos dedicamos. Nesse sentido foram se tornando um exercício constante de análise e crítica para, munidas dessa práxis encontrar os possíveis elementos componentes de alternativas para conquistas do Povo Xetá no contexto brasileiro, capitalista, moderno.

Nos comentários finais, sintetizamos de maneira reflexiva os pontos fundamentais constatados durante a pesquisa.

2 PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES AOS XETÁ: REGISTROS DO CAMINHO PERCORRIDO – PARTE I

2.1 O ÍNDIO: A CRIANÇA E A SEMÂNTICA

“Quem me dera
Ao menos uma vez
Ter de volta todo o ouro
Que entreguei a quem
Conseguiu me convencer
Que era prova de amizade
Se alguém levasse embora
Até o que eu não tinha...
...Nos deram espelhos
E vimos um mundo doente...”

Índios/Renato Russo

Abril de 2010, num colégio elitizado de uma cidade de médio porte no interior do Paraná, numa turma de quarto ano do ensino fundamental, eu⁸ me esforçava em desenvolver um assunto, que junto com a data comemorativa da Páscoa era tema da semana: 19 de Abril – Dia do Índio. Iniciei escrevendo com letras garrafais a palavra ÍNDIO, pois desejava que as crianças fossem dizendo palavras que lhes viessem à mente a partir desse enunciado. Preparara a aula imaginando que as palavras associadas seriam: arco, flecha, oca, rio, cocar, peneira, mata, floresta, natureza, pesca, nudez, tribo, aldeia... E numa atitude lúdica eu apresentaria novos conceitos sobre a cultura indígena, inclusive narrando às crianças que atualmente há índios na universidade e que há pouco havia sido convidada à formatura de uma Guarani formada em Enfermagem e um Kaingang, formado em Direito. Entretanto, para embaraço meu, depois de um longo e estéril silêncio a primeira palavra associada pelas crianças foi: POBRE.

⁸ Convencionamos usar a primeira pessoa do singular nesse caso, pois o conteúdo se refere a experiências vividas anteriores ao início formal da pesquisa.

Durante a semana estava prevista a apresentação de um documentário, no laboratório de informática, entre outras coisas, a carta do cacique Yeha Noha e uma entrevista na qual um líder Yawanawá desabafa sobre o resultado esmagador do contato com os não indígenas. Ele chamava a atenção para o fato da religiosidade de seu povo ser profundamente afetada pela força brutal do rechaço e deslocamento de poder, ou seja, a língua e os rituais de seu povo foram condenados e interpretados como ritos de feitiçaria, um ranço da Idade Média.

Retomando a ideia inicial somada a algumas pistas deixadas pelos documentários, arrisquei narrar a formatura de uma moça Guaraní e um rapaz Kaingang - na UEM - e problematizar sobre os aspectos da vida cotidiana desses povos que estão atualmente inseridos no modo de vida ocidental- todavia são povos de características culturais, lingüísticas, antropológicas distintas da nossa, e que essas diferenças são dotadas de singularidades riquíssimas. E conforme ia narrando minha experiência com povos indígenas, o conceito de pobreza e riqueza ia se redimensionando, e o ÍNDIO foi deixando de ser pobre, sem antena parabólica, jogos eletrônicos, internet, celulares, casas bem equipadas com eletro-eletrônicos, sem roupas, sapatos ou bicicleta, (que, segundo o argumento das crianças em sala de aula era o critério para identificá-los como pobres), para um ÍNDIO que tem outras coisas e também essas, por que não? Era o que me esforçava em apresentar como conceito, naquela tarde de abril.

O impacto com a relação que as crianças tinham com a palavra ÍNDIO, provocou a uma antiga aspiração, a de desenvolver pesquisa com populações indígenas, especialmente a CRIANÇA indígena. Busquei informações sobre um Programa de Estudos de Populações – Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História. Haveria em agosto uma oficina de revitalização da Língua de um povo indígena denominado XETÁ. Na data prevista aconteceu a III Oficina de Produção de Material Xetá do JANÉ REKÓ PORANUHÁ (O contar da nossa existência) do Programa Interinstitucional e Multidisciplinar de Pesquisa sobre o Povo Xetá vinculado a UEM, UFMS, UnB.

2.2 A SURPRESA DE UM ENCONTRO

A Oficina ocorreu na UEM em três dias intensos, de uma beleza ímpar, não dispunha de argumentos ou elementos de análise para interpretar, no entanto a presença do povo Xetá na universidade era a ilustração bem vinda, daquilo que meses antes me esforcei em demonstrar às crianças que definiram o povo indígena na sua negatividade. Havia também

autoridades acadêmicas da temática indígena, me senti incrivelmente honrada de presenciar tudo aquilo.

Havia dois grupos distintos: o corpo técnico (acadêmicos, especialistas) e o Povo Xetá. Tratei de sentar num cantinho da sala, havia três mesas onde o povo se reuniria para tal oficina, ajudei as acadêmicas e pesquisadoras com a exposição da linha do tempo do povo Xetá e me sentei novamente. Lá do outro lado havia uma mesa preenchida por crianças e adolescentes e um senhor mais velho, que mais tarde identifiquei como o Sr. APA.⁹, filho de CON. e Tikuein.



Figura 1 - III Oficina de Produção de Material Xetá, dos dias 24 a 26/08/ 2010.
Fonte: Acervo LAEE

Um garotinho de 11 anos o JAS ficou a me olhar e a sorrir, me senti atraída por aquele sorriso tímido, que abaixava os olhos por vezes em seguida a me olhar de novo. Pedi permissão para me sentar com eles, aceitaram e já me elegeram “secretária” do grupo, responsável pelos registros em papel manilha dos relatos e histórias que seriam narrados. Essa

⁹ Optamos por citar apenas letras iniciais, para proteger os nomes das pessoas, mas ao mesmo tempo, se for o caso, os sujeitos se reconhecerem.

oficina fazia parte de um empreendimento que tinha como meta, registrar a história Xetá em parceria com outras instituições a fim de revitalizar a cultura e a língua Xetá.

Sr. APA queria ir para outro grupo, já que ali só tinha crianças e adolescentes, mas eles insistiram que ficasse e contasse as histórias, sugeriram que eu me aproximasse dele para melhor registrar.



Figura 2 - S.APA à esquerda de boné, enteado de Tikuein, um dos oito sobreviventes Xetá na década de 50.
Fonte: Acervo LAEE.

A maioria deles era da Silva, a não ser alguns Cândidos da Silva que eram, além de descendência Xetá, descendentes de Kaingang.

Para tentar estabelecer a relação optei por “misturar-me”, para construir uma relação horizontalizada. Pude perceber que minhas observações empíricas eram desprovidas de qualquer método reconhecido como cientificamente sistematizado. Todavia, segundo minha percepção “apequenada” porque inexperiente, pareceu-me perceber eventualmente, por parte de uma professora de outra região (não pertencente ao LAEE), um maternalismo “infantilizado”, (ela não-indígena adulta tratando como criança os indígenas adultos) - na postura, dicção, entonação, vocabulário, olhar, expressões faciais, expressão corporal.

Sobre a verticalidade, a reflexão ocorreu quando uma pesquisadora¹⁰ me mostrou uma foto antiga de Tikuein Mã menino, ao lado do pai dela, funcionário da SPI. No entanto, ao

¹⁰ Mestranda do Programa de História estava ali para submeter sua pesquisa ao parecer de uma banca composta pelo étnico-linguista Aryon Rodrigues (UnB) que participava da oficina. A pesquisadora não fazia parte da equipe organizadora do evento do LAEE, é neta e filha de indigenistas. Tem outra visão sobre o processo. Na visão dela o SPI era defensor dos

passar para parentes de Tikuein Mã a foto, imediatamente ela a solicitou, justificando que essas fotos antigas poderiam ser danificadas (um neto de Tikuein, com celular, fotografou a imagem...) e que estaria no corpo de seu trabalho, que sendo público, poderia posteriormente ser apreciadas por eles.

Compreendi a preocupação e zelo da pesquisadora com o material, mas também compreendi que para aquelas pessoas visivelmente emocionadas com a “descoberta”, aquela fotografia era mais do que um material de pesquisa, poderia significar um elo afetivo com a história de seu povo, sua identidade geracional, pessoas em condição de invisibilidade formal tendo a chance de reunir sua história de vida¹¹. Filhos, filhas, netos, netas, a viúva de Tikuein alegres em examinar as feições do patriarca de sua família, ainda criança, com apenas nove anos de idade, foi mesmo uma experiência gratificante. Aí ocorreu outro aprendizado: a relação do pesquisador com os sujeitos pesquisados é uma postura determinada pela convicção ética. Cada um escolhe a sua.



Figura 3 - O entusiasmo de filha e netas ao ver a imagem já no celular, de Tikuein, com nove anos de idade.
Fonte: Acervo LAEE.

Em algum momento REG aproximou-se, interessada em me contar mais sobre eles, só então soube que era esposa de Sr. APA. Numa simplicidade desconcertante e cativante fomos conversando, quando descobriu que eu era professora e que trabalhei com crianças menores que a faixa etária escolar (Educação Infantil) me convidou para ir para São Jerônimo , narrou

indígenas, no entanto o povo Xetá se referia a ela como filha de posseiro, demonstrando certo mal estar com sua presença na oficina.

¹¹ Chance potencializada pelas atividades planejadas e executadas pelo LAEE/UEM e seus parceiros institucionais.

as dificuldades em relação aos pequeninos, falou da escola, de uma turma de pré-escolares, mas que os menores não tinham assistência escolar. Comentou sobre a atual diretoria da escola, falou sobre o cacique H, que é Kaingang, falou de sua casa, seus afazeres, sua filha casada que faz bolos deliciosos e já fizera para dois casamentos na Terra Indígena de São Jerônimo. Contou de um filho que cria e como foi sofrido fazê-lo sobreviver, já que veio para ela muito doente.

No último dia de oficina estava totalmente absorvida pela experiência, trouxe meus filhos (PED 11 anos e LUC 9 anos), queria que eles tivessem essa oportunidade histórica de conhecê-los pessoalmente. Julguei que o grupo de crianças tivesse exaurido, pois naquela tarde do final de agosto, quente, seco era sufocante manter-se na sala de trabalhos. Os levei para fora, CLA, líder do grupo, notou a ausência das crianças foi até o local solicitando que voltássemos, pois todos deviam estar na oficina. Fiquei até envergonhada de ter tido a iniciativa de tirá-los da sala. Mas o resultado desse pequeno espaço de tempo foi significativo.

Brincando com eles, duas situações opostas fizeram desta experiência um lampejo de criatividade e intuição. Num primeiro momento estávamos brincando espontaneamente, nos balançando em alguns aparelhos de ginástica, uma das meninas, disse: “- Parece que a gente está voando!” Então comentei que havia sonhado que voava, mas que eu tinha dificuldade de fazer movimentos circulares no ar, a MAR, ou YON, explodiu num comentário: “- Eu sempre sonho que estou voando, fugindo do meu pai que voa atrás de mim então eu acordo.” A YON disse: “- Eu tive um pesadelo, meu pai está sendo esfaqueado e eu e minha mãe vendo tudo, depois esfaqueiam minha mãe e eu acordei.” Eu continuei dizendo que em Guarapuava tinha um museu e quando fui lá a primeira vez, vi o casco de uma jibóia na parede em exposição, naquela noite sonhei que uma daquelas havia engolido minha mãe, acordei chorando muito.

Continuamos brincando, então comentei sobre o tempo seco que faz a pele ficar com um aspecto ressecado e com rachaduras e o quanto minha pele estava ressecada. Queria alguma coisa para passar que melhorasse, esperava que ela me confidenciasse uma fórmula da mata, talvez com folhas medicinais, argila, cera de abelha, sabe-se lá... Mas MAR. de súbito exclamou, no afã de ajudar: “- Minha mãe usa monange!” Uma graça! Monange é a marca de um hidratante promovida por artistas conhecidos da TV.

Na sequência lá vem o PED, meu filho, que tem a mania de capturar animais de pequeno porte, sempre com o intuito de protegê-los e cuidá-los, argumenta frequentemente que estão machucados e que se ele não ajudar vão morrer. Eu insisto que solte o bichinho! Vinha com uma pombinha nas mãos (filhote) por certo tentando impressionar a criançada, todos gritavam atrás dele, uns cinco ou seis meninos Xetá: “- Solte ela, solte ela...”

Agora lendo a dissertação da Carmem Silva (1998): “*SOBREVIVENTES DO EXTERMÍNIO: Uma etnografia das narrativas e lembranças da Sociedade Xetá*” imagino o quanto é simbólico esse gesto de captura, o que perfeitamente pode fazer parte da memória e/ou inconsciente coletiva do grupo Xetá. As narrativas da memória do povo Xetá, coincidem com a memória da Infância Xetá, uma vez que as lembranças sistematizadas pela antropóloga são das crianças sobreviventes ao massacre. Não é raro nessas narrativas, os sobreviventes expressarem a constante migração de um lado para outro com objetivo de escapar as investidas de colonizadores:

“[...] eu me lembro que antes de conhecer os brancos, tinha muitas mocinhas, meninas, mulheres, piá [meninos] e rapazes, todo mundo casava. Mas depois que começamos a correr dos brancos, começamos tudo a morrer, sumia no mato, era roubado. Teve um tempo em que ainda tinham muita mulherada e moçarada, mas eram todos parentes, [...] e outros estavam no mato fugindo, era assim, a gente era tudo espalhado [...]” (Kuein, PIN Rio das Cobras, 1997) (SILVA, p.140, 1998).

Conforme o etno-historiador Mota (2003), a etnia Xetá foi contactada no Paraná no ano de 1840, estudos da antropóloga Silva (1998) afirmam que, no final dos anos 1940, agrimensores da Companhia de Colonização, avistaram estranhos índios. Em seguida, o auxiliar do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) visita a região da Serra dos Dourados para verificar a procedência das notícias de que existiam índios selvagens nesta região. Com o passar dos anos, o povo Xetá desaparece do cenário paranaense, sobrevivem alguns indivíduos (crianças e jovens), expropriados do seu território, retirados de seus familiares e de seu referencial cultural, para serem criados por famílias não índias que habitavam diferentes pontos do Paraná.

Ainda nos aparelhos de ginástica, e aproveitando a comoção ocorrida em torno do filhote de pombinha capturada pelo PED, avistei uma formiga e chamei a atenção do grupo para ela. Lá vem o netinho da D. CON (viúva de Tikuein), ela o cria, pois os pais morreram, ele não tem quatro anos. Ele perseguiu a formiga, batendo os pezinhos no chão até conseguir alcançá-la e eu gritando: “– Não mata não! Não mata não!”. Ele dizia, para se justificar: “– Ela machuca, dói!”.

Nesses episódios do relato dos sonhos e pesadelos, do hidratante monange, do filhotinho de pomba e da formiga pode-se suspeitar que as duas culturas se misturam, se entrelaçam. Temos violências, capturas, defesas, convicções, rituais, desejos, consumos e tantas outras coisas que às vezes diferem e às vezes não. Nessas alturas já estava pensando na solicitação de REG, quando pediu que eu fosse a TI de São Jerônimo e os ajudassem com a

criação de uma escola Xetá, por isso aquele momento com as crianças Xetá fora tão significativo.

A cultura Xetá não acabou. Está perto e de alguma maneira, entre nós. Assim como no filme *Caminhando nas nuvens* (1995), quando a partir de uma raiz que sobreviveu, depois de um parreiral todo ser exterminado por um incêndio, houve a esperança do recomeço. Oito crianças sobreviveram, é a raiz de um povo que teimou em continuar a sua existência.

Maria Angelita da Silva.
dia 06 de setembro de 2010,
16hr e 30 m.

2.3 AS PRIMEIRAS REFLEXÕES: OS ÍNDIOS MISTURADOS OU O NOVO ÍNDIO



Figura 4 - Crianças Xetá na III Oficina 24 a 26/08/2010: Linguagem oral e escrita compõe o cenário.
Fonte: Acervo LAEE.

Foi através do documentário da TV Cultura e as curiosidades pesquisadas na internet sobre o indigenista, artista de seu povo e ativista político do movimento indigenista do Peru, que iniciei as primeiras reflexões mais pontuais sobre *A problemática dos “índios misturados” e os limites dos estudos americanistas: um encontro entre antropologia e história*, texto de João Pacheco de Oliveira, na obra *“Ensaaios em Antropologia Histórica”* (PACHECO DE OLIVEIRA, 1999) e a obra de José Uriel Garcia *“O Novo Índio”* (1930). O que essas duas obras têm em comum é a resignificação do conceito ÍNDIO.

A obra de João Pacheco traz elementos interessantes à reflexão sobre o conceito cultural do que é ser índio e/ou considerado como tal:

É preciso entender que as manifestações simbólicas dos índios atuais estarão marcadas comumente por diferentes tradições culturais. Para serem legítimos componentes de uma cultura, costumes e crenças não precisam ser exclusivos daquela sociedade, frequentemente sendo compartilhados com outras populações (indígenas ou não). Tais elementos culturais também não são necessariamente antigos ou ancestrais, constituindo-se em fato corriqueiro a adaptação de pautas culturais ao mundo moderno e globalizado (PACHECO DE OLIVEIRA, 1999, p.117).

Ampliando a reflexão o autor considera que:

Os direitos indígenas não decorrem de uma condição de primitividade ou de pureza cultural a ser comprovada nos índios e coletividades indígenas atuais, mas sim do reconhecimento pelo estado brasileiro de sua condição de descendentes da população autóctone. Trata-se de um *mecanismo compensatório* pela expropriação territorial, pelo extermínio de incontável número de etnias e pela perda de uma significativa parcela de seus conhecimentos e do seu patrimônio cultural [...] A demonstração de que uma coletividade se enquadra nessa situação – e de que, portanto, deva ser objeto de demarcação de terras e assistência – se faz mediante a investigação de seus critérios identitários e a explicitação de fatores simbólicos que conectam os índios atuais com a população autóctones, nada tendo a ver com alguma comprovação de pureza cultural (PACHECO DE OLIVEIRA, 1999, p.118).

No artigo de Araújo (2002, p.7), *O Indigenismo sob o olhar de Martin Chambi*, fica explícita a ideia:

“[...] o pensamento de José Uriel Garcia também nos traz elementos para a compreensão do amálgama das culturas *branca e índia*. Ele desmistifica em sua obra “*O Novo Índio*” (1930) uma idéia corrente entre os autores indigenistas de seu tempo: a idealização do passado incaico e da raça (*sic*) indígena [...]. Uriel Garcia propôs a valorização do encontro do passado com o presente, do índio com o branco: *o mestiço*. Para ele o inca é um momento do passado indígena, uma fração de sua história. O presente se manifesta no índio e no mestiço, que ainda se desenvolvem e se configuram como uma possibilidade. O próprio Uriel Garcia conhecia o trabalho de Martin Chambi e chega referir-se a ele como o exemplo do espírito deste ‘novo índio’”.

Alinhando essas leituras com o que pude observar no primeiro contato com as crianças Xetá, o conceito do que seja o índio atualmente nesse contexto de reflexões e observação da realidade pode perfeitamente ser alterado. A criança Xetá hoje, resultado da mistura de vários povos torna-se uma possibilidade identitária¹², étnica, cultural. A existência social dessas crianças é um fenômeno a ser valorizado de forma concreta e transcendente.

¹² Sobre o conceito de identidade como relevância de um reconhecimento étnico, destacamos o que Pacheco de Oliveira afirma: “... a definição de um território é um momento essencial para que os indígenas se instituam como comunidade política, construam uma identidade coletiva singularizadora, estabeleçam modos de socialidade e selecionem elementos de cultura que qualifcam como efetivamente ‘seus’”. (2002, p.279). Isso não significa o entendimento de identidade sem o de alteridade (Hall, 1997) e contempla em nosso entendimento o conceito de hibridismo cultural, pois hoje os Xetá estão em assentamentos indígenas e em territórios urbanos sem deixarem de ser Xetá.

2.4. OS REGISTROS DE VIAGENS E EVENTOS

Relatório de viagem a Umuarama-PR – 05 a 06 de maio de 2011.¹³

A viagem a Umuarama foi um convite de uma colega do mestrado que residia nessa cidade que é localizada no território tradicional Xetá. Na ocasião se colocou à disposição para nos¹⁴ apresentar pessoas que conheciam questões locais sobre o tema e inclusive a possibilidade de encontrar um (a) palestrante para um evento planejado para meados do segundo semestre: IX Semana da Criança Cidadã, evento realizado anualmente pelo PCA – Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Defesa da Criança e Adolescente, vinculado ao PPE/UEM.

Na quinta feira, cinco de maio chegamos, aproximadamente as 20 e 30 h., passamos na padaria enquanto TAN mostrava-nos a cidade com simpatia e hospitalidade. Fomos apresentadas a um moço que sabendo que estava ali para estudar Xetá advertiu que tomasse cuidado com quem iria abordar, pois segundo ele havia gente tentando provar que nunca havia existido nenhum Xetá por ali. TAN contextualizou sua fala comentando que havia mesmo um movimento de não explicitação da etnia Xetá, mais ainda, um esforço sistematizado de provar tal afirmação. Iria compreender melhor essa fala apenas no dia seguinte.

Como esta pesquisa se insere na temática da Cultura da Infância, entendemos ser necessário e prazeroso narrar o encontro com BIA, a filha de TAN, uma menina de sete anos que nos recebeu, deixando-nos desconcertadas com tamanha espontaneidade e carinho. Ao exclamar o quanto era bonita, ela disparou: “– Vocês também!” Tratou-nos daquele jeito que só uma criança consegue, nos conduziu rapidamente pelo interior da bela e aconchegante casa, levando-nos para seu quarto e nos comunicando que ali dormiríamos, mostrou-nos suas bonecas e brinquedos, suas caixinhas coloridas e depois do jantar, esticou seus braços com uma pequena tigela contendo bombons, apressamo-nos também em oferecer a ela uns bolinhos de chocolate que trouxemos da padaria para nossa sobremesa.

Fica evidenciado o quanto a criança é ativa, produtora de relações sociais, com um grau de comprometimento na dinâmica social que extrapola a nossa desatenção à autonomia

¹³ Viagem financiada com recursos próprios e a colaboração da colega de mestrado que ofereceu carona de ida e hospedagem.

¹⁴ A partir desse relatório iniciaremos a narrativa na primeira pessoa do plural por se tratar de experiências formais no exercício de atividades vinculadas a pesquisa de dissertação.

do universo infantil – em experiências e vivências, mas também em formulações, que lhe são próprias, sobre o mundo em que vive (COHN, 2000, p.27).

No dia seguinte, TAN nos apresentou CID, casada com um antropólogo, uma mulher interessante e comunicativa que no decorrer da conversa completou aquilo que o moço da padaria havia mencionado na noite anterior. Entre informações e histórias ela comentou que o Sindicato Ruralista Patronal, contratara pessoas (antropólogos) para pesquisa, a fim de confirmar a tese de que não havia nativos – sociedade Xetá – na região e a constatação de que o território geográfico Xetá ser a Serra dos Dourados, próxima a Umuarama – PR, não se confirmava sob o pretexto de que eles eram nômades¹⁵.

Nesse sentido, a Wikipédia¹⁶, enciclopédia livre disponibilizada na internet, ilustra a versão adotada pelo SRP – Sociedade Ruralista Patronal - de reforçar a tese de que não havia a sociedade Xetá na região:

“História”

Em 1949, constatou-se na região da Serra dos Dourados, atualmente distrito de Umuarama, a presença de índios desconhecidos, provenientes do Mato Grosso, que **supostamente** estavam em **expedição de reconhecimento**. A primeira expedição para estabelecer contato com os índios foi organizada graças à colaboração da Universidade do Paraná e do Serviço de Proteção aos índios, em outubro de 1955.

Mas os índios fugiram em direção à floresta, à medida que a expedição avançava pela mata. A partir desta visita, foi decidida a criação de um posto de socorro na Fazenda Santa Rosa.

Os Xetás, **descobertos ou redescobertos**, compreendiam um grupo de cerca de 300 indivíduos. Segundo depoimentos, os Xetás **desapareceram** da Serra dos Dourados por causa do desmatamento. Muitos morreram **ou retornaram para Mato Grosso**

(WIKIPÉDIA, A enciclopédia livre. Disponível em: site pt.wikipedia.org/wiki/Umuarama. Acesso em: 07 mai. 2011.)

As palavras destacadas em itálico, são grifo nosso, no intento de sublinhar o que foi exposto por essas pessoas a partir de suas narrações. CID atribui o feito de criação de um memorial indígena de um prefeito semi – analfabeto, de resgatar a memória Xetá, mesmo que sem a plena consciência do que fizera, haja vista, por exemplo que a “estautoa”- foi a maneira

¹⁵ 'Nomadismo'- O termo, tal como derivado de sua etimologia (do grego νέμειν, paste), indica um estilo de vida ligado à criação de animais, o qual, ao mesmo tempo envolve um movimento no espaço. Se, portanto, grupos que vivem coleta de plantas silvestres e / ou captura de animais; envolvida na criação, movendo rebanhos periódicos de animais domesticados, ou, finalmente, levar uma vida 'mobile' apenas parcialmente destinada a reconstrução das bases materiais de existência, estamos em todos os casos na presença do fenômeno do nomadismo. Disponível em: [http://www.treccani.it/enciclopedia/nomadismo_\(Enciclopedia_delle_Scienze_Sociali\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/nomadismo_(Enciclopedia_delle_Scienze_Sociali)/) Acesso: 01/04/2013. Portanto, não serve como justificativa para cancelar a tese do território tradicional Xetá de Carmem Lúcia Silva.

¹⁶ Wikipédia é um tipo de fonte que não deve ser comparado as fontes científicas/evidenciadas de SILVA (1998; 2003), no entanto, neste caso merece ser denunciado, já que é amplamente acessado.

que CID narrou como o prefeito se referia ao monumento – não representa as características dos Xetá enquanto etnia: a tanga da estátua de palha de coqueiro não representa, por exemplo, o tipo de “tecido” confeccionado pela etnia, - uma vez que no estudo da cultura material ficou evidenciado a produção de tecidos por tear e fibras vegetais – mesmo o bosque sendo nomeado como Xetá. Portanto a estátua não representa o índio Xetá, é um “nativo” genérico.



Figura 5 - Bosque dos Xetás – Umuarama PR / 06 de maio de 2011.
Fonte: Imagem reproduzida por TAN.

De qualquer maneira o monumento – o bosque Xetá – legitima o que a cidade se esforça em esquecer, a presença de população tradicional (Xetá), antes mesmo dos colonizadores iniciarem suas atividades econômicas na região, opinião de CID.

Bosque dos Xetás

O Bosque dos Xetás é uma grande área de mata nativa na cidade de Umuarama, no estado do Paraná. Está localizado entre o centro da cidade e o Jardim Panorama. Na cidade é mais conhecido como Bosque do Índio, devido à estátua de um índio na entrada do bosque. Possui uma imensa pista de caminhada. Aos domingos pela manhã acontece na avenida ao lado do bosque uma grande feira que é muito famosa na cidade e na região de Umuarama. Na feira encontram-se inúmeros produtos, a maioria deles produzidos na cidade, como hortifrutigranjeiros, artesanatos, culinária japonesa, produtos orgânicos, doces e os famosos pastéis de feira (WIKIPÉDIA, A enciclopédia livre. Bosque dos Xetás. Disponível em: [site pt.wikipedia.org/wiki/Umuarama](http://site.pt.wikipedia.org/wiki/Umuarama). Acesso em: 12 ago. 2010.)

As afirmações a respeito da não existência de nativos na região da Serra dos Dourados é contestável. Silva (1998), apresenta uma versão distinta da oferecida na enciclopédia livre:

Os Xetá foram a última etnia do estado do Paraná a entrar em contato com a sociedade nacional. Na década de 40, frentes de colonização **invadiram seu território, reduzindo-o drasticamente**. No final dos anos 50, **estavam praticamente exterminados**. Hoje são **oito sobreviventes dispersos** nos estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo. Habitantes originais do noroeste paranaense, **o território tradicional dos Xetá é conhecido como Serra dos Dourados**, principalmente no espaço compreendido ao longo do rio Ivaí (margem esquerda até a sua foz no rio Paraná) e seus afluentes, o rio Indoivaí, o córrego Duzentos e Quinze (onde foram localizadas várias de suas aldeias), o rio das Antas, o do Veado, o Tiradentes e o córrego Maravilha; espaços onde hoje estão localizados alguns núcleos de desenvolvimento como **Umuarama**, Cruzeiro do Oeste, Icaraíma, Douradina e outros municípios. As primeiras notícias de um povo com características culturais semelhantes às dos Xetá datam do final do século passado e início do século XX. Entretanto, de todos estes registros, apenas aquele efetuado por Bigg-Wither leva-nos a supor que os Xetá podem ser descendentes daqueles por ele nomeados Botocudo. [...] Na ocasião, 6 de dezembro de **1954**, um grupo de seis pessoas do sexo masculino, **cansadas das constantes fugas das frentes de colonização** que avançavam sobre o seu território desde o final da década de quarenta reduzindo-o drasticamente, buscam estabelecer uma primeira relação com o administrador da fazenda Santa Rosa e seus familiares, que havia se instalado efetivamente no local de caça e coleta do grupo desde **1952**. Em **1955**, informados do contato direto dos Xetá com os moradores da fazenda Santa Rosa, a 7ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios organizou expedições de contato à região da Serra dos Dourados: uma em outubro e outra em novembro do mesmo ano. Porém, apenas esta última expedição alcançou aquele grupo que visitara a fazenda. SILVA, Carmen Lucia da. “Povos indígenas no Brasil”, disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/xeta/print>. Acesso em: 12 ago. 2010.

Simultaneamente, segundo dados da wikipédia, no mesmo período, 1955/1956 a fundação do município de Umuarama acontecia:

A colonização do atual município de Umuarama deu-se a partir de 26 de junho de 1955, data de sua fundação, e foi realizada pela **Companhia Melhoramentos Norte do Paraná**. Nesta ocasião foi realizada a primeira missa na localidade, pelo frei **Estevão de Maria**” (WIKIPÉDIA, 2011, pt.wikipedia.org/wiki/Umuarama. Acesso: 07 mai. 2011)

E Frei Estevão é protagonista não somente da primeira missa na localidade, mas também, do ‘roubo’ de criança Xetá:

Em entrevista no dia 17/09/1996, **Frei Estevão**, como era conhecido na região de Douradina e em Umuarama, relatou que quando **‘roubou’**, em **1956**, Natal de sua mãe, na Fazenda, o fez com a ciência do seu administrador (na época responsável pelos índios), e movido pelo desejo de fazer da criança um grande homem, cristão, civilizado e gente, ou seja, de humanizar o selvagem.” (SILVA, 2003, p.104).

As fontes documentais do Wikipédia, apresentadas acima, reproduzem uma versão da história indigenista a respeito do desaparecimento do povo Xetá do cenário paranaense, que diverge da versão do estudo da antropóloga Carmem Silva, mesmo havendo simultaneidade de tempo sobre a fundação de cidades e municípios na Serra dos Dourados e a presença de Companhias de Colonização e Imigração.

Anterior aos estudos de Silva (1998; 2003), na literatura o povo Xetá é conhecido e nominado, nos relatos de viajantes e fontes documentais como Botocudo, Hetá, Chetá, Setá, Ssetá, Aré e Yvaporé. Foi o último grupo indígena contatado no Paraná quando a frente de ocupação cafeeira chegou ao seu território tradicional que se estendia pela margem esquerda do baixo rio Ivaí até a sua foz com o rio Paraná, no final da década de 1940 e início de 1950 (MOTA, 2009).

Portanto, a afirmação de nomadismo como fato de não comprovação de seu território tradicional estar localizado na região conhecida como a Serra dos Dourados não se confirma, tão pouco o argumento fortemente praticado por governo e exploradores na época do chamado “mito do vazio demográfico”¹⁷ amplamente desenvolvido para promover os empreendimentos de colonização, ampliação agro-pecuária, fundações de cidades, municípios, ou seja, expansão econômica.

Segundo as informações do Projeto de elaboração¹⁸ do Programa Interinstitucional e Multidisciplinar de Pesquisa Sobre o Povo Xetá – *Jané Rekó Poranuhá* – (O Contar de Nossa Existência), a presença Xetá no rio Ivaí e seus afluentes é registrada por viajantes e exploradores dos territórios da bacia do rio Ivaí desde a década de 1840 quando Joaquim Francisco Lopes e John H. Elliot – empregados do barão de Antonina – fizeram contato com alguns deles nas mediações da foz do rio Corumbataí no Ivaí.

Posteriormente, ainda indicado pela mesma fonte, em 1872, o engenheiro inglês Thomas Bigg-Whiter capturou um pequeno grupo nas proximidades do salto Ariranha, também no rio Ivaí. No início do século XX, em 1910, Albert V. Fric ouviu dos Kaingans

¹⁷ Termo utilizado pelo historiador Lúcio Tadeu Mota para destacar os discursos políticos disseminados na época para incentivar a colonização.

¹⁸ Projeto nº 033/09-CPC

(MOTA, 2008, p.103) a informação da presença de pequenos grupos Xetá no médio no rio Ivaí, no interflúvio dos rios Ivaí e Corumbatai, muito acima do local onde os Xetá foram contatados nos anos de 1950. Junto a este grupo Kaingang, Fric encontra cativos Xetá, com os quais efetua um primeiro registro de vocabulário.

Tais localizações, encontros e confrontos por parte de exploradores do rio Ivaí e conflitos com os Kaingang, que resultaram em capturas, mortes e dispersão dos Xetá, fazem parte da memória de três sobreviventes Xetá mais velhos (SILVA, 2003.). Um deles teve seu pai, no início do século XX capturado, tendo o mesmo conseguido fugir e retornado para seu grupo familiar.

Nas primeiras décadas do século XX, segundo Silva (1998; 2003) contrariando as informações de que os Xetá eram nômades da região do Mato Grosso do Sul (e, portanto sua presença entre final da década de 40 e início da década de 50 no século passado na Serra dos Dourados não seria a confirmação de que essa região é de fato seu território tradicional), há registros de que na região conhecida como Serra dos Dourados, onde hoje estão implantados os municípios de Umuarama, Ivaté, Douradina, Icaraíma, Maria Helena, Nova Olímpia, era sim reconhecidamente, segundo narrativa do grupo a antropóloga Carmem L. Silva território tradicional Xetá.

E, segundo o estudo antropológico da pesquisadora, a partir de 1954 e 1955 e principalmente em fevereiro de 1956, se deu o mais documentado encontro com um grupo local Xetá que ocupava na época a região do Indoívaí – área de caça e coleta do grupo em questão – pela equipe de professores da atual UFPR e membros do serviço de Proteção ao Índio – SPI da 7ª Regional de Curitiba, acompanhados por dois meninos Xetá [um deles viveu até o ano de 2008 e foi um dos colaboradores ativos do estudo de Silva (1998;2003)].

Segundo registros de Silva (1998; 2003), apesar dos esforços dos professores da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Conselho Nacional de Políticas Indigenistas (CNPI) e de funcionários do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), o Governo do Estado do Paraná doou as terras a oeste do rio Ivaí que foram exploradas pelas frentes cafeeiras e Companhias de Imigração e Colonização. As práticas para tal apropriação do território Xetá foram as mais variadas. Do povo Xetá os exploradores foram retirando a floresta, e expulsando-os de seu habitat e empregando práticas de colocá-los como animais em caminhões e soltá-los em locais distantes de seu território, não encontramos registros de sobreviventes. Os Xetá que resistiam ao contato fugindo, ou foram mortos por jagunços com tiros, ou por doenças, ou envenenados, houve também estupros e roubos de crianças.

Fontes documentais e orais, de acordo com Silva (1998), afirmam que, muitos desses jagunços eram da companhia de colonização que ali atuavam desde início da década de 1950, agindo impunemente na região, aliás, nessas fontes documentais e orais são mencionados os caminhões usados para dispersão do povo Xetá: eram da Cobrimco (Companhia Brasileira de Imigração e Colonização ligada ao grupo Bradesco).

Os que buscaram abrigo próximo a alguma propriedade cujo dono lhes inspirava confiança, ou tiveram seus filhos roubados e distribuídos, sua força de trabalho explorada, ou morreram por doenças para as quais não tinham imunidade ou outros motivos. Alguns dos que sobreviveram se dispersaram na região, ou foram levados por funcionários do SPI para terras Indígenas Kaingang (seus inimigos históricos) ou Guarani (MOTA; NOVAK, 2008, p.100). Outros foram criados por fazendeiros que ocuparam o território Xetá, como é o caso de Tiguá, uma das remanescentes Xetá, (SILVA, 1998, p.88).

Até a década de 1990, segundo detalhamento do Projeto nº033/09-CPC os Xetá eram tidos pelo órgão indigenista brasileiro Fundação Nacional do Índio – FUNAI – como grupo extinto, constando nos seus dados populacionais apenas cinco pessoas. No entanto, a pesquisa antropológica de Carmem L Silva aponta que ao contrário, os Xetá não estão extintos, que o grupo de sobreviventes, era composto por oito pessoas - crianças raptadas em 1952, três delas: Kuein, Tuca e Tikuein considerados pelos demais como os guardiões da memória coletiva de seu povo e que por isso, passaram a senhores ilustres no campo da etnografia brasileira, graças ao trabalho de memória Xetá (SILVA, 2003, p.21-28) - que nós pesquisadoras da Cultura da Infância destacamos como memória da infância – uma vez que os registros de memória desse povo foram sistematizados pela antropóloga a partir da narrativa de seus sobreviventes. - Sendo eles/elas crianças no momento em que ocorreu o massacre, as lembranças que compõem o trabalho da memória Xetá, são sob a ótica de crianças. Mesmo sendo registradas muitos anos mais tarde, ainda assim é sob o olhar de crianças sobre sua realidade cultural e histórica. Muito provavelmente se, ao contrário, os sobreviventes fossem adultos haveria uma alteração significativa da memória e sentido dessas lembranças.

Em 1997, enquanto parte da pesquisa de mestrado de Silva e por solicitação dos Xetá foi realizado o primeiro encontro dos sobreviventes dos Xetá em Curitiba intitulado ‘Encontro Xetá: Sobreviventes do Extermínio’, com o apoio do Instituto Socioambiental (ISA) e Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR (MAE). Dele participaram todos os sobreviventes do grupo: crianças, jovens, mais velhos e cônjuges, além do Prof. Dr. Aryon Dall’Igna Rodrigues que efetuou os primeiros estudos da língua Xetá junto ao grupo familiar em 1960, 1961 e

posteriormente em 1967, quando uma família nuclear e alguns Xetá viviam na terra Indígena Guarapuava Marecas dos Índios, Território Kaingang.

Como resultado desse encontro, registra Silva (1998; 2003), os Xetá solicitaram o seu reconhecimento enquanto pertencentes a etnia Xetá e a retificação de seus nomes nos registros civis levando em conta o estudo de memória do povo Xetá, onde os mesmos apresentavam como se dava o sistema de nominação do grupo. Também colocaram em pauta a indenização financeira de suas perdas e a recuperação de seus territórios tradicionais na Serra dos Dourados, bem como reivindicavam o retorno a seu território de origem *TI Herarekã Xetá*.

Segundo dados expostos no Projeto nº 033/09-CPC do LAEE – Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História e nossos contatos pessoais, – em 1997 os Xetá somam aproximadamente 100 (cem) pessoas, 25 (vinte e cinco) famílias e estão em processo de luta para terem seu território tradicional reconhecido junto à FUNAI, para terem, em consequência, seus direitos reconhecidos, reconstituírem-se enquanto povo e revitalizarem a sua cultura. Além da demanda por reaverem parte de suas terras, eles solicitaram ao Estado do Paraná – à Secretaria de Educação – um atendimento específico e diferenciado de educação escolar indígena bilingüe Português/Xetá. Também solicitam o ensino da história Xetá na escola, produção literária e materiais didáticos que retratem a realidade do povo, trazendo inclusive a memória coletiva da antiga sociedade narrada por seus pais, hoje considerados ‘guardiões da memória Xetá’ (SILVA *apud* MOTA, 2009). Os Xetá, portanto, como afirma Silva (1998; 2003) não querem mais aparecer na história, nos livros e na imprensa, como um povo extinto.

Voltando à narrativa da primeira viagem ao território Xetá, outra personagem é D. CON, uma senhora aposentada que dispõe de materias importantes na composição desse mosaico antropológico.

D.CON, moradora de Umuarama e apaixonada pela questão indianista, é praticamente uma pioneira na região. Havia por parte dela um plano, de juntamente com TAN, percorrer todos lugares onde fosse possível juntar informações sobre os Xetá. Uma frase dita por ela ilustra seu entusiasmo: “- Eu vou voltar a viver.” Foi sua afirmação ao ser convidada para juntar-se a nós na empreitada, inclusive apresentou a ideia de encontrar TIG (uma das 8 pessoas sobreviventes da sociedade Xetá, capturada ainda criança), que segundo ela residia em uma vila rural de Xambrê. Citou outras pessoas que pudessem dar informações.

D. CON tem um irmão que é professor de História e também engajado com as questões Xetá. TAN nos relatou que ele, seu esposo e ela haviam combinado percorrer as margens do rio Ivaí a fim de encontrar materiais e utensílios que ainda estão por lá e

compõem a cultura material Xetá. Por telefone, ele nos informou que TIG residia em Umuarama e deu-nos seu endereço.

Fomos até lá, e para encontrá-la perguntamos a alguns rapazes, eles disseram que havia uma senhora numa casa mais a frente, mas não havia ninguém com aquele nome. TAN procurou dar características dela, dizendo ser pequena, uns 60 anos, e olhos puxados, japonesa, algumas pessoas aprovaram a descrição e já foram informando que era mãe da IND e morava na esquina. Só uma pessoa “contestou” a característica japonesa e afirmou: “É uma bugre!”.

Na esquina batemos palmas: “– D. ROS!” Os nossos primeiros informantes nos corrigiram dizendo: “– Chame por MAR, é assim que ela responde”. Então obedecemos e ela se aproximou, sorri e perguntamos se lembrava, ela perguntou se uma de nós era MEI, amiga de IND – em agosto do ano passado (08/2010) a conheci na oficina de revitalização da língua Xetá realizada em Maringá no campus da UEM, foi quando tive meu primeiro contato com eles - ,inclusive com ela e seu neto WIL de 12 anos , filho de IND que tem aproximadamente 27 anos.

Recebeu-nos com carinho e simpatia com um sorriso espontâneo, convidou que entrássemos e já foi logo dizendo: “– A casa é limpinha”. Nos sentamos e recordamos aquele momento em que estava na Tulha¹⁹ e uma antropóloga de Santa Catarina se equilibrava numa escada para segurar um tecido de cetim azul como fundo para que TIG fosse fotografada com alguns instrumentos de caça, eu estava lá, enquanto meus filhos brincavam com seu neto WIL no computador de uma das salas.

Ela recordou a fala do Prof. Mota e pediu que disséssemos a ele que ela não se esquecera de sua promessa: “– Esses instrumentos ficam aqui, quando vocês estiverem em seu território eu darei para a senhora levar e colocar no memorial de sua terra”.

Dissemos a ela que a informação que tínhamos é que ela residia em uma vila rural em Xambrê, ela disse que era fato, contudo recebera de um ex-prefeito a inscrição daquela casa que havia saído, por isso sua transferência.

Conversa vai, conversa vem, comentamos que na ocasião da oficina de revitalização da língua Xetá, conhecemos D.REG. casada com S.APA que é filho de D. CON, viúva de Tikuein que é pai de CLA e que ela havia mencionado a necessidade de uma escola Xetá e que por estarem em T.I. Kaingang, não dispunham de uma escola que pudesse responder as

¹⁹ Tulha é um nome dado ao LAEE.

necessidades daquele grupo, inclusive de creche (Educação Infantil) para os menores, já que a maioria eram trabalhadores temporários (bóia fria) na região.

Os Xetá enfrentam, desde a década de 1940, a condição de viverem uma dupla invisibilidade: além da situação de ou viverem dispersos em zonas urbanas de diferentes Estados ou como agregados em terras indígenas de outras etnias, Sem terra comum, não se revitaliza a língua. Essa invisibilidade é acentuada, se tivermos como critério a dinâmica cultural das populações tradicionais que de uma maneira geral tem no território tradicional e sua língua os elementos constitutivos da identidade cultural de cada um deles como povo.

O povo Xetá nessa dinâmica de ocultamento estão entre o que poderíamos denominar a “minorias das minorias” por conta de detalhes na composição de sua trajetória que compõem um quadro de isolamento quase integral aos direitos previstos na legislação geral e específica.

Comentamos com TIG a possibilidade, de como com a Carmem Silva, velha conhecida do grupo dos sobreviventes, se ela poderia dar algumas informações sobre sua infância e de como era a criança Xetá. Ela mencionou que saiu do mato muito cedo mais nova que TAI, sua netinha que mostrava com seus dedinhos que tinha 4 anos, disse que saiu com apenas 2 anos e que não se recordava de nada, porém destacamos que sua infância fora do mato também podia contribuir para a construção da pesquisa.

TIG disse que além de WIL que irá completar 12 anos em agosto, IND tinha mais uma filha além de TAI que é LAR, só que ambas são filhas de REI, esposo de IND e que o pai de WIL é alemão, e que até sua casa ficar pronta ele estava vivendo com o pai. Disse que WIL se interessa pela língua e quer aprender e que na Oficina do ano passado levantava o dedo para fazer perguntas. Falou que IND tinha um bar, mas vendeu, que estava com problemas de saúde, depressão e problemas cardíacos e tem apenas 27 anos.



Figura 6 - Três gerações Xetá: TIG. sobrevivente, sua filha IND. e netas, TAI .e LAR.
Fonte: Acervo LAEE.

Quando comentamos que viera de carona com TAN ela logo indagou se poderia pegar carona qualquer dia desses para ir a Cianorte, ficaria hospedada na casa de seu amigo P. CAR e compraria barbante, pois faz crochê para vender, observei mesmo uma bela passadeira aos pés de sua cama quando fomos ao quarto atendendo a um convite seu para mostrar outro porta retrato que D.CON havia dado a ela.

Esse quadro é inusitado pois representa uma festa cívica da cidade de Umuarama em que D.CON a convidou para desfilar em carro aberto vestida de índia, enfeitada como tal, não como Xetá, como índia , categoria, que segundo Gusmão (1999), foi inventada pelos brancos para, desrespeitando a especificidade da cada grupo, colocá-los todos, ‘no mesmo saco’[...]. Chamá-los de índio indistintamente é negar-lhes o que de mais interior os habita e que dizem deles por aquilo que são (GUSMÃO, 1999, p.3). O que pode ser evidenciado na estátua do Bosque Xetá, conhecido popularmente pelos habitantes da cidade de Umuarama como bosque do índio.

TIG pediu se também poderia levar a IND para Maringá a fim de passear um pouco, foi nesse momento que mencionou sua doença. Lembrou de um acidente de moto que sofreu a aproximadamente três meses e que IND com o capacete em mãos gritava e batia no envolvido no acidente, que se sua mãe morresse ela o mataria.

Trocamos telefones para mantermos contato e fomos nos despedindo, pois TAN tinha hora no médico para seu esposo e viajaríamos às 16 e 30 h. TIG disse para ligarmos da próxima vez que ela fará pão e ofereceu café, agradecemos e nos despedimos s imensamente gratas, especialmente pela hospitalidade e engajamento de TAN.

Maria Angelita da Silva.
Madrugada do dia 07 para
o dia 08 de maio de 2011,
2hr e 24 m da manhã.

TIG mencionou nessa visita que havia um amigo da família, P. CAR, que residia em Cianorte, mas que sempre vinha visitá-las. A segunda viagem à Umuarama foi marcada por um encontro com esse amigo da família Xetá e o planejamento do evento sobre a memória da infância Xetá.

***Relatório de viagem a Curitiba²⁰**

A viagem a Curitiba ocorreu nos dias quatorze e quinze do mês de julho de 2011. Fomos as três envolvidas com a questão Xetá: a mestrandia em Educação Escolar Indígena Xetá, a pesquisadora sobre o Livro Didático Xetá e nós que pesquisamos a Cultura da Infância Xetá.

Lá estava JOR no balcão de recepção, o que nos separa era uma porta de vidro com um cartaz: GREVE! JOR permitiu que entrássemos. ALI, uma bibliotecária, comentou que o sistema havia sido “boicotado” para impedir ou dificultar que fosse acessado durante a greve. Contudo encontramos dois materiais:

* Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, ano 1981. Vol. XXXVIII. Os índios Hetá. Edição especial com a colaboração da Fundação Nacional do Índio e de The American Museum of Natural History.

* Monografia de Maria Fernanda Campele Maranhão: Etnoarqueologia Xetá, Curitiba, 1989.

Buscávamos também alguns boletins da FUNAI que pudessem ter material Xetá, porém nada havia na biblioteca de Ciências Humanas da UFPR.

Na Casa da Memória de Curitiba haviam textos publicados em jornais, revistas, periódicos:



Figura 7 - Casa da Memória Curitiba/PR.
Fonte: Acervo LAEE.

* PANORAMA Ano 28. Nº 259. “O massacre de Índio Xetá. / Folha 875 de um artigo “Os povos indígenas do Paraná/ um artigo avulso. s/d “Os Índios Xetá/ Revista de Centro de

²⁰ Viagem financiada pelo LAEE.

Estudos Brasileiros: “Síntese Histórica do Contato entre Índios e Brancos no PR. Prof.^a Cecília Maria Vieira Helm. UFPR.

*PANORAMA 1981/15/03, nº 301. “Um genocídio paranaense”, periódico, Estudo Brasileiro, ano 4. Nº 68. Vol. 04 1979 e documentos sobre a biografia de Kozák e sua atividade de pesquisa, Além de um mapa contendo a localização de sua casa;

Pela quantidade de material, não sendo extensa, contudo em se tratando do povo Xetá, que não há quase nenhuma publicação, era significativo o que encontramos fora daquilo que estava previsto na relação inicial de bibliografia. LUC – responsável pela digitalização do acervo – formado em Comunicação Visual relatou que o acervo foi higienizado e está sendo preparado para digitalização, por isso não está disponibilizado e sim em caixotes. Explicou-nos que com um ofício de instituição para instituição seria possível ter acesso a todo material. No setor de obras raras encontramos de Loureiro Fernandes: “Os índios na Serra do Dourados”, mas não seria possível ter uma cópia.

Fomos encorajadas a conhecer a CINEMATECA e também a Biblioteca Casa de Kozák, outro achado para as próximas viagens já que esta encontrava-se comprometida, por exemplo, com nossa visita ao MAE – Museu de Arqueologia e Etnografia na UFPR, agendada com a antropóloga Laura Pérez.

Nesse local foi-nos apresentado um acervo material muito bem organizado e guardado:

- 1- Armas (as pontas de flecha equivalem a cada demanda: a para caçada de onça em emboscadas; para anta, veado, porco e macacos maiores; para aves e espécies menores de macacos).



Figura 8 – Armas - MAE – UFPR.
Fonte: Acervo LAEE e PCA.

2- Borduna (uma arma para uma cacetada, como um porrete)



Figura 9 – Borduna - MAE – UFPR.
Fonte: Acervo LAEE e PCA.

3- Pincel (para limpar sangue de animais de caça)



Figura 10 – Pincel - MAE – UFPR.
Fonte: Acervo LAEE e PCA.

- 4- Brincos e Brincos de criança (é tirada a pele de cada pássaro, cada um é um brinco, é para homens, servindo de enfeite pessoal, nas fontes colhidas, não demonstra que eram utilizados em rituais, existem brincos de crianças)



Figura 11 – Brincos e brincos de criança - MAE – UFPR.
Fonte: Foto acervo LAEE e PCA.

- 5- Bolsa (confeccionadas com palha, fibras vegetais e palmeiras).



Figura 12- Bolsa - MAE – UFPR.
Fonte: Foto acervo LAEE e PCA.

6- Abanador (Palha e fibra vegetal)



Figura 13 – Abanador - MAE – UFPR.
Fonte: Foto acervo LAEE e PCA.

7- Tipóia (feitas de folhas de palmeira jerivá, para mulheres carregarem crianças)



Figura 14 – Tipóia - MAE – UFPR.
Fonte: Foto acervo LAEE e PCA.

8- Peneiras (pensada como objeto de uso descartável, pois eram nômades no espaço de seu território.)



Figura 15 – Peneiras - MAE – UFPR.
Fonte: Acervo LAEE e PCA.

9- Tanga (confeccionada através de tecelagem, com um tipo de tear)



Figura 16 – Tanga - MAE – UFPR.
Fonte: Acervo LAEE e PCA.

10- Flautas (confeccionadas de bambu, pequenas , médias e grandes (50 cm))



Figura 17 – Flautas - MAE – UFPR.
Fonte: Acervo LAEE e PCA.

11- Pau ignífero (para fazer fogo)



Figura 18 – Pau ignífero - MAE – UFPR.
Fonte: Acervo LAEE e PCA.

12- Perfurador (de lábios ou orelha)



Figura 19 – Pefurador - MAE – UFPR.
Fonte: Acervo LAEE e PCA.

13- Pilões horizontais (para socar folhas de erva mate nem pequeno almofariz, para fazer a bebida kukuai)



Figura 20 – Pilões horizontais - MAE – UFPR.
Fonte: Acervo LAEE e PCA.

- 14- Machado de pedra com cabo de madeira (com um laço de escalar árvore um homem e o machado de pedra preso às costas por uma corda para utilizá-lo no alto de uma árvore)



Figura 21 – Machado de pedra com cabo de madeira - MAE – UFPR.
Fonte: Acervo LAEE e PCA.

- 15- Líticos Xetá (afirmar que os Xetá estavam no período da idade da pedra por utilizar e modificar as pedras, do ponto de vista antropológico é um absurdo, segundo antropóloga que nos apresentou a cultura material).



Figura 22 – Líticos Xetás - MAE – UFPR.
Fonte: Acervo LAEE e PCA.

16- Armadilhas (para caças de animais de pequeno porte).



Figura 23 – Armadilhas - MAE – UFPR.
Fonte: Acervo LAEE e PCA.

17- Estojo de palmeira para guardar coisas e Travesseiros de madeira (um toco cortado ao meio)



Figura 24 – Estojo de palmeira - MAE – UFPR.
Fonte: Acervo LAEE e PCA.

18- Cocar de calda de macaco (não há muitas imagens em foto desse adereço)



Figura 25 – Cocar de calda de macaco - MAE – UFPR.
Fonte: Acervo LAEE e PCA.

19- Formão (ferramenta de osso – existem várias fotos deles utilizando essa ferramenta)



Figura 26 – Formão - MAE – UFPR.
Fonte: Acervo LAEE e PCA.

20- Garras de animais, dentes (método para ser mais ágil no caminho: escoriação).



Figura 27 – Garra de animais, dentes - MAE – UFPR.
Fonte: Acervo LAEE e PCA.

21- Pata de animais (Escoriação de rito de passagem das meninas)



Figura 28 – Pata de animais - MAE – UFPR.
Fonte: Acervo LAEE e PCA.

O conceito de riqueza e pobreza pode ser resignificado pela visão da cultura material, contrastando com o argumento de que índios são pobres por que vivem na mata sem recursos e instrumentos encarados pela sociedade nacional como sendo essenciais à sobrevivência.

Mesmo que na atualidade não seja possível, nem necessário, recorrer a essa cultura material como forma prática, de uso, para legitimar a condição milenar na qual eles estão inseridos, se faz necessário reconhecer a riqueza implícita e explícita no acervo Xetá – memória escondida em objetos que têm o valor de ressignificar e fortalecer a identidade cultural do povo Xetá.

A antropóloga nos ambientalizou em relação à cultura de material e a pesquisa sobre infância indígena que estão sendo elaboradas numa sala no museu de Paranaguá, cujo objetivo é organizar um acervo de Cultura Material Infantil, incluindo a Xetá. O Projeto de Exposição Permanente em Curitiba conta com a organização da sala sobre infância indígena. Segundo a antropóloga que nos acompanhava na visita e era responsável pelo acervo, só com o advento dos projetos objetivando a implantação da educação escolar indígena é que se iniciou o estudo recente e ainda assistemático sobre o tema. Além disso, estivemos numa exposição de imagens e adereços organizada na UFPR.



Figura 29 - MAE do prédio história da UFPR, exposição das culturas indígenas no Estado do Paraná.
Fonte: Acervo LAEE e PCA.

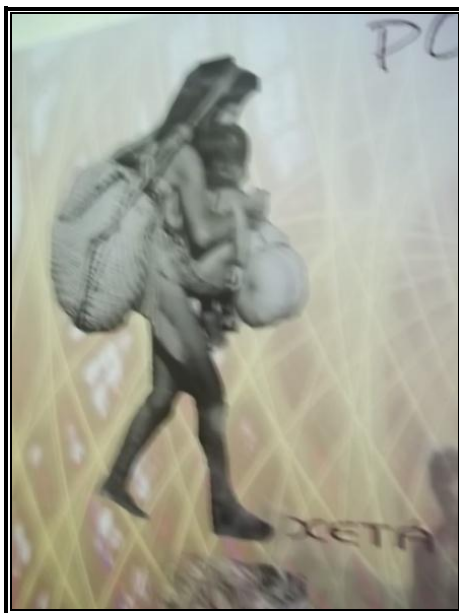


Figura 30 - Mulher Xetá/ MAE do prédio histórico da UFPR.
Fonte: Acervo LAEE e PCA.

Daqui se tira que os Xetá realmente existiram.

Maria Angelita da Silva

Maringá, PR.

19 de julho de 2011.

15h e 30m.

Relatório de terceira viagem a Umuarama e I viagem a Terra Indígena de São Jerônimo²¹

Dia dezesseis de agosto, estivemos em Umuarama a convidar para o evento IX Semana da Criança Cidadã o Procurador da República e a Antropóloga do Ministério Público em Londrina – ambos responsáveis pela causa do território tradicional Xetá no Judiciário. Pareceu-nos, em função das conversas que vínhamos estabelecendo com os remanescentes Xetá, que a causa do território é uma dos pilares fundamentais para o seu restabelecimento enquanto povo reconhecido. Daí o convite proposital às autoridades e a intenção de que além de escutar os índios, essas autoridades se manifestassem.

Na ocasião do convite, diante das queixas de TIG acerca de dificuldades no trato com os órgãos da Previdência Social, o Procurador a orientou a procurar a Defensoria Pública visando à instauração de processo judicial com aquela finalidade, o que fizemos tão logo finalizadas as tratativas com aquelas autoridades.

Contudo, ela não dispunha da documentação necessária à comprovação de sua pertença à etnia, o que se transformou num desafio! Segundo informação por telefone da assistente social da FUNAI (órgão do governo responsável por emitir declaração de legitimidade indígena), os critérios de comprovação de etnia são a língua falada, o território tradicional e a organização política – um cacique Xetá atestar por escrito sua origem étnica.

Também estivemos na Terra Indígena de São Jerônimo – no dia primeiro de agosto – para a divulgação do mesmo evento.



Figura 30 - Terra Indígena São Jerônimo. 01/08/2011.
Fonte: Acervo LAEE e PCA.

²¹ A viagem a Umuarama foi realizada com recursos próprios, a de São Jerônimo financiada pelo LAEE.

Sugeriou-se convidar ã, uma das remanescentes Xetá, que reside na Terra Indígena de Rio D'Areia. A ideia era inteirá-la do movimento de seu povo e convidá-la ao evento do PCA, já que TIG, juntamente com sua filha e seu neto, seus parentes, atuariam como palestrantes no evento.

Maria Angelita da Silva

Maringá, PR.

17 de agosto de 2011.

19h 00m

Relatório de viagem a Inácio Martins/ Terra Indígena Rio D'Areia²²

Na Terra Indígena de Rio D'Areia fomos convidar uma mulher Xetá – a mais velha do grupo remanescente – a participar da IX Semana da Criança Cidadã. Logo na quarta-feira pela manhã, motivado pelo clima desfavorável, o itinerário começou a sofrer alterações.

A ideia era, naquele dia, chegar a Inácio Martins – na Terra Indígena de Rio D'Areia –, estando acertado com o cacique da etnia Guarani, aproveitar a ocasião para entregar-lhe o material de divulgação do vestibular, atitude aplaudida por ele, já que sua irmã e outro rapaz pretendentes ao concurso não tinham ainda feito as inscrições.

Também estava prevista conversa informal com a remanescente Xetá, visando registrar sua narrativa, seu olhar sobre seu povo, sua infância, sua opinião sobre o futuro, com o fito de engajá-la no movimento do povo Xetá junto à universidade em prol do fortalecimento de sua identidade cultural.

No primeiro dia pernoitamos em Manoel Ribas, e na manhã seguinte seguimos à Terra Indígena Faxinal, para encontro com o cacique Kaingang, em sua casa; na varanda, em companhia de crianças, observamos homens confeccionando cestos e balaies, acompanhados de uma mulher tipicamente sentada no chão, com destreza e faca bem afiada preparando longas tiras para o entrelace.

Recebemos a sugestão de IRI, motorista da universidade, de nas próximas viagens trazer uma cesta básica ao cacique.

Na escola uma placa desgastada pelo tempo informava: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Na sala com aparência de biblioteca quatro ou cinco crianças de 8, 9 anos riam à nossa chegada, conversando em Kaingang – um deles com cabelo à moda moicano e piercing no nariz. Fizemos doações de material escolar, falamos com o professor de Educação Física sobre a pesquisa realizada em terra indígena, motivo principal de nossa viagem, já que estava previamente agendada para esse fim pelo LAEE, sendo a oportunidade de carona para realizarmos nossa atividade de divulgação do evento do PCA e aprofundamento de nossa pesquisa.

A diretora do Colégio Estadual Indígena Professor Sérgio Krigrivaja Lucas²³ informou que as escolas indígenas são estaduais, da mesma forma que, tradicionalmente, as séries iniciais e a educação infantil são atribuições do governo municipal. Comentou que no ano

²² Viagem financiada pelo LAEE.

²³ Terra Indígena Faxinal (Kaingang)

passado, apesar da elaboração da matriz curricular da escola, as séries iniciais e a educação infantil não tiveram currículo.

Informamos que estávamos prestes a iniciar atividades na rede municipal para trabalhar justamente com crianças daquela faixa etária, além de longa experiência com educação infantil, incentivando-a a comentar especificamente a educação infantil de sua escola. Ela informou contar com 10 crianças de 4 anos e, por haver sempre uma margem de ausências, tinha permitido mais 2.. Franqueou a observação das crianças da Educação Infantil do período da tarde, tecendo ainda comentários acerca do trabalho sobre animais desenvolvido pela professora de Artes na língua Kaingang que, ao expor a não índios, o faz na língua portuguesa.

Algo a merecer atenção especial foram as queixas de falta d'água, comum a todos os lugares visitados: Terra Indígena Pinhalzinho e Terra Indígena de São Jerônimo. As causas, quando descobertas, coincidem – predominantemente defeito nas bombas de sucção – no entanto, em São Jerônimo não nos foi possível saber o motivo da falta d'água. E na T.I Faxinal o caso se mostrou mais grave, pela duração de três semanas em que faltou água para o preparo dos alimentos e higiene dos utensílios, sendo necessários os serviços de caminhões-pipa.

Após o pernoite em Inácio Martins não conseguimos alcançar a Terra Indígena Rio D'Areia, sucumbindo à chuva e consequente inundação da via onde abundavam rios, pássaros, flores, casas de madeira... Além de vestígios de antiga ferrovia e estações desativadas.

Maria Angelita da Silva.

Maringá PR

7 de setembro de 2011,

18h e 30m

**Relatório do EESIP – III Encontro de Educação Superior Indígena no Paraná em
Matinhos/PR.
Viagem a Matinhos. 14, 15 e 16 de set. de 2011²⁴**

“Nós não podia fazer nada, nós era que nem Criança”

A.O. S

A citação inicial da epígrafe não é inocente, mas capturada da fala de AUG liderança Kaingang ligado ao CAIK – Conselho de Articulação Indígena Kaingang/ Região Sul, quando na Conferência Inaugural *“A Educação Superior Indígena no Campo dos Direitos”* propõe uma reflexão bastante lúcida.

Todavia fazemos um recorte para estabelecer relações com o estudo a que vimos nos dedicando há muitos anos, que é a criança enquanto autora social, alguém com merecimento de ser percebida e ouvida na plenitude de suas potencialidades e jeito de ser no presente...



Figura 31 - Abertura oficial do EESPI – Matinhos.
Fonte: Acervo LAEE.

Trazemos alguns fragmentos das conferências, mesas temáticas e de sistematização e grupos de trabalho e de apresentações. Começando pela reflexão na Conferência de Abertura, AUG que contextualiza a epígrafe que escolhemos para ilustrar o relatório:

²⁴ Viagem parcialmente financiada pelo LAEE.

Tema: Saúde e Educação – Kaingang – Sul de São Paulo, PR, SC, RS
 Habitação original _ No sul do Brasil as terras eram mais produtivas, por isso avançou a colonização – 1850 criou-se a lei da Terra (o governo criou). Trouxeram todos os modelos culturais diferentes, desrespeitando a cultura indígena, 1910 foi criada a SPI – Serviço de Proteção ao Índio – cria-se um órgão para entrar no sistema capitalista – trabalho forçado no SPI por muito tempo [...] nossos velhos plantavam soja nas terras indígenas [...] sete constituições na história do Brasil, mas não garantiu direitos aos indígenas, **SEMPRE O COLOCANDO COMO INCAPAZES: NÓS NÃO PODIA FAZER NADA, NÓS ERA QUE NEM CRIANÇA**”. Em quinhentos e onze anos, só na constituição de 1988 é que foi colocado alguns direitos: demarcação de Terras Indígenas, diferenciação de Políticas Públicas: saúde, educação e agricultura. Educação diferenciada, mas muitas vezes trazem prontas, nunca deram espaço para discutir o que nós queremos o Direito garantido na Constituição de 88. [...] Mexer com o governo é que nem cozinhar feijão velho, só cozinha na base da pressão. [...] O Nosso objetivo é incluir nossa Cultura na Universidade. A preocupação com a Cultura e o que vai aprender lá dentro. Nós tem outro jeito de PENSAR. [...] PAZ é uma palavra boa, mas a PAZ vai chegar quando a gente tiver organizado: dar as mãos, um respeito pela diferença da Cultura. [...] Civilização: O governo achou que não éramos civilizados. O jeito de viver, a organização social é Cultura. [...] Não é só abrir as portas da Universidade, é dizer [...] sim ao índio. O índio tem que ter condições, estrutura. [...] Comissão afirmativa: na universidade de Santa Maria RS. [...] Para nós o Passado está Vivo! O passado nunca vai morrer! É assim que nós pensamos! [...] Palavra pesada: Específica – fazer proposta para o governo. A nossa língua nunca foi escrita por nós. Ex: a palavra PAJÉ, não representa para nós.

Fizemos questão de descrever totalmente as anotações que registramos da conferência de AUG, mesmo com brechas, visto que o acompanhamento discursivo em tempo real exige habilidade que falha no capturar da reflexão e no exercício simultâneo de ir-se fazendo as relações no ato de registro. O que pretendemos destacar é justamente a Criança.

Quando AUG chamou nossa atenção para o modelo de relação estabelecido com o governo pelos seus órgãos (SPI, FUNAI...) e se referiu à natureza dessa relação como sendo de tutor, ou seja, de protetor, de quem ampara e cuida, contudo o conceito torna-se uma ameaça à dignidade dos “amparados” por essa tutela, pois exerce total controle sobre os sujeitos e restringe a liberdade.

[...] após o advento da Carta de 1988, a literatura jurídica (principalmente a doutrina civilista) continuou analisando a questão da tutela indigenista a partir do paradigma integracionista presente na Lei nº 6.001/73 – O Estatuto do Índio. Também no âmbito do Executivo (tanto na FUNAI como nos demais órgãos e instituições que se relacionam com a questão indígena) ainda são grandes as resistências contra a mudança de paradigmas, mantendo-se muitas práticas integracionistas, fundadas na relação de

dominação proporcionada pela ideia de tutela (LACERDA, 2009, p.559).

Portanto, quando AUG mencionou a relação tutelar entre não indígenas e indígenas, fez-nos refletir não no fato em si, que traz em seu contexto o pluralismo jurídico intercultural (SANTOS, 2011), mas na potencialidade de desencadeamento do fim da FUNAI, pois ela será obsoleta, precisamente porque é uma instituição de tutela de ‘menores’, de gente com menor capacidade jurídico-política. No enfoque que destacamos (pela importância da nova Sociologia da Infância) há discriminação presente no discurso: a menoridade que desde 1990 o Estatuto da criança e do Adolescente elimina da lei no referente às crianças, é ainda vigente como menoridade (negatividade) aplicada a outros grupos também discriminados.

Findado o evento reconhecemos um daqueles personagens, descoberto pelo cocar que portava em pleno traslado de ônibus, e influenciada por seu pronunciamento, demo-nos ciência de nossa condição de pesquisadora da questão da infância indígena e de que sua frase “Nós não podia fazer nada, nós era que nem criança” deixara-nos curiosa sobre como eles enxergam a criança, obtendo a seguinte resposta: “Nossas crianças tem liberdade e a gente ensina também”.

Considerando satisfatória sua resposta, contamos-lhe a pesquisa sobre a Infância Xetá, do evento Criança Cidadã, que a TIG convidara um Procurador da República para o evento onde ela mesma, sua filha e neto ministrariam palestras, e que na ocasião deixou-o ciente das dificuldades dela para aposentar-se – comprovação de vínculo com a terra, documentos comprobatórios de trabalho como artesã, exigência da FUNAI de declaração de um cacique.

Fazendo nós menções às dificuldades dos indígenas para articularem-se, ele relatou episódios ocorridos há mais ou menos dez anos, em Umuarama (época coincidente com o início do processo movido pelo MPF, conforme informações do próprio Procurador à TIG). Já naquela época os indígenas, mesmo os de outras etnias como ele próprio, (AUG é Kaingang) se articulavam para a demarcação do território Xetá.

Ele apontou um excelente caminho a seguir: há aproximados 4 anos (2007), citando outra etnia no Rio Grande do Sul – os Charruas – (também considerada extinta por não contar com mais de cinco, seis famílias) passaram pelo mesmo processo (insinuação de extinção da língua, informações propositadas/dissimuladas da sua extinção nos livros didáticos e na mídia...). Segundo ele, garantia de sucesso seria na causa dos Xetás, seguir o mesmo caminho da causa Charrua, já que o desfecho lá tinha sido a vitória.

Relatando suas articulações políticas em quase todos os processos de demarcação de Terra no Rio Grande do Sul, AUG - liderança Kaingang - colocou-se a disposição, inclusive

para participar do evento programado relatando experiências bem sucedidas, e encontrar-se com TIG, para atestar sua pertença à etnia.

No EESPI - Matinhos, apresentamos “*Povo Xetá: O fortalecimento da identidade cultural a partir da Criança.*” Entre os aspectos históricos e o papel protagonista da criança Xetá, houve manifestações, emocionadas, da vice-presidente do Conselho Regional das Mulheres Indígenas – Região Sul e do membro da Articulação dos Povos Indígenas – Região Sul.

Enquanto um dos pesquisadores descrevia a criação do Museu do Índio por Darci Ribeiro, na década 1950, no Rio de Janeiro, não foi difícil lembrar que, à mesma época, aqui no Paraná, à margem esquerda do Rio Ivaí, os Xetá experienciavam o extermínio; e só voltaram a ser lembrados enquanto povo bem mais tarde, quando a antropóloga Carmem Lúcia Silva promoveu o evento “Primeiro Encontro do Povo Xetá pós 1950”.

A vice-presidente do Conselho Regional das Mulheres Indígenas – Região Sul lembrou que na década de 70 era ainda criança, mas recorda-se de seu pai – Cacique de Marrecas acolhendo alguns Xetá dispersos; uma aluna e pesquisadora mencionou uma viagem à Terra Indígena de São Jerônimo em que conheceu um Xetá, ainda jovem cujo nome não lembra, interessado em estudar Arqueologia com o intuito de auxiliar no processo de demarcação de suas terras; e, mais surpreendente, uma das indígenas participantes informou em Chapecó (SC) existir uma Xetá estudando o último ano de Direito. E constatou-se que, ao contrário do que querem alguns defensores dos interesses econômicos que envolvem a questão indígena, a etnia Xetá não está extinta, mas dispersa por terras distintas. Mais do que isso, seu número reduzido de pessoas requer um tratamento particularmente dotado de estratégia e articulação política a fim de garantir os direitos historicamente violados, pois como bem expressa Santos (2011).

Não está em causa o número de indígenas que há neste país (de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 734.127). Penso, mesmo, que quanto menor for o seu número, mais importantes serão para o Brasil. E mais corajosas terão de ser as políticas indigenistas. Há processos de demarcação de terras que se arrastam há longos anos e o sistema judicial tem aqui uma grande quota de responsabilidades... (SANTOS, 2011, p.106).

Corroborando com nossa tese do direito à aposentadoria de TIG, a perita do Ministério Público Federal – presente no evento – ratificou a necessidade de apresentar à FUNAI o maior número possível de declarações dos caciques e lideranças indígenas dando conta da sua

condição de indígena. Um documento (ANEXO E) foi elaborado por nós no intervalo das oficinas²⁵ e recolhemos várias assinaturas.

Foram estes os signatários:

- *Augusto Ope da Silva, liderança Kaingang ligado ao CAIK – Conselho de Articulação Indígena Kaingang/ Região Sul;
- * Jovina Renh-ga, vice-presidente do Conselho Regional das Mulheres Indígenas – Região Sul;
- *Marciano Rodrigues – Articulação dos Povos Indígenas – Região Sul.
- * Elói Jacyntho – Presidente do Conselho Indígena Estadual do Paraná.

Maria Angelita da Silva.

Maringá PR

18 de setembro de 2011,

13h e 30m.

²⁵ Tivemos que procurar uma lan house para elaborar e tirar cópias dos documentos, assim como recolher dados – nº de CPF, RG e posição política entre a liderança indígena que estava presente no evento e aceitaram assinar as declarações. Posteriormente, recolhemos ainda outras declarações para o mesmo fim, estão em Anexo (E).

Relatório da IX da Semana da Criança Cidadã – Gênero, Etnias e Cinema
Universidade Estadual de Maringá – PCA

Celebraram-se pelo menos dois eventos importantes ao povo Xetá, em decorrência da “IX Semana da Criança Cidadã”. Um deles foi o LAEE – Tulha/UEM aproveitar a ocasião para produzir uma Oficina adiada de novembro do ano anterior (IV Oficina de Produção de Material Xetá – 03 a 06/11/2010).

O outro foi a presença de um Kaingang da Terra Indígena de Iraí-Rs (liderança ligada ao CAIK – Conselho de Articulação Indígena Kaingang/Região Sul), que, como consta do relatório anterior, era conhecedor da questão Xetá e aceitou o convite para estar na IX Semana da Criança Cidadã PCA/UEM. O líder Kaingang, reuniu-se à “liderança” Xetá para a elaboração da estratégia para a troca de informações acerca do processo de reintegração do território tradicional Xetá, há mais de dez anos tramitando na justiça.

Destaque anedótico, mas significativo, foi o “atropelo” ao protocolo do evento. A organização preparou três cadeiras na mesa, seriam chamados três nomes para compô-la e havia três certificados de participação. Havia a ausência de um deles, parte importante, já que a intenção fora conhecer a memória da infância Xetá em três atos, três narrativas, três gerações, com mediação de um amigo da família e doutor na área.

Apesar da ausência da filha de TIG, obrigou-se lidar com um número maior de participantes dispostos a discorrer sobre Memória da Infância Xetá. Os próprios índios chamavam seus conhecidos e compuseram a mesa – sete ao todo. Legítimos descendentes dos sobreviventes da chacina – exceção da TIG – que não é descendente e sim uma das oito crianças sobreviventes Xetá.

Outro aspecto que teve impacto foi que a organização do evento tinha sido avisada de que viriam somente adultos. Um dia antes avisaram que viriam também alguns adolescentes. Por fim, chegou também crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, o que foi maravilhoso porque pode-se constatar que em 2012 haviam ²⁶ tantos descendentes da etnia Xetá reunidos - um dado histórico.

Extrapolaram-se os temas, fugindo ao estrito tratamento da memória da infância para divagar por outros surgidos espontaneamente no decorrer das discussões: aposentadoria, cultura material, brincadeiras na mata, até desembocar na questão da terra.

²⁶ A fotografia do final do evento é uma amostra da quantidade de descendentes Xetá, alguns já haviam viajado de volta para seus lares, outros não compareceram, outros ainda, não estavam no momento da foto, outros, por motivo de força maior, não compareceram ao evento, no entanto eram muitos como o quer dizer a palavra Xetá em sua língua materna: Muitos!

Como já observado em várias oportunidades, na cultura dessas populações não há fragmentação de temas. Ao tratar de sua cultura e vida social, a abordagem é sempre coletiva, sendo necessária a inclusão dos mais diversos aspectos – desde a organização familiar, até questões políticas e econômicas.

Outro aspecto a merecer atenção especial é a ação momentânea com que conseguem organizar-se em torno de um objetivo: subitamente os participantes do evento viram-se agraciados com a apresentação do coral formado de meninos, adolescentes, jovens e adultos (todos do sexo masculino) a entoar “O Canto do Urubu” tão bem descrito na dissertação de Carmem Silva (SILVA, 1988, p.143) – uma expressão artística digna de louvor e admiração de leigos e pesquisadores.

Proveitosa foi a participação de convidados especiais, dentre eles a Analista Pericial em Antropologia do MPF- Londrina, representando o Procurador da República naquela cidade, responsável pela questão indígena na T I de São Jerônimo – território Kaingang, onde reside a família de um dos remanescentes Xetá; e o Procurador da República em Umuarama – território tradicional Xetá –, trazendo informações acerca do processo que tramita nos tribunais superiores em Brasília, confirmando o que já fora apurado por um dos líderes Kaingang presente no evento.

O envolvimento de pessoas a princípio alheias ao processo trouxe alento aos envolvidos na causa. A colaboração veio dos mais distintos lugares, desde indígenas de etnias diversas dos Xetá, até acadêmicos da UEM, um dos quais se prontificou à criação de um site visando divulgar a causa, inclusive disponibilizando conteúdos na Wikipédia no intuito do contraditório a muitas informações distorcidas da realidade a circular nos meios de comunicação.

Vendo o ônibus lotado conduzindo para as residências o povo Xetá, ficou patente a existência de uma etnia que insiste em contrariar todas as estatísticas de extermínio: eles se dirigiam à T I de São Jerônimo – território Kaingang que abriga índios Guarani, e que também é “casa” de Xetá. Eles foram pós-contato, um grupo de crianças de não mais que 6, 9 anos.

Mas, contrariando todas as expectativas do colonizador que, imaginando o seu desaparecimento a partir da imposição de uma cultura a eles profana, eliminando-os ou submetendo-os às famílias ou ao Estado, aquelas crianças, quais sementes enterradas nas profundezas para nunca germinar, ressurgem prestes a, naturalmente, re-criar uma nação pela cultura. Prova disso é que no dia 27 de setembro de 2011, no evento do PCA “Criança

Cidadã”, lá estavam filhos e filhas, netos e netas, bisnetos e bisnetas de alguns daqueles remanescentes.

Adiante transcrevemos algumas falas e narrativas capturadas nessa noite de atividades acadêmicas e de valor étnico e histórico tanto para pesquisadores, quanto para essa população tradicional, genuinamente paranaense que vivencia um processo vigoroso de luta política, legal e social.

A introdução foi presidida, por um sacerdote católico presente, amigo da família de uma das remanescentes do extermínio e colaborador na organização do formato para as narrativas da memória da infância Xetá:

Boa noite a todos, este fato é realmente histórico para todos nós, para gente realmente ter oportunidade de ouvir aqui algumas pessoas, o Povo Xetá que muita gente considera que já não existe mais, mas nós estamos vendo que eles estão aqui e estão prontos para continuar essa batalha por aquilo que lhes foi tirado e esse pessoal é muito próximo de nós, daqui onde estamos, não é? Na nossa região do Paraná, do noroeste do Paraná. Então aqui está um grupo de pessoas que esta noite nós vamos fazer o exercício de ouvi-los. Depois se pode fazer um questionamento, alguma coisa no final talvez. Mas é o momento de conhecimento, de respeito, de olhar a situação desse pessoal, até porque esse pessoal passou por uma tragédia e passa ainda, né? Por uma tragédia. Uma tragédia étnica. Essa tragédia como já foi falada um pouquinho aqui, começou com essa implantação da colonização aqui no Paraná, no norte do Paraná já, né? Depois do litoral, do centro do Paraná, já o norte que foi o último a ser colonizado aqui [...] e isso fez com que esse povo começasse a deixar os seus lugares, a sua terra, seu território e fosse sendo empurrado então ali para as margens do Ivaí, já descendo o Rio Paraná, Douradina, né! Inclusive lá é aquela região onde nasceu Ivaté, Serra dos Dourados, toda aquela região, inclusive a Tiguá nasceu lá naquela região, da fazenda Santa Rosa [...] então nos temos um povo aqui hoje, mas naquela região não tem mais nada. Só tem gado, cana etc... Essa colonização então fez isso, os colonizadores, tem relatos, né, arrancaram as crianças dos pais levaram embora [...] achavam, eu imagino, que os indígenas não sabiam como criar seus filhos e que de alguma forma aquilo ali não iria acabar muito bem [...] até porque a colonização avançava e esse grupo foi sendo descoberto aos poucos. Graças à Deus a UFPR no final da década de 1940 e início da década de 1950 fez o contato com esse pessoal. Um grupo familiar, acho também que isso aqui é importante, né! Onde existe a criança, onde está a criança? E aqui um grupo familiar se aproxima, aqui é a história que conta, dessa fazenda Santa Rosa, que esse grupo começa fazer esse contato, já havia a história de que havia índios aqui nesta região, nós estamos falando de 1940, gente, de 1950. Há pouco tempo atrás, né, não é muito tempo, se nós considerarmos História, não é muito não. E uma das maiores tragédias que temos, é que na década de 1950 eles passaram a não existir, até a década de 1960 tinham notícias de alguns e agora o que aconteceu? Há relatos também de que esse pessoal foi levado de caminhão embora. E não se sabe onde deixaram esse pessoal. Aí nós vamos encontrar depois, através de pesquisadores, como a Carmem, nós vamos encontrar a Tiguá que já estava em Umuarama com sua família, nós vamos encontrar aqui em São Jerônimo

da Serra, em Rio das Cobras, depois em São Paulo também é encontrado, Santa Catarina... Então por lá, existe um povo, mesmo que bem resumido, existe um povo por aí! Se considerava já extinto, até se não me engano, salvo engano, a FUNAI também já considerava extinto. Então eles tiveram que provar para a própria FUNAI que eles existem! Eles estão aí e tão lutando! Então nós temos uma história das crianças e gostaria de chamar a atenção para isso, num contexto de dramaticidade, de tragédia. A Tiguá mesmo conta e ela pode falar depois que ela ficou um ano sem falar nada, sem falar nada, com a família que ela ficou que ela chamou para viver junto, não sei bem se “chamou” seria bem esta proposta, eles estavam morando ainda lá, na fazenda Santa Rosa. Esse povo que está aqui hoje, que ficamos o dia inteiro nesta oficina e aqui com o PCA à noite nesse momento importante de entendimento das crianças. Então as crianças que naquela época fizeram contato, hoje os filhos das crianças daquela época, netos e bisnetos são três, não são quatro gerações em meio a essa dramaticidade, essa tragédia. É por isso que eu falei, vamos ouvir o que eles têm para falar. [...] Mas, o principal dessa noite é ouvir o que essa gente tem a dizer a respeito da sua infância e como viveu essa infância nessa dramaticidade e como eles hoje são. A Carmem com o seu trabalho ajudou esse pessoal a se encontrar, eles não sabiam que os outros estavam vivos, achavam que só os que estavam perto, estavam vivos. Mas esse povo soube que estavam vivos, se reuniram e começaram a trabalhar, a lutar pelos seus direitos. Esse povo ressurgiu e provoca todos nós a uma reflexão que vamos todos fazer: Existe sim o grupo Xetá! Esse grupo étnico, esse povo tem alguma coisa para dizer. Hoje eles são um grupo bastante grande, de uns 90, não sei, ou mais. Vocês vão percebendo aqui né, hoje como eles estão constituídos. Houve depois casamentos entre Xetá e Guarani e Kaingang, depois vocês vão perceber isto também e como sobreviveram diante desta situação. Agora vamos deixá-los falar, daqueles que eram crianças primeiro. Eu não sei se o Claudemir gostaria de falar da memória de seu pai que era um sobrevivente. Ou a Tiguá fala um pouco da sua infância.

Nesse momento foi passada a palavra a TIG, nosso primeiro contato Xetá, que apresentou uma narrativa semelhante à colhida pela antropóloga Carmem Silva dez anos antes (1998, 2003), também em entrevista do LAEE em oficinas ocorridas anteriormente, mas que, entretanto, não diminui o mérito de sua narrativa no evento desta noite, principalmente porque evidencia a negligência ainda reinante em relação aos Xetá:

Boa noite! Boa noite mesmo?! O que eu quero falar é da minha infância. A minha infância, ela foi ela foi, como é que eu te digo...Ela foi, como Pe. CAR falou, ela foi tirada. Eu fiquei um ano sem falar nada! Fechada! E a minha madrinha que me criou, ela achava até que eu era muda. Achava, porque eu não falava nada, nada, nada. Daí um ano eu comecei a conversar com filha dela que era pequena. Daí ela ouviu eu conversando. Daí ela falou como marido dela: “Antonio, a Tiguá fala! Ela não fala de vergonha. Daí começaram a falar comigo e eu comecei a falar porque eu pensei se eu não falasse eu não iria chegar a lugar nenhum, daí comecei a conversar. A minha infância foi muito sofrida, alguns foram morrendo, outros foram indo embora, o Mã, [...] depois eu fiquei sozinha, perdi o contato com os Xetá, tanto é que não falo a língua Xetá, alguma coisa eu entendo, alguma coisa eu lembro, mas eu não consigo falar porque eu esqueci, fiquei sozinha, quando

Geraldo era mais novo ele me contava a história, porque ele era mais velho que eu, ele contava que os avós bem lá longe, bem lá trás, que o mundo tinha acabado em água e que agora ia acabar em fogo, dos pais dele bem lá de trás contava para ele. Quando ele era vivo ele contava também, porque ele era pequeno também, só que era mais velho. Então foi isso que de repente eu fui esquecendo de tudo, porque não tinha mais índio perto de mim para falar para me contar. Um pouco do Tikuein, o pai do Claudemir que aqui está, ficou com a gente lá, de repente tiraram ele e o pai dele e a gente se esqueceu, então isso foi a minha infância eu lembro de pouca coisa, então é isso que é a minha infância, porque eu lembro de pouca coisa...

Agora o apresentador continua a narrativa comentando que Tigúá na língua Xetá é menina e que ela não viveu o ritual de passagem. Então ela comenta:

Tigúá na língua Xetá quer dizer menina, eu sou uma velha menina. Uma velha menina e meu neto aqui se chama Tikuein que na língua Xetá é menino. Indianara o nome de minha filha, mãe de Willian é beija flor. O nome de Willian eu esqueci o que é o Willian. (...) O pai da gente vai caminhando pelo mato e vai olhando e coloca o nome da gente com um bicho do mato, ou alguma coisa que ele vê no mato, um animal, era assim...

Na sequência seu neto inicia sua narrativa, respondendo ao apresentador a pergunta de como a professora reagiu ao saber que ele viria a Maringá falar de seu povo e sua infância: “Eu falei que eu ia vir para cá falar sobre meu povo, né! Daí ela perguntou de que povo eu era e eu falei que era dos Xetá. E ela falou que era muito bom que eu viesse”.

O mediador comenta que o adolescente nunca diz que é Xetá, só quando perguntam a ele. Ele mostra-se disposto a lutar com seu povo, qualificando-a de uma grande luta, principalmente pela terra. Então recordamos que na oficina de agosto de 2010, quando nos conhecemos, ele disse que queria aprender a língua de seu povo e que sempre acompanha a avó em atividades que envolvem a revitalização cultural. O mediador lembrou que no dia 19 de Abril, fizeram TIG se fantasiar de índia. “Eles vestiram uma indígena de índia, porque se ela está de calça, camiseta e tênis, ela não é uma indígena. [...] Vejam como é a construção das imagens na nossa cultura”.

Na sequência foi passada a palavra a outra Xetá, viúva de um dos remanescentes:

Boa noite a todos! Se eu tiver alguma falha, vocês me perdoem, é a primeira vez que me colocam assim, né, para conversar. Eu to muito feliz de estar no meio do povo Xetá, que meu esposo era um Xetá, ele falava as coisas para mim, e eu aprendi muitas coisas, ele faleceu, mas eu considero tudo eles. Mas muitas coisas que Tikuein falou para mim eu ainda lembro. Eu vivi muito tempo com ele e nós tirava horas para conversar. Para ensinar os filhos dele, mas só quem aprendeu foi o Claudemir. [...] O que ele falava

para mim eu guardei na cabeça, ele falava do povo dele [...] Com tudo eu tenho 43 netos e 6 bisnetos.

Seu marido, que era criança à época do extermínio, cresceu, casou, morreu, mas seus descendentes hoje são na maioria jovens, adolescentes e crianças. A próxima a se manifestar na composição da mesa, uma garota Xetá de 14 anos que vive na terra Indígena de São Jerônimo, é uma de suas netas:

Eu tenho catorze anos, a gente brincava com as coisas que meu avô fazia, a gente ajudava ele, flecha essas coisas, mas ele veio ainda criança para cá, por isso muitas coisas ele esqueceu. [...] Hoje tem só esporte nas reservas, a gente joga futebol e eu sou atacante. A gente estuda e de tarde a gente joga.

A próxima a se manifestar, da etnia Kaingang, foi casada com um dos remanescentes Xetá, considerado um dos guardiões da memória do seu povo:

Boa noite a todos e a todas! Eu gostaria de agradecer esse pessoal que está aqui dando uma força para nós, então com licença da mesa, dos componentes da mesa, do pessoal que estão aqui. Eu gostaria de fazer uma homenagem na língua Kaingang, eu vou cantar, pode ser? [...] Esse hino é que Deus ajude nós nessa luta, ao povo Xetá, e todos que tão correndo nesta luta. Também quero dizer que eu estou aqui representando o povo Xetá que mora em Curitiba. Nós somos povo Xetá em São Jerônimo, também em Guarapuava, temos também povo Xetá em Santa Catarina e a gente tem o prazer de um dia estar todo reunido para fazer um encontro nosso. E eu sempre acompanhei a luta e vou continuar lutando porque quando o meu falecido esposo estava para morrer e conseguia falar, ele pediu para mim, que não abandonasse o povo que a luta ia continuar, [...] que tinha eu, que ele tinha esperança ainda. Então quando eu estou com vocês eu fico muito emocionada. Por que você vê uma pessoa que passou a vida inteira lutando por aquilo que era seu e acabou morrendo e a luta ficou. Mas eu quero dizer para vocês que nós temos 12 netos e 5 bisnetos, filho de Xetá, filho do Tuca. E nossa luta vai continuar! Quero dizer para vocês que com o Tuca eu tive três filhos: José Ubirajara, Índioara e Indianara e eles estão na luta também junto conosco. Muito obrigada.

Um dos jovens presentes, narrava histórias que ouviu de seu padrasto sobre seu rapto e como foi trazido de volta ao seio de sua família:

Boa noite a todos! Então o finado meu pai contava que levaram ele, e deram banho nele e usaram sabonete e colocaram roupa nele. Mas quando seu pai Mã o encontrou o trouxe de volta, tirou aquelas roupas e pendurou numa árvore bem alta e sua mãe não conseguia abraçá-lo pois “fediu” sabonete, então o levaram até o rio e deram banho nele e passaram areia em seu corpo para tirar aquele cheiro. Só depois sua mãe pode abraçá-lo. Depois o branco roubou ele de novo e levou para cidade, e ele não conhecia sal, eles não

usavam sal, e então ele começou a ser criado por branco, e não comia comida com sal [...].

Para finalizar a narrativa do povo Xetá, um deles, considerado o Líder Xetá, fez uso da palavra:

Eu agradeço novamente a todos e todas. Quando a gente começa a falar do povo Xetá, o próprio falante se emociona um pouco, por que foi um massacre muito grande com o povo Xetá, de 2.500 índios, conseguiu sobreviver só 12 pessoas. Agora vocês reflitam só para vocês verem é um massacre muito grande, por isso a gente se emociona muito, e agente se esforça para não se emocionar muito se não acaba não saindo anda porque só Deus sabe o que nós passamos por dentro. Meu tio Tuca e meu pai Tikuein morreram lutando pelo povo Xetá, meu pai faleceu em Brasília, ele foi fazer um trabalho na luta do povo Xetá, foi concluir um trabalho Xetá, mas infelizmente houve uma fatalidade em Brasília, foi uma semana de pesadelo para nós a gente aguardava e zelava esperando o corpo dele dia e noite, foi uma semana cheia de sofrimento, e foi um descaso muito grande que eu nem gosto de estar comentando muito, na realidade eu tenho que comentar, não pode ser esquecido...Foi uma luta de 25 anos atrás que estava o meu tio Tuca, o meu pai Tikuein, meu tio Kuein, eles eram mais velho e estavam lutando por nós, infelizmente aconteceu esta fatalidade que nós perdemos todos os nossos líderes [...] e muitas vezes, a minha tia sabe disso, né tia Belarmina? Nas escolas, na internet, uma coisa de muito mau gosto que não existe mais Xetá, que a etnia Xetá uma alerta para o Brasil e o mundo, isso não é verdade, isso é uma tremenda de uma mentira, está aqui para todos vocês verem e demais pessoas, que somos nós. Hoje a maioria do povo Xetá é encontrado na reserva indígena São Jerônimo da Serra, hoje nós somos em 87 pessoas só na reserva indígena de São Jerônimo da Serra, que é a família do Tikuein e da mamãe que está comigo aqui, que é tudo em nossa vida, porque se não fosse ela e o papai nós não estaria aqui. E eu tenho uma surpresa para vocês, nós ficamos o dia inteiro trabalhando na oficina de revitalização da língua Xetá e foi pedido para nós fazer um cântico lá, a gente foi convidado para vir aqui a noite e eu preferi deixar para fazer aqui com vocês. É um canto na língua do Povo Xetá, eu gostaria que vocês prestassem muita atenção: canto do Urubu.

Logo após a apresentação foi aberto o debate com o público, as duas primeiras questões levantadas foram a respeito da ocupação do território Tradicional Xetá e também a respeito das brincadeiras que crianças Xetá praticavam na época anterior ao contato com não índios.

CLA começou respondendo sobre a ocupação do Território tradicional Xetá:

Sobre o ocupamento da nossa terra, hoje está um processo que está ocorrendo há vinte cinco anos atrás. Então, está em negociação para que os ocupantes de lá serem indenizados, porque eles estão lá há muito tempo e também não vão sair de lá com a mão abanando [...] só que infelizmente o processo é muito longo, é uma burocracia muito grande. Então a gente

espera que [...] se resolva, a gente está organizando uma comissão para ir até Brasília. [...] A gente espera que dentro em breve a gente esteja renegociando de novo, indo até Brasília para saber como está sendo esse processo das terras dos Xetá.

Então, acabei de receber a informação que a antropóloga LUC tem informação do procurador ROM, eu gostaria de saber se ela tem alguma novidade aqui para nós? Será que seria possível ela falar alguma coisa para nós aqui?

Antes da antropóloga se pronunciar, RAF, do Ministério Público Estadual fez referências ao tema do debate:

Boa noite! Eu posso falar um pouco no geral, não devia eu falar em nome do Ministério Público Federal, mas falo de algumas experiências e a LUC pode falar de questões específicas [...] Em vários episódios no Estado do Paraná, há uma atuação, uma tendência de atuações do Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal e essas atuações só são possíveis quando atuam num tripé: ministério público e nem precisa ser o ministério público, pode ser uma associação civil que tenha um advogado que tenha as ações legais, mas geralmente o ministério público tem esse papel. Segundo tripé é a academia que dá suporte técnico, que na causa de pedir ao ministério público para que aconteça ou não aconteça. Não adiante a academia achar, o ministério público achar, se as pessoas que estão diretamente interessadas não estão mobilizadas. Isso acontece com pessoas impactadas por barragens. Isso acontece por pessoas contaminadas, por exemplo, no caso do ministério público estadual e também federal, as pessoas que são contaminadas por chumbo... Então tem que ter essas três coisas, não adianta o ministério público querer [...] então esse tripé público, ministério público ou entidade capaz de ajuizar ações, no judiciário, o direito. Ele já esteve presente, na minha experiência pessoal, o ministério público, o Nupélia e o rio Paraná, [...] ou a gente continua fazendo vários trabalhos nesse sentido. Aqui a gente tem a população certamente e em algum momento houve num certo momento uma situação não forçada por respostas e perguntas onde pessoas se denominam Xetá. E exame de sangue não é critério para se definir etnia entre afros descendentes, nem para italiano para se conseguir dupla cidadania, basta comprovar de tem alguma ascendência italiana [...] que dirá para se dizer Xetá. Então esse critério se existe em relação ao público, existe a academia, que, portanto hoje está cumprindo seu papel e está aqui hoje, de produção de conhecimento, de gravar as falas, os cânticos... e o ministério público federal [...] e o ministério público federal tem em Umuarama um procedimento que trata da questão, na verdade existe uma oposição, um deputado federal do PMDB “Cerrado” que já organizou um projeto de lei para que não saia, esse processo é de reconhecimento do território, então é necessário um procedimento junto a FUNAI para que seja feita a pesquisa para que haja a caracterização do território tradicional de ocupação [...] esse processo é perfeitamente possível, é um processo, por que tem gente que quer, tem gente que não quer, tem gente que é contra, é um processo, por isso a necessidade de articular, o ministério público tem todo um procedimento tem capacidade para fazer isso, tem legitimidade das pessoas interessadas e a academia pode fazer isso que é um exemplo concreto de tripé em defesa do interesse nesse caso coletivo né!

A seguir a contribuição da antropóloga perita do ministério público federal:

Boa noite a todos, eu sou a LUC, sou antropóloga do ministério público federal, diferentemente do Dr. RAF, que é promotor de justiça que é membro do Ministério Público Estadual, eu sou uma servidora do Ministério Público Federal e falo pelo ministério público, os procuradores da república, no caso o Dr. AKI de Londrina como ele citou (RAF) e Dr. ROM de Umuarama, a área onde foi delimitada a Terra Xetá. O que eu poderia estar dizendo sobre essa terra [...] o que trava tanto esse processo: Toda identificação de área indígena, ela começa como? Com a demanda da população, a partir do momento que vocês falaram que a pesquisadora Carmem e outras pessoas começaram a colocar os Xetá em contato um com o outro. Eles se descobriram, somos um povo afinal de contas, temos direito, o Estado nos reconhece, temos que ir atrás da questão do território. E foi feito, foi iniciado um trabalho, dentro da FUNAI que é um trabalho de identificação e delimitação da Terra Indígena, no sentido de reconhecer que existe um território tradicional e propor um limite para ele, uma equipe técnica, composto por um antropólogo, um ambientalista, tem uma série de critérios que tem que ter. Foi feito esse estudo e estranhamente parece que nem chegou a sair a portaria declaratória. Eu imaginava até [...] que tivesse uma... Porque uma terra indígena ela pode ser contestada por duas coisas: uma administrativa [...] são aquelas pessoas atingidas pela delimitação contesta, no caso um fazendeiro, por exemplo, a área que foi delimitada para os Xetá ela não é de um pessoa, são várias pessoas que tem a titulação, inclusive bancos. É uma área que, o que eu me lembro do relatório, em termos de impactos sociais, deslocar populações mais desprovidas, nem seria o caso, a maioria lá são grandes propriedades, teria um impacto social , eu diria até menor, olhando desse ponto de vista econômico, muitas vezes alguém pode entender, mas é uma grande instituição, um banco, não é? Mas não tem um impacto social de populações que ficariam desprovidas de recursos, não é o caso dos Xetá. Mas a outra via, a gente sabe que sempre existe a situação justicializar, eu até havia imaginado que já teria justicializado, mas não foi. Toda a questão está parada na FUNAI e daí eu queria de fato fazer uma reflexão para entender por que o processo Xetá está parado e eu faço algumas reflexões antropológicas: A FUNAI hoje, e é só para você só para vocês verem, eu estava lá hoje [...] existe uma lista de reivindicações, mas de quatrocentos pedidos de identificação, revisão em andamentos de áreas. Cem processos já começados, como é o caso dos Xetá. E aí o que acontece, eles procuram trabalhar mais assiduamente naqueles casos que primeiro, os critérios né, os grupos que estão vulneráveis, os grupos que estão ameaçados sob o território e os Xetá, o que singulariza os Xetá dentro desta situação é o fato deles não estarem na terra, isso faz com que a FUNAI proteja todo o processo. O Sr. Augusto, não sei se ele está aqui usou uma palavra ótima para explicar como as política públicas no Brasil são efetivadas: É que nem feijão velho, só cozinha na base da pressão! A política pública no Brasil é isso: você só efetiva alguns direitos e algumas políticas públicas com as sociedades diretamente afetadas em parcerias com as instituições, ministério público, as universidades pressionando, por quê? Existe uma demanda imensa lá na FUNAI, se as pessoas realmente não chegarem e disserem é urgente, vai ficando, vai ficando. E aí eu estava aqui quietinha ouvindo vocês e eu também tenho uma pergunta para os Xetá: A gente viu na fala de vocês o quanto essa primeira geração Tiguá, Tikuein, Kuien, Tuca, foram pessoas que saíram da infância, como eles tiveram que se adaptar com um mundo completamente novo [...] você Tiguá passando um ano sem falar [...]

viver o processo de adaptação que foi realmente complicado. Muitos de vocês como líderes da segunda geração, como que vocês estão se preparando como povo para efetivamente voltar a viver junto num espaço, que é um desafio, cada um tem uma vida, um está em Curitiba, começou a construir seu caminho. Tem o pessoal que está em São Jerônimo. Tem em Umuarama. Como é que vai ser fazer isso? Como é que vai ser isso, deixa tudo para trás, começa uma vida nova? Como é que vocês estão se preparando para isto e como vocês estão preparando a geração seguinte, as crianças? É que eles é que vão efetivamente ocupar o território muito mais do que vocês, eles correm o risco e assim a gente espera, de usufruir de tudo isto. Essa seria minha pergunta para vocês, como vocês pretendem fazer esse movimento de volta e o trabalho com as crianças?

Fazendo um parêntese no relato, vale comentar sobre o exposto pela perita, trazendo o autor Santos (2011). Ele lembra que a questão indígena tem que ser enfrentada como um grande problema deste país e afirma que

Os atrasos nos processos de demarcação ocorrem, por que, obviamente, conflituam com muitos interesses. Aliás, nem os governos, nem a FUNAI têm tido um papel meritório neste domínio. O Ministério da Justiça tem devolvido processos à FUNAI, onde ficam parados. Cria-se, assim, um limbo administrativo. E não se podem esquecer as grandes pressões sobre o governo por parte de interesses regionais muito fortes. É um tema muito controverso e nele se chocam interesses antagônicos, mas, precisamente por isso, deve ser frontalmente enfrentado (SANTOS, 2011, p.106).

O mediador da mesa, Pe. CAR agradeceu a participação do Ministério Público, mas lembrou que havia ainda a pergunta a ser respondida por WIL e YON sobre brincadeiras e brinquedos Xetá. WIL, doze anos, neto de TIG inicia respondendo:

Um dos brinquedos que eles brincavam eram de argila, eles faziam bonecos de argila [...] várias coisas. Eles faziam também de cera de abelha, eu acho que é só isso. Tem o Bruno, um jovem Xetá que faz os brinquedinhos, os bichinhos, os animaizinhos. Ele está aqui conosco, acho que saiu...

E a YON, adolescente de quatorze anos, sobrinha de CLA da terra indígena de São Jerônimo: “Eles brincavam com bichinhos de cera e meu tio sabe fazer (se referindo ao Bruno)”. CLA toma a palavra para responder:

Sobre esta questão que foi perguntado pela antropóloga LUC, qual é a movimentação nossa para o nosso povo ocupar nosso território. Isso aí já está planejado há muito tempos atrás. Hoje mesmo à tarde eu tive falando que o maior sonho do povo Xetá é se reunir todo seu povo em seu território. Porque hoje nos convivemos no território dos povos Kaingang e dos povos Guarani. Graças à Deus que nunca fomos excluídos no meio deles. Tudo os benefícios que chega é repartido em partes iguais, mas nem por isso a gente deve cruzar os braços, ficar só na sombra deles. Porque a gente precisa do

território, chega também dos outros pegar na nossa mão para gente poder caminhar, para a gente poder caminhar com as nossas próprias pernas e aprender andar sozinho. Sobre essa questão se o nosso povo... nós já estamos preparados, nós já temos destino certo do que vamos fazer dentro do nosso território, certo!

Concluimos as atividades aproveitando a ocasião solene para entrega das declarações de confirmação da etnia Xetá de TIG para fins de aposentadoria dela como indígena.



Figura 32 - Filhos, netos e bisnetos de D. C. e Tikuein – T. I. de São Jerônimo - E Bel. e o neto dela com Tuca. 27/09/2011, 23h, UEM – Maringá PR. IX Semana da Criança Cidadã – PCA.
Fonte: acervo LAEE e PCA.

Deste relatório depreendemos que questões que envolvem o conceito de existência, cultura política e social no contexto indígena, servem de denúncia de como ainda estamos aquém de um desenvolvimento eficaz de Direitos Humanos.

Maria Angelita da Silva.

Maringá PR

30 de setembro de 2011,

15h e 00m.

Este seria o último relatório desta fase de pesquisa inicial, porém, eventos ocorridos posteriormente levaram a outro evento: uma oficina para planejamento da elaboração de material Xetá para um projeto itinerante: o povo Xetá, em parceria com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná/Universidade Estadual de Maringá, viajando pelo Estado, nas escolas públicas expondo a Cultura Xetá, iniciativa da SEED.

Outro ponto a merecer destaque pela importância que reveste, por ilustrar a condição do (a) indígena brasileiro (a), é a questão da aposentadoria aos seus idosos. Nesse sentido continuamos em contato com a assistente social da FUNAI em Londrina, com quem tratamos do caso de TIG.

Relatório da VI Oficina Pedagógica Xetá



Figura 33 - Passeio dos pesquisadores e algumas pessoas da população Xetá no dia 23 de novembro de 2011 – Maringá PR. Início das atividades da VI Oficina Xetá.
Fonte: Acervo LAEE e PCA.

- 25 de novembro (sexta-feira) de 2011: Encerramento da oficina, ainda pendente a questão da aposentadoria de TIG. As unidades da FUNAI de Chapecó (SC) e Londrina (PR) conversam, orientam, incluem o MPF no caso, resultando no documento de instrução normativa (ANEXO E). Não é garantia de êxito, mas um bom começo

Os órgãos governamentais (FUNAI, MPF, Defensoria Pública...) afetos à questão são unânimes quando apresentam as dificuldades suscitadas com o pedido de aposentadoria de TIG por ela não estar vinculada a nenhuma terra indígena ou cacique, além de não comprovar

atividade artesanal Xetá. Diante das recusas só resta apelar à sua condição inteiramente peculiar, alertando sempre para a necessidade de levar em conta o contido na dissertação “Sobreviventes do Extermínio – Uma Etnografia das Narrativas e Lembranças da Sociedade Xetá”, da antropóloga Carmem Lucia da Silva, onde se escancaram as dificuldades práticas enfrentadas por TIG (o fato de ser capturada pela sociedade nacional ainda criança, ser tirada do convívio de seu povo, sua cultura, sua língua, trabalhar como doméstica...) para obter todos os documentos que a legitimam como indígena Xetá.

A questão dos documentos é apenas uma pálida amostra dos entraves a superar, pois, a dificuldade de reconhecimento do direito a aposentadoria, sendo ela brasileira e cidadã Xetá, denuncia uma realidade que merece especial atenção no que diz respeito aos direitos humanos, à política e à cultura.

Nesse sentido, sendo a FUNAI o órgão federal responsável por excelência a aplicação de leis e direitos indianistas, fica a reflexão

Se colocar em causa a importância garantista das transformações trazidas pelo reconhecimento constitucional dos direitos ancestrais indígenas (reconhecimento de sua organização social, costumes, língua, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam) [...] E, se levada a sério, essa política de reconhecimento levará, a prazo, ao fim da FUNAI. Isto é, se esta política tiver êxito, a FUNAI será uma instituição obsoleta, precisamente por que é uma instituição de tutela de ‘menores’, de gente com menor capacidade jurídico-política (SANTOS, 2011, p.118).

Nesse contexto dramático de busca de conquista de direitos torna-se difícil lutar. Leis existem, políticas públicas não as cumprem e instituições e órgãos públicos com o fim de cumprir a lei, atuam num contexto em que povos inteiros ficam à margem de sua aplicabilidade. É o caso do povo Xetá: sem o seu território tradicional ocupado, sem sua língua vitalizada, sem seus costumes e tradições devidamente preservados, enfim com seus direitos violados. As leis e exigência para obtenção de declaração da FUNAI de legitimidade indígena Xetá nem estão apresentadas de forma a compor a especificidade de sua condição de existência, ou seja, a invisibilidade legal legitima sua invisibilidade oficial: Documentos que comprovem sua etnia, ao menos no modelo “oficial” não existem, logo ela não existe. Simples assim.

Dos relatórios extraímos que:

a) O povo Xetá existe, mesmo que sua existência tenha sido marcada por uma invisibilidade sistemática e histórica, ou seja, intencional;

- b) Suas crianças e adolescentes são parte fundamental dessa existência e denunciam o genocídio pretendido e a negatividade geracional e étnica a que foram submetidos, mas resistiram;
- c) A singularidade das estratégias, a criatividade dessas crianças registra a memória de um povo e a Cultura da Infância Xetá protagoniza essa memória;
- c) Discursos e poderes compõem o mosaico antropológico e político que apresenta o povo Xetá na sua invisibilidade histórica, porém a cultura política enquanto articulação de recursos à participação social pode tornar-se uma ferramenta importante de luta por existência e visibilidade.

Há muito a ser conhecido, reconhecido, discutido, legalizado a respeito do povo Xetá para que a ele se lhe devolva o que é seu por direito. Os informes estão à disposição neste trabalho para que investigadores, autoridades e demais interessados os usem a favor das conquistas desse povo. Dado o objeto de estudo em questão, vamos ater-nos à cultura da infância Xetá.

3 A CRIANÇA XETÁ

Esta seção está organizada em quatro subseções: na primeira, apresentam-se pressupostos conceituais; na segunda, busca-se apresentar as brincadeiras, o espaço, o tempo e a liberdade que permeiam as relações Xetás infantis; na terceira, comentamos os papéis sociais das crianças, o menino e a menina Xetá e seus ritos de passagem no desvelamento da Infância Xetá. Finalmente, na quarta subseção, apontamos a ideia de tutela difundida na cultura não indígena e que afeta a cultura da infância Xetá.

3.1 PRESSUPOSTOS CONCEITUAIS

Pensar em criança é pensar em suas linguagens e manifestações singulares, sua visão de mundo reproduzida e produzida no ato de brincar. A Brincadeira é entendida, nesse contexto, (MAGER, MÜLLER, SILVESTRE, MORELLI, 2011) como patrimônio da cultura infantil e deve ser reconhecida, preservada e potencializada, mesmo que, segundo Pontes e Magalhães (2003), os termos “cultura” e “patrimônio cultural” sejam predominantemente associados ao mundo adulto.

O brincar, segundo os mesmos autores, é uma característica da natureza infantil, e a brincadeira uma das principais formas de expressão da criança. As autoras e o autor ainda expõem que a legislação brasileira prevê o brincar como direito garantido na Constituição Brasileira, no art. 227; e no ECA, além de citado no art. 4º, vem disposto no Capítulo II, do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade: “Art.16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: [...] IV – brincar, praticar esportes e divertir-se [...]”.

O lugar de nossas reflexões (MÜLLER, 2007, p.15) é a valorização das crianças “como sujeitos de direito em situação peculiar de desenvolvimento, exatamente como garante o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990) e, ainda, como produtoras e transmissoras de culturas que devem ser identificadas, preservadas e potencializadas”.

Por isso celebramos o olhar que nos permite enxergar a Criança Xetá, rica em cultura lúdica, como podemos notar a partir das narrativas da memória da infância Xetá (SILVA, 1998, p.37), e confrontar com a criança Xetá hoje, resistente à *ditadura da inexistência* produzida pela sociedade moderna ocidental, caracterizado pela *razão indolente* (SANTOS, 2010, p.94), que desconsidera, esconde realidades que a contrariam.

O movimento que se concretiza é o dos esforços de apresentar no palco da vida a criança Xetá, que desvenda sua realidade com originalidade e criatividade, dotada de uma sabedoria toda especial, é o que podemos apreciar a partir das narrativas da memória da infância Xetá, assim como entrevistas que revelam essa criança hoje.

Esse olhar e movimento dão ritmo às nossas reflexões sob um referencial teórico imprescindível no contexto do estudo da criança e da infância, que é o da Sociologia da Infância. Dentro dele a temática das Culturas Infantis. Em artigo intitulado “*Reconsiderando a nova sociologia da Infância*”, Prout (2010) utiliza o termo *nova sociologia da Infância* em referência aos trabalhos que conceituam as crianças como atores sociais e a infância como entidade ou instituição socialmente construída e recorda que esses trabalhos começaram em 1970, difundiram-se e foram codificados nos anos 90. Exemplos deles são James, Jenks e Prout (1998), Qvortrup *et. al.* (1994) e Corsaro (1997). Segundo o autor, em sua forma contemporânea, a sociologia da infância, surgiu nos anos 1980-1990. Nesse sentido Sarmento afirma que:

A sociologia da infância costuma fazer, contra a orientação aglutinante do senso comum, uma distinção semântica e conceptual entre infância, para significar a categoria social do tipo geracional, e criança, referente ao sujeito concreto que integra a essa categoria geracional e que, na sua existência, para além de pertença a um grupo etário próprio, é sempre um actor social que pertence a uma classe social, a um género etc. (SARMENTO, 2005, p. 371).

A posição apresentada contrapõe o conceito de criança no qual é vista pelo que pode ser no futuro, pela sua negatividade e pobreza em relação ao adulto (SARMENTO, 2010). Dessa forma, a infância é um processo de desenvolvimento dinâmico, compreendida amplamente, considerando fatores como: classe social, gênero, idade, cultura local, espaço, políticas, etnia.

A infância é historicamente construída, a partir de um processo de longa duração que lhe atribui um estatuto social e que elaborou as bases ideológicas, normativas e referenciais do seu lugar na sociedade. Esse processo, para além de tenso e intensamente contraditório, não se esgotou. É continuamente actualizado na prática social, nas interações entre crianças e nas interações entre crianças e adultos. Fazem parte do processo as variações demográficas, as relações económicas e os seus impactos diferenciados nos diferentes grupos etários e as políticas públicas, tanto quanto os dispositivos simbólicos, as práticas sociais e os estilos de vida de crianças e adultos (SARMENTO, 2005, p. 365).

Portanto, é necessário pensarmos as infâncias em que a criança é aquela que cria, inventa, avançando num conceito que prevê em suas formas, sua participação na produção da cultura e sua atuação social. Nesse sentido as narrativas, a memória da Infância Xetá é uma vigorosa teia etnográfica. As brincadeiras, os tempos e espaços para brincar, a liberdade, os cenários culturais e históricos são a constatação da criança como sujeito, que como Sarmento (2004c, p.10) descreve é:

[...] um actor social portador da novidade que é inerente à sua pertença à geração que dá continuidade e faz renascer o mundo. As crianças, todas as crianças, transportam o peso da sociedade que os adultos lhes legam, mas fazendo-o com a leveza da renovação e o sentido de que tudo é de novo possível. É por isso que o lugar da infância é um entrelugar. (Bhabha, 1998), o espaço intersticial entre dois modos – o que é consignado pelos adultos e o que reinventado nos mundos de vida das crianças – e entre dois tempos – o passado e o futuro. É um lugar, um entrelugar, socialmente construído, mas existencialmente renovado pela acção colectivadas crianças.

Para Borba (2005) as crianças são constituídas por uma ordem social construída e organizada por elas, que orienta suas relações de pares. As brincadeiras em grupo, pares ou individual, presente no contexto social e cultural das crianças representam essa ordem social e comprovam que as crianças em suas relações sociais apreendem a cultura e dão novos sentidos a ela. Segundo Arruda (2009, p.31) a partir dos jogos, brincadeiras, fantasias e imaginação elas interagem com seus pares e adultos, interpretando a vida, constituindo sua cultura.

3.2 O BRINCAR XETÁ: CARACTERÍSTICAS E SIGNIFICADOS

No sentido de destacar a cultura da criança Xetá, a primeira fonte de investigação sobre o brincar dessa criança é a dissertação de mestrado da antropóloga Carmem Lucia da Silva (1998), que no capítulo 2 dedica sua atenção a: *História e vida das crianças de ontem e adultos de hoje: os sobreviventes Xetá*. Ao apresentar Tuca, uma das crianças sobreviventes ela lembra que:

[...] ele brincava com os outros meninos de sua idade, aprendia a caçar pequenos animais em armadilhas na companhia do pai, ajudava a recolher a caça das armadilhas na companhia do pai, subia nas árvores para coletar frutos, fazia figuras zoomorfas, ouvia histórias dos antigos, dos grandes episódios e dos acontecimentos ocorridos durante as caçadas e andanças pela floresta e das guerras com outros povos (SILVA, 1998, p.42).

Entre tantas outras citações que revelam a cultura lúdica e o ato de brincar como parte das linguagens e jeito de ser da criança Xetá, destacamos sua importância na revitalização da existência da cultura Xetá. Em outra narrativa da memória da infância Xetá, Tikuein (Mã) lembra:

Eu era pequeno, nós íamos brincar longe, num rio. Um dia, eu, Geraldo meu irmão, Â e outras crianças iguais a nós fomos brincar no rio. Morávamos no mato, não conhecíamos ainda os brancos, apesar de vivermos correndo deles de um lado para o outro. Nesse dia, nós estávamos brincando dentro d'água, quando eu acho que os brancos ouviram a gente conversando... (SILVA, p.79, 1998)

Tiguá, uma das sobreviventes, à época com oito anos aproximadamente também expressa sua memória lúdica de maneira a desvelar sua realidade e mundo infantil:

Deixei de falar... Só sei que não conseguia me expressar... Todos pensavam que eu era muda... Deve ser o jeito que na época eu encontrei para mostrar que não estava gostando. A Graça (filha dos fazendeiros que a “acolheram”) era bem pequena e foi crescendo, eu sempre grudada nela, era minha companheira. À medida que o tempo passava e ela crescia, fomos aprendendo as coisas juntas. Eu a imitava e ela a mim. Pouco a pouco, voltei a falar com ela. Fui aprendendo a brincar outras brincadeiras, diferentes daquelas do mato, até que, um dia, todos perceberam que eu falava com ela. Foi com ela que voltei a falar (SILVA, p.89, 1998).

O silêncio mantido por longo tempo representa o contexto da criança enquanto sujeito que atua sobre sua realidade social, como forma de expressão e de estar no mundo socialmente hostil e culturalmente incompreendido por ela.

Nesse sentido ela atua sobre a realidade e a modifica, pois aqueles que participaram dessa dinâmica cultural foram afetados por ela e vice versa. Ninguém sugeriu que ela se calasse, mas do ponto de vista sociológico e antropológico o silêncio da menina é um elemento importante de análise. Mais do que isso, a superação da mudez ocorrida entre pares infantis, no universo da ludicidade comprova o que a sociologia da infância inaugura: o valor da ação das crianças e a ideia de infância como uma categoria social com participação ativa na cultura.

A linguagem também se expressa pelo silêncio. Freire (1982) apresenta a *Cultura do Silêncio* como forma de resistência à ação assistencialista provocada pela invasão cultural que em si desenvolve uma estrutura de domínio, uma cultura paternalista baseada no colonialismo. A preservação do saber cultural, nesse contexto, se dá pelo silêncio.

Outra narrativa a compor esse mosaico de cultura lúdica é o de uma menina, chamada pelo nome no diminutivo para diferenciá-la de TIG, pois ambas têm o mesmo nome. Ela conta que:

...Como eu era criança, eu e as outras crianças não fazíamos muita coisa. Brincávamos mais do que ajudávamos o meu pai. Eu brincava pelo mato afora com a Graça, a filha do vô, que também ficava com a gente. Brincávamos apanhávamos frutas e comíamos... (SILVA, p. 94, 1998).

Na mesma dissertação são apresentadas mais pistas da cultura da infância Xetá:

Desde cedo os meninos aprendiam as histórias referentes à criação de cada uma das espécies existentes na floresta, as restrições de preparo e de consumo, bem como os diferentes métodos e condutas empregados na captura de cada uma delas. Figuras zoomorfas de diferentes espécies eram confeccionadas em cera de abelha. Elas tinham função lúdica e educativa (SILVA, p. 126, 1998).

A brincadeira, nesse contexto, é a forma que concentra essa latente motivação lúdica pela qual a criança, seja ela de que cultura for, ou etnia, experiencia a realidade e nela interfere (ARENHART, 2007). Nesse sentido, a infância demarca uma especificidade da história de vida do ser humano que, ao contrário de alguns estudos críticos, que vêm denunciando a “morte da Infância” (POSTMAN, 1999), pode sim representar o desaparecimento de certa ideia de infância: a ideia mitificada, que analisou as crianças de

modo a-histórico (TOMÁS, 2011). Entretanto, a partir do reconhecimento das condições que ameaçam o usufruto da infância, torna-se também possível, (ARENHART, 2007) aumentar a visibilidade a respeito dos problemas que as crianças vêm enfrentando. Sobre isso Sarmento (2007, p.26) indica que há uma marginalidade conceptual no que respeita à ideia ou imagem de infância no passado, que é correlata da marginalidade social em que foi tida.

Arenhart (2007) destaca a realidade social da infância num contexto em que, diariamente, crianças morrem de desnutrição, precocemente são exploradas pelo trabalho infantil e maus tratos. A autora comenta que segundo os boletins da Anistia Internacional (mar. 1999), elas são utilizadas como soldados de guerras religiosas e étnicas, prostituição infantil, violência sexual e como fetiches da indústria pornográfica (SILVA *apud* ARENHART, 2007, p.37). Portanto, podemos nos colocar contrários a essa ideia de fim da infância:

[...] esta concepção da morte da infância elimina a natureza activa das crianças – como sujeitos sociais que são, e não meros receptores passivos da cultura de massas – e obscurece o fato de que as crianças, nas complexas e adversas condições sociais de sua vida actual, vivem-na na especificidade de sua geração (SARMENTO, 2002, p.10).

No entanto, o princípio de ampliação da complexidade e a concepção de “infância com valor em si mesma” (ARROYO, 1995) está alicerçada na compreensão de que a criança não deve ser vista a partir da “ausência” de características em relação aos adultos, mas pela “presença” de outras características, diferentes das dos adultos (SARMENTO, 2002). Pois ela é capaz de interpretar e agir de forma diferente do adulto, (ARRUDA, 2009, p.31), o que torna sua experiência e compreensão distinta do universo adulto.

Partindo dessa ideia é que nos aventuramos, no sentido mais sadio da palavra e do conceito, a perceber que o período da infância – fase do ciclo de vida em que o brincar se manifesta mais eloquentemente – tem sido rígida e pobremente definido por uma sequência de estágios de maturidade biológica, naturalizado e a-histórico.

[...] as crianças são agentes ativos que constroem suas próprias culturas e contribuem para a produção do mundo adulto [...]. As crianças não somente reproduzem regras, valores, hábitos e comportamentos do mundo adulto, mas principalmente criam e recriam as realidades e dão outros sentidos ao mundo (DELGADO; MÜLLER, 2006, p.9).

Na IV Oficina Pedagógica *Cultura Xetá*, ocorrida em setembro de 2011, houve entrevistas com crianças, adolescentes e adultos Xetá, descendentes de alguns deles residentes na Terra Indígena Kaingang de São Jerônimo e sobreviventes ao massacre ocorrido na década de 1950. O que disseram sobre a brincadeira e a memória de seu povo, traz algumas pistas para o debate da cultura lúdica desse povo em especial, mais especificamente a discussão mais abrangente de práticas que revelam questões atemporais próprias do contexto atual dessa etnia. Nas entrevistas de setembro de 2011, crianças e adolescentes Xetá comentam:

Às vezes a gente reúne toda a família, a gente vai para a cachoeira brincar... Somos acostumados a brincar, tem vez que a mãe não deixa sair, tem que ficar dentro de casa... A gente joga bola para valer... Qualquer coisa, a gente joga por boné, short, camisa, refrigerante... Têm três campos na reserva, no campo do abacateiro não é bom não, dá muita briga... a gente arruma cipó para balangar na árvore... Quem tem time é os Kaingang e os Guarani, só nós que não têm... a gente quer o time com nossos primos... Quando não tem bola, a gente junta uma sacola, um pano velho e faz a bola. (crianças e adolescentes Xetá da T.I. São Jerônimo em entrevista/set.2011 – Acervo LAEE).

Outro depoimento da mesma data é de um adulto de trinta e um anos, considerado líder entre os Xetá:

Na minha infância era mais gostoso, não tinha esse tumulto que tem hoje, a gente se sentia à vontade... a gente foi criado no sítio, trabalhando com o pai, no fim de semana a gente jogava uma bolinha, a gente fazia bolinha de plástico, né... Era difícil pra gente comprar uma bola, a gente passava o fim de semana na beira do rio, pescando com o meu pai, com os irmãos e os outros primos, brincando n'água que era o forte da gente. Então a nossa infância era muito gostosa! E hoje eu vejo a coisa mais complicada, que hoje a nova juventude de hoje, já começou pegar outra nova sociedade, né. Se mistura muito, a gente tem uma grande preocupação, sobre questão de droga que acontece na escola. Tem, aprende muita coisa ruim na escola, a escola educa e ao mesmo tempo... Na minha visão de hoje melhorou de uma parte e arruinou de outro. Eu vejo que nesta questão de escola, às vezes a juventude de hoje não tem mais aquelas brincadeiras bem legal que a gente tinha, né. Todo mundo se respeitava, hoje não, a piada de dez, oito nove ano, só pensa no que não presta e vai para o mau caminho. Hoje você não vê um piá passar um dia na beira de um rio, pescando, acompanhar um pai numa pescaria, passar um fim de semana junto com o pai. Eles querem está junto com a piada, quer seguir o ritmo da sociedade, então isso preocupa muito a gente... A gente se preocupa muito com o futuro de amanhã do nosso jovem... (adulto filho de Tikuein, liderança Xetá em entrevista/set.2011 – Acervo LAEE).

TIG (60 anos aproximadamente) ao ser perguntada na mesma ocasião, sobre como eram suas brincadeiras de criança, apresentou a seguinte narrativa:

Quando eu era criança, a gente gostava muito de ir ao rio, tomar banho, brincar, correr, essas coisas, né. Pular não tinha esses esportes, né, que os indígenas têm agora, esporte, antigamente não tinha, era só na água, corre um atrás do outro, brincar, derrubar o outro, era assim, agora é muito diferente, né. Porque lá em Umuarama não tem índio, né. Então tem quadra, mas é dos brancos. Tem quadra, ginásio de esporte, mas para os índios mesmo não tem, não tem índio lá... A brincadeira de derrubar, lá no mato, a gente corria, né, e o outro corria mais, e alcançava e aquele que derrubava era o campeão. Era bastante criança na corrida, ia para ver quem chegava mais primeiro para pular dentro do rio, quem pulava mais no rio, subia no barranco e pulava. Quem pulava mais alto, quem era melhor da turma, né. E correr, chegar antes e pular no rio, subir no barranco e pular no rio. Tinha que ter o campeão, então cada um queria ser o campeão, ser melhor para derrubar os outros. (TIG em entrevista/set.2011–Acervo LAEE).

Outro deles também manifestou sua experiência e memória da infância. Indagado sobre como se divertia quando era criança e como vê hoje a diversão de crianças na terra indígena onde reside, respondeu:

Quando eu era pequeno gostava muito de bola, fazer aquelas bolas de meia, também mandava arrumar companheirada, a molecadinha, com aquelas bolas de sacola, muitas vezes brincava de betes, ... Quando a gente era pequeno uma das coisas que a gente fazia era brincar na água, né... Agora, depois que foi formando, foi mudando,... Depois fui pegando um time, né, um timinho, de quinze, dezesseis anos, doze anos, quando fui ficando mais velho, fui trabalhar na roça, comecei a trabalhar com doze anos, depois à tarde eu ia jogar uma bolinha, né. E vivi na cidade também, depois dos trinta anos fora da reserva, no meio dos brancos, né, os portugueses, daí fui me formando... Eu fui nascido na reserva, daí meu pai saiu, não tinha serviço, né,... Com uns oito anos eu saí de lá. Depois fomos para Ortigueira, depois São Jerônimo, e daí começamos formar uns times... (Enteado de Tikuein (Mã) em entrevista/set.2011–Acervo LAEE).²⁷

Cuidar da criança Xetá significa cuidar de seu brincar e isso é mais complexo do que pode parecer. Os espaços e os tempos do brincar infantil foram confiscados junto com a etnia Xetá, que só será devidamente recuperada se também a cultura da infância for restabelecida/recriada/estimulada.

²⁷ A relação da brincadeira com esporte, especialmente o futebol, pode ser justificada pela natureza das entrevistas realizadas, pois na ocasião as mesmas foram promovidas como parte de um estudo desenvolvido que trata da questão do esporte e cultura corporal, realizado pelo Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etnohistória da UEM.

O brincar em liberdade e o sequestro das crianças

Angela Nunes, na obra *CRIANÇAS INDÍGENAS – ensaios antropológicos* desenvolve uma abordagem onde os conceitos de tempo e espaço são apresentados na relação de brincadeiras das crianças da etnia A' uwe-Xavante. Ela afirma que nas sociedades indígenas brasileiras, de acordo com relatos e trabalhos disponíveis, a fase que corresponde à infância é marcada pelo que consideramos ser uma enorme *liberdade*, na vivência do tempo e do espaço (NUNES, 2002, p.65). E completa a ideia ao afirmar que a liberdade experimentada no período da infância permite à criança uma melhor compreensão e partilha do social, pelo que pode observar entre os A' uwe-Xavante (NUNES *apud* NUNES, 2002, p.65).

No EESIP – III Encontro de Educação Superior Indígena no Paraná, (2011), recordamos o que disse o líder Kaingang ligado ao CAIK quando abordado sobre como eles, indígenas, enxergam a criança, respondeu: “– *Nossas crianças têm liberdade e a gente ensina também!*”

No mesmo evento, em mesa temática para discussão da escola indígena enquanto espaço de educação oficial versus educação tradicional da cultura indígena, um deles, professor, elucidou um pouco mais o conceito *tempo, espaço e liberdade da criança indígena*. O tema em discussão era “*Articulação da Educação Escolar Indígena – da educação infantil à pós-graduação – no contexto dos territórios etno-educacionais*”. Ele definiu tempo, espaço e visão da criança, afirmando que ela sempre está brincando e que para a criança tudo é aprendido:

À questão de observar a atitude da criança, (...) o papel do professor é muito importante por estar fazendo o papel daquela comunidade: trabalho coletivo, atividade coletiva, repassar aquilo que está sendo passado na aldeia, (...) o que está passando na aldeia: cerimônia, batismo de semente, preparativo de plantio. Tudo isso é passado para criança no planejamento da escola, de acordo com o PPP.(...) Para comunidade tanto o professor cumprir e colocar em prática isso (...) com a sua organização própria com sua comunidade.(...) O que tenho que repassar para a criança Guarani? Isso eu pratiquei com uma disciplina que a comunidade tinha escolhido. A parte da avaliação como a criança aprende e não aprende. **Exigir que a criança faça da forma que você planejou, a criança fica irritada. A criança tem um jeito de aprender. A questão de aptidão, habilidades. A criança não se sente com liberdade, tem que fazer, tem que registrar.** Só comecei a gostar de matemática quando percebi a necessidade de mexer com dinheiro, quantidades de semente... (...). O interesse como valor de ação. O artesanato também oferece para criança aprender fração, coordenação motora. A dança também, a criança aprende sozinha: o ritmo, o canto. Culturalmente a criança Guarani não pode ficar perguntando, a criança pode participar de tudo, mas só ouvindo.(...) A criança corre para buscar o conhecimento próprio, não se pergunta para ninguém, fica

pensando sobre o que ouviu (T. T. A./E.E.I – 16/09/2011–Acervo LAEE/PCA).

Dentre os diversos aspectos que pudemos observar nas narrativas, não só em relação à criança Xetá, mas em relação a outras populações tradicionais, o conceito de liberdade e criança está tão intimamente ligado, que em termos práticos tornam-se quase sinônimos conceituais. No entanto não se vê essa liberdade na vida das crianças urbanas, por exemplo.

A investigação de Arruda (2011, p.117) aponta para a ausência dessa liberdade em espaços urbanos, especialmente no item “*A condição não-livre das crianças na cidade*”, na qual destaca a ausência de liberdade para as crianças, verificada em seus depoimentos, o que dificulta a circulação e as práticas lúdicas delas pela cidade.

A noção de tempo e espaço é radicalmente distinta entre cultura indígena e cultura urbana. No âmbito dos espaços da cultura urbana, a casa e a rua representam a separação de diferentes esferas de poder. Já no caso das culturas tradicionais. Há uma relação de interação entre o indivíduo e o ambiente.

Na sociedade não indígena os espaços são fragmentados, também por existir uma relação de competição territorial. A separação dos espaços cria poderes: o espaço doméstico do cuidado dos filhos contraposto ao espaço público de competição e atuação individualista.

Na sociedade tradicional a distinção entre o público e o privado não é tão óbvia, talvez pela ausência da mesma distinção, pois o estar no rio no caso da criança Xetá pode ser estar em casa. A fronteira e o limite no exercício da liberdade estão intimamente ligados ao tempo, da mesma forma que ao espaço que é radicalmente diferente da cultura urbana, qualitativa e quantitativamente. Portanto, avaliar a liberdade seguindo a ótica não indígena sem que se observem essas diferenças, pode desenvolver uma pseudo compreensão das dinâmicas sociais dessas populações tradicionais em relação à infância. Por exemplo, o que para nós da cultura ocidental, parece representar negligência (crianças brincando sem a presença de um adulto num rio), ou no mínimo excesso de liberdade, para esses povos pode representar a mais perfeita condição de se lidar com a criança no tempo e no espaço.

Além da liberdade negativa apontada por Bobbio (1996), caracterizada pela ausência de impedimentos às iniciativas dos indivíduos existem outros entendimentos. Freire (1971; 1997), e Bauman (2000), segundo Arruda (2011, p. 168), afirmam que, o indivíduo não existe sozinho na sociedade e, que, portanto, a liberdade deve ser concebida considerando a relação entre as pessoas.

O conceito de liberdade e seu uso por crianças, narrado pelas culturas indígenas, está mais próximo do que sinaliza Freire (1975) como sendo um processo coletivo que exige uma busca

permanente. Os adultos estimulavam a exploração de novos espaços no tempo lúdico das crianças. Ludicidade e liberdade para as crianças Xetá estavam profundamente ligadas.

Contudo a história também demonstra que os raptos e roubos de crianças ocorreram em momentos em que essas estavam fazendo usufruto da liberdade, se divertindo, o que se constata, por exemplo, na narrativa de Tikuein (Mã) quando foi capturado por homens:

Eu era pequeno, nós íamos brincar longe, num rio. Um dia, eu, Geraldo meu irmão, ã e outras crianças iguais a nós fomos brincar no rio. Morávamos no mato, não conhecíamos ainda o branco, apesar de vivermos correndo deles de um lado para o outro. Nesse dia, nós estávamos brincando dentro d'água, quando eu acho que os brancos ouviram a gente conversando. Um dos homens saltou no rio e me pegou. Eu e o finado meu irmão, Geraldo. A ã e os outros escaparam. Ela correu e foi no acampamento pra avisar o meu pai que nós havíamos sido pegos. (Tikuein (Mã), PIN São Jerônimo, 1996) (SILVA, 1998, p.79).

Segundo Nunes (2002), ao descrever o tempo, o espaço e a brincadeira das crianças A'uwe-Xavante, fica evidenciado como é vivenciada a liberdade acima mencionada:

[...] a beira do rio, para onde afluem mulheres e crianças de todas as idades para inúmeros afazeres, para a higiene diária, para conversar, refrescar-se e brincar. Os meninos ajudam a transportar as bacias e recipientes para água. As meninas, a lavar a louça e as roupas. Entretanto, enquanto fazem suas tarefas, é frequente que se distraiam com algo mais que esteja acontecendo na beira do rio, com as outras crianças ou mulheres, com o canto de um pássaro num galho próximo, com pedrinhas e folhinhas, comas bolhas de sabão, com a marca dos copos na areia, com as cores do barro das margens, com a barulhinho da correnteza, ou que encham e esvaziem, com a água e areia, vezes sem conta, alguns, alguns dos recipientes que estão lavando, que verifiquem se eles flutuam ou não...As crianças menores também tentam ajudar e sempre pegam alguma coisa, que viram e reviram, com água e areia, voltam a virar, e esforçam-se para que fique limpa. As crianças maiores, e até mesmo as mulheres, deixam que as menores façam isso à vontade, e só no final pegam esse utensílio e o lavam elas mesmas. [...] O que a criança tem capacidade, ou habilidade para fazer, é respeitado como tal e é aceito como participação efetiva (NUNES, 2002, p.75).

O envolvimento das crianças nos processos participativos em maior grau de liberdade pode desenvolver a responsabilidade para com os demais e com a realidade em que vivem.

A presença das crianças nos espaços e nos tempos, ou, poderíamos mesmo dizer, sua onipresença, as variadíssimas maneiras de que se utilizam para manifestá-la ou dissimulá-la, lançando mão de inteligentes estratégias para se evidenciar ao máximo, ou para que ninguém as veja, e como são exploradas a complacência e a tolerância quase cúmplices com que os adultos aceitam tudo isso. (NUNES, 2002, p.72)

No entanto o contato com a cultura não indígena, no caso da etnia Xetá, trouxe consequências desastrosas, pois a violência do contato se desenvolveu no cenário da vida social dessas crianças, onde o tempo e o espaço se desenvolviam tendo na liberdade seu elemento principal nas atividades lúdicas.

Tuca viveu na Serra dos Dourados, com os pais, até aproximadamente sete anos de idade. [...] Nesta época, ele brincava como os outros meninos da sua idade, aprendia a caçar pequenos animais em armadilhas na companhia do pai (SILVA, 1998, p.42).

Nas sociedades de populações tradicionais o tempo e o espaço sempre estiveram estreitamente ligados, vivenciado concretamente pelas crianças, por intermédio dos quais elas localizam-se e posicionam-se no mundo social. Nesse contexto, a infância é definida muito mais como uma construção social que difere de cultura para cultura. O lúdico, por sua vez, como afirma Nunes (2002) não tem sido um tema privilegiado na antropologia e as poucas referências que existem raramente se remetem direto ao universo da infância. Nesse caso, a memória da infância Xetá representa uma contribuição salutar à antropologia brasileira, até por que somente através dela (a memória da Infância Xetá, e, portanto, de suas brincadeiras) foi possível compor o quadro etnográfico e histórico desse povo. É as lembranças dessas crianças o maior elemento de resistência do povo Xetá.

Segundo as memórias de quem foi criança no território paranaense Xetá, percebe-se que há um espaço social entendido como o do lúdico, o da liberdade, o da exploração dos espaços e dos materiais como sendo próprio da infância. A vida das crianças era muito próxima a das famílias. Nessas memórias não apareceram conteúdos de autoritarismo ou violência protagonizada pelos adultos Xetá às crianças.

Concordamos com Nunes (2007, p.70) quando insiste em apresentar o estudo das brincadeiras como um instrumento de investigação e análise que contém grandes potencialidades. Para compor características referentes às crianças continuamos as reflexões destacando a questão de gênero, no exercício do entendimento do mundo infantil Xetá.

3.3 DE CRIANÇA A HOMEM E MULHER

Os rituais de passagem entre todas as sociedades representam um marco, onde a distinção entre infância e vida adulta se dá no contexto das relações sociais que se desenvolve a partir de tradições e costumes relacionados a essas cerimônias. Os ritos promovem as diferenças de papéis exercidos socialmente e as distâncias culturais entre infância e a vida adulta.

A sociedade Xetá, anterior ao contato com a sociedade não indígena, apresentava uma forma distinta das que hoje vivem os sobreviventes e seus descendentes, como o fato de não ocuparem o território tradicional, e de falarem português, a língua Xetá está em processo de revitalização, representam elementos importantes na compreensão da forma anterior e atual da existência social dessa etnia.

Nesse sentido, existe a descrição da inserção da criança na sociedade Xetá, ainda que fragmentada, mas que segundo Silva (1998), só foi possível registrar, graças às narrativas de Tikuien (Mã), Tuca, Kuien e ã, complementada pelas anotações de campo de Rodrigues (1960; 1961).

O primeiro ritual ocorria, segundo Silva (1998, p.141), após o nascimento, ocasião em que a criança era apresentada à sociedade e recebia alguns símbolos que a identificavam enquanto tal:

A criança, ao nascer, tinha a sua orelha furada geralmente pela mãe. Para que o orifício não fechasse, deixavam em seu interior um pequeno pedaço de farpa de maera [pontiagudo], um tipo de agulha feito com lasca de jerivá. Quando a criança já estava maiorzinha, engatinhando, os pais escolhiam um casal para serem como os padrinhos [...]. Era o primeiro batismo, depois tinha o segundo, ocasião em que era furado o lábio [...]. É parecido com o que os brancos fazem com suas crianças, só que lá, com a nossa turma, era assim como eu estou contando, é um tipo de batismo nosso no mato. Os padrinhos poder ser parentes, ou não. Mas se não é parente é alguém amigo [...].” (Tikuein (Mã), São Jerônimo, 1996; Kuein e Tuca, PIN Rio das Cobras, 1996) (SILVA, 1998, p.141).

Silva (1998) destaca que o ritual de perfuração do lábio inferior do menino e o de escarificação feminina (que eram um tipo de “ferimento” leve na barriga), marcava uma nova fase da vida social do menino e da menina.

“[...] era o momento em que ambos deixavam de ser somente criança, para se tornarem homens e mulheres. Era o segundo batismo. [...] o homem que não usava brinco e tembetá não era considerado homem pelo grupo” Tikuein (SILVA, 1998, p. 144).

A antropóloga Carmem Silva, esclarece que Rodrigues (pesquisador etnolinguista, autoridade em estudo da língua Xetá), informado por Tuca, em suas anotações de campo de julho de 1960, registra que, antes do ritual de perfuração do lábio, o cordão de fibra é substituído por uma embira – uma espécie de colar – que os meninos passam a usar a exemplo dos adultos. “*Aquele que não a possui, não é homem. No cinto também penduram os pássaros que caçam.*” (Tuca, PIN Rio das Cobras, 1996).

Nas culturas tradicionais as representações sociais sobre gênero marcam os elementos culturais em que os ritos de iniciação e/ou passagem contribuem para preservação das tradições, entre os quais, segundo (SILVA *apud* MÜLLER, 2011, p.46), os rituais iniciáticos a que as crianças de ambos os sexos têm de se submeter para adquirir o estatuto de adulto e o respeito da comunidade, representam a ‘resistência cultural’.

Ainda segundo Silva (1998, p.142) os preparativos para o ritual de iniciação masculina começavam bem antes da cerimônia, com o preparo da bebida da jabuticaba, da guavirova ou do coquinho que, durante o ritual, era servida pelas mulheres aos homens que participavam da festa e cantavam.

A antropóloga descreve o ritual, a partir de relatos de Tuca e Kuein, que ocorriam da seguinte maneira:

O menino senta-se com as pernas estendidas e os pés juntos para a frente. As mãos ficam junto ao corpo enquanto é pintado. À mulher que o pinta, ele chama hi’rare. Concluída a pintura, o iniciado senta-se sobre dois paus na porta da tapuyapoeng, voltado para frente e para fora. Os homens no interior da casa entoam o canto da jacutinga [pinpey’wa / pinpeay] ao alvorecer, o canto do surucuá [tâtay’wa], quando já é dia; cantavam o do urubu [pexarara’wa / pexara’raw], que é cantando durante o todo o dia. Somente depois de cantadas os três cânticos, os homens tomam a bebida. Ainda pela manhã, o homem ‘escolhido’ como padrinho, furava o lábio do menino, colocava a peça horizontal no interior do lábio, e depois pressionava na peça o pino de resina de jerivá. A mesma mulher que o pintou coloca água fervendo na ferida. Também é ela que lhe prepara a comida. Durante o desenrolar do ritual a mãe diz palavras de coragem ao filho para que ele não chore, pois isto não pode ocorrer. Ao homem que lhe fura o lábio, o menino chamava mwo. À mulher que lhe pintou, que serviu-lhe comida e cuidou de sua ferida, ele chamava hi’rare. (Tuca e Kuein, PIN Rio da Cobras, 1996) (SILVA, 1998, p.143).

Após o furo labial – continua a antropóloga:

...deitava-se num jirau construído no alto da casa, entre o teto e o chão no tapuyapoeng. Ele não pode mexer-se. No chão da casa, embaixo do local que

o menino dormia, era feito o fogo que o deixava envolto na fumaça, enquanto os homens cantavam e bebiam. No início, os homens ingeriam pequenos goles da bebida de fruta fermentada, mas, à medida em que se embriagavam, eram as mulheres que lhes colocavam a bebida na boca. Enquanto se tem bebida, tem cantoria, alternando-se os cantos, respeitando a hora apropriada para cada um deles. (Tuca e Kuein, PIN Rio da Cobras, 1996, 1997) (SILVA, 1998, p.143).

O pino labial ressalta a autora (SILVA, 1998, p.143), conforme os informantes poderiam ser também do osso da jaguatirica. Segundo Kuein, o pessoal de Tuca usava este tipo de tembetá. Quando a antropóloga Carmem pergunta por que um grupo familiar usava um tipo e não outro, estes apenas disseram que era assim, desde a época dos antigos.

Os relatos sobre iniciação feminina Xetá são considerados poucos e quase inexistentes, segundo Silva (1998, p.146). Nenhuma das três sobreviventes Xetá passaram pelo ritual de iniciação feminina, pois foram retiradas do seio do grupo antes de serem iniciadas. Ela explica que embora fragmentado e descrito a partir da narrativa de pessoas do sexo masculino, considera importante este registro, por dizer respeito ao universo feminino num contexto onde o homem participa.

Nesse sentido a descrição do ritual de iniciação feminino foi feita com base nos dados de Tikuein (Mã), Tuca e Kuein. Silva (1998, p.146) destaca que durante a narração revelaram o mito que explica a origem do ritual:

Os narradores no exercício da memória Xetá lembram que uma menina quando ficava menstruada, as mulheres da família se reuniam com ela ao alvorecer do dia e todas choravam. Após o nascer do sol, amarravam seus pés a uma madeira forte. Em seguida, sua barriga era pintada de vermelho. Um homem, que podia ser seu parente, ou não utilizando um escarificador de dente de paca, escarificava sua barriga, fazendo nela três riscos. O homem que a riscava ia até o mato buscar madeira para construir um jirau no alto da casa onde ficava reclusa, como os meninos. No interior da habitação, seu rosto era tapado com uma esteira, para que ela não avistasse o que ocorria na aldeia. Passados alguns dias, como o rapaz, ela tomava um banho de ervas maceradas com pedra dentro dos porungos. A erva macerada era distribuída em três cuias [porungos] com água e, seguida, a moça era então banhada por aquela mistura, da cabeça aos pés, pelo homem que escarificou. A iniciada chamava txa'pare ao homem que a escarificava, e era chamada por este de 'tximi'rama. A partir da sua iniciação, a moça já estava apta a se casar. Seus brincos, usados na fase de menina, lhes eram retirados, e ele não mais utilizaria outros. A exemplo dos iniciados do sexo masculino, seu colar de sementes pretas e pequenos dentes de animais, o mesmo dos homens. Não havia qualquer restrição a que outras pessoas assistissem o ritual. Todos podiam assisti-los, até as meninas pequenas. Diferente do rito de iniciação dos meninos, onde, segundo Silva, (1998p.144) aos demais meninos da aldeia não era permitido assistir a perfuração do lábio, enquanto as meninas podiam assisti-la. O pai podia furar o lábio do filho, mas a mãe, ou qualquer

outra mulher ligada a ele pelo parentesco, não podia pintá-lo e nem cuidar dele...' (SILVA, 1998, p.146).

A afirmação de que as três meninas sobreviventes não passaram pelo ritual de iniciação feminina é mais uma evidência do intenso processo de dominação a que foi submetido o povo Xetá. Fora mais uma negação de sua cultura, uma forma a mais de domínio. O rapto ocorre em duas dimensões no tempo e no espaço: em relação ao desenvolvimento de sua liberdade e brincadeiras (patrimônio cultural) e em relação ao ritual de passagem (que representa a segunda entrada na vida cultural/social), que, uma vez não realizado, rouba dessa criança a possibilidade de inserção cultural, forçando-a a introduzir-se numa cultura em que o rito de passagem para além de distinções óbvias, representa a fragmentação cultural por meio da tutela, exercício de dominação por excelência. Aquelas meninas nunca se converteram verdadeiramente em adultas (com responsabilidades de adulto), pois faltou-lhes sair simbolicamente da infância. Foram-lhes levadas a infância e a entrada no mundo adulto de forma aceitável para seus padrões.

Pesquisadores como Silva, Macedo, Nunes (2002) e a antropóloga do MAE nome da UFPR são unânimes em afirmar a escassez de estudos que investiguem sistematicamente as infâncias indígenas em seus aspectos gerais e particulares.

Portanto, essa constatação também é reveladora para a antropologia e a sociologia da infância: a cultura adultocêntrica de origem estrangeira, mas já bem brasileira, em coerência com o que demonstrava em seu mundo considerado normalizado, destinava aos índios valor nenhum e, para algumas crianças que não foram mortas, considerou-se que eram possíveis seres ainda salváveis na moral, nos costumes e na fé.

Por outra parte, a atual situação de pobreza econômica, de direitos negados no sentido de aposentadoria, terras, escolaridade, saúde, brincar e outros, induz-nos a pensar que é bastante provável que aquelas crianças serviram de mão de obra barata nas casas que as recolheram.

3.4 AS CRIANÇAS XETÁ PARA O ADULTO ÍNDIO E O NÃO ÍNDIO

A cultura ocidental, seus limites e verdades compõem a constatação do pouco interesse pela infância, as explicações para esse fato são enumeradas a partir de abordagens que vão desde a ideia adultocêntrica de criança como adulto em miniatura, personagens não produtivos, não consumidores, a concepções de tutela²⁸, proteção e guarda.

O debate sobre a infância e a criança portadora de marcas sociais e étnicas, tem na tutela a percepção do social que se prende a princípios e a valores considerados universais, verdadeiros e únicos, que, portanto precisam ser relativizados, questionados por nós.

Havia certa legitimidade na atitude dos “roubos” sendo, de certa forma, aprovada pelo colonizador, que justificava tal comportamento imbuído do seu conceito de tutela: proteção, promoção e assistência. Portanto, a questão do roubo para além de ferir a liberdade no tempo e espaço da criança Xetá, o que já foi analisado no item anterior, tem sua legitimidade na ideia de tutela estimulada por dois pré-conceitos: tutela no sentido de que o rapto de crianças Xetá era baseado na convicção da necessidade de proteção da criança (por ser incapaz) e tutela como necessidade de afastamento da cultura indígena (por ser incapaz).

No decorrer da história são várias as ilustrações de tutela, baseadas na visão etnocêntrica do mundo, onde quase sempre o branco, ocidental, masculino, adulto, cristão é responsável oficial pela mulher, o negro e o índio genérico, categorias inventadas pelos brancos para, desrespeitando a especificidade de cada grupo, colocá-los todos, a ser tutelados por esse adulto. Nesse mesmo raciocínio, essas categorias, na sua suposta inferioridade são comparadas genericamente à criança, como representação simbólica daqueles que não são capazes. Não é uma exceção essas categorias serem comparadas a crianças.

Assim se explica o que um frei da região de Serra dos Dourados (SILVA, 1998) justifica da sua autoria no “roubo” de crianças Xetá: tinha o objetivo de fazê-las transformar-se em homens cristãos, civilizados.

As oito sobreviventes crianças são uma ilustração do conceito de negatividade geracional e étnica solucionado pela tutela, pois seriam facilmente adaptadas à nova realidade

²⁸ Do Grego AUTOS, reflexivo, mais o Latim tutela, “o que defende”, de TUERI, “vigiar”. De AUTOS, mais o Latim DEFENSUS, particípio passado de DEFENDERE, “proteger, guardar contra”, formada por DE-, “fora”, mais FENDERE, “bater,empurrar”. Acesso: 12/03/2013

em sua condição de seres humanos moldáveis, a-históricos e a-culturais. Não foi isso que se concretizou de fato.

Em síntese: dentro daquilo que propusemos tratar nessa seção, o que podemos afirmar com base nos registros Xetá é que a cultura lúdica Xetá tem uma relação estreita com a liberdade proporcionada à criança no tempo e no espaço. Por sua vez, essa liberdade potencializou as oportunidades de raptos de crianças pelo não indígena que na tutela encontrou justificativa para avalizar tal procedimento, baseado na convicção da negatividade geracional e cultural do povo Xetá e de suas crianças. O adulto não indígena matou o adulto indígena. O adulto não indígena matou quase todas as crianças indígenas. Preservaram-se algumas. Estas são responsáveis pela existência de sua etnia na atualidade.

4 APROXIMAÇÃO AOS XETÁ: REGISTROS DO CAMINHO PERCORRIDO – PARTE II

Dado o desenrolar de nossa experiência investigativa, nesta seção apresentamos características da infância Xetá ontem e hoje, como resultado de nossas observações e reflexões.

Nesse sentido a análise dos poderes e discursos trouxe luz à obscuridade que não deixava claro, os motivos de tamanha invisibilidade sócio cultural e política. Esforços políticos foram realizados a partir dessa análise e entraves foram percebidos ao longo do processo.

Todas as ações apresentadas nesta última seção ilustram os esforços políticos que nós mesmas enquanto pesquisadoras da universidade pública, em contato com os sujeitos do estudo, tentamos modestamente empreender, dentro das condições circunstanciais, a favor das crianças Xetá. Entendemos que é imprescindível para tal, que a etnia seja visível, portanto, reconhecida oficialmente, que seus integrantes se manifestem sobre seus desejos e convicções, que tenham de volta seu território. Para tudo isso é necessária a política. Fizemos política e aqui seguimos contando o que aconteceu.

Destacar os poderes que envolvem o contexto de luta da etnia Xetá por sua existência formal, é acima de tudo, provocar, participar, acompanhar, sugerir situações nas que, fazendo história, possamos apreender os detalhes que fazem objetar o avanço a favor dos Xetá, nos instrumentalizando de forma crítica e não ingênua, para buscar possibilidades de criar alternativas de participação social, recriar a cultura política de acordo com uma nova abordagem a se traduzir.

4.1 PODERES

Dentre os aspectos constatados, a tarefa científica e política a que nos propomos é a de “reinvenção” de políticas e direitos (SANTOS, 2010), consagrados em nossa Carta Magna.

Assim, a investigação acadêmica tornou-se ao longo do processo nossa principal forma de transgressão aos pressupostos hegemônicos que são próprios da cultura e da política ocidentais, mas que, todavia se afiguram bastantes problemáticos quando encarados de fora das fronteiras da modernidade ocidental (SANTOS, 2003, p.8). Essa modernidade entende

pessoa como um produto passivo do meio social desconsidera a potencialidade da luta cultural e formação humana no âmbito da perspectiva gramsciana e freireana.

Foram várias as oportunidades de constatação desses pressupostos, nomeadamente no contato com o sistema político e jurídico. Suas atuações deram-nos pistas que ao longo do caminho percorrido nessa segunda fase da investigação, servem-nos de matéria prima para repensar, reconstruir significados e sentidos das diversas realidades que pudemos experimentar.

A principal questão colocada na arena da luta por existência foi justamente a condição imposta ao povo Xetá de invisibilidade, isso podemos observar desde o início, nas primeiras vivências, quando ao conhecê-los (agosto de 2010) foi-nos apresentada a situação das crianças Xetá que residiam em uma Terra Indígena Kaingang. O grupo solicitava uma instituição escolar em tempo integral, “creche”, para suas crianças enquanto seus pais e parentes trabalhavam em serviço temporário em outras terras da região (bóias-frias).

Desde esta solicitação, passando pelo caso do processo de aposentadoria de TIG, também pelo processo de revitalização de língua e cultura Xetá, além da quase inexistência de recursos didáticos e de formação docente²⁹, e principalmente a luta pela ocupação de seu território tradicional, fomos percebendo os diversos desafios a serem vencidos no processo de luta por emancipação do povo Xetá. Entretanto, o maior entrave observado é a sistematização da condição de invisibilidade desse povo tendo como resultado a situação de minoria das minorias: resume-se praticamente a um povo “inexistente”.

Tanto o sistema jurídico, quanto as iniciativas mais particulares demonstraram ações que nos levaram a crer que a invisibilidade a qual o povo Xetá está sujeito é amplamente articulada por demandas e interesses externos a eles que determinam sua condição.

²⁹ Em escola pública da rede municipal de Maringá numa semana de planejamento pedagógico, professoras apresentaram dificuldades em planejar conteúdos relacionados as populações tradicionais do Paraná e ao verificar a presença do tema sobre Xetá, indagaram: “_ Xetá, quem é Xetá?”. Aliado a isso, IND filha de TIG, que residia em Umuarama PR, observou que nos livros didáticos de seus filhos não encontrara conteúdo sobre seu povo, os Xetá.

4.2. OS REGISTROS DE VIAGENS E EVENTOS

Neste tópico apresentamos a narrativa de registros de viagens e eventos que junto com aqueles iniciais compõem o quadro histórico da aproximação ao povo Xetá e o caminho percorrido ao longo desses dois anos de investigação e estudos.

Mantivemos a mesma forma de apresentação não tradicional na terceira seção, dada a riqueza de conteúdo e conhecimento das relações políticas dessa temática e a originalidade de fatos e eventuais acontecimentos que foram sendo apresentados em forma de relatórios. Não obstante, observamos que estes relatórios, já denotam maior quantidade e assimilação das leituras, um uso mais fluente das bibliografias estudadas e o resultado de discussões teóricas com o grupo de estudo Infância, Adolescência e Juventude, bem como as constantes diálogos com a orientadora. Ou seja, não quisemos somente plasmar a descrição de experiências vividas *in loco*, mas sim, além delas, trazer junto complementos teóricos e analíticos que são resultado do que entendemos ser um certo amadurecimento sobre as questões estudadas.

Relatório da Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS) em Rio de Janeiro/RJ. Viagem ao Rio de Janeiro. 17 de junho de 2012

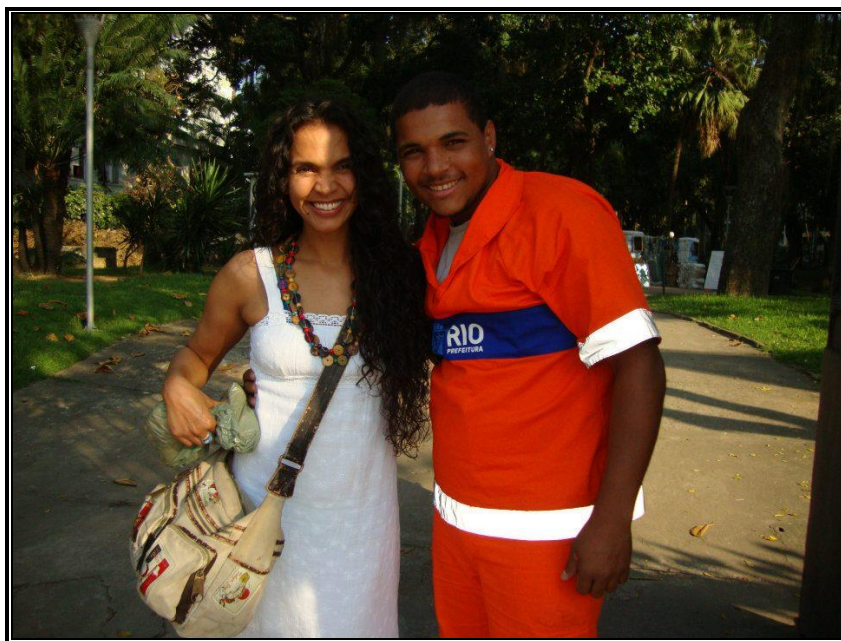


Figura 34 - Em frente ao Museu da República, Aterro do Flamengo, com um funcionário da limpeza pública da prefeitura do Rio de Janeiro, 17 de junho de 2012.

Fonte: Disponível: <<http://www.facebook.com/profile.php?id>> acesso: 30/06/2012

Maio de 2012. Um proprietário de terras às margens do rio Ivaí procura o Ministério Público Estadual solicitando ajuda para solucionar problemas causados pelo processo judicial por manter um Sítio Arqueológico Lítico Cerâmico Tupy Guarani em território de mata ciliar e preservação ambiental. Segundo a legislação ele cometia crime ambiental, daí a razão do processo. Sua estranheza, no entanto, se justificava, porque dias antes ele teria recebido a visita de empreendedores barrageiros dizendo estar realizando estudos para a construção de nada menos que vinte barragens ao longo de toda bacia do rio Ivaí. Naquele contexto a área pela qual ele era processado seria totalmente submersa.

O Ministério Público Estadual, a Universidade Estadual de Maringá, a Universidade Federal do Paraná, a Cáritas – órgão da Igreja Católica –, assim como a população local, com seus representantes de atuação formal (Secretarias de Meio Ambiente, Educação, Cultura, Agricultura, Indústria e Comércio, vereadores, prefeitos, líderes comunitários) haviam criado o movimento denominado Pró Piquiri que atuava em audiências públicas e reuniões comunitárias, visando o intercâmbio entre pesquisadores do campo acadêmico e pessoas impactadas por barragens. Estas fazem de seu testemunho – amparadas pelo Ministério Público Estadual, que aponta os prejuízos econômicos, sociais, culturais e ambientais que tais empreendimentos provocam a curto, médio e longo prazo – uma forma de denúncia e conscientização das populações atingidas por esses empreendimentos.

Ciente do drama vivido por aquele cidadão, o Ministério Público Estadual – atuante nos diversos empreendimentos e mobilizações – apoiado pela comunidade acadêmica e a população local, cuidou de apoiá-lo, assim como aos demais pretensamente atingidos, expandindo o movimento Pró Piquiri, para torná-lo Pró Ivaí Piquiri.

Santos (2011) faz considerações a esse respeito ao afirmar que, no Brasil, para viabilizar a defesa judicial de direitos coletivos (como é, nesse caso, a violação de direitos tentada pelas empresas da área de energia), deve-se muito à Lei da Ação Civil Pública e às importantes alterações trazidas pelo Código de Defesa do Consumidor:

...a partir da Constituição de 1988, se terem ampliado as estratégias e instituições das quais se pode lançar mão para invocar os tribunais, como, por exemplo, a ampliação da legitimidade para propositura de ações diretas de inconstitucionalidade, a possibilidade de as associações interpirem ações em nome dos seus associados, a consagração da autonomia do Ministério Público e a opção por um modelo público de assistência jurídica e promoção de acesso à justiça... (SANTOS, 2011, p.25).

Nossa ciência dos fatos acima narrados se deu por intermédio de um integrante do movimento, ao solicitar-nos um livro da referência bibliográfica que contém mapas da região

do vale do rio Ivaí que utilizamos na pesquisa (2008). Na ocasião ele discorreu sobre os problemas enfrentados por aquele proprietário rural, bem como sobre as ações dos agentes das empresas barrageiras.

Sabedores das ações silenciosas e sistemáticas que historicamente tais empreendedores desenvolvem, acordamos munir-mo-nos mutuamente do maior número possível de informações, bem como ampliar a rede de defesa objetivando a possibilidade da reflexão coletiva sobre o tema e evitar a atuação autônoma dos agentes empresariais.

Ocorreu-nos que, sendo a região do rio Ivaí território tradicional Xetá, quaisquer que sejam os interesses, as discussões ou a exploração dessa região, deve-se envidar esforços para que eles sejam, prioritariamente, ouvidos.

Seguindo esta máxima, merece destaque a Conferência Rio+20 – sucessora da Eco 92, ocorrida na mesma cidade. Públicos e notórios foram os objetivos dos dois eventos: levar chefes de estados do mundo todo, pesquisadores, cientistas e organismos multilaterais (ONU, UNESCO, BANCO MUNDIAL, UNIÃO EUROPÉIA), além de empresários e instituições financeiras a refletirem e apontar soluções para o que se consideram os três pilares da sustentabilidade global – o econômico, o social e o ambiental.

No dia 15 de junho, estando em atividade habitual na universidade, ouvimos MAR comentando que seu irmão – doutor em engenharia civil pela USP – participava da Rio+20 visando a elaboração de propostas dos cientistas e pesquisadores de todo o mundo para os desafios globais que envolvem a sustentabilidade. Na sequência, haveria uma conferência internacional das populações tradicionais dos cinco continentes que previa também a apresentação de propostas para o mesmo tema. Ambos os grupos – científico e cultural – levariam suas conclusões aos chefes de estados, subsidiando-os no estabelecimento das metas para a sustentabilidade global.

Informadas de que a Conferência das Populações Tradicionais teria início naquele final de semana, e recordando-nos do combinado sobre ampliar a divulgação da causa em prol do Piquiri e Ivaí e que, apesar da descrença da opinião pública sobre essa Rio +20, os olhos do mundo inteiro estavam voltados para a Conferência como o motor da solução dos problemas em nível global, consideramos aquela uma excelente oportunidade para a apresentação da causa Xetá. Então, ali mesmo no PCA, tentamos fazer contato com CLA para discutir sua possível participação naquele evento, pois, para a apresentação da denuncia contra a pretensão dos barrageiros de construir vinte barragens ao longo do rio Ivaí – território tradicional Xetá – era necessária a presença de pelo menos um representante daquele povo.

Não sendo possível a comunicação telefônica com CLA, apesar das diversas tentativas, e sem recursos para a viagem aérea, exigiam-se ações rápidas para viabilizar a viagem de ônibus³⁰. Então, com apoio dos colegas do grupo de pesquisa, embarcamos às 19:00hs para o Rio de Janeiro. E no dia 16 de junho pela manhã já estávamos no Aterro do Flamengo, em frente ao Museu da República – local onde no dia seguinte teria início a Conferência Internacional. Lá também acontecia um evento intitulado a Cúpula dos Povos – simultâneo e de repúdio à Rio+20. Procuramos pela tenda das populações tradicionais e por algumas lideranças de articulação política do Sul. Procurávamos por AUG (da articulação sul dos Kaingang), BEL (viúva de Tuca, do primeiro casamento), mas, não os encontrando, conversamos com MAR – Guarani e representante da liderança Sul, que confirmou a presença de AUG. Porém, não conseguimos localizá-lo.

Encontrando BEL, no início da noite, indagamos se além dela – que é Kaingang, mas tem filhos Xetá (viúva de Tuca) –, estariam outros Xetá no evento. Como suspeitávamos ela confirmou não haver mais ninguém, justificando que, mesmo estando lá vários residentes da Terra Indígena de São Jerônimo, CLA normalmente se recusa viajar sozinho, quando não há recursos para que todos os seus parentes viajem. A justificativa seria o fato de os Xetá serem um número reduzido de indivíduos, e ao se apresentarem juntos, realizarem uma ação política para serem percebidos como Povo.

Nosso objetivo era denunciar (FREIRE, 1982) – os tais empreendimentos e, na medida do possível, garantir os direitos dos Xetá de terem atuação participativa nas tomadas de decisões em assuntos que os atinjam de modo pessoal – cultural e histórico –, principalmente no que diz respeito à sua condição de invisibilidade e inexistência.

Com o colega pesquisador da USP, no dia seguinte nos dirigimos ao Museu da República, mesmo não tendo conferido a confirmação de inscrição no site do evento. No entanto não tivemos dificuldades em nos inscrever – havia lá uma comissão fazendo, naquele momento, as inscrições dos participantes.

O objetivo central das autoridades e lideranças das populações tradicionais dos cinco continentes era – a partir da proposta dos três pilares da ECO 92 (econômico, social e ambiental) – acrescentar um quarto pilar que representaria uma salutar contribuição daquelas Populações aos objetivos da prevenção e da sustentabilidade a nível global: a Cultura.

³⁰ O recurso para viagem ao Rio de Janeiro foi pessoal.

Abertas à plenária as discussões apresentadas, pedimos a palavra (FOUCAULT, 2005³¹) – e, numa apresentação rápida dos fatos, mencionamos a condição de invisibilidade do povo Xetá, sua luta histórica pela revitalização e manutenção da cultura, a reivindicação pela ocupação de seu território tradicional, o massacre ocorrido no final da década de 1940 operacionalizado pelo governo do Estado do Paraná e companhias de colonização, na qual sobreviveram apenas oito crianças e, por fim, a denúncia de que empresas barrageiras, naquele momento, faziam estudos no Vale do Rio Ivaí – Território Tradicional Xetá – sem que ao menos eles fossem consultados.

Ao final da exposição fomos abordadas por um repórter e escritor canadense – indígena. Mesmo com os entraves da dificuldade de comunicação, trocamos nossos endereços eletrônicos. Em comunicações posteriores ele demonstrou interesse em vir a Maringá com o intuito de entrevistar pessoas e conhecer a problemática do Vale do Rio Ivaí. No dia 25 de junho ele desembarcou em Maringá. Havia a esperança (FREIRE, 1982) de que a mídia – naquele momento representada por ele –, que já foi considerada o quarto poder, (FOUCAULT, 2005), fosse uma aliada capaz de dinamizar a mobilização.

Até o dia 30 de junho – data em que o ativista canadense retornou ao Rio de Janeiro – viajamos e visitamos pessoas ao longo do Rio Ivaí, observando as localizações das pretensas barragens, acompanhando a mobilização, já que estava previsto para o dia 7 de julho, um evento do Movimento pró Piquiri Ivaí no município de Fênix, sendo a nossa presença no local considerada quase que uma prévia da ação política do movimento.

Antes disso, porém – dia 28 de junho –, estivemos no município de São Jerônimo da Serra, a Terra indígena de São Jerônimo, para sanar a queixa do povo Xetá, presente desde o início de nossa pesquisa, de que muitas autoridades e pesquisadores, na aproximação, investigam, obtêm informações, documentos, imagens, mas não apresentam devolutivas – formais ou informais. Então foram tiradas cópias³² dos materiais obtidos ao longo da pesquisa e as oferecemos a CLA, ao mesmo tempo expondo a viagem à Rio+20, relatando a presença lá de POL e entregando souvenirs da Conferência. Também o convidamos a participar do Movimento Pró Ivaí Piquiri, enfatizando a importância política da participação do seu povo.

³¹ Sobre o poder do discurso, Foucault (2005) diz que ele não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos (...) toda hermenêutica pressupõe uma verdade a ser mostrada por um suposto saber. E ainda aposta nas multiplicidades, nas práticas sociais como produtoras dos objetos, saberes e sujeitos que estão no mundo. (ASENSI, 2006). Como Santos (2010), Foucault aposta na possibilidade de criação e de invenção e na provisoriedade das coisas.

³² Os recursos para as cópias de material de pesquisa providenciada ao povo Xetá, assim como para viagem ao longo da bacia do rio Ivaí e visita a Terra Indígena com o ativista canadense foi investimento pessoal.

Comovente foi presenciar CLA saudando POL na língua Xetá e traduzindo para o português e, por sua vez, POL o cumprimentando em sua língua materna indígena e, também, traduzindo para o português. Estavam visivelmente emocionados, levando-nos, também, a experimentar as mesmas sensações; até porque, na literatura antropológica brasileira (PACHECO de OLIVEIRA, 1999), quando o assunto é populações tradicionais do Brasil, o maior destaque são as populações amazônicas. Portanto, um jovem repórter canadense, pertencente a uma etnia indígena de muito distante daqui, ter aquela vivência com um par seu do Sul do Brasil foi, sem dúvida, algo digno de registro e celebração.

Estavam previstas as presenças de CLA e BEL no evento programado para o dia 7 de julho no município de Fênix, a aproximados 130 quilômetros de Maringá. Deu gosto perceber a satisfação de BEL ao tomar conhecimento de sua participação; mesmo que não houvesse recursos oficiais para a viagem, ela se prontificou a custear seu deslocamento com recursos próprios, tal foi o seu interesse. CLA contava com recursos do LAEE para parte das despesas³³.

As autoridades do município – prefeito e secretário do meio ambiente –, a mim e ao repórter e fotógrafo indígena, dispensaram-nos boa acolhida, disponibilizando dois funcionários da área técnica para nos acompanhar, facilitando nossa tarefa ao longo do rio Ivaí com informações e orientações, notadamente quanto aos locais onde estão previstas as construções de barragens. Nossa presença no local com uma semana de antecedência contribuiu com a preparação do evento, em especial por nossos diálogos com proprietários de terras ribeirinhas, os quais foram unânimes em questionamentos do tipo: “o governo exige de nós o cumprimento de leis ambientais, como a das matas ciliares, por exemplo. Mas em seguida apóia essas empresas que surgem com o intuito de alagar tudo, destruindo as mesmas matas ciliares e toda a biodiversidade”. Eles criticavam a postura das autoridades – a incoerência no que toca ao discurso acerca da necessidade do cumprimento da legislação e, logo após, a subserviência aos interesses econômicos.

A presença de POL entre nós estimulou a formação de uma rede global em torno da questão, que potencialize a atuação local (SANTOS, 2010). E no dia 30 de junho ele partiu.

Maria Angelita da Silva.

Dia 30 de junho de 2012,

23hr e 24 .

³³ Outra parte dos recursos da viagem de Claudemir e sua companheira foram de iniciativa pessoal da pesquisadora.

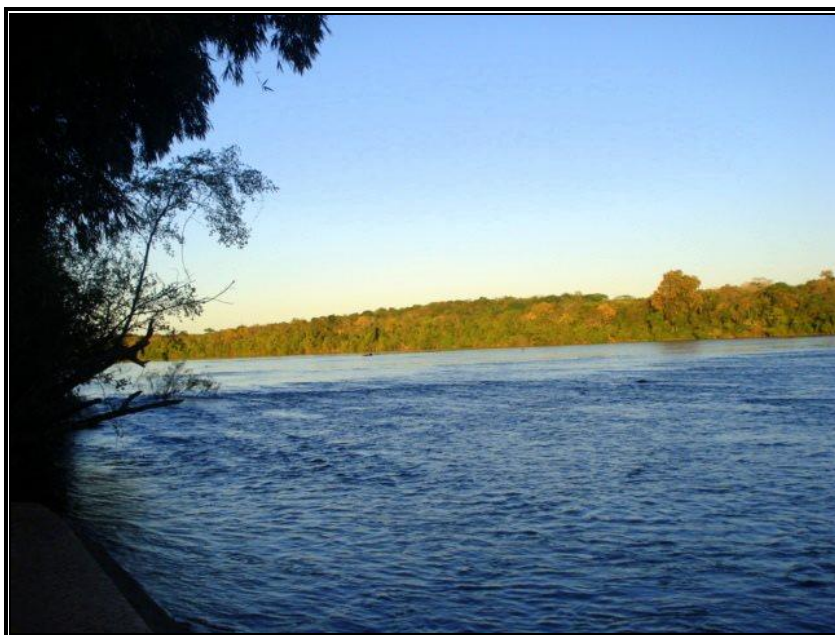
Relatório de viagem a Fênix e Porto Ubá– PR – 07 de julho de 2012.

Figura 35 - Rio Ivaí em São Pedro do Ivaí – PR – 24/09/2012.

Fonte: Disponível em: <http://www.facebook.com/proivaipiquiri/photos_stream> acesso em: 07/07/2012

Rio Ivaí, urgente!

No dia 15/06, em Lidianópolis-PR, no Salão Cultural, cerca de 500 pessoas se reuniram em debate sobre o papel das universidades e municípios do vale do Ivaí, oportunidade em que integrantes do Movimento Pró-Ivaí informaram aos participantes sobre o enfrentamento aos projetos de barramento do rio, sendo que o Pe. Zenildo, da Comissão Pastoral da Terra, fez fala sobre o assunto, levando os presentes às lágrimas. Depois de tal evento, os prefeitos e lideranças religiosas de diversos municípios do Vale do Ivaí foram convocados para comparecerem nas reuniões de Fênix e Porto Ubá, a serem realizadas no dia 07/07. A mobilização é crescente e pedimos a todos que repassem as notícias sobre os movimentos Pró-Ivaí e Pró-Piquiri para seus contatos, ampliando assim a rede. Viva os rios Ivaí e Piquiri! (PROIVAIPQUIRI, 2002, web) Acesso em: 07 jul. 2012.

Foi essa a chamada à mobilização realizada via internet e outros meios para a convocação aos participantes do Movimento Pró Ivaí e Piquiri. Além da população em geral e a mídia local, compareceram à reunião do dia sete de julho³⁴, em Fênix e Porto Ubá, representantes das populações tradicionais do Estado do Paraná.

De todas as reuniões e mobilizações desde 31 de agosto de 2011, quando do “I Seminário sobre os Potenciais Impactos da Construção de Barramentos Hidrelétricos na Bacia do Rio Piquiri” – Palotina PR, campus da UFPR – essa foi a de maior importância,

³⁴ Viagem realizada com recurso pessoal.

merecedora de destaque pela presença de representantes indígenas de três etnias do Estado do Paraná (Xetá, Kaingang e Guarani). E ainda, por representar o que Santos (2011, p.72) destaca como sendo “bons exemplos de inovações institucionais”, que é justamente a valorização de experiências e estratégias – como essa do Ministério Público Estadual e seus parceiros – de fomentar a aproximação entre justiça e cidadania, fortalecendo a dimensão humana no sentido da construção de uma “justiça democrática de proximidade”, como propõe o autor:

Há muitas iniciativas meritórias que infelizmente são pouco conhecidas, não só no estrangeiro, como também no próprio país (Brasil). No novo marco institucional brasileiro salientam-se a experiência da justiça itinerante³⁵, da justiça comunitária, dos meios alternativos de resolução de litígios, da mediação, da conciliação judicial e extrajudicial, da justiça restaurativa e dos juizados especiais (SANTOS, 2011, p.72).

Este evento também merece destaque pelo lugar onde ocorreu - na cidade de Fênix e Porto Ubá, pois historicamente e geograficamente – segundo Mota (2008) desde a década de 1840 os Xetá, esporadicamente, foram contatados nas mediações do rio Corumbataí e no Ivaí, onde hoje estão os municípios de São Pedro do Ivaí, Fênix e São João do Ivaí.

Portanto, a presença de um representante Xetá era mais que bem vinda – era necessária à mobilização. As presenças de BEL (viúva de Tuca, 1ª casamento) que é Kaingang, e NEW – da etnia Guarani –, representaram as três etnias componentes das populações tradicionais do Estado do Paraná. Suas presenças formaram um quadro de atuação política a legitimar ainda mais a articulação do Movimento.

Nas manifestações estavam unidos agricultores de produção familiar e/ou comercial, indígenas que ainda lutam pela ocupação de seus territórios tradicionais, comunidades de pescadores, população urbana, universidades públicas, autoridades formais e populares, enfim, a universalidade de atuação em prol do bem comum, coletivo, difuso. Nesse caso o Movimento do vale do rio Piquiri e Ivaí – o que não deixa de ser inovação no campo da cultura política.

³⁵ Sobre a justiça itinerante, Santos (2011) expõe em nota de rodapé:

A história da justiça itinerante nos tribunais brasileiros está associada a experiências isoladas de tribunais de justiça estaduais que encontravam dificuldades em estender fisicamente a jurisdição em toda a extensão do seu território. Nesse sentido, merecem destaque as experiências de criação da justiça itinerante fluvial em tribunais situados em estados como o Amazonas e o Amapá, onde barcos são utilizados para atender as populações nas margens dos rios. Com a reforma constitucional do judiciário, a justiça itinerante passa de **experiências isoladas** dos tribunais estaduais a **uma exigência** constitucional no âmbito da justiça dos estados, justiça federal e justiça do trabalho, o que é uma prova do êxito da iniciativa. A ideia de ampliar o lastro de alcance da atividade jurisdicional itinerante assenta nos objetivos de garantia do acesso à justiça, eficiência e aproximação do judiciário à comunidade. (SANTOS, 2011, p.72).

Na composição oficial dos debates os representantes indígenas fizeram uso da palavra. E, em entrevista à RPCTV, CLA (Xetá), emocionado, falou da importância da preservação do rio Ivaí para a Cultura do seu Povo. Lembrou que ainda é possível encontrar parte da sua cultura material ao longo das margens do rio Ivaí e, que o processo de ocupação do território tradicional Xetá tramita no Judiciário, há décadas.

Sua narrativa faz lembrar a análise denunciatória de Santos (2011), que ao abordar o tema dos “Tribunais e Movimentos Sociais”, lembra,

...da necessidade de uma formação jurídica que desvele o mito da democracia racial e amplie as concepções de injustiça com as quais os magistrados estão acostumados a trabalhar, conferindo mais destaque às injustiças históricas e étnico-culturais (SANTOS, 2011, p.100).

Esse evento representou salutar contribuição para a reflexão que se pretende: de renovação da cultura política onde é possível alterar velhas posições de poder, mas acima de tudo, a possibilidade de democratização participativa em eventos que dizem respeito ao coletivo.

Maria Angelita da Silva.

Dia 07 de julho 2012,

23hr e 15 m



Figura 36 - Integrantes do Movimento Pró Ivai Piquiri, sete de julho de 2012, Fênix PR.

Fonte: Disponível: <http://www.facebook.com/proivaipiquiri/photos_stream> acesso em: 07/07/2012.

Na sequência relatamos nossa participação no FPEDER, palco privilegiado para o exercício das reflexões que ao longo do processo nos esforçamos em realizar.

**Relatório do IX Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Paraná
– FPEDER – PR**

Maringá – PR, 25 a 27 de julho de 2012.

*“Não é o poder que corrompe o homem,
é o homem que corrompe o poder.”*
Ulysses Guimarães.

Nos dias 25, 26 e 27 de julho, Maringá sediou o FPEDER – IX Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Paraná, tendo como tema “As relações etno-raciais no trato pedagógico da diversidade, visando uma escola com educação cidadã”. Para muitos participantes, um espaço didático de apresentação formal das propostas pedagógicas que viessem ao encontro do cumprimento e da implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 que estabelecem as diretrizes e as bases da educação nacional – visando a inclusão no currículo oficial da rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena”. No entanto, o fórum, como movimento social, segundo nossa avaliação, não cumpriu plenamente o seu papel.

Logo na abertura oficial percebemos algo paradoxal: contrariando o que previa o folder de divulgação do evento, CLA– da etnia Xetá – e CRI – moça da etnia Kaingang – não fizeram parte da Mesa. Havíamos estado com CLA em duas ocasiões recentes: na T.I. de São Jerônimo na companhia do repórter indígena canadense – dia 28 de junho –, e em Fênix, no Movimento Pró Ivaí e Piquiri – dia 07 de julho. Em ambas oportunidades, tinha ficado clara a sua participação no Fórum – dada como certa em nossos contatos com a Secretaria Estadual de Educação, que confirmou sua presença –, o que nos tranquilizou, já que aproveitando sua vinda, havia o planejamento de sua ida, no dia 30 de julho, ao Ministério Público Federal de Umuarama – (responsável pelo processo judicial que trata da ocupação do território tradicional Xetá). Lá ele municiaria o Procurador da República com os materiais de pesquisa sobre o seu povo, a ele disponibilizados. Por mais que tentássemos não conseguimos contatá-lo a tempo da sua participação na Mesa de Abertura do Fórum, sendo ele e CRI substituídos por um representante masculino do povo Kaingang. A falta de comunicação eficaz é um grande poder a favor de quem se comunica ou impede a comunicação do outro. Além disso, dias trocados, atrasos, horas depois das marcadas desmobilizam efetivamente e não casualmente a qualquer grupo. São estratégias científicas.

Nas oficinas temáticas estava também prevista a participação de uma liderança da Articulação Sul Indígena – do povo Guarani. No entanto, também ele não chegou a tempo de participar da abertura da Oficina, que ocorreria no dia seguinte, 26, pela manhã, chegou dia 26 à noite. E, neste caso, o atraso se revestiu de assaz singularidade, pois ele estava convidado para o dia 27, segundo ele. Assim, mesmo chegando no dia 26, portanto, com antecedência de um dia ao convite que recebeu, ele estava atrasado. A quem poderia atribuir tamanha confusão de agenda? E, neste caso, novamente como no início do evento, em que CLA Xetá não compareceu para compor a mesa oficial de abertura do evento, quem o substituiu foi um Kaingang. Aquelas lamentáveis constatações nos conduziram à lembrança de alguns elementos de análise que gostaríamos de destacar. Um deles foi a segregação cordial – ou difusa – percebida logo no início das palestras, tanto que, numa atitude de provocação reflexiva, pedimos a palavra convictas do poder do discurso (Foucault, 2005) – para partilhar nossas experiências.

Lembramos que por conta da condição mestiça do povo brasileiro é possível nos localizarmos em várias temáticas de luta: indígena, ao mesmo tempo afro ou cigana, de gênero... Ficando assim evidenciado que essas lutas para além de ser por identidade devem ser por justiça social. Fizemos uso da palavra com o intuito de provocar os presentes a refletir sobre conceitos e preconceitos étnico-culturais, notadamente num evento que, na essência, cuidava desse tema. Não consideramos descabida a nossa inquietação a respeito, pois eram notórias as divergências comportamentais verificadas.

Assim, os que no evento se declaravam negros, bem correspondiam aos brancos em outras situações da vida social. E a segregação “cordial” não diferiu em nada dos comportamentos verificados na sociedade geral. Assim como, os índios correspondiam aos negros nessa dinâmica de segregação; e os ciganos (povo também lá representado) poderiam, nesse comparativo, corresponder aos índios. Faz-nos lembrar de Paulo Freire (1975), quando nos adverte que o oprimido deve cuidar para não se converter em opressor. Em suma: num sistema de segregação idêntico ao comum, hegemônico, os diversos grupos representados no fórum reproduziram a mesma condição. Impunha-se uma hierarquia de poder que não contribuía para o fortalecimento do movimento social que poderia unir os “excluídos”. Infelizmente, segundo o que entendemos sobre o conceito de participação social e cultura política, percebeu-se o que Santos (2003, p.20) denomina de fascismo social, ou seja, as armas intelectuais de um regime político, mas acima de tudo um regime social e civilizacional. Um tipo de fascismo pluralista, produzido pela sociedade e não pelo Estado.

O comportamento de que aqui nos ocupamos ficou evidente quando, num dos intervalos, uma indígena da etnia Kaingang nos abordou devolvendo-nos a pergunta (quem você quer ser: indígena, africana, não indígena?). Se a resposta fosse “indígena” indicou-nos os meios, inclusive a alteração para um nome indígena nos documentos pessoais. No entanto, quando mencionamos a etnia Xetá como escolha, (para novamente indicar o objetivo de nossa abordagem reflexiva: a provocação), percebemos seu desapontamento por revelar a etnia, escolher ser indígena também apresentava uma exigência mais localizada: a etnia. Da mesma forma fomos convidadas a participar do movimento das mulheres negras se evidenciado as lutas internas por poder num modelo idêntico àqueles que discursivamente se denuncia e combate.

Somos completamente favoráveis aos movimentos sociais identitários, mas jamais a favor da valorização superior ou inferior de uns e outros. A diferença entre gêneros, etnias, gerações e outros não deve distanciar a luta de todos pela justiça social.

Diante disso, fica a suspeita de que o procedimento de tradução (SANTOS, 2010, p.134) é necessário para articular a potência que é a postura a qual defendemos, para mais fortes enfrentarmos as formas de poder que são muitas (SANTOS, 2003, p.31). Por que lutar por maior poder? “A tomada do poder? Não, apenas algo mais difícil: um mundo novo.” (CECENÃ, 1999, p.103).

A lógica que se pretende não é a destruição daquilo que existe, segundo Santos (2003, p.31), mas a criação de alternativas, pois são muitos os rostos da opressão: indígenas, ciganos, africanos e afro-descendentes, mulheres, idosos, pobres, crianças... Estas por sua vez são acompanhadas de outras adjetivações que lhes impõem maior ou menor valor: crianças indígenas, negras, aleijadas, estrangeiras, de rua, trabalhadoras, estudantes, abusadas, brancas, representantes estudantis, gays, classes média, pobre, rica, que falam errado, doentes, as que não se sabem bem dizer o que são soldados na guerra, européias, latino-americanas, Xetás...

Nesse sentido, mantivemos nossa reflexão ao longo do evento e a busca do entendimento das relações que mantém a invisibilidade Xetá; observamos na noite de 26 de julho, em reunião ocorrida na Universidade Estadual de Maringá, novas pistas.

O representante do MEC lembrou que na CONAE (Conferência Nacional de Educação), os afros descendentes não tinham conseguido adequada representatividade, e que, portanto, a boa tática seria utilizar o “guarda-chuva” da diversidade, fazendo aliança com grupos reduzidos (indígenas, educação especial...) para remendar, segundo suas palavras, a falha de articulação desde o princípio da CONAE, e que, no fórum, deveria ser levado como dever de casa.

Nos debates para elaboração do documento do fórum, vários foram os temas discutidos. Neste sentido, logo no começo da plenária, pedimos a palavra – Foucault (2005). E, no apontamento das prioridades, contextualizamos o ocorrido com o povo Xetá na região de Umuarama – território tradicional desse povo– e quanto foi difundido entre os pequenos agricultores e a população em geral a imagem do povo Xetá como ameaça aos interesses locais, mesmo eles sendo parte da mesma população, e também explorados pelas políticas expansionistas e colonialistas.

Usamos a investigação por nós realizada sobre o povo Xetá para argumentar que a “tática de alianças com grupos reduzidos” deveria se consolidar como estratégia permanente, visando potencializar a articulação política participava, ao invés do remendo da aliança com grupos reduzidos em ocasiões especiais.

O representante do MEC (Ministério da Educação) usou da palavra para dizer: “separar para destruir: arte de guerra nada original!” Entretanto, dir-nos-ia bastante eficaz, pelas consequências que observamos ao longo do processo histórico. Afirmou que o fórum deve fortalecer o espaço do diálogo, que não há, no âmbito do Ministério da Educação e Cultura, questões envolvendo territórios como é o caso da luta indígena, mas que as parcerias se consolidariam, não como espaço de exigências. Mas, sim, de diálogo. E que, sim, seria possível uma aliança permanente.

Santos (2010) nos ajuda a visualizar a complexidade das lutas dos movimentos sociais. Nesse contexto o autor ilustra:

... há três grandes movimentos que lutam pela posse da terra e que, curiosamente, lutam separados e não em articulação. Falo do movimento dos trabalhadores rurais sem terra, sobretudo, do MST; do movimento dos quilombolas e, portanto, da conquista da terra das comunidades remanescentes de quilombos; e do movimento indígena pela demarcação de terras. Lutam por três direitos coletivos de natureza diferente. A concepção de terra dos indígenas é muito diferente dos camponeses do MST. E é também diferente da dos quilombolas. Referem-se também a tempos históricos diferentes. A luta do MST é a luta pela reforma agrária, e o seu tempo histórico é o Estado moderno. A luta dos quilombolas é a luta pela terra dos grupos étnicos negros que conseguiram sobreviver social, econômica e culturalmente em determinado território, e o seu tempo histórico de opressão remete tanto à escravidão quanto ao estado moderno. A luta dos indígenas é por território enquanto expressão e condição de autonomia política e cultural, e o seu tempo histórico é o mais longo de todos, o tempo do colonialismo. Sendo diferentes concepções de terra, todas elas apontam para uma concepção não individualista da terra sobre a qual o sistema judiciário está fraturado. É preciso criar novas concepções, novos conceitos de direito de propriedade sem os quais não pode haver justiça social (SANTOS, 2011, p.105).

No dia seguinte, 27, dialogando com o líder indígena Guarani, indagamos acerca da questão Xetá e o problema da implantação da educação escolar indígena bilíngue Xetá, por serem eles agregados em terra indígena de outra etnia. A liderança Guarani, lembrou que, mesmo a legislação prevendo escolas indígenas apenas em território indígena da mesma etnia, isso não seria impossível, dependendo de articulação política local.

Sobre a luta e a atuação política por ocupação de território ele recordou a questão Xetá ser muito recente – aproximadamente 50 anos – se comparada à Kaingang, por exemplo. Portanto, os Kaingang teriam muito mais força de luta que os Xetá. Lembrou, inclusive, a tradição de guerreiros dos Kaingang, enquanto os Xetá, ao contrário, “demonstram um comportamento extremamente pacífico”. Contrariando sua afirmação comentamos a manifestação de um Xetá que, quando desencorajado a lutar, disse não ter medo da morte que constitui a única certeza da vida, e que não lutava apenas por si, mas para os que viessem após ele: as crianças Xetá.

Aquele líder, sensível e pacientemente, considerou que cada povo tem seu tempo, e que nós, não indígenas a observá-los de fora, deveríamos respeitar esse tempo. E acrescentou haver recursos financeiros internacionais para articulação política Xetá.

Sem maiores informações nos questionamos: Qual é a via pela qual chegam os recursos aos índios? Quem sabe deles? Os Xetá não sabiam da existência desses recursos. Por que países europeus apoiariam lutas indígenas?

Nesse sentido, Santos (2011) apresenta um argumento que vem ao encontro da temática destacada pelo líder Guarani. Concernente à discussão sobre a viabilidade e o alcance das iniciativas (como essas do recurso financeiro internacional, vindo da Alemanha):

o apoio a dar a estas iniciativas ou a ser recebido por elas deve ser muito criterioso. A minha experiência diz que o financiamento externo, ao mesmo tempo em que é fundamental para sua sustentabilidade, pode facilmente desvirtuá-las ou cooptá-las. Assim será se representar uma influência paternalista/maternalista ou sectária, que põe em causa a autonomia das organizações e das decisões (SANTOS, 2011, p.69).

Nesse contexto de ideias, Santos (2010-2011) apresenta conceitos de reinvenção das bases teóricas, práticas e políticas de um repensar radical do direito e um olhar atento ao que ele denomina epistemologia do Sul, chamando atenção aqueles saberes e conhecimentos capazes de transformar as relações de poder desigual em relações de autoridade partilhada. Gramsci (1982), propositivamente, também apresenta a figura do intelectual e a formação da cultura como sendo uma possibilidade de articulação poderosa. Foucault (2005) nos subsidia

com o conceito de poder (do discurso, da palavra...) para a análise dos discursos e práticas (técnicas) de poder que orientam as articulações políticas dos diversos grupos observados na trajetória de desvelamento do processo histórico e de luta do povo Xetá e da defesa de seus direitos violados – especialmente de suas crianças. E, finalmente, Freire (1982) ao destacar que o domínio da existência é o domínio do trabalho, da cultura, da história, dos valores – das leis, da política - domínio em que os seres humanos experimentam a dialética entre determinação e liberdade. Esses conceitos formam o quadro de análise teórica que fundamentou e continua a fundamentar nossa atuação reflexiva diante do mundo...



Figura 37 - Participantes do FPEDER em Maringá PR, 25 de julho de 2012.

Fonte: Disponível: <<http://www.facebook.com/profile.php?id>> acesso: 30/07/2012.

Maria Angelita da Silva.

Dia 30 de julho de 2012,

23hr e 24 m.

O relatório que segue é o último selecionado para compor o corpo do trabalho. Como afirmado, o movimento histórico é permanente e persistente no sentido de continuidade e novidade, porém nossos registros para esta dissertação se encerram aqui, com a esperança freireana de que possam representar uma parcela de contribuição à luta do Povo e da Criança Xetá.

Relatório de viagem a São João do Ivaí e Itambé- PR – 22 de setembro de 2012.

Movimento Pró Ivaí Piquiri e suas consequências.

Segue o texto, disponibilizado pela internet do evento do dia 22 de setembro:

Rio Ivaí, *urgente!*

Sábado, 22/09, integrantes do movimento Pró Ivaí Piquiri estiveram em reuniões nas cidades de São João do Ivaí-PR e Itambé-PR, situadas em margens opostas do rio Ivaí. Na primeira, a reunião aconteceu na Câmara de Vereadores contando com a presença de cerca de 80 pessoas, incluindo representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato Patronal Rural, SEAB e EMATER. O prefeito municipal iniciou a reunião lendo o teor de lei declarando de interesse local a manutenção dos atributos naturais do rio Ivaí, após o que diversos secretários e vereadores, além do pároco local e residentes e proprietários rurais, além de mestrandos e doutorandos do PEA-UEM se apresentaram e ouviram as falas do promotor Robertson de Azevedo, do biólogo Rômulo Behand e do Padre Zenildo, além do anfitrião, 118r.Adilson Calixto, presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Conforme declarado na reunião, os vereadores locais irão alterar a pioneira lei, incluindo o rio Corumbataí como área de interesse local de preservação. Destaca-se a presença do dr. Robson Martins, procurador da república em Umuarama-PR, que instaurou procedimento administrativo referente aos impactos que barramentos nos rios Ivaí e Piquiri teriam no remanescente do rio Paraná no Brasil, área de sua atribuição. Além de conhecer a realidade do Vale do Ivaí, o procurador fez importantes contatos com estudantes do PEA e do PCA, ambos da UEM.

Na sequência, a partir das 14:00, os integrantes do movimento Pró Ivaí Piquiri foram recebidos por cerca de 50 pessoas na Casa de Cultura de Itambé-PR, oportunidade em que o prefeito municipal, diversos vereadores e o secretário municipal local, seu congênere de Floresta-PR e todos os presentes puderam expressar o que o rio lhes evocava (muitas referências foram feitas ao rio Keller e sua cachoeira). Pelo PEA-UEM, falou o doutorando Daniel Alves dos Santos. O formato da reunião permitiu que diversos presentes fizessem falas compartilhando entendimentos e contribuindo com a construção coletiva que vem sendo ampliada a cada encontro.

Merece destaque a participação (vide no Facebook, Pro Ivaí Piquiri) do diretor do Sindicato Rural de São Pedro do Ivaí, o impagável Portella, legítimo representante do setor produtivo rural, que nas duas reuniões, além de informações sobre os impactos econômicos das barragens e situação das articulações políticas locais, protagonizou expressiva *performance* que

representa o sentimento da população dos vales do Ivaí e Piquiri em relação aos empreendimentos hidrelétricos. Viva os rios! (PROIVAQUIRI, 2002, web).

Dia 18 de setembro recebemos um e-mail de um colega de pesquisa do LAEE informando o recebimento de correspondência do Ministério Público Federal de Umuarama PR, a nós endereçado. O conteúdo da correspondência, basicamente, se referia à abertura de um Procedimento Administrativo que, entre outras coisas, apresentava a proposta para formação de um grupo de trabalho com o escopo de unir esforços para a manutenção da cultura, costumes e tradição Xetá.

No entanto, – precisamente o dia 30 de julho - tinha sido planejado que CLA fosse a Umuarama-PR com a finalidade de encaminhar ao Ministério Público Federal os trabalhos e materiais de pesquisa sobre a Cultura e Povo Xetá. Na mesma ocasião, o Ministério Público Estadual de Maringá-PR participaria de reunião sobre o Movimento Pró Ivaí Piquiri e possível instauração de Processo Administrativo relacionado à Bacia do Rio Paraná – também impactada com a possibilidade de concretização dos empreendimentos hidrelétricos na Bacia do rio Ivaí e Piquiri.

Infelizmente, CLA acabou não comparecendo, não deixando claro o motivo de sua ausência em nenhum dos eventos, assim como não foi a Umuarama, como combinado por ocasião da reunião em Fênix do dia 7 de julho, nem no Fórum Permanente de Educação Étnico-Racial 25, 26 e 27 de julho, como já mencionado em relatórios anteriores, mesmo que os recursos financeiros tivessem sido providenciados em ambas situações.

Por sua vez, o Procurador da República dia 30 de julho viajou justificando a ausência por conta de uma audiência pública em outro município. No entanto, os materiais de pesquisa, os arquivos e as reportagens sobre a temática Xetá – mesmo sem o protagonismo de um representante Xetá e o procurador da república que em viagem não estava presente nesse dia – foram entregues àquela Procuradoria (os mesmos documentos que, no dia 28 de junho, por ocasião da visita do repórter indígena canadense, foram entregues a CLA na Terra Indígena de São Jerônimo, como também estão registrados no corpo deste trabalho).

O esforço em recordar esses episódios se faz no intuito de contextualizar a análise dos possíveis entraves ao longo do processo de articulação política e luta por direitos violados do povo Xetá.

Outro episódio sintomático a compor o mosaico de impressões ao longo do caminho percorrido foi a impossibilidade da realização da reunião solicitada pelo Ministério Público Federal, logo após recebimento dos materiais de pesquisa Xetá, a ser realizada na UEM/PCA.

O procurador propôs o encontro para o dia 10 de agosto, visando a criação de grupo de trabalho para tratar das demandas do povo Xetá.

Aconteceu que, mesmo convidados, CLA e seus parentes não compareceram, apesar de toda a logística providenciada, assim como o Procurador, no dia anterior – tarde do dia 9 de agosto – enviou e-mail informando não comparecimento por motivos de força maior.

Os constantes desencontros dos representantes Xetá e o MPF, as efetivas desmarcações de reunião do MPF com o grupo de estudo no PCA, o atraso do MPF na reunião marcada em São Jerônimo, mudança de dia de reunião previamente marcada no PCA, equívoco do MPF com o dia de uma reunião do grupo de estudos no PCA, respostas do MPF com atraso ou a falta de respostas a determinadas consultas por e-mail efetiva uma desmobilização e posterga a causa Xetá para dias que parecem ser infinitos. Se entendermos que a condição de invisibilidade e inexistência do povo Xetá é histórica e dotada de singularidade notória – por eles representarem a minoria das minorias – a suspeita de que essa invisibilidade e inexistência são sistematicamente promovidas ganha robustez. Não promovidas talvez, por aquela ideologia de algumas pessoas mal intencionadas que querem usar, abusar, tirar vantagem desse povo “menor”, mas provavelmente provocada pelo que é a ideologia neoliberal capitalista moderna, que por meio da promoção do desconhecimento de toda ordem, da desarticulação política, da dificuldade de meios econômicos aos sujeitos interessados, vai exercendo poder com as instituições e autoridades empurradas para outros interesses.

Com tristeza e em estado de alerta vimos à desconstrução da mobilização Xetá. Prosseguimos a escrita da dissertação refugiando-nos em Freire (1982) que, ao referir-se à “Cultura do Silêncio”, apresenta duas dimensões simultâneas – geradas nas condições objetivas de uma realidade opressora, mas também como forma de resistência à dominação:

Nem tudo o que compõe a cultura do silêncio é pura reprodução ideológica da cultura dominante. Nela há também algo próprio aos oprimidos em que se amuralham [...] para defender-se, preservar-se, sobreviver. Daí a necessidade já salientada de a liderança revolucionária conhecer não apenas as debilidades desta cultura, mas também sua potencialidade de rebelião (FREIRE, 1982, p.70).

Não dispúnhamos dos elementos suficientes para análise crítica e certa dos entraves ocorridos, mas parecia-nos interessante o que já havia constatado Santos (2011),

Para a luta dos povos indígenas, o maior entrave colocado pelo judiciário para além da morosidade ativa, a decisão deliberada de não decidir, protelar os casos e assim evitar abordar a questão, dada sua complexidade e os interesses envolvidos (SANTOS, 2011, p.100).

Além disso, no Fórum Permanente de Educação Étnico Racial, também ficaram evidenciadas as condições para suspeitar que a segregação “cordial” é fator a ser considerado na análise dos entraves e das dificuldades na promoção dos direitos e da articulação política. Talvez porque os grupos que protagonizam as condições de dominação, no interior de suas experiências mais pontuais, também reproduzam a dominação e a opressão de que são vítimas em outras esferas da vida social e étnico-cultural.

Havia a desconfiança de estar acontecendo conosco o que Freire (1982) conceitua como “colonialismo revolucionário”.

Sem o conhecimento sério, responsável, de como estas populações transformam, na sua prática, sua fraqueza em força, é impossível uma comunicação válida com elas. Sem este conhecimento, o que fazemos, enquanto intelectuais pequeno-burgueses, é ‘invadi-las’, em termos distintos da invasão que as classes dominantes já fazem, mas invasão sempre – uma espécie de ‘colonialismo revolucionário’ (FREIRE, 1982, p. 58).

Portanto, a essa altura da pesquisa, nos vimos num impasse entre a postura teórica e a militância: se por um lado não havia elementos precisos para avaliar o jogo de interesses e os poderes presentes na dinâmica da luta do povo Xetá e demais poderes envolvidos nessa trama social, cultural e política, por outro, convivíamos com o desconforto de que nossa condição não favorecesse as demandas daquele povo, e corria-se o risco de ser mais uma performance de invasão cultural.

Foi quando tomamos ciência da correspondência do MPF de Umuarama-PR, que acendeu uma chama de esperança utópica freireana:

[...] a unidade dialética entre prática e teoria, em que aprendemos que a verdadeira paciência não se identifica, jamais, com a espera na pura espera. A verdadeira paciência se associa sempre à autêntica esperança, caracteriza a atitude dos que sabem que, para fazer o impossível, é preciso torná-lo possível. E a melhor maneira de tornar o impossível possível é realizar o possível de hoje (FREIRE, 1982. p.61).

Assim, ao sermos convidadas a participar da reunião que ocorreria dia 22 de setembro no município de São João do Ivaí - PR, na qual o Procurador da República de Umuarama PR se faria presente, aceitamos, pois a partir da instauração de Procedimento Administrativo (de

28 de agosto de 2012), o MPF estava formalmente atuando na rede em prol do Movimento Pró Ivaí Piquiri e, simultaneamente, do povo Xetá.

Pausa nos estudos viajamos³⁶ a São João do Ivaí para a reunião citada. O diálogo com o procurador foi uma injeção de ânimo – tivemos oportunidade, mesmo que pequena, de trocar informações sobre a temática Xetá. E, à confirmação de sua intenção de formar grupo de trabalho no escopo de unir esforços para a manutenção da cultura e tradição Xetá, propusemos que antes de agendarmos reunião na universidade, consultássemos os Xetá, até no sentido de criar as condições para sua participação ativa e não tutelada – como vem acontecendo historicamente, sendo amplamente denunciado pelas populações indígenas e pelos teóricos.



Figura 38 - Reunião do Movimento Pró Ivaí e Piquiri, São João do Ivaí-PR 22 de setembro de 2012.
Fonte: Disponível: < http://www.facebook.com/proivaipiquiri/photos_stream>. acesso: 22/09/2012.

O procurador, de acordo, pré agendou novo encontro para 18 de outubro de 2012. E no intuito de materializar as reflexões e análises, além de possibilitar a articulação política do grupo caso ele optassem em receber o MPF, na tarde do dia seguinte – domingo, 23 de setembro de 2012 – viajamos³⁷ para São Jerônimo da Serra.

Chegamos à T.I. de São Jerônimo às 18:45hs, retornando à noite. Não houve condição de agendar previamente com a população Xetá que vive nessa T.I, pois o encontro com o

³⁶ Essa viagem foi realizada com recurso pessoal.

³⁷ Viagem realizada com recurso pessoal.

procurador tinha ocorrido no dia anterior, e na segunda - feira teria que trabalhar, também devido à urgência do assunto, a intuição dizia que o mais depressa possível eles e elas teriam que ser informados da proposta, ou seja, que aceitaríamos (PCA) participar do grupo de trabalho sugerido pelo MPF, desde que a proposta fosse apresentada aos Xetá pessoalmente e não de forma tutelada. Eles é que deveriam decidir se aceitariam ou não a visita do MPF. Por outro lado era necessário deixar bem amarrada essa possibilidade, uma vez consultados e aceitando, enviaríamos um e-mail ao MPF imediatamente, informando que os Xetá aceitavam dialogar com o procurador da república.

Encontramos um grupo de adolescentes Xetá logo na entrada. Eles nos conduziram à residência do cacique Kaingang, porém, ele não estando, fomos ao cacique Guarani – ele estava informado sobre o processo das barragens no rio Tibagi, e disposto a relatar a experiência deles com as empresas de barragens, quando mencionávamos a reunião do movimento Pró Ivaí e Piquiri que acontecera no dia anterior.

Durante nosso diálogo, os adolescentes Xetá deram-se a contatar por celular, a todos os integrantes do seu povo e – comprovado mais uma vez o protagonismo da criança e adolescente Xetá –, em menos de meia hora, todos já estavam lá, em casa da matriarca viúva de Tikuein. Eles se sentiram honrados com a possibilidade da futura presença com a possível presença do Procurador entre eles, deixando a certeza de que o encontro com o Ministério Público Federal, caso se realize de fato, iria municiar o MPF com informações fidedignas e confiáveis, porque obtidas da fonte mais segura possível, ditas por eles próprios. Por sua vez, os Xetá, finalmente, veriam renascer suas esperanças, pois estariam frente a frente com uma autoridade legítima a defendê-los.

No contexto histórico dos serviços jurídicos tradicionais – onde a morosidade é um problema estrutural –, e de uma cultura política institucional baseada na tutela, o que os Xetá têm vivido provoca-lhes reações de desconfiança e de indignação, contidas na sabedoria de suas experiências ao longo do processo. Sabedoria tal que levou CON, viúva de Tikuein a corrigir a palavra *interesse* – quando ouvia a leitura da correspondência que recebemos do MPF convidando a universidade – UEM/PCA a compor o grupo de trabalho – trocando-a por *necessidade*. Aliás, seu esposo mesmo, disse ela, faleceu há 7 anos (2005), em Brasília, lutando pela ocupação de seu território tradicional – luta, segundo eles, de mais de 25 anos. Foi-nos dito ainda que, na ocasião, uma pesquisadora ficou de posse de vários documentos do povo Xetá, com a finalidade de viabilizar a luta, e que esses documentos jamais foram devolvidos. Disse enfaticamente que Tikuein, seu esposo, foi a Brasília lutar pelo território Xetá e voltou no caixão.

Não foi a primeira vez que o povo Xetá narrou esse episódio traumático e significativo da história de luta e resistência de seu povo, como sendo brutalmente desarticulador, pois Tikuein junto com Tuca e Kuein eram os principais líderes de seu povo. Sua morte trouxe mais do que pesar, significou medo e paralisia na luta em prol de seus direitos.

E as indefinições insistem em perpetuar-se: a data de 18 de outubro para a reunião deles com o Procurador da República foi adiada, pela agenda do MPF, para 25 de outubro, que foi postergada novamente pelo procurador da república. No momento está agendada para entre 13 e 14 de novembro, mas, como diz o adágio popular, “gato escaldado...” Por isso, em datas mais próximas daquelas, confirmamos por telefone com o MPF, para evitar novos desencontros.

Ganhar tempo é uma antiga tática de quem quer vencer. Lançar esperanças com meias verdades é outro mecanismo de quem promove sistematicamente a injustiça. A imprecisão, o argumento do imprevisto ou de casualidades tendem, a confundir, pois trazem, parece, um pouco de verdade; e isso se realiza, também, sistematicamente e não pessoalmente. Ou seja, não é uma ou outra pessoa, mas, sim, uma estrutura sistêmica – jurídica, política, econômica e cultural em ação.

Em vista disso, concordamos com Santos (2011) quando afirma que,

Sempre que levou a cabo o combate à corrupção, o Judiciário foi posto perante uma situação quase dilemática: se, por um lado, esse combate contribui para maior legitimidade social dos tribunais, por outro, aumentou exponencialmente a controvérsia política à volta deles. Por quê? Por que os tribunais não foram feitos para julgar para cima, mas sim para julgar os de baixo. As classes populares, durante muito tempo, só tiveram contato com o sistema judicial pela via repressiva, como seus utilizadores forçados. Raramente o utilizaram como mobilizadores ativos. A questão da impunidade dos poderosos está inscrita na própria matriz do estado liberal que, como se sabe, não é um estado democrático na sua origem. A igualdade formal de todos perante a lei não impede que as classes que estão no poder, sobretudo na cúpula do poder, não tenham direitos especiais, imunidades e prerrogativas que, nos casos mais caricaturados, configuram um autêntico direito à impunidade (SANTOS, 2011, p.28).

Hoje, 23 de outubro de 2012 terminamos de registrar nesta dissertação as aproximações aos Xetás na certeza de que a história continua e esperançosas de haver influenciado favoravelmente no movimento político em prol da criança Xetá e seu povo. A interrupção é motivada pela necessidade de terminar a dissertação.

EM TEMPO:

Na sequência dos fatos, houve pelo menos quatro eventos que merecem nossa atenção e registro, mas dada a falta de tempo, serão somente citados e comprovados em anexo. Foram eles:

13 de novembro de 2012: 1ª reunião MPF, FUNAI, PCA e Povo Xetá na TI de São Jerônimo (ANEXO L).

29 de novembro de 2012: Sr. Robson, Procurador da República vai ao PCA (Conversa por telefone com Verônica Müller), já que houve a situação de data equivocada. Uma reunião então ocorreu entre PCA, MPPR e MPF nas dependências do fórum. (ANEXO K).

11 de dezembro de 2012: Nova visita do MPF e FUNAI a TI São Jerônimo para propor a vinda da FUNAI de Brasília; (Não fomos, mas temos o registro da conversa por telefone das impressões do povo Xetá...) (ANEXO M).

24 de janeiro de 2013: Visita da FUNAI de Brasília, SEED, MPF, MPE e UEM/TULHA com o povo Xetá; (não fomos, mas temos o documento de memória da reunião) (ANEXO N).

Conclusão: existe uma dívida histórica, social, política, cultural e ética para com os povos indígenas em nosso país. E o povo Xetá é a mais pura ilustração disso. Quem será responsabilizado? Que futuro espera as crianças Xetá? Quem se responsabiliza pelo seu presente?

5 A MODO DE CONCLUSÃO: XETÁ, CRIANÇAS E DESCENDENTES: UM POVO VIVO DO PARANÁ

Ao começarmos esta investigação há dois anos, queríamos conseguir dizer com certa propriedade quem é a criança Xetá. Com a aproximação ao povo Xetá e suas crianças de hoje, a autoridades que são responsáveis pela luta dos direitos Xetá, aos estudos acadêmicos e ainda a eventos políticos e midiáticos, chegamos a algumas conclusões, sobre as quais nos referimos a seguir.

Para falar da criança Xetá é necessário entendê-la em seu contexto e este varia entre um *antes* da década de 1940 do século XX e um *depois*. Neste depois há pelo menos dois tempos: a) o que se encontra entre a década de 1948/1949 (período da ‘ febre do café’) e 1998/2003 marcado pela dissertação e tese de Carmen Silva e b) o que vem depois da dissertação/tese até hoje.

Das crianças de antes de 1940 temos as memórias (SILVA, 1998/2003) do adulto ou ancião da atualidade que foi criança Xetá. Deles sabemos que viviam nas matas do Vale do Rio Ivaí, que as crianças tinham liberdade numa cultura lúdica em meio aos adultos e anciãos, repleta de aventuras vivenciadas em amplo espaço territorial. Nas memórias dos sobreviventes não há sobre essa época lembranças de medos, ou ameaças de humanos ou de qualquer violência. No entanto, registros (MOTA, 2008) que datam desde o século XIX e primeira metade do XX apresentam a condição Xetá em relação à invasão não indígena e também de outras etnias em seu território tradicional, já que a colonização avançava significativamente, criando também situações de hostilidade e invasão entre os povos pré-colombianos. Desta época extraímos o conceito que mais nos chama a atenção e pode caracterizar de forma geral aquela criança: é o da relação íntima entre criança, brincadeira e liberdade. Ser criança é brincar, brincar é ser livre.

Das crianças raptadas depois do massacre da década de 1940 sabe-se pouco. Algumas delas segundo Silva (1998/2003), ainda estavam com seus pais e alguns parentes que foram morrendo, sobrevivendo apenas oito, profundamente afetadas pelo contexto da aproximação com a sociedade nacional. Seria importantíssimo investigar com detalhes o papel que desempenharam; as funções que exerceram nas famílias onde foram criadas. Percebe-se que são atualmente adultos ou anciãos semi-analfabetos ou analfabetos, pobres para os padrões das cidades onde vivem, com baixa renda, o que indica que a caridade tutelar dos adultos não índios para aquelas crianças impunha o limite de serem secundários na hierarquia familiar.

Provavelmente trabalhadores em condições precárias. Foi-lhes imposta uma nova cultura (outras brincadeiras, brinquedos, comidas, hábitos, valores, explicações místicas, relações familiares, hierarquias, amigos, língua, rituais para o vir a ser adulto, responsabilidades, limites, obrigações, etc.).

Desta época, o que nos atinge o pensamento lógico é a constatação inequívoca da invisibilidade e, portanto, inexistência social não só da criança Xetá, mas também do seu povo. No entanto, também é singelo, profundamente tocante e absolutamente determinante, o que faziam uma e outra criança, longe uma da outra, tanto propositalmente para manter a cultura Xetá, ou mesmo, o que foi sendo mantido por gosto, por sentimento, ou por outros motivos próprios da cultura internalizada. Paradoxalmente, é nessa invisibilidade que reside (aparece somente agora) a poderosa resistência da cultura Xetá preservada pelas crianças. Somente por crianças. É nesse período de aparente tranquilidade, mas de extrema violência simbólica com as crianças, que se gesta vagarosamente a agregação e expansão daquela etnia que teima em ser.

Daquele tempo, o que chama a atenção é a resistência da criança silenciada. Aquela é uma criança raptada e colonizada, mas também uma criança que resiste à cultura do não índio com a força da cultura em sua memória – a cultura da infância. Outro aspecto que impacta é a constatação de que até hoje não há responsabilização de ninguém pelas mortes, pelos raptos e pelo roubo das terras.

O tempo atual é marcado pelo que podemos chamar de nascimento da existência social dos sujeitos Xetá, localizados pela antropóloga Carmen Lúcia da Silva e postos em cena pelo seu trabalho científico. A partir daí eles passam a existir em pesquisas institucionais e nas diversas parcerias entre instituições de ensino superior como é o caso da UEM, UnB, UFPR, UFMT que com a FUNAI, o MAE, *Casa da Memória*, órgão pertencente à FCC - *Fundação Cultural de Curitiba* formam o contexto desse terceiro tempo.

Nestas circunstâncias, quem é a criança Xetá de hoje?

Dramaticamente a *criança Xetá* ainda não é reconhecida oficialmente *porque seu povo* não é reconhecido oficialmente. Documento da FUNAI da década de 1990 (SILVA, 1998; 2003) diz que o povo Xetá está extinto. Em 2013 seguem sendo discriminados: em janeiro deste ano o governador Beto Richa³⁸ sancionou a lei que cria o Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e os Xetá não têm lá uma representação.

³⁸ **Justiça: Paraná cria o conselho dos povos indígenas e comunidades tradicionais - 17/01/2013 17:20**

O governador Beto Richa sancionou a lei que cria o Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, que passará a funcionar na estrutura da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Segundo a secretária Maria Tereza

Academicamente, nem as escolas paranaenses, quando ensinam sobre índios, citam os Xetá. Eles estão desaparecidos dos livros, mas os netos daquelas crianças raptadas estão nas salas de aula. Vivem no sul do Brasil nos estados do Paraná, Santa Catarina e também São Paulo.

Alguns vivem em periferias de cidades como TIG, sua filha IND e netas e neto, que como tal, são típicos: têm acesso à televisão, ao computador (nem todos tem em casa), mas não têm acesso a sua História atual que coincide com a História do Paraná atual, a Antropologia brasileira atual e a Sociologia como povo que sobrevive e resiste e constrói sua existência com a matéria prima da memória da infância contextualizada na sua invisibilidade e pseudo extinção. Ou seja, na cultura urbana, considerada civilizada, de progresso, os Xetá estão no último escalão, entre os que não reúnem boas condições para o êxito social.

Outros Xetá vivem em territórios Kaingang. Lá, por serem reconhecidos como indígenas, seguem aquelas regras e então, outra vez, estão no último degrau da consideração hierárquica, pois como não ocupam território próprio, não têm direito ao seu próprio cacique, nem à escola bilingue, entre tantos outros direitos violados.

O tempo leva ao lugar. Todas as culturas valorizam o lugar que as pessoas ocupam. Ele é um dos mecanismos que ordenam literalmente o funcionamento das sociedades. Tanto o território material quanto o lugar social de pessoas, comunidades, etnias são basilares para as relações de respeito necessárias a cada um. Nesse sentido é evidente que à criança Xetá está vedado um lugar. E, ademais, como toda criança de qualquer etnia, esta precisa desenvolver-se em comunhão com as gerações adultas e anciãs. Esta criança, como todas, precisa que seus adultos estejam bem. Eles não estão.

Das crianças Xetá contemporâneas dizemos, portanto, que são crianças com direitos violados. Curiosamente, em função do Estatuto da Criança e do Adolescente e das políticas nacionais atuais, todas têm acesso à escola e à saúde pública (não de forma ideal). Mas o que tem garantido por lei é mais:

Art. 4º: É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Uille Gomes, o objetivo é desenvolver um diálogo entre as secretarias e órgãos de Estado com a sociedade civil para construir as políticas públicas voltadas a essas populações (...) Os quilombolas terão duas vagas. *Os indígenas vão dividir outras duas vagas, uma para Guarani e outra para Caingangue*. As demais comunidades ocuparão uma vaga cada. Disponível em www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=72693. Acesso: 17/01/2013.

Aí está sendo vilipendiada ela, sua família e seu povo, inclusive apoiados na determinação do CNE³⁹ sobre estrutura e funcionamento da escola indígena, por exemplo, mas que, no entanto não os alcançam no grau de invisibilidade a que estão sujeitos.

No decorrer do processo da pesquisa fomos dando-nos conta de que para atender aos direitos da criança Xetá é condição *sine qua non* que seu povo exista oficialmente e para isso deve ocupar um território considerado próprio. A partir daí, junto com os estudos sobre a infância fomos nos perguntando, não já porquê afinal os Xetá perderam seu território e não o recuperaram em tantas décadas (o que interessa muito e merece investigação e responsabilização legal), mas sim, que movimento poderíamos fazer a favor dessa conquista e assim, durante esse processo, conhecer melhor os desafios que realmente encontra esse povo para estabelecer-se. Era necessária a teoria sobre a sociedade atual e a aproximação ao mundo institucional responsável pela formalização da etnia Xetá. A isso fomos.

Nossa práxis ensinou-nos nesta questão específica que há poderes além dos visíveis-invisíveis-, espalhados, disfarçados de legalidades, autoridades, instituições sobre os quais depositamos - devido ao seu lugar social - confiança e também desconfiança. Em meio a esse panorama constatamos que:

1. *No sistema jurídico há instituições que participam do padrão de organização política, social e cultural com um conceito de justiça e direito que responde precariamente às necessidades dos povos invisibilizados.* A típica política neoliberal se apresenta exemplarmente com empresas hidrelétricas, com organizações ruralistas e intelectuais institucionalizados dominando a temática da vida dos povos excluídos, sem que os próprios interessados tenham participação **devidamente** ativa na discussão e decisão sobre o que lhes é de direito. A inércia, o silêncio, a falta de comunicação eficaz, a falta de transparência, a burocracia, a falta de vontade política, o conhecimento “cínico” que Pierre Bourdieu (1996: p.68) aponta como sendo aquele de tirar melhor vantagem das regras sociais, quer o mundo seja injusto ou justo, a linguagem acadêmica e legal não traduzida e junto a isso, a falta de meios econômicos para transitarem em conjunto com seus pares ou particularmente pelos fóruns respectivos, são impedimentos práticos para a organização política dos Xetá. A causa Xetá está inserida perfeitamente no que Santos (2003, p.16, 2007, p.34) situa como o tempo

³⁹ Resolução CEB 3/99. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de novembro de 1999. Seção 1, p. 19. Republicada em 14 de dezembro de 1999, Seção 1, p.58, por ter saído com incorreção do original, que fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências.

de mais larga duração, o “tempo glacial, que é o da deterioração ecológica ou da exaustão dos recursos naturais (como, por exemplo, nos conflitos jurídicos envolvendo os povos indígenas em luta contra as companhias petrolíferas)”. Esse tempo concorre em desvantagem com o tempo instantâneo do capital financeiro (para o qual o longo prazo é os próximos dez minutos) e com o de longa duração como o do capitalismo e do colonialismo. Mas, o sistema apresenta contradições e brechas onde as iniciativas políticas individuais, de líderes, autoridades jurídicas, de estudiosos, podem dar resultados positivos, quando circunstancialmente se caracterizarem com poder de influência sobre o sistema (FREIRE, 1982; GRAMSCI, 1982; FOUCAULT, 2005; GALEANO, 2010; BAUMAN, 2009; SANTOS, 2010).

2. Há uma desarticulação política entre defensores da luta pelo território, quais sejam quem estuda, quem tem poder para interceder oficialmente e os representantes Xetás. Neste caso, procuramos atuar contra - hegemonicamente e presencialmente vimos com ânimo um movimento acontecendo, ainda insipiente, quando propiciamos durante a pesquisa, junto com outros parceiros, que os Xetás pudessem perguntar e ouvir diretamente das autoridades sobre a situação burocrática em que se encontram seus documentos; esclarecemos e acompanhamos a primeira reivindicação oficial de aposentadoria de uma cidadã brasileira Xetá e toda a busca para que se reunissem os papéis necessários; denunciemos a situação da etnia junto com seus representantes em várias ocasiões; convidamos autoridades do Ministério Público Federal e os Xetás para se reunirem no PCA; apoiamos a formação de um grupo de estudos com reunião marcada para março de 2013 com pedido de representantes da etnia e dos estudiosos da UEM; viajamos para contatos anteriores com a etnia para preparação das visitas com o MPF e a FUNAI; telefonamos e enviamos mensagens via internet em distintas ocasiões; participamos de mobilizações sociais, como o caso do Movimento Pró Ivaí Piquiri e a visita do repórter indígena - um Mohawk de seis nações em Ottawa - que sabendo sobre as lutas do povo Xetá na Rio +20, esteve aqui a investigar e levar ao âmbito internacional essa realidade local. Todas estas foram iniciativas que visaram o fortalecimento político dos Xetá a partir da constatação citada e da teoria trabalhada na pesquisa.

3. O povo Xetá está frágil em sua organização política, mas não em suas convicções. Autoridades responsáveis pela oficialidade da recuperação da terra - o MPF, MPE, FUNAI, ARPINSUL – que compuseram o quadro de nossa experiência com o povo Xetá – e suas crianças – na luta por visibilidade e existência cívica, são testemunhos agora mais do que

antes, de que a etnia existe e têm vontade de ser reconhecida, mas tem dificuldades. Os Xetá para terem seus direitos garantidos da forma como desejam, precisam relacionar-se com poderes políticos e econômicos da cultura indígena, não indígena e a que se mistura. Como combater a fragilidade política para o enfrentamento dos obstáculos que se apresentam? Não há uma fórmula, mas há vários indicativos muito úteis. O conhecimento “cínico” pode ser combatido pelo saber “clínico” (Bourdier, 1996), aplicado a partir do conhecimento do funcionamento da sociedade; o conhecimento ingênuo, pelo conhecimento crítico (Freire, 1982), a invisibilidade, pelo cosmopolitismo (Santos, 2003), a apatia por pequenas conquistas, a desagregação pela promoção de encontros, a valorização de iniciativas pequenas e locais em detrimento da consideração desanimadora sobre o sistema e suas estruturas e tantas estratégias mais. Constata-se que além do apoio político, faz-se necessária **formação política** ao povo Xetá.

4. *Quanto ao território Xetá.* Não está em causa nossa posição sobre a luta por ocupação do Território Xetá (quantos hectares devem reaver e quem seriam os possíveis parceiros). Nossa defesa é a de que o povo Xetá deva ser bem informado e tenha a oportunidade legítima de analisar a situação para que possa optar. Isso diz respeito à participação ativa e não tutelada nos assuntos que envolvem suas lutas históricas, pois a justiça não se justifica sem liberdade. Mais do que isso, a evolução favorável à valorização da cultura Xetá e de suas conquistas envolve tempo e espaço de mobilização junto com o trabalho de tradução: há que se denunciar o “fascismo pluralista social” (Santos, 2003) e a anunciar alternativas que nasçam da reflexão Xetá com seus parceiros. Parece ser que a FUNAI, o MPF e o MPE estão considerando a possibilidade de os Xetás aceitarem uma revisão e consequente redução do tamanho do território apontado pela investigadora Carmen Silva. Há muita história a ser construída - nos importa que os Xetá opinem.

Mas há outro aspecto a ressaltar na exposição de quem é a criança Xetá da atualidade: ela é uma criança que vivencia experiências fortemente marcadas pelo resgate histórico de seus costumes, crenças, tradição, língua, arte por meio da oferta de atividades que o LAEE e seus parceiros institucionais proporcionam aos sujeitos Xetá. Acrescido a isso, é uma criança que tem tido experiências específicas de luta a favor da conquista de direitos. Essas crianças nos últimos dois anos tiveram uma vivência política que poucas brasileiras têm.

A tônica dos estudos com as crianças e sobre infância que o PCA tem empreendido situa-se na defesa da formação política para as crianças, considerando que não podemos somente quando adultos, descobrir estratégias políticas que outros adultos já dominam.

Apostamos nessas vivências como formação que fica incorporada (vivida com o corpo) e instrumentaliza minimamente a criança para a busca de soluções de problemas na vida social do seu devir. As crianças Xetá vivenciaram nas oportunidades que estivemos presentes o exercício da escuta, da fala, da organização para se encontrar, da análise da fala da autoridade, do conhecimento de seus direitos, do conhecimento de documentos a seu respeito, do conhecimento do aspecto físico de alguns de seus ancestrais por fotos, do conhecimento das iniciativas de uns e outros a seu favor e também em contra. Em várias situações foram perguntadas e ouvidas por não-índios que se interessaram pelo que lhes interessa muito- sua vida lúdica, seus gostos, seus sonhos. Essas crianças, junto com seus adultos Xetá, experienciaram nas ações políticas, gotas de decepção, mas também de esperança e força.

A valorização das crianças como sujeitos de direitos em situação peculiar de desenvolvimento, enquanto prioridade absoluta (Constituição Brasileira, 1988, art. 227; Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990, art. 4) e, ainda, como produtoras e transmissoras de culturas que devem ser identificadas, preservadas e potencializadas, “é uma postura a favor do respeito à existência da criança no mundo” (MÜLLER, 2007, p.15). A criança Xetá, nesse contexto, se converte em uma ilustração incontestável de protagonismo em sua história, mas à custa de um sofrimento desumano provocado por adultos de uma cultura que *não era a sua*. Hoje somos híbridos (Hall, 2006) - não pode haver mais a dicotomia, hoje temos os próprios interessados, alguns não-índios, as leis e outras instituições amparando a causa Xetá. E grandes resistências...

Enfim, fica na garganta o gosto amargo da indignação e perplexidade ante as situações percebidas ao longo do caminho percorrido, que, pela força do registro, se perpetuam como denúncia e como História a se saber. Fica também a esperança do anúncio - que na paciência impaciente freireana - encontra conforto no ato do registro histórico fundamentado academicamente, propiciando uma potência difícil de mensurar, mas que se quer acreditar de valor.

EM TEMPO:

Conforme se percebe nos anexos, em janeiro de 2013 a FUNAI, o MPF, MPPR, UEM/TULHA, SEED, o Povo Xetá agregados na Terra Indígena de São Jerônimo, entre outros, registram em ata que reconhecem a existência do povo Xetá e que decisões posteriores serão tomadas com a presença da etnia. Esse é um novo marco histórico do qual temos a alegria de participar. A história continua com todas as suas nuances. Estaremos atentos às poderosas crianças Xetá que usaram o espelho dos não índios para falar consigo mesmas e preservar sua existência cultural que hoje é também oficial.

6 REFERÊNCIAS

ABIB, José A. D. Prefácio. *In: MAGER, Miryam et. al. Práticas com crianças, adolescentes e jovens: pensamentos decantados.* Maringá: Eduem, 2011, p. 13-22.

ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARAÚJO, S. M. **O Indigenismo sob o olhar de Martin Chambi.** s/d. Disponível em: <http://www.caminhodamemoria.com/memo/martin_chambi>. Acesso em: 07 set. 2010.

ARENHART, D. **Infância, Educação e MST.** Quando as crianças ocupam a cena. Chapecó: Argos, 2007.

ARROYO, M. O Significado da Infância. **Criança, Revista do Professor de Educação Infantil**, Brasília, n.28, 1995.

ARRUDA, Fabiana M. **Culturas Infantis: Relações Entre Espaços Urbanos e Classes Sociais.** 2009. 120 f. Monografia (Licenciatura em educação Física). Universidade estadual de Maringá, Maringá, 2009.

_____. **A cidade pensada pelas crianças:** conceitos e ações políticas para a consolidação da participação infantil. 2011. 243 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Maringá PR, 2011.

ASENSI, Felipe D. O rosto que se desvanece na areia da praia: homem, conhecimento e direito em Michel Foucault. **Revista Urutagua**, Maringá, n.9, abr/mai/jun/jul/ 2006. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/009/09asensi.htm>>. Acesso em: 28 jan. 2013.

BAUMAN, Z. **Vida Líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.

_____. **Em busca da Política** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

_____. **Identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

BORBA, Angela. M. **Culturas da infância nos espaços-tempos do brincar.** 2005. 279 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. Disponível em: <http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/angelaborba05.pdf> Acesso em: 03 ago. 2012.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade:** para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOURDIEU, P. **Sur la télévision, suivi de L'emprise du journalisme.** Paris: Liber éditions, 1996.

_____. A Essência do neoliberalismo. **Le Monde Diplomatique**, p.3, mar. 1998. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/1998/03/BOURDIEU/10167>>.

Acesso em: 10 jan. 2013.

_____. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei Federal nº. 8.069, de 13 de junho de 1990.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Visão do Paraíso**. 4.ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1985.

CECENÃ, Ana Esther. **La resistência como espacio de construcción Del nuevo mundo**. Chiapas, 1999.

CHAUÍ, Marilena. Ideologia neoliberal e universidade. *In*: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria C. (Org.). **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e a hegemonia global. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999, p. 27-51.

_____. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CONRAD, Joseph. **O Coração das Trevas**. Trad. Sergio Flaksman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

COHN, C. "**A CRIANÇA INDÍGENA**: a concepção Xikrin de infância e aprendizado". 2000. Xx f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, USP, 2000.

CUNHA, Antônio G. **Dicionário Etimológico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

DELGADO, A. C. C.; MÜLLER, F. Abordagens Etnográficas nas pesquisas com crianças e suas Culturas. *In*: Reunião Anual de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 2005, Caxambu. **Anais...** Petrópolis: Vozes, v. 28. p.1-7, 2005.

FAUSTINO, R. C. **Políticas educacionais nos anos de 1990**: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena. 2006. Xx f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

_____. CHAVES, M. BARROSO, S. M. S.(Org.) **Intervenções Pedagógicas na educação escolar indígena**: contribuições da teoria Histórico-Cultural. Maringá: Eduem, 2008.

FERNANDES, N., **Infância, Direitos e Participação**. Representações, Práticas e Poderes. Braga: Edições Afrontamentos, 2009.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1987.

_____. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

_____. **A ordem do discurso.** 12ª edição. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FREIRE, F. **Pedagogia do Oprimido.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. **Educação como prática da liberdade.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Ação Cultural para a Liberdade.** 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à práticas educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** 5. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Convenção sobre os Direitos da Criança.** 1989.

_____. **Situação Mundial da Infância.** Caderno Brasil. 2008.

_____. **Situação Mundial da Infância: celebrando 20 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança.** 2009.

GUSMÃO, N.M.M. de, Linguagem, cultura e alteridade: imagens do outro. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n.107, p.1 a 24. jul. 1999.

GALEANO, E.H., **As veias abertas da América Latina**, Porto Alegre: L&PM, 2010a.

_____. **Os Nascimento**s (Memória do Fogo, vol. 1); trad. de Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 2010b.

_____. **As Caras e as Máscaras** (Memória do Fogo, vol. 2); trad. de Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 2010c.

_____. **O Século do Vento** (Memória do Fogo, vol. 3); trad. de Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 2010d.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A., 1982.

_____. **Cadernos do Cárcere**, Volume 1: introdução ao estudo da filosofia, a filosofia de Benedetto Croce. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Cadernos do Cárcere**, Volume 3: Maquiavel, notas sobre o estado e a política. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Cadernos do Cárcere**, Volume 5: o ressurgimento, notas sobre a história da Itália. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

_____. **Cadernos do Cárcere**, Volume 6: literatura, folclore, gramática. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

_____. **Cartas do Cárcere**, Volume 1 – 1926-1930. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.

_____. **Cartas do Cárcere**, Volume 2 – 1931-1937. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b.

_____. **Cadernos do Cárcere**, Volume 2: os intelectuais, o princípio educativo. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Cadernos do Cárcere**, Volume 4: temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HALL, S. **A centralidade da cultura**: notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo. Londres: Ed. SAGE, 1997.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guarareira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2006.

LACERDA, Rosane. **Diferença não é incapacidade**. O mito da tutela indígena. São Paulo: Baraúna, 2009.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura, um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. TRINDADE, Liana. **O que é imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LOPES DA SILVA, Aracy; NUNES, Ângela; MACEDO DA SILVA, Ana Vera Lopes (Org.). Crianças indígenas: ensaios antropológicos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v.8 n.18, p.66,69,71,85,87,91 Dez. 2002.

MAQUIAVAL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: DPL Editora, 2008.

MORELLI, Ailton J. **Memórias de infância em Maringá: transformações urbanas e permanências rurais (1970/1990)**. 2010. 245 f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MOTA, Lúcio Tadeu. **Língua da memória, língua na escola: estudos dirigidos em língua e escolarização entre os Xetá, Maringá: Eduem, 2003.**

_____. NOVAK, E.S. **Os Kaingang do Vale do Rio Ivaí – PR: Histórias e Relações Interculturais**. Maringá: Eduem, 2008.

MÜLLER, V. R. **História de Crianças e Infâncias: Registros, narrativas e vida privada**. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. (Org.) **Crianças dos Países de Língua Portuguesa: histórias, culturas e direito**. Maringá: Eduem, 2011.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. - **Ensaio em Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

_____. Ação Indigenista e utopia milenarista – As múltiplas faces de um processo de territorialização entre Ticuna. In: ALBERT, B. & RAMOS, Alcida Rita. (Orgs). **Pacificando o Branco: Cosmologias no contato no norte-amazônico**. São Paulo: UNESP, 2002. PP.277-303.

PONTES, F. A. R.; MAGALHÃES, C. M. C. A transmissão da cultura da brincadeira: algumas possibilidades de investigação. In: **Psicologia: Reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 117-124, 2003.

Disponível: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:jjemRaPPusJ:www.scielo.br/pdf/prc/v16n1/16803.pdf>> Acesso em: 03 ago. 2012.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da Infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

PROIVAIPQUIRI. Rio Ivaí, Urgente.

Disponível: <http://www.facebook.com/proivaipiquiri>.

Acesso em: 07 jul. 2012.

PROIVAIPQUIRI. Rio Ivaí, Urgente.

Disponível: <http://www.facebook.com/proivaipiquiri>. Acesso em: 23 de out. 2012.

PROUT, A. Reconsiderar a nova sociologia da Infância. **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.141, set./dez. 2010.

Disponível: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:QtZjd9b3cXUJ:www.scielo.br/pdf/cp/v40n141/v40n141a04.pdf>> Acesso em: 03 de ago. de 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Poderá o direito ser emancipatório? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Lisboa, v. 65, p. 3-76, mai.2003.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **A Gramática Do Tempo: para uma nova cultura política.** São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Para uma Revolução Democrática da Justiça.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As Culturas da Infância nas Encruzilhadas da 2ª Modernidade. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz (Org.). **Crianças e Miúdos. Perspectivas Sócio-Pedagógicas da Infância e da Educação.** Porto: Edições Asa, 2004, p.9-34.

_____. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, mai./ago.2005.

_____; VEIGA, F. **Pobreza Infantil: Realidades, Desafios, Propostas.** 1.ed. Portugal: Edições Húmus, 2010.

SEN, A. K. **Desenvolvimento com Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, C. L., **Sobreviventes do Extermínio:** uma etnografia das narrativas e lembranças da sociedade Xetá. 1998. 289f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

_____. **Em Busca da Sociedade Perdida:** O trabalho da memória Xetá. 2003. 279f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

SILVA, M. R. **O assalto à Infância no mundo amargo da cana-de-açúcar:** Onde está o lazer/lúdico? O gato comeu?. 2000. Xxf. Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas, UNICAMP, Campinas, 2000.

TOMÁS, Catarina. **Há muitos mundos no mundo:** Cosmopolitismo, participação e direitos da criança. 1. ed. Porto: Afrontamento, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto N. S.; NETO, Vicente M. **A pesquisa qualitativa na educação física:** alternativas metodológicas. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Sulina, 2004.

VASCONCELLOS, Vera M. R.; SARMENTO, Manuel Jacinto. **Infância (In)Visível.** Araraquara: Ed. Junqueira e Marin, 2007.

WARAT, Luis Alberto. **A Ciência Jurídica e seus dois Maridos.** 2. ed.. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

ANEXOS

ANEXO A – Sobreviventes Xetá e seus descendentes (SILVA, 2003)
Da página 139 a 143.

Figura 12
Família de Tikuein

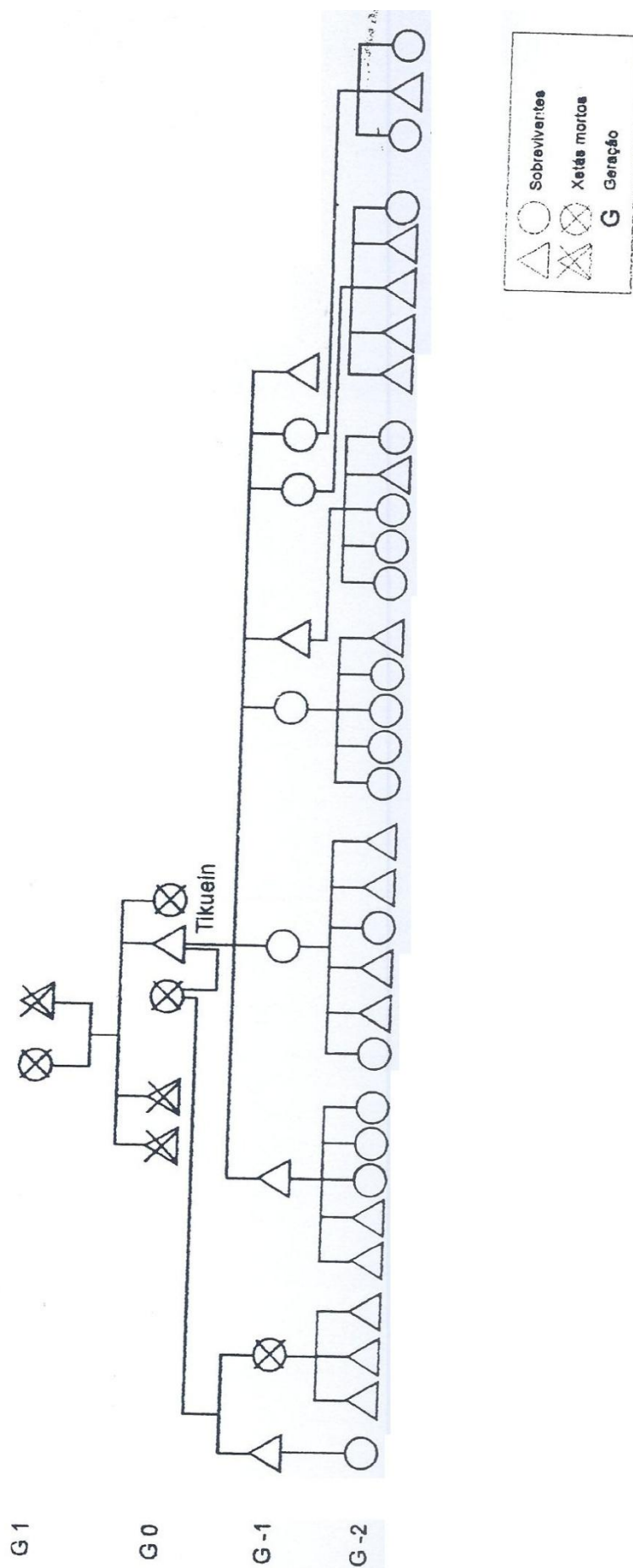


Figura 03
Os parentes e os afins de Tuca

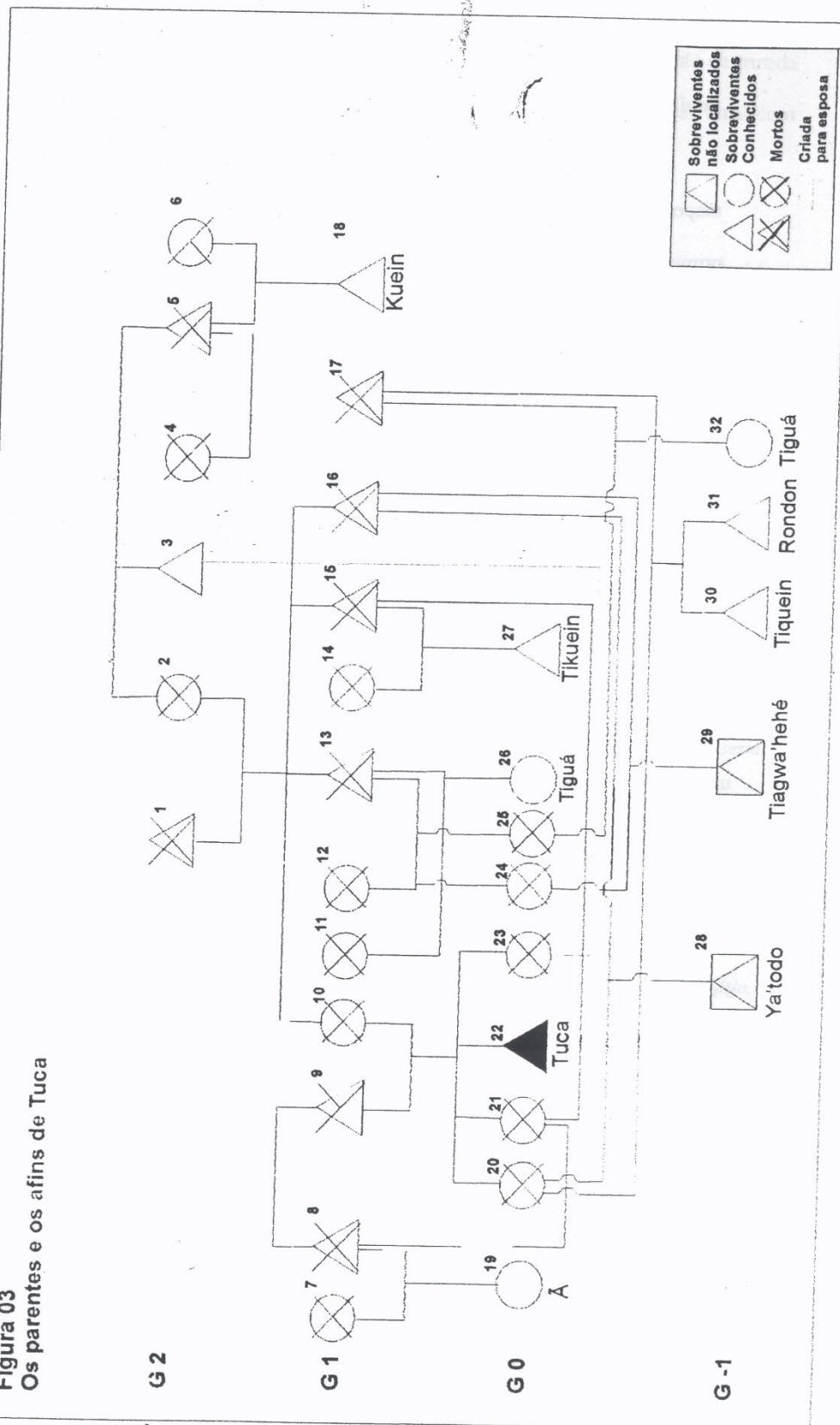


Figura 14
Família de Kuein

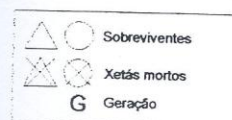
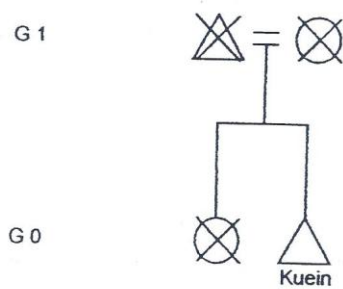


Figura 15
Família de ã

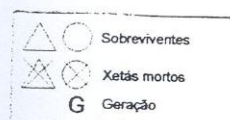
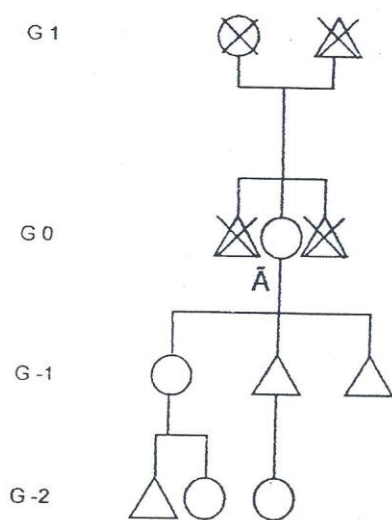


Figura 16
Família de Tiguá Filha de Arigã

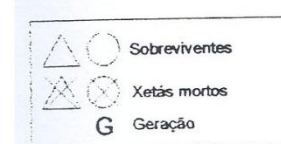
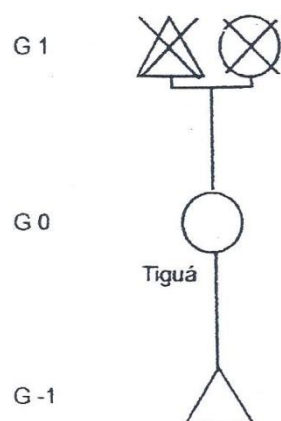


Figura 17
Família de Tiguá

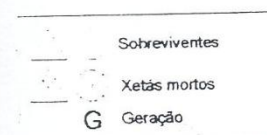
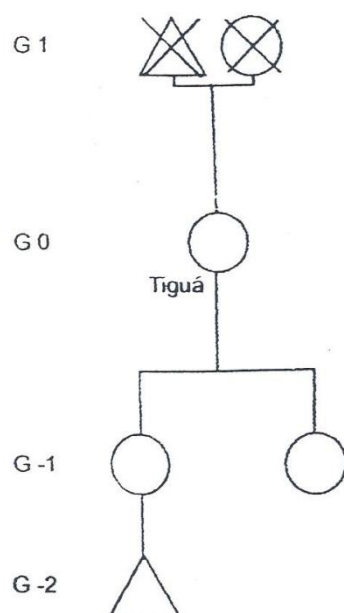


Figura 18
Família de Tiqüein

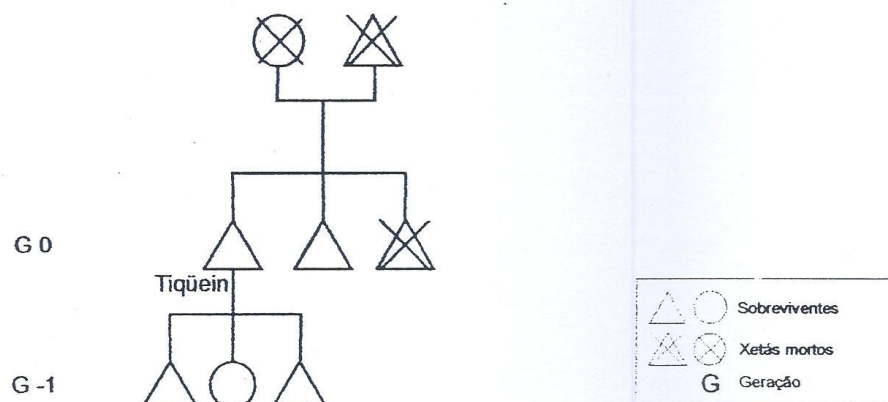
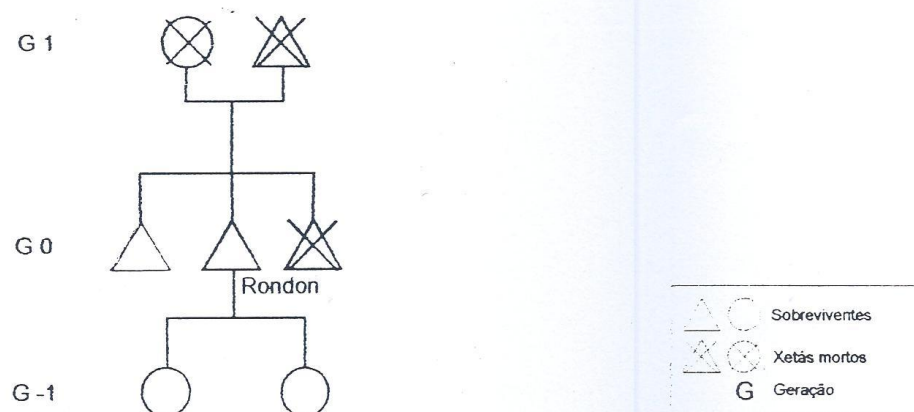


Figura 19
Família de Rondon



As populações ceramistas agricultoras ou populações indígenas históricas

As populações indígenas agricultoras ceramistas na bacia do rio Ivaí - Pr

Populações indígenas agricultoras ceramistas
3.000 a os dias de hoje

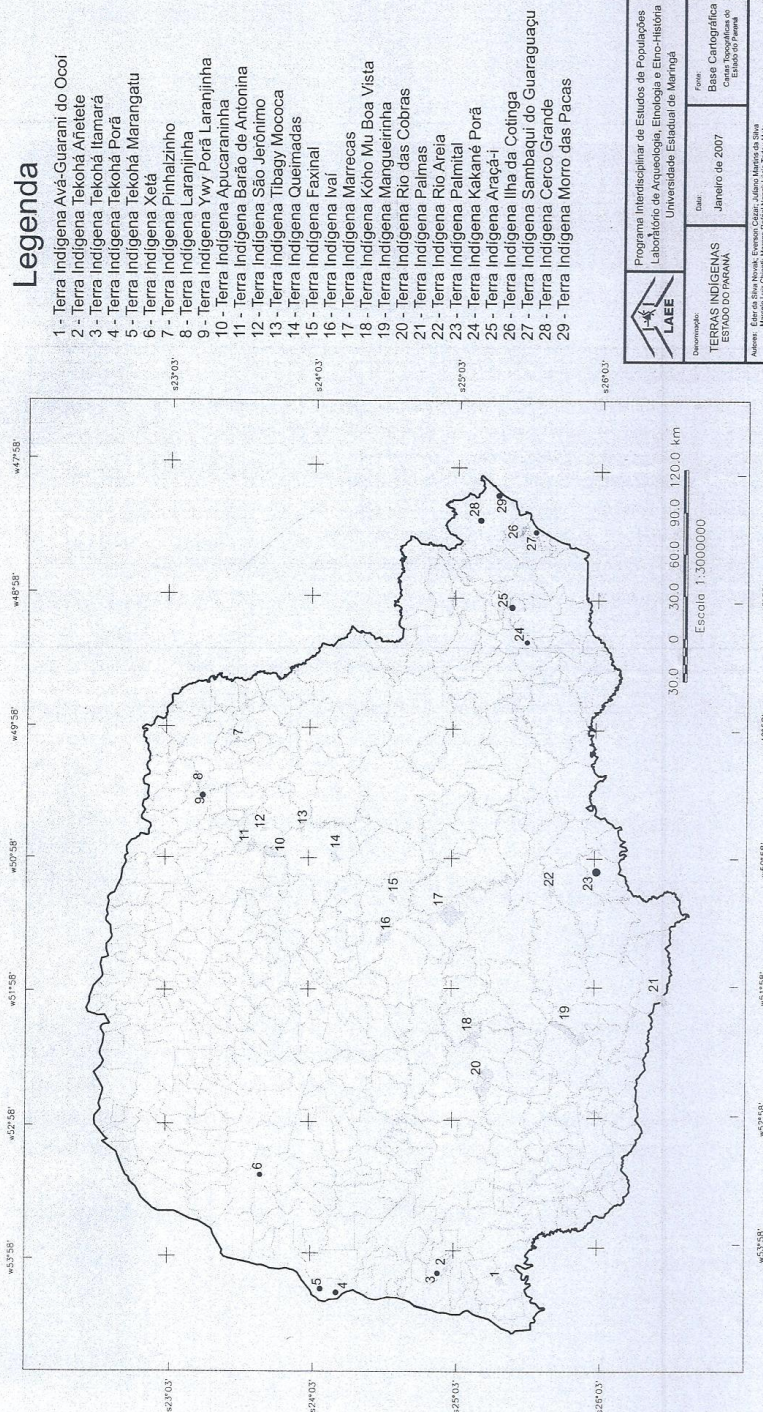
Tradições pré-cerâmicas incorporadas

Kaingang
Tronco lingüístico
Macro-Jê

Xetá
Tronco lingüístico
Tupi

Guarani
Tronco lingüístico
Tupi

Figura 6: Populações indígenas agricultoras ceramistas na bacia do rio Ivaí



Mapa 1: Terras Indígenas - Estado do Paraná

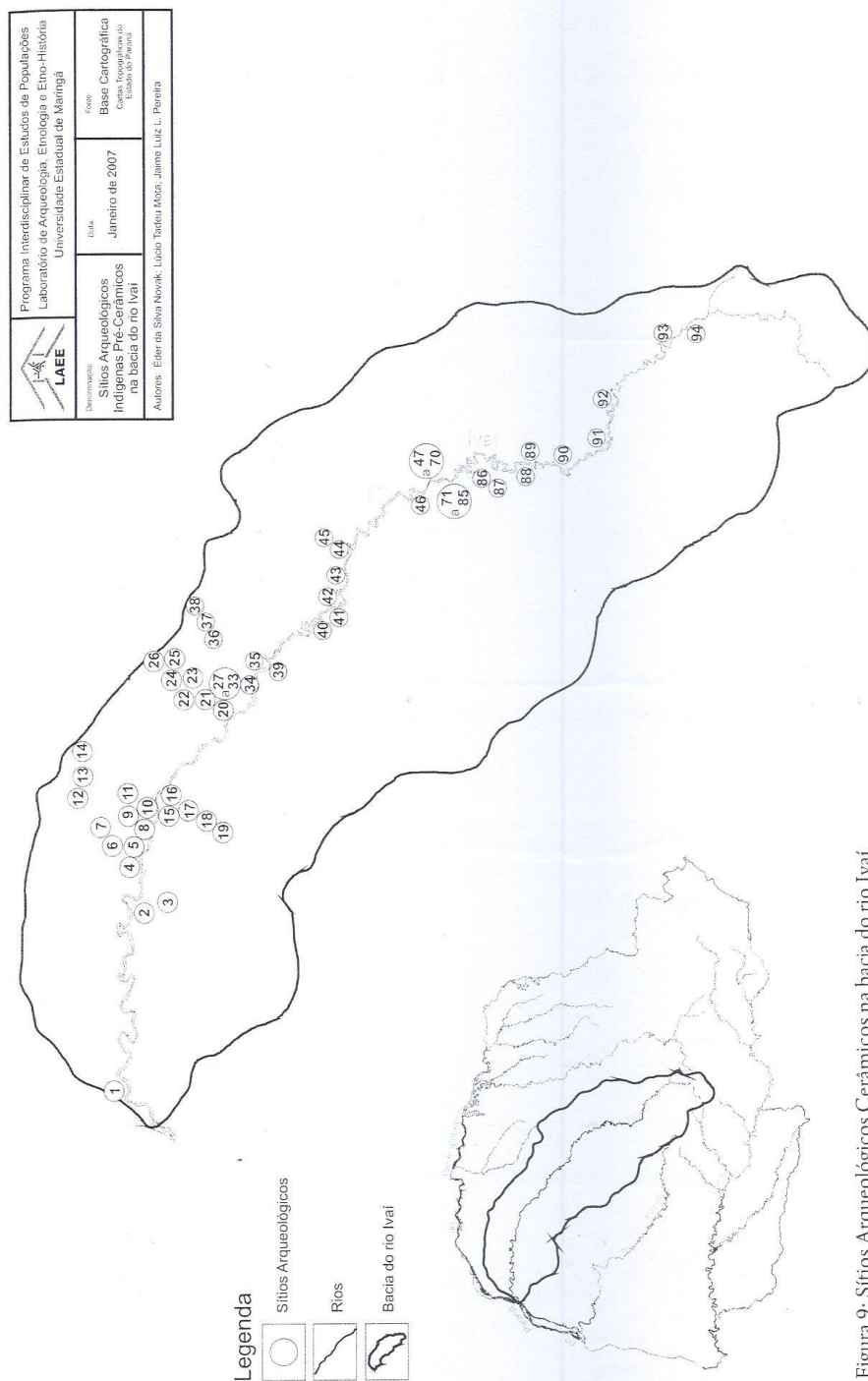


Figura 9: Sítios Arqueológicos Cerâmicos na bacia do rio Ivaí

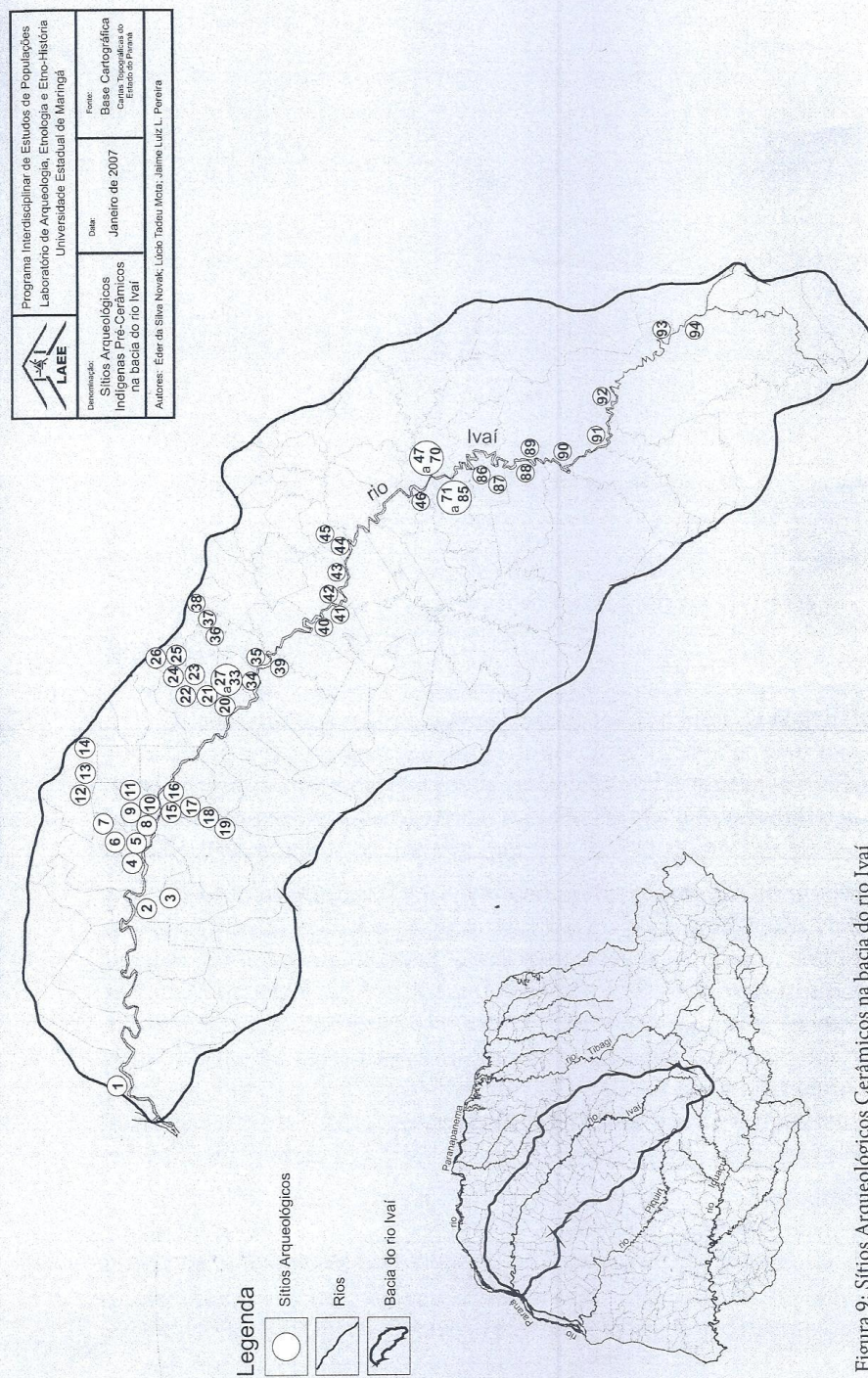


Figura 9: Sítios Arqueológicos Cerâmicos na bacia do rio Ivaí

ANEXO C – Mapas do Território tradicional XETÁ (SILVA, 1998)
Da página 147 a 157.

247

Anexo 05

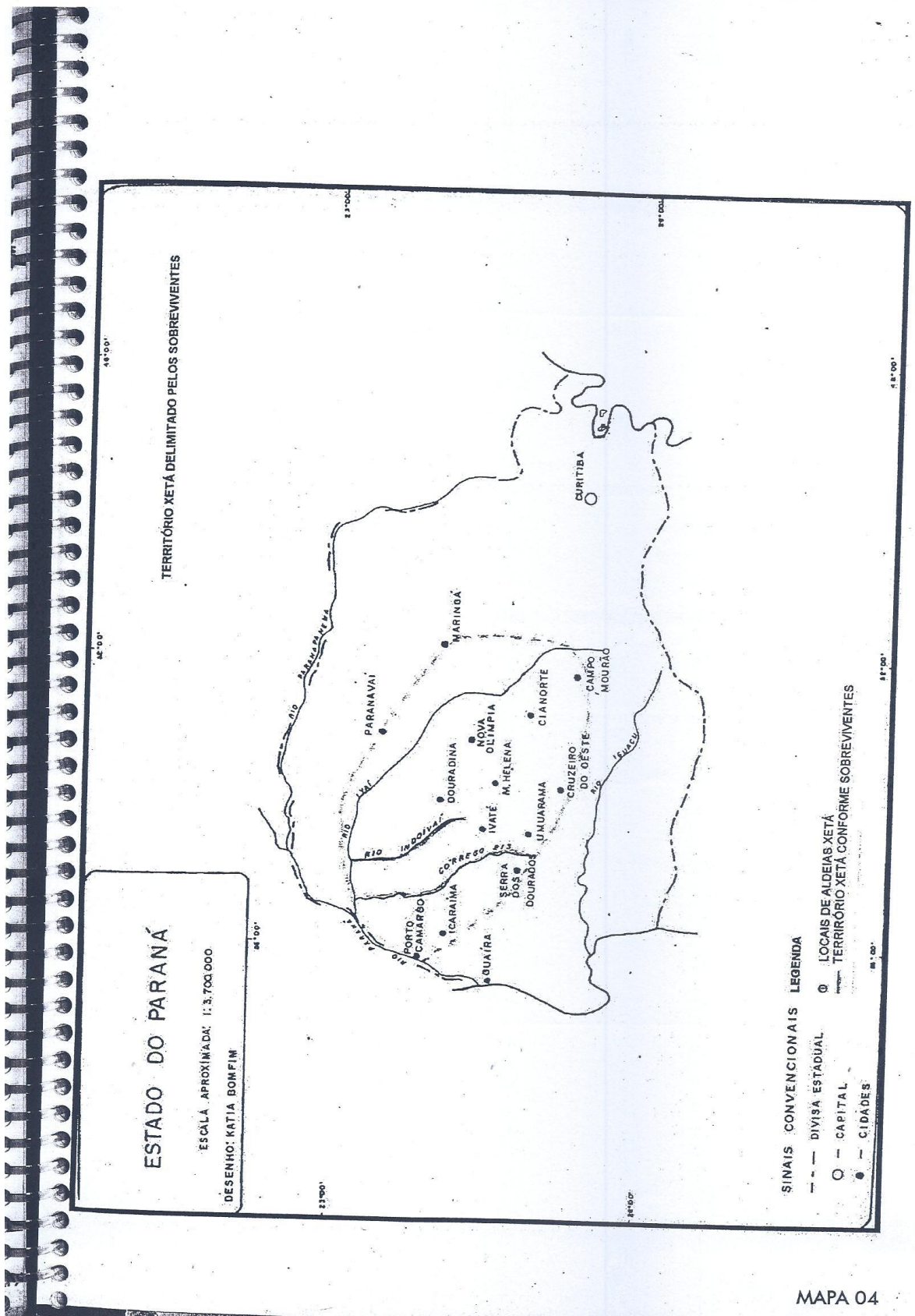
Mapas

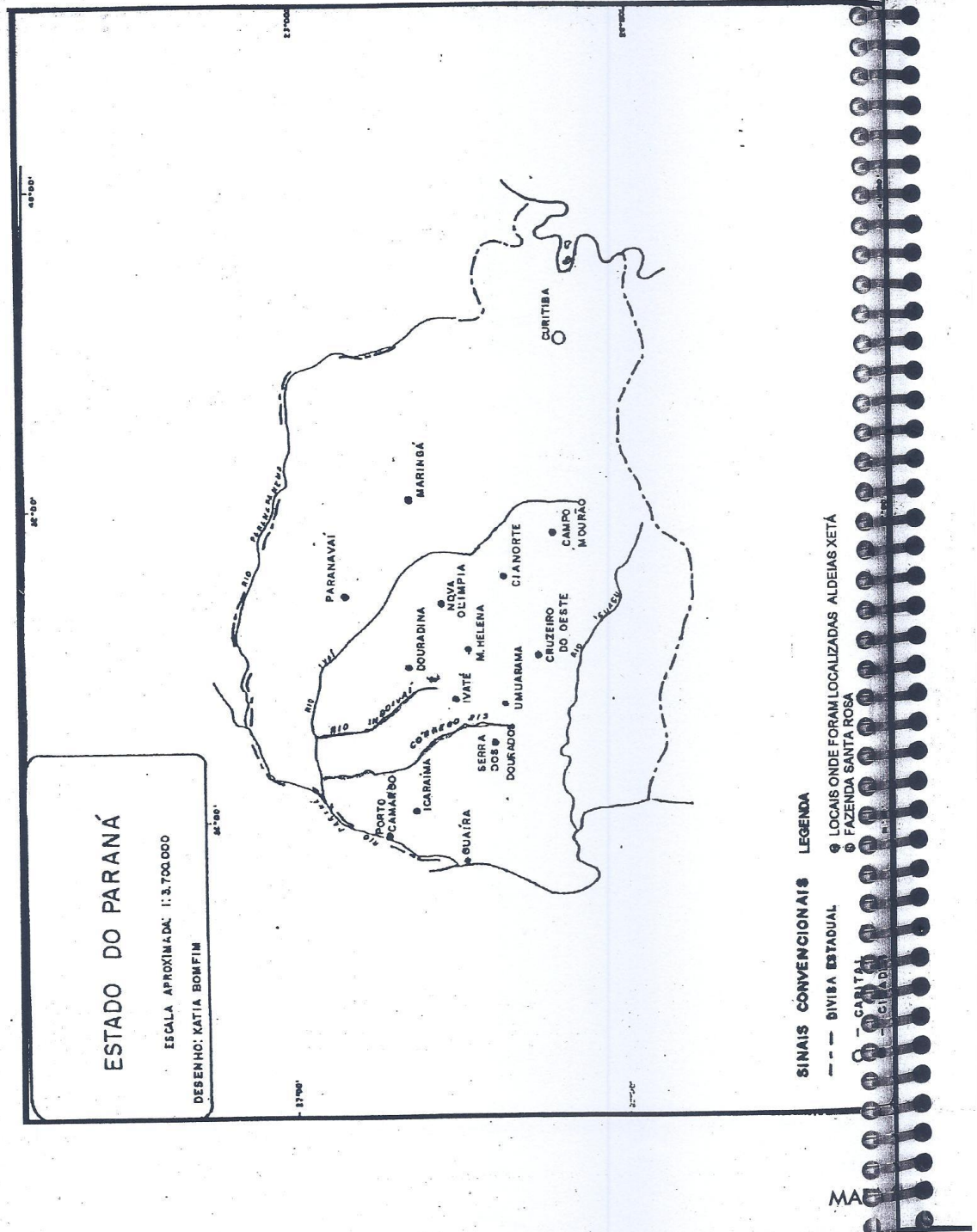
Observações Referentes aos Mapas

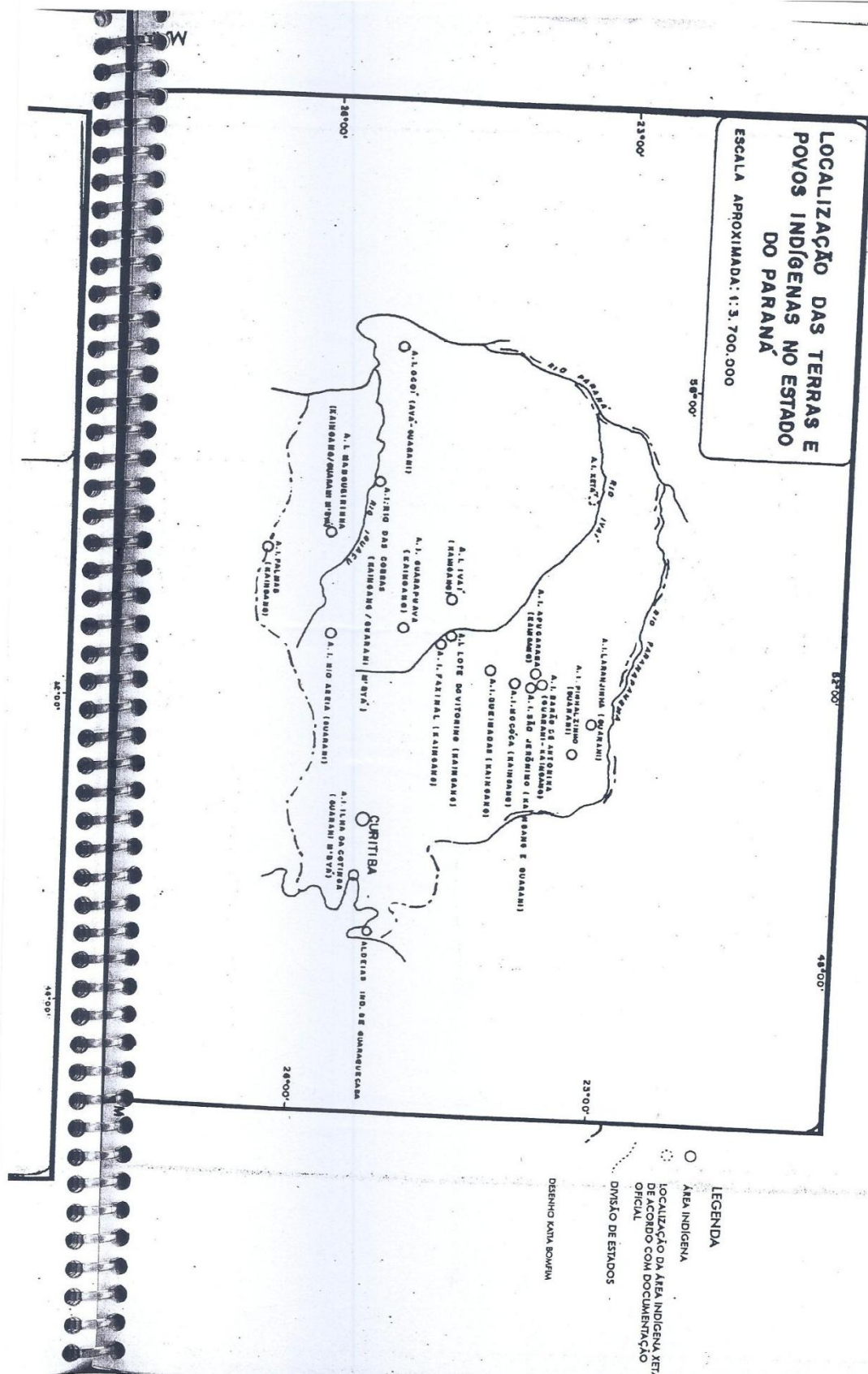
Mapa N.º 07 - A área proposta como Parque Estadual e a área Xetá, foram representadas de modo aproximado, considerando a descrição das fontes documentais.

Mapa N.º 08, 09, 09 A - As áreas registradas como Parque, foram apresentadas no mapa de modo aproximado, obedecendo os limites naturais considerados no seu decreto de criação.

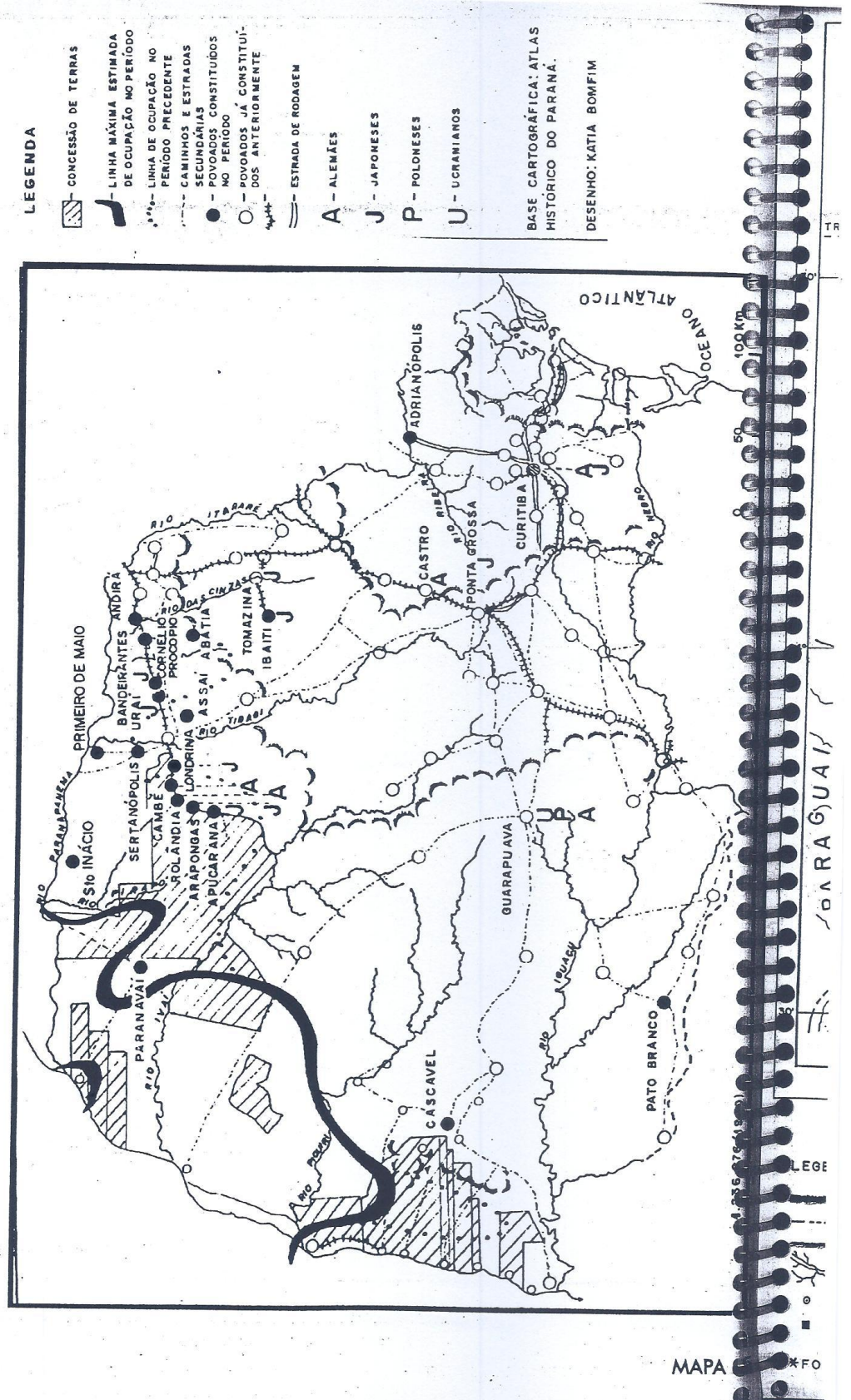
Mapa N.º 10. A utilização do mapa do final do século passado, deve-se ao fato de que os viajantes localizavam-se através dos acidentes geográficos: rios, ribeirões, corredeiras, serras, saltos e cachoeiras. A marcação do local onde Bigg-Wither capturou o grupo que denominou botocudos, é aproximada, baseada no relato do viajante.

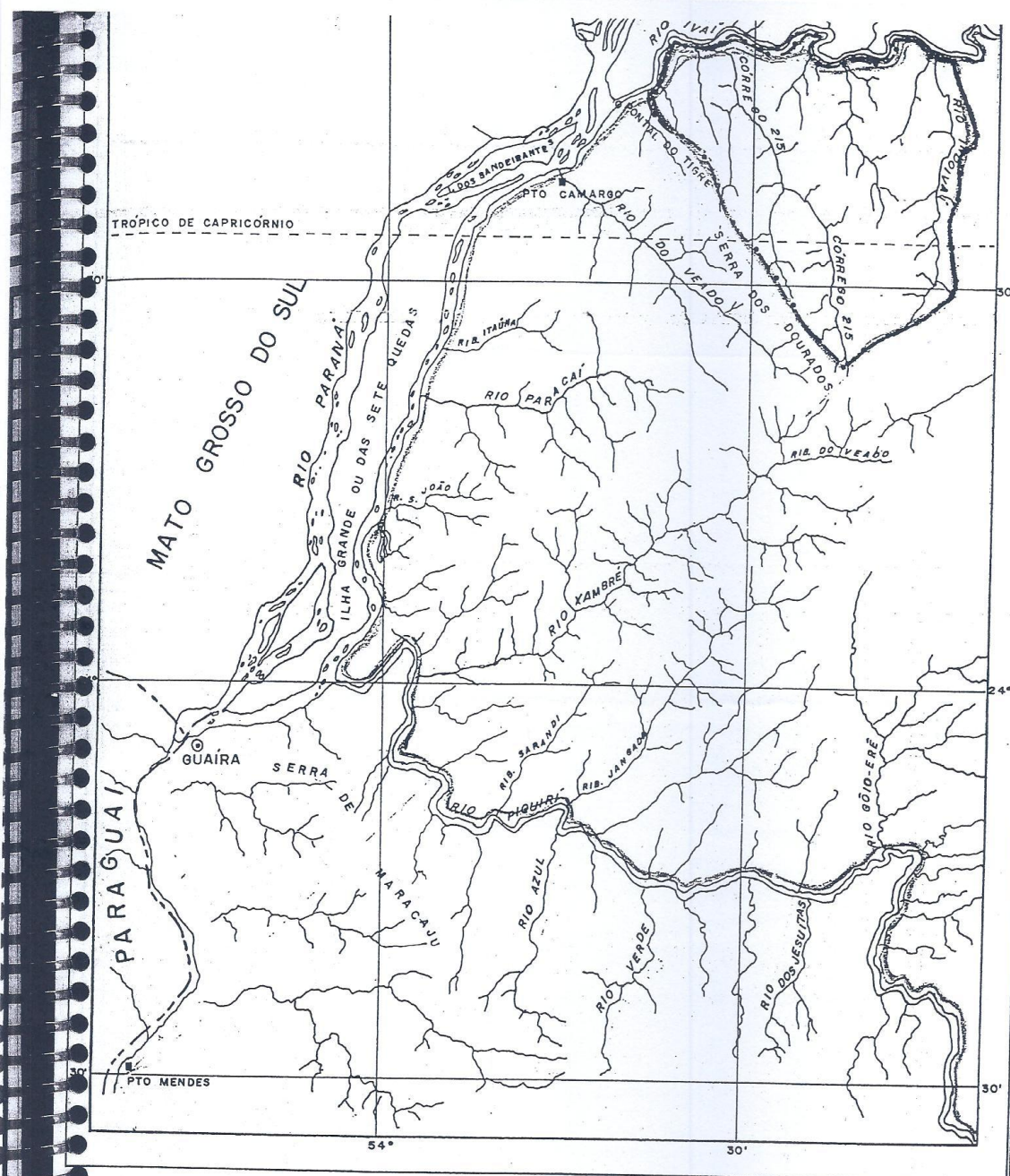






COLONIZAÇÃO "BRANCA" NO NOROESTE PARANAENSE 1920 - 1940





PROPOSTA DE TERRA P/ OS ÍNDIOS XETÁS

LEGENDA

- ÁREA REIVINDICADA PARA OS XETÁS (FERNANDES, 1957)
- DIVISA INTERNACIONAL
- ÁREA PROPOSTA PARA O PARQUE ESTADUAL EM 1955 (FERNANDES, 1957 • LUSTOSA DE OLIVEIRA, 1978)
- CURSO D'ÁGUA, PERMANENTE
- - CIDADES
- - PORTO

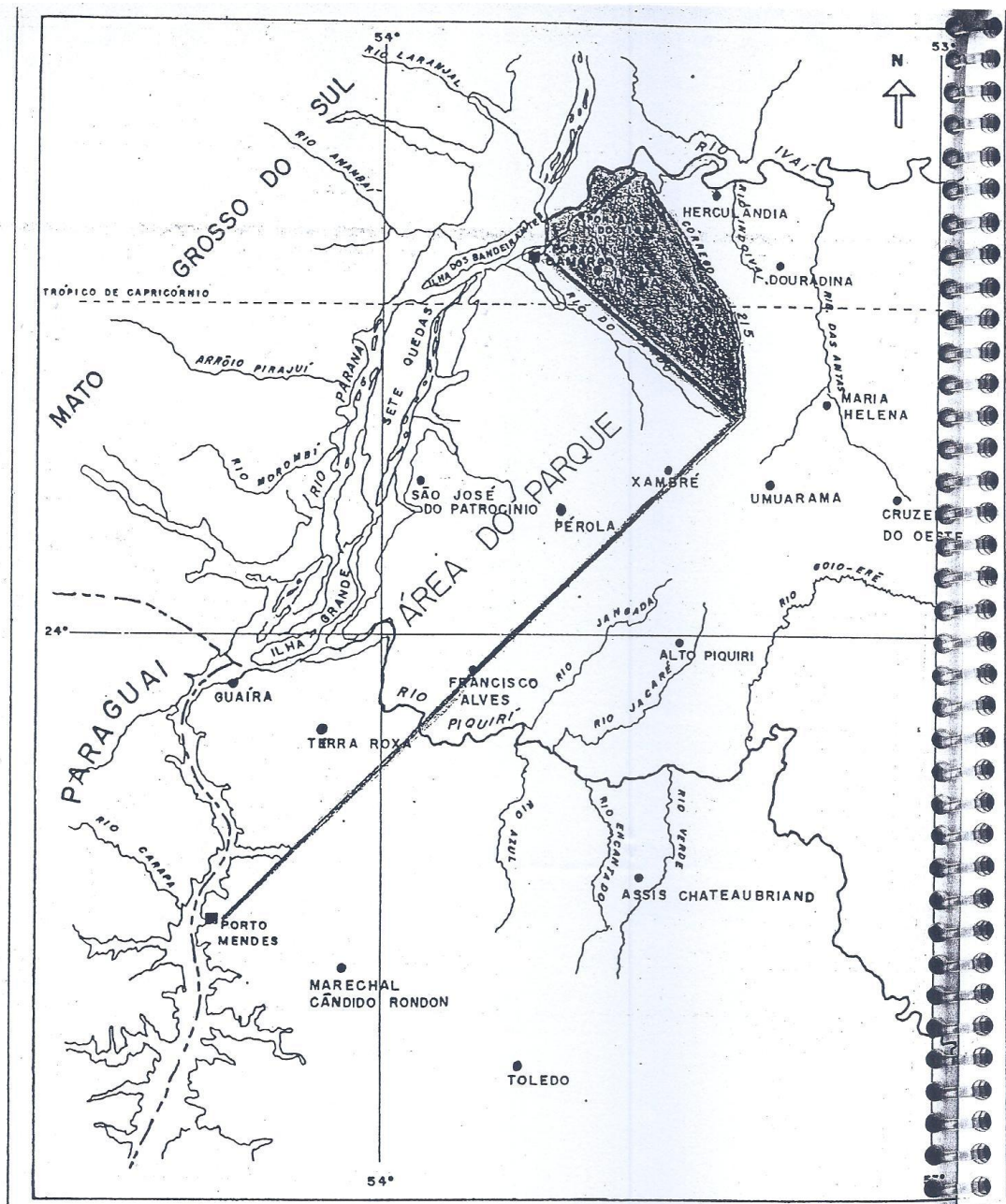
*FONTES DE DADOS: PESQ. DOCUMENTAL

—BASE CARTOGRÁFICA: DEPTO DE GEOGRAFIA, TERRAS E COLONIZA
ÇÃO. (1953)

ESC. 1: 650.000

DESENHO: KATIA BOMFIM

MAPA 07

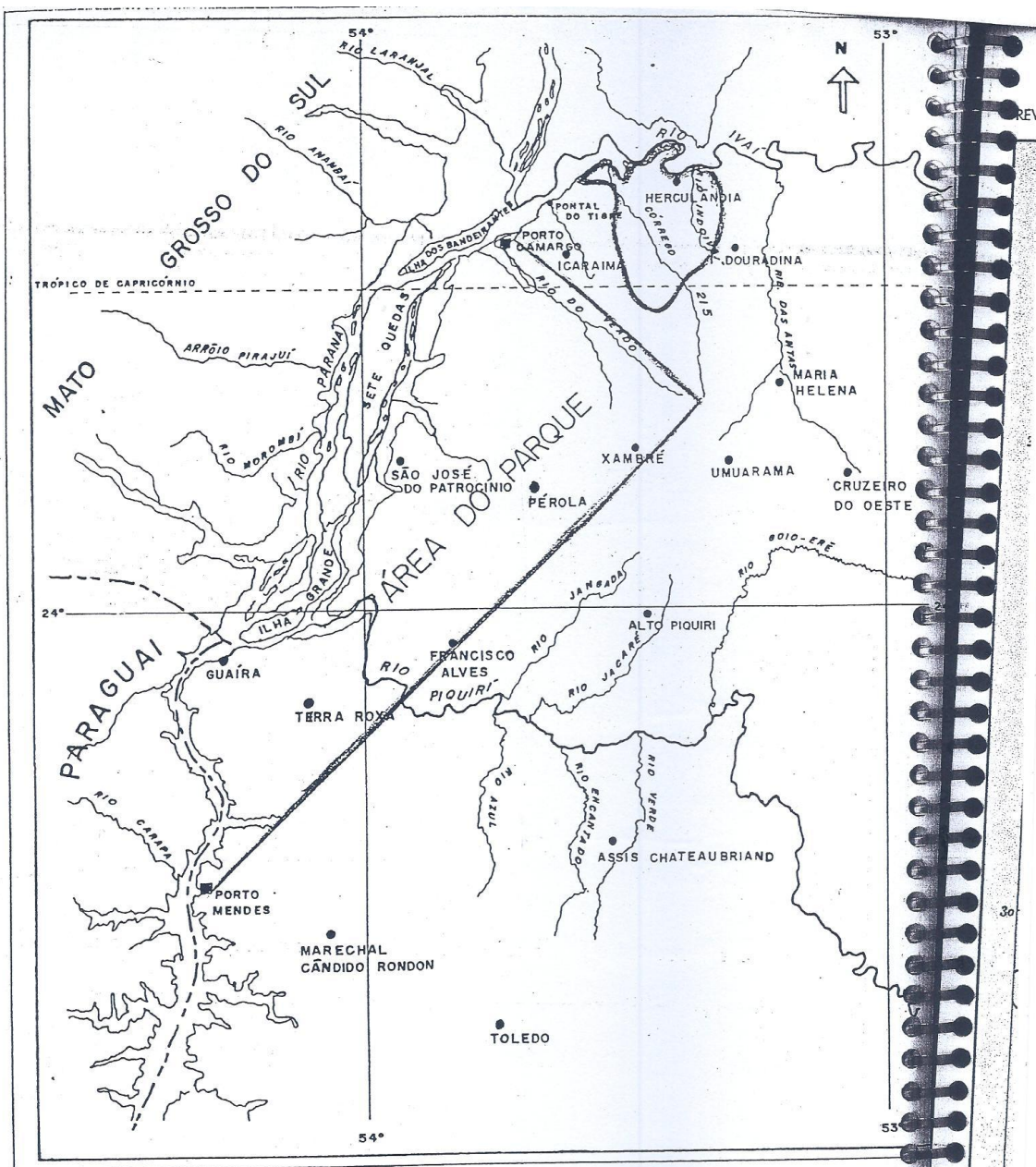


O PARQUE NACIONAL e os XETÁ

LEGENDA

- ÁREA APROX. DO PARQUE NACIONAL DE SETE QUEDAS — DECR. Nº 50665
- — ÁREA XETÁ, CONSIDERADA NOS LIMITES DO PARQUE
- CURSO D'ÁGUA PERMANENTE
- — PORTO
- — CIDADES
- DIVISA INTERNACIONAL

FONTE: PESQUISA DE CAMPO E DOCUMENTAL
BASE CARTOGRÁFICA: MAPA RODOVIÁRIO E POLÍTICO



LEGENDA

- LEGENDA
-  - ÁREA HABITADA PELOS XETÁ, CONFORME DOCUMENTAÇÃO OFICIAL
 -  - ÁREA APROX. DO PARQUE NACIONAL DE SETE QUEDAS
DECR. Nº 50665
 -  - CURSO D'ÁGUA PERMANENTE
 -  - PORTO
 -  - CIDADES

FONTE: PESQUISA DOCUMENTAL

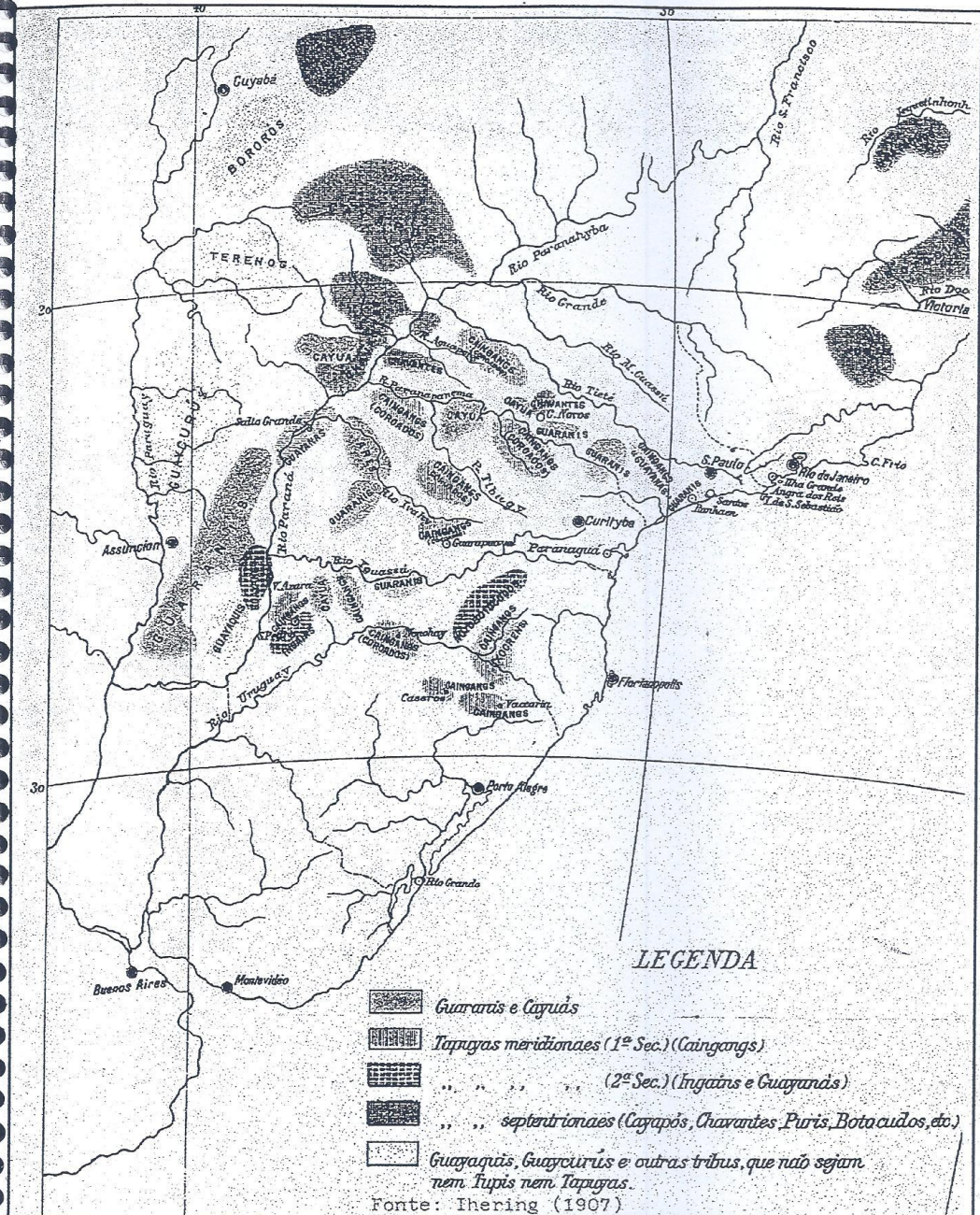
BASE CARTOGRÁFICA: MAPA RODOVIÁRIO E POLÍTICO

SECRETARIA DOS TRANSPORTES / DER

MAPI

MA

REVISTA DO MUSEU PAULISTA, 1907 - VOL. VII



MAPPA DA ACTUAL DISTRIBUIÇÃO DOS ÍNDIOS NO BRAZIL MERIDIONAL

ANEXO D – Jornais e revistas sobre Povo XETÁ – Casa da Memória-(Acervo FCC)

Da página 159 a 183.

panorama

ANO 28 • Nº 259 • Cr\$ 20,00



massacre

**S
lios xetá**

(nenhuma semelhança com filmes de faroeste)



**Fafá, cheia
de graça
e sensualidade**

(exige respeito e detesta intelectual)

**Os filhos do
sol nascente no
Paraná**
(com lances inéditos de sua odisséia)

**Os maragatos
do mar**

(evolução da Armada, heróica mas reacionária)



Por duas vezes PANORAMA se reportou aos índios Xetá: a primeira, em julho de 1952, sendo esta a primeira vez que um órgão da imprensa tratava desta tribo de selvagens vivendo na Idade da Pedra; a segunda, em julho de 1961, quando o assunto Xetá era matéria importante para as grandes revistas nacionais e estrangeiras. Prosseguindo esta série que aborda os grandes assuntos de PANORAMA, apresentamos um retrospecto deste assunto atualíssimo através de pesquisa e texto de Valêncio Xavier, com fotos e pinturas de Wladimir Kosak e reproduções fotográficas de Alberto Melnechuky.

Os
grandes
assuntos
de
PANORAMA

O MASSACRE DOS XETÁ



A descoberta dos índios Xetá, habitando a região da Serra dos Dourados, no noroeste paranaense, nos anos cinquenta do nosso século, foi um fato importantíssimo para a Ciência. Encontrar em pleno século XX uma tribo vivendo ainda na Idade da Pedra foi como se descobrissemos uma Máquina do Tempo que nos permitisse voltar à pré-história para conviver com nossos antepassados remotos.

Para o bem da Ciência era necessário estudar a fundo os índios Xetá a fim de melhor entender nosso passado e a nós mesmos. Como um dever para com a Humanidade era necessário que os Xetá fossem preservados. Infelizmente nada disso aconteceu: por falta de verbas, os estudos sobre os Xetá ficaram incompletos. Por falta de proteção pelas autoridades responsáveis, os Xetá foram sendo dizimados pelas doenças e pelas armas dos homens ditos civilizados.

As florestas que abrigavam os Xetá cederam lugar a plantações de café, hoje comensal que vai transformando a outrora rica região que a cultura do café traria, destruindo a floresta e os índios que dela dependiam. Aqueles que destruíram a floresta para plantar café, depois receberam grandes verbas do Governo para destruir (o termo é "erradicar") seus cafezais, evitando a desvalorização dos preços com a superprodução. Antes queimava-se café para evitar a baixa dos preços; depois, "erradicar-se": o Governo paga. Mas quem paga os estragos feitos na terra, na nossa Mãe Terra? O Governo diz que paga milhões para tentar consertar os estragos da erosão no noroeste do Paraná. E a vida dos índios mortos, quem paga? A nossa Mãe, quem paga alguma coisa por ela?

A Serra dos Dourados se situa no noroeste paranaense, entre o Baixo Paraná, o Rio Ivaí e o Rio Paraná, município de Cruzeiro do Oeste. Nos anos cinquenta era região ainda coberta de floresta tropical. Os índios Xetá habitavam ali, com cerca de 400 indivíduos, no final dos anos quarenta, a "flore do café" contava todo o Paraná: trabalhava-se e matava-se por um pedaço de terra que servia para a formação de cafezais. As férteis terras roxas do norte paranaense já não são suficientes para atender à ganância das companhias colonizadoras que invadem também as regiões de solo arenoso do noroeste, próprias para a cultura do café; a madeira não interessa, queima-se a floresta para facilitar os loteamentos.

Desde 1949 havia notícias vagas da presença de índios na Serra dos Dourados. Em 1952, quando demarcavam terras para uma colonizadora japonesa, agrimensores encontraram um grupo de índios nus e filan-

trando: eles que nunca viram aqueles de branco, jogam no chão. Posteriormente, a polícia chegou ao lugar, levando o senhor e a senhora. Quando os parentes deixam outro indiano, Tova, com o casal que o encaminhará ao SPI.

A notícia da existência destes indígenas desconhecidos chegou aos ouvidos da Universidade Federal do Paraná que, em fins de 1955, juntamente com o SPI, organiza uma expedição para tentar um contato com os silvícolas. Chefa a expedição o professor Loureiro Fernandes, titular da cadeira de Antropologia da UFPR e, então, diretor do Museu Paranaense. Levam como intérpretes os dois indiozinhos.

A expedição consegue estabelecer contato com os índios desconhecidos que se identificam como Xetá; o nome de todos os homens daqui.

A surpresa de Loureiro Fernandes é grande: aqueles

índios amigáveis vivem ainda num estágio civilizatório como que na Idade da Pedra Polida. O fato de existirem ainda seres humanos em cuja cultura sobrevivem aspectos da Idade da Pedra era uma revelação sensacional para a Ciência, pois permitia um estudo "in vivo" dos primórdios da nossa civilização.

A equipe da UFPR volta mais quatro vezes para estudar os Xetá. Loureiro Fernandes sempre teve o cuidado de levar consigo o excelente cinegrafista Wladimir Kosak, que filma a cores e fotografou os índios. Kosak entusiasmou-se tanto pelo seu trabalho, que voltou outras vezes, por sua própria conta, para documentar o máximo possível da vida daqueles primitivos. As cenas que não pôde registrar com sua câmera, como o casamento, o parto, a morte, as lutas, Kosak pintou em quadros a óleo, cujas reproduções acompanham esta reportagem.



OS XETÁ

As mulheres andavam nuas e os homens com pequena tanga de folhagem protegendo o sexo. Não obedeciam nenhum ritual para comer. As cabanas eram revestidas de folhas de palmeiras sobre armações de galhos amarrados com cipó.



A descoberta dos Xetá atraiu as atenções de cientistas de todo o mundo e grandes nomes da antropologia mundial buscavam a UFPA para aumentar seus conhecimentos sobre a vida dos primitivos. O espírito-financeiro, a sonorização, montagem e cópias do filme rodado durante as expedições. O SPI tentou, com seus poucos recursos, proteger aqueles índios,

cujo número total nunca se soube ao certo; cálculos os estimavam em cerca de duzentos indivíduos. O SPI tentou, no local, uma reserva para eles, mas foi impotente frente à especulação das companhias colonizadoras. Uns poucos membros da tribo foram levados para as reservas de Maracás, em Guaranápolis.

Como eram os Xetá

Na reportagem de Samuel Courty, publicada em julho de 1961, há uma boa descrição da vida dos Xetá, com dados fornecidos por Lourenço Fernandes. E está e em cores, com fotos e desenhos de suas flutuantes armadilhas com Divi de Souza do antigo SPI e em publicações da UFPA e de universidades e museus do exterior que não mencionam esta descrição da vida dos Xetá.

Os Xetá erravam pelas matas como grupo semi-nômade, coletor e caçador, desconhecendo a agricultura. Como também usavam os frutos e a caça diretamente ao fogo. Alimentavam-se também de larvas cruas. O mel substituiu o açúcar, atendendo a uma exigência da tribo. Na região da Serra dos Dourados a água era abundante, mas a bebida diária dos Xetá era a água da chuva. Não tinham os seus termos pertencem à família linguística tupi-guarani.

Dada a dificuldade em obter a

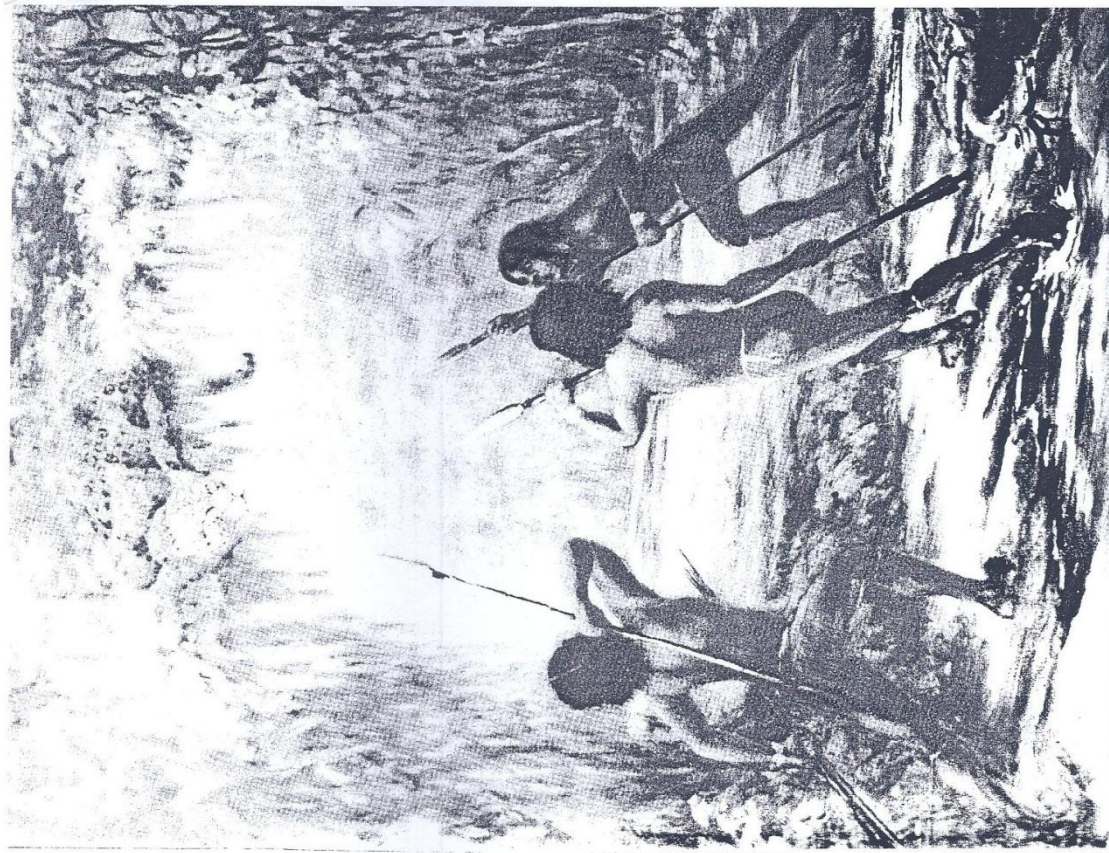
as partes do Brasil atraídos pela fama do lucro fácil com a cultura do café.

Os Xetá foram perdendo suas florestas onde conseguiam alimento; a fome passou a destruí-los. Quando a fome obrigava-os a se aproximar dos civilizados, eles contraiam as doenças, principalmente o sarampo, para o qual não tinham defesa. Os que não morriam de doenças, a fome matava-os. Os que não morriam, morriam de "mal da mandrá", por atrappahares o amálio dos plantadores de café.

O dos Xetá, não foi um massacre bonito, cheio de tiros e a cavalaria avançando ao som de cornetas como nos filmes de faroeste. Foi um massacre lento e continuado, silencioso como uma sessão de tortura, mas, de todas as maneiras, um massacre. Em troca do quê? Talvez em troca de um progresso que a reportagem de PANORAMA, em julho de 1961, já previa que se não fosse acompanhado das devidas precauções, acabaria transformando aquela rica região numa espécie de pequeno deserto do Saara. Infelizmente, para todos nós, PANORAMA acertou em cheio na sua previsão.

colares de dentes de animais formavam seus objetos de adorno. Os dentes de animais eram o principal. A ponta das flechas era feita com pedaços de ossos ou pedras aguçadas. Utilizavam-se ainda de um bastão cilíndrico para apanhar peixe. Não tinham arma de ataque feita de madeira no formato de uma grande espátula ou pa, com bordas afiadas. Os dentes de cabra comprimido a cabeça do paciente contra o solo. Faziam a sangria medicinal, utilizando-se de espátulas de osso. Para combater o mal da mandrá, usavam o urina do gavião, pelas garas perto do doente: a ave se debatia desesperadamente como um ventilador.

Moldavam em cera escura, com o auxílio de um bastão, um ser de grande poder mágico que denominavam *Moseli*. Este ser era usado para combater o mal da mandrá. Os Xetá não sabiam destruir os Xetá para o todo e sempre.



[illegible]

Psicologia Estratégica Pessoal e Corporativa

Atuação Individual (Hipnose, Repressão, e Psicoterapia Corporal)
Atuação Organizacional (Treinamento, Desenvolvimento e Mentoria)
Atuação em Recursos Humanos (Recrutamento e Seleção)
Atuação em Competências Profissionais - Orientação e Planejamento de Carreira.

Renata Reginato
Psicóloga Clínica e Organizacional

Rua Benjamin Constant, 67 - cj. 503 - Ed. London - Centro
Fone: (41) 322-5286
renata@nutisapsicologia.com.br

ACRILEX®

... e a vida é uma obra de arte

[illegible]

GAZETA DO POVO

04/02/2010

VISUAIS

Xetás inspiram telas de Silvio Rocha

A memória e a cultura do povo Xetá, etnia já considerada extinta no Brasil, inspirou 20 telas pintadas a óleo pelo artista Silvio Rocha, que podem ser vistas a partir de hoje no Palacete dos Leões, espaço cultural do BRDE.

Durante dois anos de pesquisa, o pintor ouviu histórias sobre os Xetá — que eram 2 mil índios nas décadas de 50 e 60, no noroeste do Paraná, e hoje se resumem a seis pessoas — que o motivaram a produzir telas que refletem sentimentos relacionados ao massacre desse povo e ao desmatamento das florestas onde viviam. O vermelho, então, é a cor predominante.

Mas também há esperança na figura de crianças, arrancadas de suas famílias e que se salvaram de serem dizimadas, perpetuando, assim, a história



Crianças simbolizam a esperança em obras sobre os xetás.

deste povo.

A exposição já passou por diversos municípios do interior do Paraná como Cianorte, Douadina, Guaíra, Iporã, Nova Olímpia, Tapejara, Umuarama e Campo Mourão.

SERVIÇO

Fragmento Xetá. Espaço Cultural BRDE - Palacete dos Leões (Av. João Guilhermino, 530/570 - Alto da Glória) - (41) 3709-8056. Abertura das 4 às 19 horas. Vilação de segurança à noite - das 12h30 às 19h30. Até 11 de março.

GAZETA DO POVO

18/10 1999

PAIXÃO
INDÍOS
A-Z

Audiência pública vai discutir critérios

Os produtores que ocupam parte do território que pode fazer parte da reserva dos xetás no Noroeste da Amazônia na tramitação legal não acessam, que pode levar mais de 180 dias. Eles temem uma decisão judicial que determine a retirada das famílias da área. No próximo dia 27, os agricultores esperam convergir a audiência pública, em uma audiência pública, em Brasília, com o presidente da entidade, Márcio Meira, parlamentares e representantes das partes envolvidas. O advogado e deputado federal Omar Serraglio (PMDB-PR) diz que, juntamente com o deputado federal Moacir Michelito (PMDB-PR), pediu a audiência pública e acesso ao processo em elaboração pela Funai. "A gente precisa saber o que estão pre-

tendendo pois há uma apreensão generalizada na região."

Serraglio recorreu à Constituição Federal de 1988 para explicar que a criação da reserva indígena não tem fundamento legal. "A lei que tem fundamento legal é a do Supremo Tribunal Federal no caso Raposa Serra do Sol, defendem que a demarcação é garantida para os índios que, na promulgação da Constituição, em agosto de 88, ocupavam a terra pretendida". E

"A demarcação é garantida para os índios que, na promulgação da Constituição, em agosto de 88, ocupavam a terra pretendida".

Omar Serraglio, deputado federal (PMDB-PR).

no caso dos xetás, o grupo foi deslocado há mais de 50 anos e nenhum deles permaneceu na região. A Funai alega que eles foram seqüestrados ou expulsos, por isso não permaneceram nas terras de Serra dos Dourados e Ivaí.

É um absurdo o que está sendo cobrado, porque isso, além de contrariar a Constituição, irá desalojar dezenas de famílias que trabalham e produzem em suas terras", afirmou parlamentares que também pretendem entrar com uma ação na Justiça para suspender o processo de demarcação. Para o procurador da República em Umuarama, Robinson Martins, é preciso reconhecer que há um grupo indígena que vive na região, portanto, defende a demarcação. (ON)



Maria Rosa Brasil Tigã é índica xetá que permanece na região.

JUNTOS OUTRA VEZ?

Quem são e onde moram os xetás

A unidade da Funai em Umuarama é quem acompanha os índios xetás. Segundo o administrador do órgão, Jean Carlo Buiçog, há apenas sete índios da etnia. Apenas Maria Rosa Brasil Tigã, 56 anos, mora em Umuarama. Ela nunca saiu da região e perdeu o contato com a tribo ainda criança. Os outros são: Ticoen Xetá, que hoje é policial militar em Curitiba; A Xetá, que mora na aldeia Rio da Ardeia em Maracá; e Ticoen Xetá, que mora em Maracá. Coen Xetá, da aldeia Maracá, em Tupy e Rondon Xetá, morador de Chaparé (SC), aliado um índio que mora perto de Barão de Antonina e outro morador do interior de São Paulo, ambos sem contato direto com a Funai. Em 2007 morreu Tucarambá José Paragá, aos 56 anos.

Buagá informou que nenhum dos xetás se casou com índios da mesma tribo. Eles se casaram com não-índios ou pertencentes a outras

etnias. São mais de 100 descendentes espalhados por vários estados. Reagrupar a tribo é o maior sonho dos xetás.

Registros históricos da Funai mostram que os xetás tiveram o primeiro contato com os colonizadores em 1934. Estima-se que a tribo tinha 250 índios, mas em cerca de 10 anos o grupo foi praticamente eliminado. Os que restaram eram crianças que foram seqüestradas e criadas pelos primeiros homens brancos que habitaram a região.

14 mil índios

vivem no Paraná em 32 localidades diferentes. As principais etnias são os camgãngas e os guaranis.

GAZETA DO POVO

18/10/2009

GAZETA DO POVO | Curitiba, domingo, 18 de outubro de 2009

Vida e Cidadania

QUESTÃO INDÍGENA

Nova reserva divide índios e produtores

Demarcação de 12 mil hectares para os últimos sete xetás do país vai mexer com mais de 140 famílias

UMUARAMA

Omar Nunes, correspondente

De um lado, o clima é de apreensão e revolta entre produtores rurais. Do outro, os índios xetás vivem a expectativa de voltar a morar juntos novamente na terra onde foram descobertos pelos colonizadores na década de 50 do século passado, nos municípios de Umuarama e Ivate, na região Noroeste do estado. No centro da

questão está a área de 12 mil hectares que a Fundação Nacional do Índio (Funai) pretende demarcar e entregar aos sete sobreviventes da etnia e seus cerca de 100 descendentes.

O problema são os pouco mais de 100 produtores rurais, a maioria pequenos agricultores, e as 40 famílias de uma vila rural, que possuem a escritura dos lotes e têm a posse das terras onde cultivam café, pastagem, cana-de-açúcar e outras culturas perenes. Eles estão se organizando para evitar a demarcação de toda a área pretendida pela Funai e chegaram a afirmar que vão resistir a qualquer tentativa de retirada. "Estão querendo criar aqui um segundo Rapos Serra dosol", diz o sítio da área, Izairio Bressida Silva, referindo-se ao conflito entre arautores e índios de Koraima durante a

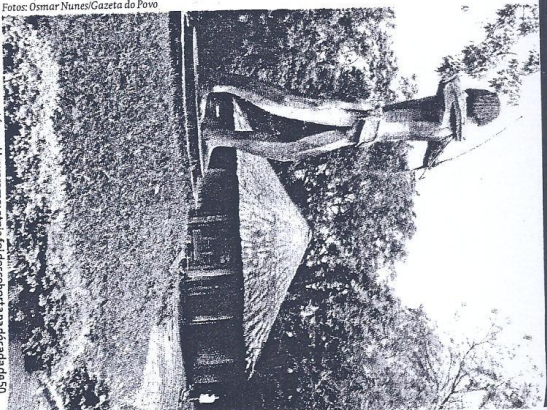
conclusão da demarcação, em março deste ano.

Silva é um dos agricultores que está buscando apoio de políticos e entidades representativas dos ruristas. "Não somos contra a demarcação, mas não é justo tomar a terra de quem comprou legítimamente e pagar seus impostos em dia para dar a um número reduzido de índios", os produtores resseguem a União a aquisição de uma fazenda com área menor para reintegrar os índios. Atorvado Dias dos Santos nasceu e viveu os seus 45 anos no sítio de 24 hectares, onde também mantém um restaurante na margem da rodovia PR-182, perto de Serra dos Dourados. "Nunca vi um índio por aqui, tudo o que conseguimos foi com muito suor. Pagamos nossos impostos em dia e temos toda a documentação registrada em cartório. O governo não pode agora tirar tudo isso da gente", afirma.

A indignação deles é tamanha que um grupo de trabalho da Funai esteve na região em agosto para realizar um levantamento socioeconômico e fundário dos não-índios em lotes não-quiseram nem receber os técnicos para prestar as informações. Segundo José Ayarcedo Binner, coordenador geral de Assuntos Indígenas da Funai em Brasília, o grupo de trabalho teve de completar o serviço buscando dados nos cartórios de registros de imóveis.

Binner informou ainda que parte das etapas necessárias à demarcação da reserva indígena já foi vencida, desde o estudo antropológico até o levantamento socioeconômico. Tudo está em análise final. Ele acredita que, se o material for aprovado, a publicação nos diários oficiais da União e do Estado ocorrerá em 90 dias.

"O estudo é técnico e a Funai não vai causar prejuízo a uns para fazer justiça a outros", diz. Após a publicação, os produtores terão 90 dias para contestação, em seguida o Ministério da Justiça decidirá a área de terra indígena e iniciará o processo de remoção das famílias para a entrada dos índios.



Monumento aos xetás em Umuarama, etnia foi descoberta na década de 50.

"Um dia eu descobri que tinha dois irmãos, que tinham esposas e que tinham filhos. Descobri que eu tinha sobrinhos e que havia mais gente do meu povo."

AMÍLIA TIGUÊ, indígena que vive em São Bartolomeu do Campo (SP).

"Onde estão hoje os pequenos? Onde estão os natiranganseti, os melancos, os pokurubeti e muitas outras tribos outrora poderosas de nosso povo? Desapareceram diante da riqueza e da opressão do homem branco, como a neve diante de um sol de verão."

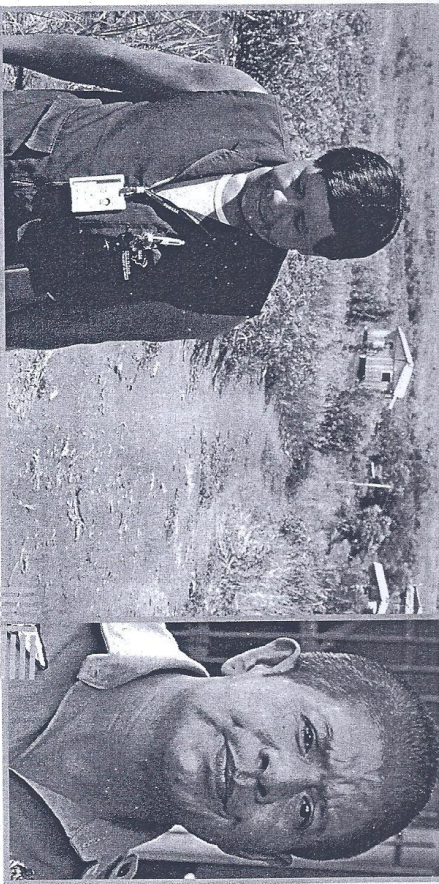
IRANUSÊ, chefe da tribo Siriono, morto por soldados contra o que ele afirmava, em 1913.

O passado é uma fotografia na parede

A FOTO EM PRETO E BRANCO, EMOLDURADA E PENDURADA na parede ao lado do póster do Santos Futebol Clube, é a única ligação de Rondon Xetá com seu passado. A imagem mostra um menino nu com colares no pescoço, aparentemente uns dois anos de idade. Do pai, Bráda, que viveu somente as pernas e as mãos. A mãe, A Tuay, é uma velha recordeira. Ele não se lembra da idade, só sabe que é o mais novo dos oito remanescentes xetá conhecidos e o único que não veio do mar.

Rondon sabe que teve um nome do mar, como eles dizem, mas não sabe qual. O nome do sertanista que destruiu as regiões selvagens e pacíficas índios do Sul ao Norte do país foi dado por Dival José Souza, um indigenista, hoje aposentado. O sobrenome Xetá foi o padrinho, João Rozzo de Meneses, quem escolheu quando o registrou em um cartório de Ortigueira (região Central do estado). Para estipular uma data de nascimento (3 de abril de 1965), Meneses se baseou na idade do filho de um funcionário. "Eles tinham mais ou menos o mesmo tamanho e, como não tínhamos mais nenhuma informação sobre os meninos (Rondon e seu irmão Tigüen), atribuí que eles deviam ter a mesma idade", lembra Meneses.

Hoje Rondon vive no posto indígena de Xapocozinho, em Bonito (MS). Ele casou há 19 anos com a catirigüê Libratinha Belino Xetá e tem duas filhas: a guriatü adictada Juhana, de 16 anos, e Rakada, de 14 anos. Mora com certo conforto em uma casa de cinco cômodos, duas televisões, aparelho de som, microondas e freezer. É conhecido por Xetá pelos 5,8 mil índios camangües que moram na aldeia e a quem presta serviço como auxiliar de enfermagem.



O soldado índio que cozinha bem quer voltar ao Nordeste

QUANDO O COZINHEIRO DO CENTRO DE SUPRIMENTOS E MANUTENÇÃO (CSM) DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ se aposentou, no ano passado, os policiais lotados no local não hesitaram em apontar um substituto: o soldado Tigüen Xetá, 44 anos. Naquela época, ele trabalhava na bomba de combustível dos carros de polícia. "Não foi um pedido do Tigüen, mas de alguns soldados que já tinha

O ROL DE UM POVO REMANESCENTE: uma série de imagens produzidas pelo Museu de Repertório Espaciais da Gaceta do Povo.

Reportagem - Erica Barreto e Guilherme Vichia

Foto - Helson Alves e Henry Alho

Edição - Franco Ikonari

Diagramação - Ricardo Humberto

Ilustração - Lya Lanza, com ilustrações de Gilmar Vianundo

Letra amarela - Como os índios e índias das vilas encaram a responsabilidade de manter as tradições de suas ancestrais.

No tempo livre - Os índios, sua antiga terra e o sonho de resgates em uma única reserva.

Viajantes sofisticados e paisagens exóticas - Os índios, suas aldeias e o turismo sustentável.

GAZETA DO POVO
06/03/05



O FIM DE UM POVO PARANAENSE

Os últimos, dos XETÁS

Cinquenta anos depois do primeiro encontro com os brancos, o último grupo indígena a ser contatado no Paraná está reduzido a oito indivíduos

CINCO HOMENS E TRÊS MULHERES CARRÊ-GAM A SIVA de serem os últimos de seu povo. Kuein, Tuca, Tikuein, Turiem, Rondon, Aân, Aua Maria e Maria Rosa. Tiquê são os sobreviventes de um grupo que, segundo estimativas de antropólogos, era formado por 450 indivíduos na época em que tiveram os primeiros contatos documentados com os brancos, em 6 de dezembro de 1954. Da cultura e dos hábitos que tornaram os xetás diferentes de qualquer outro grupo indígena do Sul do país, restaram só algumas lembranças. A língua é falada por apenas três pessoas.

Os xetás podem ser considerados um povo genuinamente paranaense. Habitavam o Noroeste do estado, entre os rios Ivaí e Paraná. Na época do contato, já eram poucos. Estavam debilitados pela redução de sua área de domínio, ocupada pela agricultura cafeeira. "As disputas com outros povos, os conflitos internos e a fuga eterna dos brancos estavam fazendo a população xetá diminuir", explica a antropóloga Carmen Lúcia da Silva, pesquisadora da Universidade Federal do Paraná responsável por um projeto de reagrupamento dos sobreviventes.

Embora não se possa atribuir diretamente o fim dos xetás ao contato com os brancos, uma breve cronologia do povo mostra que a relação foi, no mínimo, desagregadora. O primeiro encontro foi uma iniciativa dos índios, que procuraram a administração da Fazenda Santa Rosa, no município de Douradina, uma propriedade que se tornou ponto de referência para o estudo da etnia. Eles sabiam que uma aproximação era inevitável, e deram o primeiro passo para evitar confrontos. Era uma estratégia de sobrevivência, conforme relata o mais velho deles, Auein. Pelo visto, não deu certo.

Sete anos depois, expedições organizadas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI, embrião da atual Funai) e pela Universidade do Paraná (hoje UFPR) não conseguiram localizar nenhum subgrupo xetá na floresta. O povo já não existia mais em seu estado original. A maioria havia morrido, por intoxicação alimentar, envenenamento, doenças e assassinatos.

Os oito sobreviventes de hoje estão atualmente espalhados entre Santa Catarina, Paraná e São Paulo, vivendo em cidades ou em reservas indígenas de outras etnias. Casaram-se com não-xetás ou com brancos, o que faz com que seus descendentes não possam

Apenas três indivíduos ainda falam a antiga língua da etnia



Tikuein em meio a uma plantação de milho, na área indígena de São Jerônimo: orgulho de seu povo e do pai. Mãe, com quem conviveu até 1973.

"A gente falava direto com Deus"

Tikuein, mesmo sem ler ou escrever, é líder em uma reserva de guaranis e caingangues

AOS 53 ANOS, TIKUEIN XETÁ, que os brancos chamam pelo nome de José Luciano da Silva, é um homem respeitado. No costume xetá, os grupos familiares eram centrados em uma figura patriarcal de liderança, papel que Tikuein exerce na reserva indígena de São Jerônimo da Serra, onde vive entre caingangues e guaranis. As casas de seus filhos e filhas, construídas próximas umas das outras, não estão assim por acaso: ele e a mulher, Maria Conceição Pereira Martins, 59 anos, estão no centro da vida dos descendentes. "O comando dele e de dona Conceição é natural. Os filhos e filhas e suas esposas e maridos têm um apreço muito grande pelos pais", explica o pastor evangélico Reinaldo Neto, de 24 anos, que há cerca de três meses atua na reserva e acompanha o dia-a-dia do casal. Conceição converteu-se ao cristianismo e frequenta os cultos da Igreja Assembleia de Deus.

O livro com fotos dos índios em seu estado original, levados pela equipe da Gazeta do Povo, atraiem a curiosidade dos pequenos e despertam velhas lembranças no patriarca. Quando Ti-

As casas dos filhos e filhas foram construídas perto umas das outras

kuem conta histórias do tempo em que vivia no Mato, os 38 netos o cercam. Ele não lê nem escreve, mas é um dos poucos sobreviventes que têm alguma memória de seu povo. Sabe, por exemplo, fazer os enormes arcos e as flechas de pontas trabalhadas que eram característicos dos xetás (sabia mais sobre os hábitos do povo xetá no infográfico abaixo).

Do pai, Mã, o xetá fala com orgulho. "Era um grande caçador. Nunca deixou faltar comida para nós", diz. Depois do contato com os brancos, Tikuein morou com o pai na fazenda Santa Rosa, onde os xetás fizeram contato e che-

garam a viver junto aos brancos. Também habitaram as reservas de Pinhalzinho (em Pinhão) e Larainha (em Santa Amélia). "Muitos xetás se separaram de seus pais", conta. "Eu vim com o meu até o final da vida. Os brancos tentaram, mas não conseguiram me separar dele". Mã morreu, vítima de tuberculose, em 1973, quando Tikuein tinha 20 anos. Tikuein teve ainda um irmão, Tikuein Gato, metido entre os brancos como Geraldo

MUITO MAIS FORTES

mais se considerados xetás. Mas deram sorte de ter recebido o auxílio de indígenas, que os protegeram. "Se continuassem naquelas condições, seria muito difícil que alguém da etnia estivesse vivo até hoje", diz o assessor do governador. Até hoje eles se reúnem duas vezes, a primeira delas há nove anos. "Um dia eu descobri que tinha dois irmãos, que tinham esposas e que tinham filhos. Descobri que eu tinha sobrinhos e que havia mais gente do meu povo", lembra, emocionada, Ana Maria Tiquá. Desde então, alguns dos xetás alimentam o sonho de viverem juntos novamente — um desejo que pode tornar-se realidade. O projeto para reagrupar os xetás está em andamento desde 2006 e foi entregue à Fundação Nacional do Índio (Funai) na semana passada. Carmen não fala sobre o relatório, mas a ideia é que os oito xetás e seus descendentes ocupem uma área de 6 mil hectares, entre Douradina e Unuaruna. O projeto ainda será discutido e depende da posse das terras, que não pertencem à União. O reagrupamento não é unanimidade entre os estudiosos da tribo.

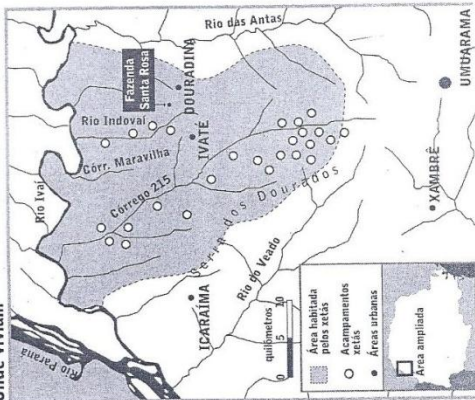
O indigenista João Rozzo de Menezes, que teve contato com os xetás nos anos 70 e criou dois deles, teme que não dê certo. "Reagrupar esses índios é diminuir a outra vez. E jogá-los numa vida onde eles não vão se adaptar", opina.

A espera de decisões que não podem tomar, os xetás levam sua vida. Em comum, eles têm um sentimento: o de que ainda são um povo. "Eu achava que era sozinha no mundo", diz Ana Maria. "Agora sei que não."

— ÉRIKA BERNARDO e GUILHERME VENTUR

COMO VIVIAM OS XETÁS HÁ 50 ANOS

Onde viviam



Os xetás são um povo do tronco guarani. Eram caçadores e coletores e quando descobertos viviam como se estivessem na idade da pedra polida. Não trabalhavam com agricultura e nem com cerâmica.

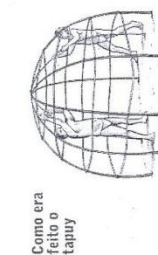
A população xetá é estimada entre 250 e 450 indivíduos a época do contato com os brancos. Habitavam o Noroeste do Paraná, na região chamada de Serra das Douradas, entre os rios Ivaí e Paraná, especialmente às margens do Córrego 215. Dividiam-se em subgrupos familiares, distantes uns dos outros, mas visitavam-se com frequência.

A língua xetá tem alguma semelhança com o guarani, mas é um idioma próprio e singular, seguidos os linguistas.

Os xetás acreditavam em espíritos do bem e do mal que habitavam as matas próximas às aldeias.

A aldeia xetá

Em épocas anteriores ao contato com os brancos, os xetás habitavam as okavauachis (aldeia grande) onde se reuniam todos os grupos de xetás (casas grandes). A época do contato, a necessidade de estar em movimentação constante tornou a moradia xetá mais prática, com a utilização das tapuy.



Como era feito o tapuy

1 12 galhos flexíveis de 2,5 a 3 metros de comprimento eram fincados a uns 50 centímetros de profundidade.



Os agrupamentos eram compostos de 3 a 5 tapuy, levantados em meio à floresta, em forma de círculo para garantir abrigo contra o vento e o frio.

2 As varas eram então arcadas para dentro e amarradas entre si com cipó ou casca de árvore. Galhos transversais eram então amarrados transversalmente para firmar a armação.



3 Finalmente a armação era coberta com folhas de palmeira de jeriva.

■ CULTURA

O mundo perdido de Kozák

Obra faz parte dos festejos dos 500 anos de descobrimento

Larissa Jedyt
de Curitiba

As últimas cenas da extinta sociedade indígena Xetá, que viveu no noroeste paranaense até meados dos anos 70, registradas pela lente do cineasta tcheco Vladimir Kozák, ilustram o CD-Rom "Quem são os Xetá?", que será lançado hoje, às 16 horas, no Museu Paranaense (praça Generoso Marques, em Curitiba) ligado à Secretaria de Estado da Cultura. Resultado de uma parceria entre o museu — que tem o acervo fotográfico da obra de Kozák — e a Companhia de Informática do Paraná (Celapari), o CD-Rom terá suas primeiras duas mil unidades distribuídas em bibliotecas, museus, escolas e universidades para servir como material de pesquisa. "Esta página da história do Paraná, calcada em estudos históricos, antropológicos e arqueológicos, sobre a ocupação do território, está sendo lançada justamente agora como parte das festividades dos 500 anos do descobrimento do Brasil", destaca o diretor do museu, Jayme Antonio Cardoso.

Os relatos fotográficos e em película foram feitos por Kozák durante uma expedição ao território dos Xetá, comandada pelo antropólogo José Loureiro Fernandes, na época professor da Universidade Federal do Paraná. Entre 1955 e 61, Kozák e a equipe do antropólogo conseguiram reunir um material que hoje é o único registro sobre os Xetá: são 10 horas de filmes, 1,5 mil fotos e relatos sobre os costumes da tribo que faz parte da família tupi-guarani, seus hábitos alimentares, moradias, vestimentas, artesanato, música, rituais, atividades terapêuticas, entre outras, que mais tarde serviram como referência para outros estudos sobre a tribo. Esse documentário sobre os índios da Serra do Dourado, como era chamada a região que habitavam, foi resgatado para servir de base para o desenvolvimento do CD-Rom, mas boa parte do material fotocinematográfico precisou ser restaurado para poder ser usado. "Contamos com a Fundação Viatá, de São Paulo, uma subsidiária brasileira da Fundação Lampião de apoio à pesquisa, de Liechtenstein,



volvendo o conteúdo apresentado no CD-Rom. O arqueólogo Igor Chmyz, a antropóloga do Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaíba, Carmem Lucia Silva, que elaborou uma tese sobre os últimos descendentes dos Xetá, Fernando Severo, que cuidou da supervisão cinematográfica da obra, a equipe de produção gráfica da Secretaria de Estado da Cultura, a Liga Ambiental e a Casa da Memória, ligada à Fundação Cultural de Curitiba, entre outros, também trabalharam nas diferentes etapas do projeto.

Caravela no Tinguí

Personagens comuns às comemorações do descobrimento do Brasil, os índios também terão participação especial no espetáculo "Brasil — 500 anos do Descobrimento", promovido pela Prefeitura de Curitiba, que será realizado no dia 15 de abril, no

Parque do Povo, em Curitiba. A obra, que será encenada no Tinguí, contará com a participação de artistas locais e nacionais, além de uma apresentação especial dos índios Xetá, que vivem no noroeste do Paraná. A obra será encenada no Tinguí, que é um espaço cultural de Curitiba, e contará com a participação de artistas locais e nacionais, além de uma apresentação especial dos índios Xetá, que vivem no noroeste do Paraná.

to comemorativo dos 500 anos - será o cenário desta saga que conta desde que Cabral saiu de Portugal, o que aconteceu durante a viagem, a chegada ao Brasil, até a realização da Primeira Missa. As apresentações acontecem até o dia 7 de maio, de quinta-feira a domingo, com exceção de depois de amanhã.

"Procuramos ser fiéis à história do descobrimento, só que resolvemos contar sob uma ótica fantasiosa, conseguimos isso através da cavaleira, que estará presente durante o espetáculo", explica o diretor da peça, Abelardo Figueiredo, que há sete anos dirige o "Natal de Luz", realizado também pela Prefeitura. Todo o elenco da peça é curitibano: são 14 atores, entre eles Enfilio Pires (Vasco da Gama), Marcelo Munhoz (Pedro Álvares Cabral), César Almeida, Ruy Rizzo, Laila Scremin, além de figurantes, acrobatas, músicos e a equipe responsável por toda a parte técnica do espetáculo.

Depois de "descobrir" o Brasil, o diretor fala um pouco durante o espetáculo da formação do povo brasileiro, através da miscigenação das raças, da mistura dos portugueses, índios, africanos, imigrantes europeus e de outros continentes. "Sou um carioca, que vive em São Paulo, trabalha um pouco em Curitiba e outro tanto na China. Toda esta mistura de povos e lugares serviu como gancho para falar também nas etnias que formam o Paraná e a própria Curitiba", comenta.

A iluminação da peça será feita por 220 lâmpadas de mil watts, comandadas por computador, além de um sistema especial para a iluminação da cavaleira. O sistema de sonorização - inédito em Curitiba - é todo embutido no cenário, sem deixar as caixas de som aparentes.

Quem também procurou nos índios a inspiração para o seu trabalho foi a artista plástica paranaense Mariana Jüli Fernandes. Ela que foi até a Fina para investigar a fundo a vida dos índios que vivem no Brasil, trouxe para o Paraná a exposição "O Índio Brasileiro", que começa hoje, às 19 horas, no Espaço Cultural do Aeroporto Afonso Pena, em São José dos Pinhais. Os doze quadros em óleo sobre tela reunidos na exposição são



indo a Primeira Missa realizada no Brasil. "A cultura indígena precisa ser vivenciada e evidenciada para que sua imagem permaneça na nossa história, com todas suas características sociais, culturais, políticas e religiosas preservadas", ressalta. Além das pinturas, a mostra reúne alguns objetos indígenas - cocares, tacapes, zarabatanas, redes, adornos e armas - colhidos pela artista em suas viagens pelo País. A exposição faz parte do projeto de comemorações alusivas aos 500 anos do Brasil, da Prefeitura Municipal de São

Tribo xetá agoniza à espera de reserva

Os únicos oito remanescentes dos índios que habitavam o Noroeste podem desaparecer até que a proposta saia do papel

Última tribo indígena contida pelo homem branco no Paraná, os xetás estão praticamente extintos. Dizimados por doenças e relegados ao abandono, os poucos remanescentes da tribo aguardam hoje o processo de formação de uma reserva. A proposta vem sendo avaliada por uma comissão formada pela Funai, Assessoria de Assuntos Indígenas do Governo do Paraná, Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e Coordenadora do Patrimônio Histórico do Paraná.

A contar pelos últimos burocráticos que envolvem a formação da reserva, é possível que não existam mais indígenas legítimos para formar a povoação quando ela sair do papel. Isso porque, de um total de quase 500 indivíduos, encontrados por expedições realizadas na década de 50, no Noroeste do estado, hoje só restam oito, cinco homens e três mulheres.

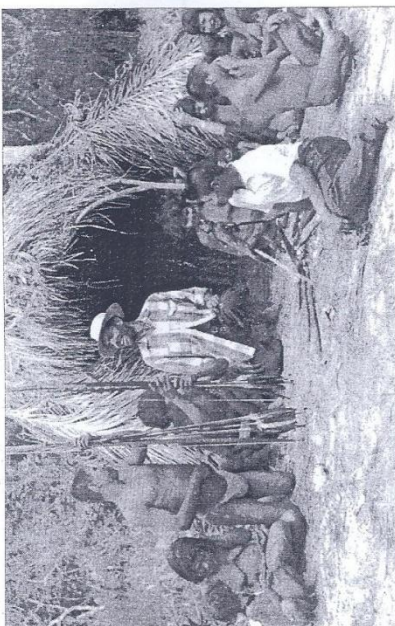
Doenças

Relegados ao abandono, os poucos remanescentes da tribo foram se aculturando. A maioria morreu, vítima de doenças do homem branco, como gripe, pneumonia e tuberculose. "Eles não tinham doença nenhuma mas, depois dos contatos, começaram a adoecer e morrer", conta a agricultora Carolina Alves de Freitas, uma das primeiras pessoas civilizadas a entrar em contato com a tribo, em 1953, numa área que hoje pertence ao município de Douradina.

Os remanescentes da tribo se aniquilam hoje em reservas das antigas tribos Kaiangue e Guaraní em Praga, Guarapuava, São Jerônimo da Serra e Nova Laranjeira. Outros, como a única remanescente da tribo que vive em Umuarama, Maria Rosa Tigat, 50 anos, adotaram o modo de vida "civilizado" e tiveram filhos com brancos.

Todos os sobreviventes da tribo têm entre 40 e 50 anos de idade e nenhum tem descendentes xetás. Só eles falam a língua nativa.

Alexandre Horner



Índios xetás na década de 50: doenças do branco dizimaram a tribo que habitava o Noroeste. Arquivo Biblioteca de Umuarama.

ÁREA ORIGINAL

Até a década de 50, o território dos xetás, no Noroeste do estado, ia de Campo Mourão à divisa com o Mato Grosso do Sul. Hoje, os remanescentes vivem nas cidades ou em áreas de outros índios.



Mulher tem descendência miscigenada

A índia Maria Rosa Brasil Tigat sobrevive com o dinheiro que ganha trabalhando como empregada doméstica. Mora numa casa de alvenaria, nos fundos de um terreno, perto do centro de Umuarama. Aos seis anos de idade, a índia foi adotada pela família do agricultor Antônio Livstosa de Freitas. Sua cultura vivência com brancos não mudou por aí. Maria Rosa teve uma filha de um relacionamento com um rapaz branco. A filha, por sua vez, também teve um bebê que é fruto de relacionamento com um homem branco. Enquanto ajuda a cuidar do neto, que está com cinco meses e se chama William Weizmann — ela se preocupa com o destino dos xetás. "Morrendo mais uns poucos índios não vai sobrar ninguém para representar o povo", diz ela. "A Funai nunca se importou com a gente", completa. (AH)



Maria Rosa e o neto: preocupação com a extinção dos xetás. Alexandre Horner

Nomadismo

Os xetás são um grupo étnico da família tupi-guarani que se comunicava por meio da língua xetá, hoje falada fluentemente por apenas três remanescentes deste povo. O grupo é natural da Região Noroeste do Paraná, mais precisamente da margem esquerda do Rio Ivaí, da cidade de Campo Mourão até o Rio Paraná na divisa com Mato Grosso do Sul.

Esses índios eram nômades dentro da área em que habitavam e sobreviviam da caça e da coleta de frutos. Com a dizimação quase total, os sete xetás "puros" que estão no Paraná vivem em áreas destinadas ao caingangues e aos guaranis, na Região Noroeste. O outro xetá sobrevivente, do grupo de oito, mora no estado de São Paulo. Pesquisas arqueológicas realizadas pela Universidade Estadual de Maringá revelaram que os xetás habitavam a região há oito mil anos. (DSB)

Estado do Paraná



De uma tribo seminômada, composta por índios caçadores e colhedores, restam somente cinco membros. Isso, apenas trinta anos depois da realização da primeira expedição para contato com os índios Xetás. Leia abaixo, em relato do repórter Francisco Jorge Tessari, com fotos do acervo da municipalidade de Umuarama, matéria completa de como os Xetás chegaram à situação atual de quase extinção.



Nos primeiros contatos, uma tribo que vivia na idade-da-pedra.

N O próximo mês de outubro, completa-se o 30º aniversário da realização da 1ª expedição organizada pela Universidade Federal do Paraná, para contato com os índios Xetás, no município de Umuarama, um grupo indígena brasileiro da era pré-cabralina e sobre o qual jamais nenhum etnólogo pusera os olhos. Já naquela época, o professor José Loureiro Fernandes, titular da Cadeira de Antropologia da UFPR, antevia com precisão os riscos de extinção da raça, diante do acelerado processo de colonização ao redor das florestas tropicais da Serra dos Dourados, onde cerca de 250 Xetás viviam em harmonia com a natureza, empregando sua tecnologia da idade-da-pedra.

Três décadas depois desse primeiro contato oficial com o homem branco, os Xetás estão praticamente extintos. Segundo a Divisão de Cultura do município de Umuarama, restam apenas 4 homens, casados com mulheres brancas e totalmente distante de sua vida e cultura nativas, e uma mulher, infelizmente estéril. Cumpre-se mais uma vez o trágico destino da comunidade indígena, que se repete desde o início das grandes navegações: a extinção física e cultural, seja pelo genocídio sistemático, através do combate des-

Xetás, uma tribo em extinção

do mel e a recolha de favos. A preocupação absorvente dos homens adultos é a caça, feita com arco e flecha ou armadilhas.

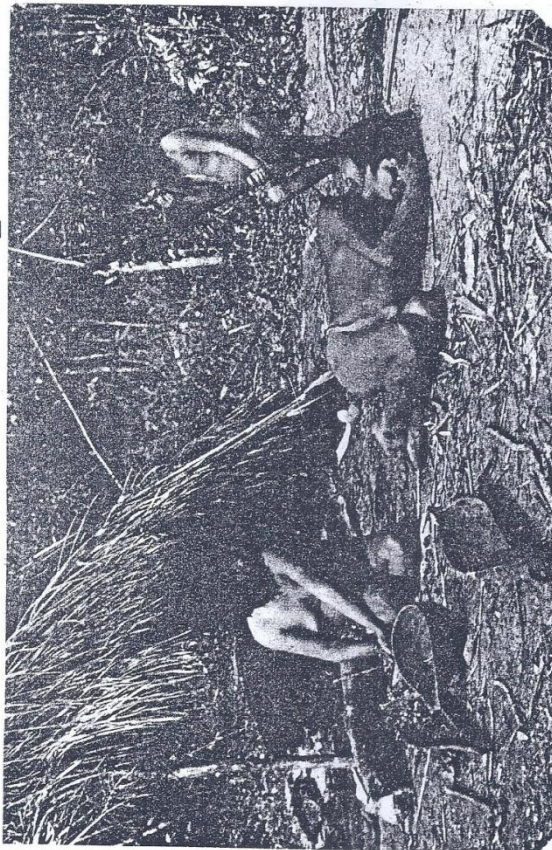
A conservação do fogo era uma preocupação constante do grupo. Quando se deslocam, transportam sempre um lício aceso, a fim de reacenderem a fogueira necessária para preparo dos alimentos, "pois a obtenção do fogo exige da parte dos homens o emprego do aparelho ígneo, por movimento giratório simples, no qual a peça vertical de madeira gira entre as palmas das mãos, um processo laborioso e que frequentemente

pientes líquidos. Seu instrumental era rudimentar e constituído de implementos feitos de pedra, ossos e dentes. Entre as atividades manufatureiras das mulheres figura também a fiação. A matéria-prima era retirada das fibras de bromélias de longas folhas que atingiam 2 metros de comprimento.

Em seu livro, Loureiro destaca que como manifestação artística "merece uma referência inicial a habilidade que tem de produzir, com notável realismo, formas de animais, modelan-

montação dos indígenas. Finalmente ocorreram as fol-

Índios da Amazônia podem ter destino dos xetás



Pacíficos, os xetás foram descritos pela primeira vez por um engenheiro inglês que estudava o Rio Ivaí, em 1872.

O progresso acabou com os índios xetás, que habitavam o Paraná. Uma exposição em Curitiba dará uma idéia do que aconteceu com esta tribo ao encontrar o branco

As tribos indígenas da floresta amazônica brasileira estão seguindo a mesma trilha percorrida pelos xetás no Paraná. No caminho da extinção, encontram o branco em busca da riqueza que a floresta esconde e acabam sendo persuadidos a colaborar, assim como são contaminados por doenças nunca experimentadas antes.

A exposição sobre os índios xetás, que será aberta na semana que vem no Museu Paraense, em Curitiba, apresentará os elementos que permitem essa comparação. Essa tribo teve apenas dois contatos com o homem branco, ao que se sabe. E hoje, como grupo, está absolutamente acabada. Restam apenas seis sobreviventes, separados, vivendo em diferentes reservas indígenas. E pouco se lembram dos hábitos que caracterizavam a tribo.

Progresso

A antropóloga Fernanda Maranhão, que coordenou o Projeto Etnoarqueologia Xetá pela Seção de Arqueologia do Museu, lembra que o grupo jamais foi localizado em outros estados. "O progresso desorganizado, sem levar em conta o homem local e o meio ambiente, foi responsável pelo seu desaparecimento", diz ela.

Os xetás foram descritos pela primeira vez em 1872, por um engenheiro inglês que estudava o Rio Ivaí, na região central do Paraná. E no final dos anos 40, início dos 50, eles foram vistos novamente, só que no Oeste. Foi quando os governos Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, no Rio Negro, começaram a intensificar a colonização daquela região, através da venda de terras devolutas para o cultivo de café e criação de gado.

Gripe

Conforme a pesquisadora, os xetás viviam em bando — caçavam e colhiam — de no máximo vinte pessoas. Eram

pacíficos, mas morreram assassinados pelos tiros dos fazendeiros assustados, e por causa de uma novidade chamada gripe. Houve tentativas de preservação. E no caso da expedição dos primeiros colonizadores, acompanhada por técnicos do antigo Serviço de Proteção aos Índios (atual Funai).

O objetivo era localizar e civilizar os grupos indígenas para que não representassem empecilho aos interesses econômicos do governo. Em 56, outra expedição — agora em conjunto com o Setor de Antropologia da Universidade Federal do Paraná — entrou em contato com um grupo de xetás. Já estava feita a demarcação de áreas onde "poderiam" ficar e um mapeamento dos acampamentos.

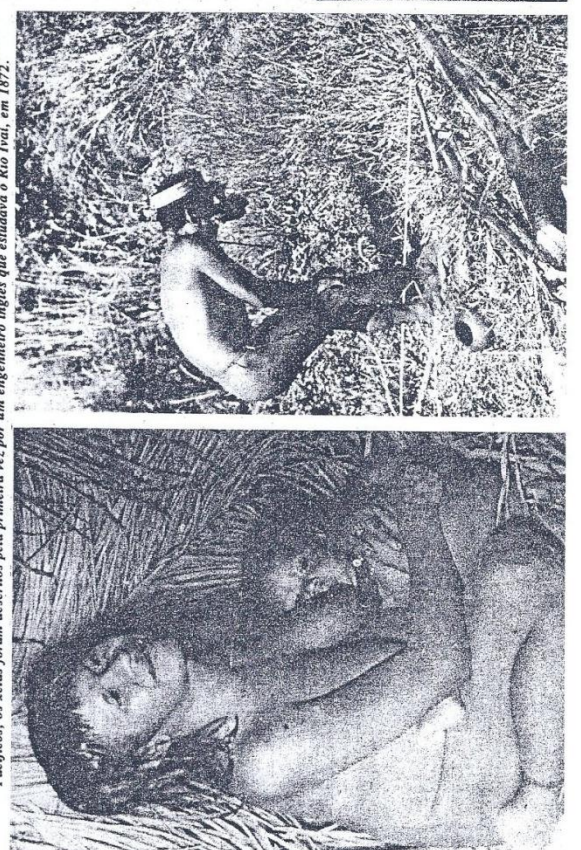
Resgate

As duas análises existentes a respeito da tribo surgiram daquela expedição. De lá partiram o antropólogo José Loureiro Ferraz e o médico Vladimir Rozak. Com o sumiço dos xetás, os funcionários da Funai acabaram adotando crianças que sobreviveram à gripe, a preocupação de Fernanda Maranhão foi e continua sendo o resgate da história do grupo.

Ano passado, na região de Dourados e Umuarama, acompanhada da geóloga Cláudia Parelhada e do estudante Vinícius Marcondes, de História, uma expedição localizou vestígios de cinco acampamentos da extinta tribo. Daí pôde realizar um histórico sobre as expedições — que não havia sido feito — e constatou que o solo não presta para mais nada, mas que com escavações, há a possibilidade de amplas descobertas sobre os índios tipicamente paranaenses.

Pesquisa

Durante os quinze dias que percorreram a ex-floresta dos Xetás, os pesquisadores encontraram uma série de objetos que faziam parte do dia a dia da tribo. E agora, enquanto os remanescentes estão perdidos em meio a canjiques e guaranis, ficam na intenção de continuar o trabalho. A idéia é procurar, catalogar e proteger os sítios arqueológicos da tribo para pesquisas futuras. Só que sem verbas e sem Lei Sarney...



GAZETA DO POVO

DIA 07 / 12 / 2000. P. 44

QUESTÃO INDIGENA

Índios xetás terão reserva no Noroeste do Paraná

Meio século depois de encontrada, a tribo terá suas terras demarcadas

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL do Índio (Funai), Glênio da Costa Alvarez, e o governador Jaime Lerner assinaram ontem em Curitiba documento que prevê a delimitação da reserva indígena dos xetás. A área a ser escolhida deve estar situada na Serra dos Dourados, em Umuarama, no Noroeste do estado, local em que viviam os índios quando foram encontrados pela primeira vez, em 1952.

A tribo dos xetás que terá as

terras demarcadas é única no mundo. "Estes índios só são encontrados no Paraná", diz Edvino Battistelli, assessor para assuntos indígenas do governo estadual. Os xetás vem do tronco tupi-guarani e possuem língua própria. Da tribo de 450 pessoas encontrada em 1952 existem hoje apenas nove remanescentes dos xetás, três mulheres e cinco homens. A antropóloga Carmen Lúcia da Silva, da Universidade Federal do Paraná, que estuda a etnia desde 1996, diz que pesquisas indicam que ainda pode haver mais quatro sobreviventes dos índios que viviam em Serra Dourada.

Pedro Segseg, presidente do Conselho Indígena de Guaraçuva, conta que os cerca de 50 índios xetás descendentes dos sobreviventes desta tribo vivem espalhados por outras reservas

guaranis e caingangues, na região de Guaraçuva. Ele acredita que uma reserva própria pode trazer a possibilidade do povo xetá resgatar partes de sua cultura, como a língua - em processo de extinção e falada apenas por três pessoas.

Edvino Battistelli diz que o Paraná vive um momento histórico com a demarcação das terras dos xetás. "Pagamos uma dívida de meio século com este povo", comenta durante cerimônia realizada no Palácio Iguaçu. Para ele, a delimitação da reserva é o mais importante ato do governo aos índios neste final de milênio. Battistelli conta que os xetás foram dizimados para que suas terras fossem usadas no plantio de café. "Eles fugiram por vários anos, refugiando-se em áreas de floresta tropical, em locais de difícil acesso", conta.

• CLARISSA LIMA

'População indígena aumenta 4,6% ao ano no Paraná' *rios fatores vêm contribuindo; entre eles está a retirada de invasores das terras, educação e saúde*

Írreita — A população indígena paranaense vem crescendo a uma taxa anual de 4,6%, o dobro da que é verificada entre os não-índios. A situação é muito oposta à observada nos últimos anos setenta e tem como principais a retirada de invasores das terras indígenas, os investimentos em educação e saúde e a promulgação da Lei de Ações Afirmativas, que reserva 20% das vagas em universidades e escolas de ensino superior para indígenas. A situação é avaliada o indígena e o assessor do governo do Paraná Evidio Baitelli.

No início da década de setenta os paranaenses somavam 2 mil, e em 1985, hoje eles já são 9.015, 7.300 cangangues, 1.705 guaranis e 10 remanescentes dos xetãs — cinco dos quais ainda vivem em aldeias, os demais já se incorporaram à vida das cidades. Os grupos estão distribuídos em 17 reservas, em diferentes regiões, incluindo o litoral, ocupando pouco mais de 84 mil hectares.

Xetãs

Os xetãs foram vistos pela primeira vez nos anos cinquenta, durante uma expedição chefiada pelo antropólogo paranaense José Lourenço, já falecido, à região da Serra dos Dourados, nas proximidades dos rios Paraná e Ivaí. Noroeste do estado, onde viviam como na Idade da Pedra Lascada.

Por causa do curto espaço de tempo entre a descoberta dessa tribo e a sua sobrevivência, a linguagem xetã não pôde ser gravada, ao contrário do que ocorre hoje com os descendentes dos cangangues e dos guaranis, ambos de origem pré-colombiana, portanto anteriores aos colonizadores. As altas taxas de crescimento da população indígena são consideradas positivas pela assessoria especial. Para garantir a sobrevivência e cultura dos cangangues, guaranis e xetãs, vários programas vêm sendo desenvolvidos nas reservas indígenas, principalmente na área da educação, saúde e agricultura.

Um Núcleo de Educação Indígena



Nova realidade: programa de educação muda vida dos indígenas

CORREIO DE NOTÍCIAS

20 ABR 1979

A Cultura dos Índios Xetá
 Prossegue, no Museu Paraense, a mostra "A Cultura dos Índios Xetá" em comemoração ao "Dia do Índio".
 Fotos, miniaturas em cera de abelha (trabalho característico do grupo) e artefatos em pedra e madeira, estarão expostos em Os Xetá foram encontrados em 1956 por uma expedição organizada pelo professor José Loureiro Dourado. Habitavam a Serra de Mourão, entre os rios Ivaí e Piquiri. Restam cinco indivíduos: dois homens e uma mulher (e com o agravante de ser estéril). Vivem em Palmas. Por isso a mostra "A Cultura dos Índios Xetá" pode ser denominada também de "Vida, Paixão e Morte dos Xetá". Hoje, quando da abertura da mostra, Sônia Giovanetti Fagundes, para, às 17 horas, uma palestra sobre a cultura espiritual e material desse grupo indígena hoje em extinção.

A Cultura dos Índios Xetá
 Prossegue, no Museu Paraense, a mostra "A Cultura dos Índios Xetá" em comemoração ao "Dia do Índio".
 Fotos, miniaturas em cera de abelha (trabalho característico do grupo) e artefatos em pedra e madeira, estarão expostos. Os Xetá foram encontrados em 1956 por uma expedição organizada pelo professor José Loureiro Dourado. Habitavam a Serra de Mourão, entre os rios Ivaí e Piquiri. Restam cinco indivíduos: dois homens e uma mulher (e com o agravante de ser estéril). Vivem em Palmas. Por isso a mostra "A Cultura dos Índios Xetá" pode ser denominada também de "Vida, Paixão e Morte dos Xetá". Museu Paraense - Praça Generoso Marques.

Correio de Notícias - 20.04.79

Estado do Paraná
15 MAI 1979

O mundo perdido de Kozák (II)

A salvação do acervo de Kozák se deve a um ex-amigo do checo — Edilberto Trevisan. Foi ele quem propôs a juízo os bens do pesquisador, após sua morte, no começo deste ano. Nesta entrevista, Trevisan conta ao repórter Cláudio José Dalla Benetta mais alguns detalhes da vida de Kozák, um excêntrico e introvertido amigo da natureza e dos índios héttas. O advogado teme, por exemplo, que os filmes encontrados no abandonado casarão da Rua Padre Júlio Saavedra, no Uberaba, não tenham o cuidado que o material requer. Era o advogado que emprestava seu projetor para o checo apreciar seus filmes. Um deles, estudado por um antropólogo do Museu Americano de História Natural, de Nova Iorque, foi considerado como "um dos mais importantes documentos da sociedade". Trevisan lamenta que ninguém tenha dado o apoio necessário a Kozák e suas pesquisas. "Ele não possuía um diploma", satiriza o advogado.



A MAIOR preocupação do advogado Edilberto Trevisan reside exatamente no destino que será dado ao acervo do checo Wladimir Kozák. Ele teme que os filmes feitos pelo estudioso sobre os índios, e que Kozák guardava em sua casa, não recebam agora os cuidados necessários, principalmente porque são matrizes. "O pessoal que vai lidar com os filmes tem uma grande responsabilidade", frisa o advogado.

E a importância dos filmes pode ser destacada com um exemplo: Kozák documentou, entre os índios Héttas (ou Xetã), a forma com que teciam a *amã* (tanga). Este filme, estudado por um antropólogo do Museu Americano de História Natural de Nova Iorque foi considerado "um dos mais importantes documentos da sociedade", tendo o cientista estabelecido relações deste processo de tecelagem com descobertas arqueológicas feitas na Costa do Peru, de objetos feitos há três mil anos A.C.

O advogado é de opinião, também que pela importância de Kozák, a casa onde residiu deve ser transformada em museu. Ele lamenta que o estudioso não tenha recebido apoio, em vida, para os seus trabalhos de pesquisa. Diz o advogado que não quer criticar o governo, nem órgão específico, pois "nós também somos governo e todos somos culpados".

Os filmes de Wladimir Kozák não se restringem a aspectos da vida dos índios. Ele documentou, nos lugares que visitou, a natureza, a fauna e a flora, registrando ainda aspectos de

localidades. Possuía, assim, filmes e fotografias sobre Curitiba antiga, "documentos do que não mais existe em Salvador" (Bahia), Litoral paranaense e outras regiões onde viveu ou visitou. Além de filmar, Kozák esculpia, pintava e escrevia. O recurso do desenho ele utilizava, muitas vezes, para destacar determinado adereço ou vestuário indígena, quando a fotografia se mostrava insuficiente para o registro.

50 HORAS

Mais de 50 horas de filme, a maio-



Dois índios héttas construindo uma "oca", segundo fotografia do checo.

ria inédito, foram deixados por Kozák, sem contar os que a Universidade Federal do Paraná mantém em arquivos e os que foram enviados ao Museu do Homem, em Paris, sobre os Héttas, ou ao Museu Americano de História Natural. Destes filmes, Edilberto Trevisan fez uma relação dos assuntos, quando começou a tomar contato com a filmografia de Kozák.

Este contato iniciou há 10 anos, mas a amizade com o estudioso surgiu há mais ou menos dois anos. Trevisan ofereceu o estúdio de sua casa para

que Kozák pudesse assistir aos filmes que fizera, já que o checo não possuía equipamentos de projeção. Assim, durante todos os sábados, Trevisan apanhava Kozák em sua casa e levava-o ao estúdio, para a projeção. Entre os filmes que registrou, Trevisan cita um sobre o funeral dos índios Bororós, que seria o único existente no Brasil, e o "melhor registro sobre os índios Héttas". Se a sua obra não despertou interesse no meio brasileiro, porque "ele não possuía um diploma", segundo o advogado, nos Estados Unidos os estudiosos pretendem obter tudo o que Kozák conseguiu reunir.

LIVRO DO MUSEU

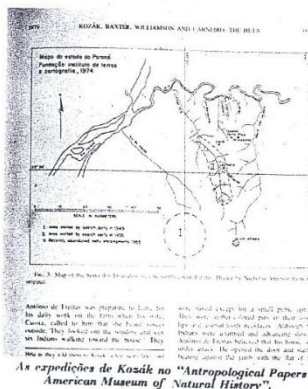
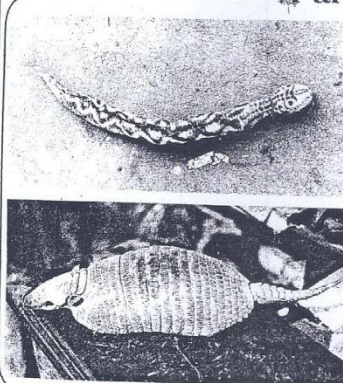
O Museu Americano de História Natural, por exemplo, além de escrever ao próprio Wladimir Kozák, tentando obter seus filmes, principalmente, gestiona também junto ao advogado, que é correspondente de Robert Carneiro, diretor da seção de Antropologia do Museu. "Ele pede tudo sobre Kozák", afirma Trevisan, comprovando com as cartas. Mas acrescenta que o material "tem que permanecer no Brasil".

O Museu Americano publicou, inclusive, o livro "The Hetta Indians: Fish in a Dry Pond" (Os Índios Héttas: Peixe em Lagoa Seca), onde utiliza depoimentos e fotografias de Kozák. O advogado está mantendo contatos com o Museu para fazer a tradução do livro para o Português, o que ele está levando a efeito. A impressão será pelo Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná.

A arte dos índios héttas

N A exposição temporária do Museu Paranaense, sobre a extinta tribo dos índios Héttas, figuram objetos coletados por Wladimir Kozák: animalzinhos feitos em cera de abelha pelos índios, e objetos de adorno. As fotos expostas, inclusive, também são do checo, que participou, entre 1956 e 1958, da expedição do antropólogo José Loureiro Fernandes, onde foram mantidos os primeiros contatos com os Héttas.

Wladimir Kozák participou das expedições como fotógrafo e consta em livros editados sobre o assunto como "cinetécnico da Universidade do Paraná" (atual Universidade Federal do Paraná). Os filmes feitos por ele sobre os Héttas, inclusive, foram mostrados durante o Dia do Índio no Salão do Colégio São José.



As expedições de Kozák no "Antropological Papers American Museum of Natural History".

Estado do Paraná

6 MAI 1979

O mundo perdido de Kozák (final)

No encerramento desta série sobre o velho checo e sua obra, o repórter Cláudio José Dalla Benetta traz depoimentos de professores da Universidade Federal do Paraná. Eles revelam que, apesar de ser um entusiasmado pelas coisas do Brasil, Kozák morreu com uma grande mágoa.



Aposentado compulsoriamente, ele ficou sem recursos para prosseguir suas pesquisas, e teve que vender filmes, fotografias e artigos a museus e revistas estrangeiras. Hoje seu acervo é considerado de muito valor, e todos são unânimes: é preciso salvá-lo.

A Universidade Federal do Paraná mantém arquivados os filmes feitos por Wladimir Kozák durante o período em que trabalhou para a instituição (de 1.950 até o final da década de 60, aproximadamente). Além do filme sobre os Hétas, que Kozák realizou sob a direção de José Loureiro Fernandes, e cuja cópia o Museu do Homem, de Paris, financiou, há ainda material sobre índios do Brasil Central, documentários sobre artes populares do Paraná, entre outros, feitos pelo checo sob a orientação de especialistas da Universidade. Este acervo, arquivado sem que se providenciassem as cópias, por um descaso da Universidade, esteve sujeito à deterioração até o início deste ano, quando o Museu Guido Viaro interveio. O Museu prontificou-se a copiar os filmes, sob a condição de também poder executar cópias para o seu acervo próprio. Os documentários filmados por Kozák enfrentaram um "problema sério", segundo o chefe do Departamento de Psicologia e Arqueologia da Universidade, professor Igor Chmyz, pois vinham sendo

utilizadas as cópias originais intensamente.

HÉTAS E MUSEU

Embora o material de que dispõe a Universidade seja de excepcional valor, como documentário, o acervo de Kozák, em que ele trabalhou sozinho, sem a intervenção de especialistas, é ainda mais importante. O interesse do checo pelos Hétas surgiu com a expedição de José Loureiro Fernandes, em que ele participou apenas como fotógrafo e cinematografista. O filme resultante, como à época não havia recurso no Brasil para montagem e cópia, foi enviado ao Museu do Homem, em Paris, que fez os trabalhos, guardando para si uma cópia e arquivando o original no "Comitê do Filme Etnográfico", embora os direitos autorais continuem pertencendo à Universidade Federal do Paraná.

Se antes, em suas viagens particulares para contatos com os índios Kozák preferia adentrar os sertões do Brasil Central, após a expedição de José Loureiro visitou muitas vezes os Hétas, registrando em filmes os hábi-

tos e costumes desta tribo. Os filmes que fez por sua própria conta não são sonoros e se constituem, provavelmente, em documentos tão ou mais importantes que o documentário efetuado durante a expedição.

Wladimir Kozák, diz o professor Igor Chmyz, "se identificava com os índios, deixando de ser um estranho para a tribo logo aos primeiros contatos. As filmagens ele compensava fornecendo à tribo alimento, explicando aos índios o que pretendia e tornando-se, assim, benquisto. "Ele respeitava o ser humano". Lamenta o professor, contudo, que Kozák "nunca teve ajuda oficial" para estas viagens, "tirando do próprio bolso o dinheiro dos gastos a que era obrigado".

DOIS MESES NO SERTÃO
As viagens de Kozák demoravam, muitas delas, de um a dois meses. Para manter uma alimentação conveniente, ele carregava consigo alimentos desidratados, que preparavam em casa. Um destes alimentos, por exemplo, de acordo com Igor Chmyz, consistia-se de ovos, postos a secar ao sol, depois transformados em farinha,

guardava em recipientes hermeticamente fechados. Rehidratados, representavam uma dieta bastante saudável. Mesmo assim, o checo "perdia vários quilos a cada viagem", lembra o professor.

Ao chegar na aldeia, o checo estava com uma carga de 80 quilogramas às costas, conforme contava aos amigos, à época, representada pelos alimentos e equipamentos de filmagem. Dividia com os índios o alimento até que acabasse, depois passava a usufruir da mesma comida a que estes eram acostumados.

"Ele tinha condições de se tornar um deles", diz por sua vez a professora Alivia Pilatti Balhana, do Departamento de História da Universidade, a propósito do relacionamento do checo com os indígenas. Mas não somente com os índios: Kozák conseguia um bom relacionamento com pessoas humildes, como nas filmagens que fez sobre costumes do homem do Litoral, em que ele conseguia "por à vontade" o pescador, por exemplo, quando estava a filmar dentro da própria casa.

"Acervo fantástico"

É preciso evitar que o Paraná perca o acervo de Wladimir Kozák, afirma o secretário de Cultura e Esportes, Luís Roberto Soares, acrescentando que a Secretaria estuda "uma forma jurídica capaz de viabilizar a manutenção do acervo". Para ele, não pode ocorrer o que já houve com a valiosa biblioteca de Ayr Guimarães, cujos 2.513 volumes acabaram adquiridos pela Austrália. Ele preferiu nem comentar em que constavam esses livros, limitando-se a dizer que era "uma parântica completa" e um "acervo fantástico", que hoje está na Austrália pelo desinteresse do governo do Estado à época.

Confessando que tomou maior conhecimento da obra de Wladimir Kozák pela leitura da reportagem de O ESTADO, Luís Roberto Soares disse que tem interesse pessoal no caso, tendo até mantido contato com Oldemar Blas, diretor do Museu Paranaense, para assistir aos filmes feitos pelo checo. "Por imperativo cultural, o acervo deve ficar no Paraná", concluiu.



Pisa e prensagem do vinho, de Kozák.

A grande mágoa do checo

"A grande mágoa" de Wladimir Kozák, de acordo com o depoimento da professora Alivia Pilatti Balhana, seria com relação à aposentadoria compulsória a que foi submetido pela Universidade Federal do Paraná, no final da década de 60. Limitado então aos magros proventos da aposentadoria, obrigou-se a vender filmes, fotografias e artigos para museus e revistas científicas internacionais para poder viajar e produzir seus documentários.

Para a professora, o checo passou então a isolar-se. Ele magoou-se também pelo fato de que, após a aposentadoria, o setor de pesquisas da Universidade foi melhor ajuizado com verbas, tendo "ficado fora do esquema". Ela define Kozák como "culto, muito sociável, alegre, extremamente dedicado ao trabalho", afirmando que somente na velhice ele seria mais "intratável".

Já o professor Igor Chmyz considera o checo como "uma pessoa bastante difícil", mas cordial no trabalho de campo e ao receber visitas em sua casa. Trabalhando, entusiasmava-se e tornava-se brincalhão, totalmente diferente do que aparentava quando encontrado nos corredores da Universidade ou no laboratório fotográfico.

Por sinal, Kozák foi quem montou o laboratório, que hoje está transformado num centro audiovisual. Sempre entusiasmado com as "coisas do Brasil", conta a professora, Kozák não teve um período universitário longo, e seu relacionamento

gena, que se repete desde o início das grandes navegações: a extinção física e cultural, seja pelo genocídio sistemático, através do combate desigual, ou pela tutela dubia, que ora o protege, ora o escraviza.

Da presença dos xetás, restam, apenas o material coletado pela Universidade Federal, por intermédio de estudos etnológicos e linguísticos, coleta de artefatos, fotografias e gravação de sua música, durante as quatro expedições realizadas, até janeiro de 58. Chegou-se a mobilizar-se, ainda, remanescentes dos xetás, cuja tribo, supõe-se, é originária das florestas de Mato Grosso. Teve-se, com o apoio da União Internacional das Ciências Antropológicas e Etnológicas, da Associação Brasileira de Antropologia e do Congresso Internacional de Americanistas, que o governo federal e estadual atravessaram mecanismos de proteção aos xetás, como a criação de uma reserva florestal na área, mas foi tudo em vão.

CONTATOS INICIAIS

Os primeiros indícios da presença dos xetás aconteceram em 49, logo depois que empresários de origem nipônica tentaram a divisão da área em glebas e comercializá-la, para exploração de atividades agropecuárias. Logo notícias sobre a existência de índios "selvagens" correram todo o Paraná. Diante do acesso difícil, à Serra dos Dourados, pelo acentuado relevo, altos divisores de água e a floresta quase impenetrável, passaram-se três anos sem que se pudesse comprovar a veracidade da presença indígena.

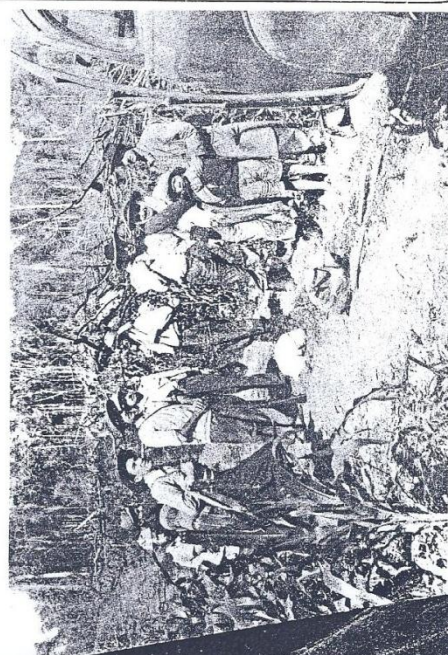
Finalmente, em 1952, colonizadores conseguiram apanhar um pequeno índio, com cerca de 10 anos de idade, entregue depois à Seção Inspeção do Serviço de Proteção ao Índio, em Curitiba. Meses depois, outro jovem índio, aprisionado na mata, quando colhia, na copa de uma árvore, frutos silvestres, também seguiu para Curitiba, onde é

diminui a oferta de carne na floresta. A derrubada das árvores e os incêndios para preparo do solo, extinguiu as frutas e outra boa parte da alimentação dos indígenas. Finalmente ocorreu as fortíssimas geadas de 1953 e 1955 que levam a situação para um estágio crítico. Assolados pela fome, os xetás não têm escolha, superam todo seu medo e penetram na fazenda Santa Rosa, para obterem a medula da palmeira. Bem recebidos pelo administrador, Antonio Lustrosa de Freitas, se abastecem e retornam à mata, mas periodicamente voltam à fazenda.

Em outubro de 1955, José Loureiro e mais alguns companheiros realizam a primeira expedição, encontrando oito acampamentos. "Podemos assim comprovar que se tratava de um grupo mantendo-se em estado de cultura primitiva, segregado naquela área da floresta tropical, o qual devia viver em plena cultura lítica, pois em todos os acampamentos visitados e estudados, não nos foi dado encontrar qualquer elemento que revelasse contatos com os agrupamentos humanos da civilização brasileira existentes nas regiões circunvizinhas", descreve o chefe da expedição.

VIDA RÚSTICA

Seminômades, os xetás erram pelas matas à procura dos produtos naturais necessários à sua vida, pois constituem um grupo étnico coletor e caçador, e era extremamente difícil encontrá-los. O grupo localizado pela expedição é constituído por apenas 60 pessoas, mas as informações conseguidas são extremamente ricas e detalhadas. Os etnólogos e antropólogos conhecem o cotidiano da vida rústica dos xetás. Todos seus recursos alimentares provêm da floresta, e as mulheres, em média com 1,40 metro de altura e sempre nuas, se dedicam especialmente às atividades da coleta dos elementos vegetais. Os homens, nesta ocupação, restringem-se apenas à procura



A 1ª expedição, chefiada por José Loureiro.

movimento giratório simples, no qual a peça vertical de madeira gira entre as palmas das mãos, um processo laborioso e que frequentemente exige, por alguns minutos, o esforço conjunto de dois homens", registrou José Loureiro. Apesar da água cristalina em abundância, os xetás consumiam diariamente erva-mate, cujas folhas após secas e socadas num pilão, eram misturadas na água fria.

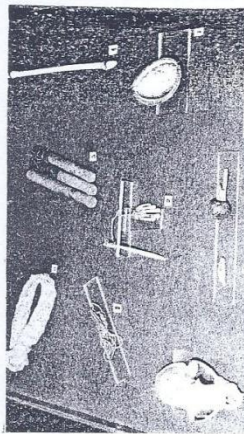
Habitavam cabanas circulares (tapuy), feitas de galhos e cobertas com folhas de palmeira, e como a busca de alimentos exigia deslocamento constante no interior da floresta, mantinham vários acampamentos na selva, distantes na maioria cinco quilômetros um do outro. Confeccionavam cestas e esteiras para dormir com folhas das palmeiras que proliferam na floresta. Como não conheciam a técnica da cerâmica nem da impermeabilização dos cestos, eram pobres em recí-

manifetação artística "merce uma referência inicial a habilidade que tem de produzir com notável realismo, formas de animais, modelando-os na cerca escura que recortam das colinas das abelhas silvestres da região". No entanto, tudo isto foi destruído pela raça branca. A ganância do homem "civilizado" acabou com a floresta, com os animais e com a flora. Surgiram as cidades, instalaram-se inúmeras plantações principalmente de café e a maioria dos xetás fugiu, embrenhando-se na selva que ainda restara. Os que permaneceram, sem dispor das fontes naturais alimentares, acabaram contratados pelos colonizadores para trabalharem nas fazendas em troca de comida, abrigo e roupas. Influenciados pelos brancos, descaracterizaram-se desligando-se totalmente de sua cultura e padrões de vida nativos, muitos morreram, vitimados pelas doenças trazidas pelos desbravadores, como a tuberculose.

Umarama resgata história

As vésperas de completar 30 anos de fundação, Umarama ativa uma campanha realmente determinada em resgatar sua memória. A preocupação é de reunir material suficientemente capaz de aturar como fonte de pesquisa, principalmente para a classe estudantil. Dentro desta meta a organização pelo projeto Antonio Loureiro, que ainda enceta a tarefa que esta oficializou o Museu de Umarama. Os xetás, então, segundo importante neste trabalho, segundo adianta a professora Arnelinda Michelan, chefe da Divisão Municipal de Cultura, organizadora do projeto e que já colheu um precioso e volumoso acervo sobre a presença dos xetás na Serra dos Dourados.

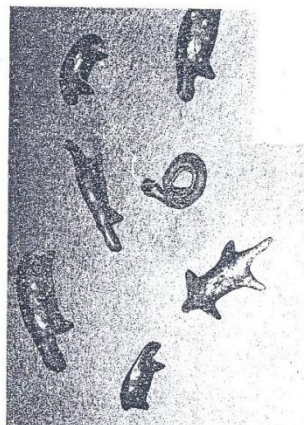
Na Universidade do Paraná, no Museu de Arte e no Museu de Piratininga, foram recolhidos os dados do professor José Loureiro durante as expedições, além de inúmeras outras publicações sobre os xetás.



Artefatos da tribo Xetá.

com as vezes dos Xetás entrando suas canções e filmes mudos das expedições. O mais difícil está sendo a obtenção de alguns contrários pelos Xetás, que assim que foram encontrados, algumas peças que encontraram, serão cedidas ao acervo municipal, ucrédita Arnelinda.

Numa das salas do Museu Piratininga, por exemplo, encontra-se uma grande variedade de objetos da tribo Xetá, recolhidos pelo explorador e etnógrafo polonês Wladimir Kozak, mas que com sua morte e a ausência de seus filhos, acabaram há 7 anos na mão de um colecionador que não queria a obra que era tão importante para a história da tribo. Tudo isto — conclui Arnelinda — que este material extremamente importante contribuir em muito nesto projeto que Umarama está realizando, mas tudo indica que um acervo importante continuará sendo público, trazendo muita luz para



Alt
NDROS
A-3-XETA

Gazeta do Povo.
12-06-07.

CULTURA ■ ÍNDIO ERA O QUE MELHOR DOMINAVA A LÍNGUA

Idioma xetá quase morre com Tuca

O ÍNDIO TUCANAMBÁ JOSÉ PARANÁ, DE 61 ANOS, O TUCA, UM DOS ÚLTIMOS REPRESENTANTES DA ETNIA XETÁ, morreu ontem em Curitiba, onde estava internado no Hospital Evangélico. Vítima de derrame cerebral, ele foi hospitalizado há cerca de um mês. Seu quadro de saúde teve agravamento na última quinta-feira por conta de um aneurisma, e ele foi internado na Unidade de Terapia Intensiva (UTI). O corpo de Tuca será sepultado hoje, na Reserva Indígena de Mangueirinha, no Sudoeste do Paraná.

Além de Tuca, somente mais duas pessoas dominam o idioma xetá: o primo Kuen Inhaiucan, de 69 anos, que vive no Rio das Pedras, em Laranjeiras do Sul, mas está muito doente, e Aã Mokô, ou Maria Rosa Aã Xetá, moradora de uma aldeia em Marrecas dos Índios, distrito de Turvo, em Guarapuava, que fala um pouco melhor, mas não gosta de se comunicar. Ao todo existem



Tuca: preocupação com a preservação das tradições.

vivos oito xetás e 91 descendentes (três de Tuca).

"O melhor da história e da língua xetá morreu ontem", lamentou o assessor especial para assuntos indígenas do governo do estado e amigo pessoal de Tuca, Edívio Batistelli.

Em depoimento dado em 1999 para um grupo de trabalho, Tuca já manifestava a preocupação com a cultura xetá. "Temos que falar nossa língua, não podemos perder."

Os xetás foram a última etnia do Paraná a entrar em contato com a sociedade. Na década de 40, frentes de colonização invadiram o seu território, reduzindo-o drasticamente. Tuca foi encontrado por indigenistas e agricultores brancos catando frutas no alto de uma árvore, em meados da década de 50, na Serra dos Dourados, na região de Umua-rama.

Ele foi criado por brancos, atuou como intérprete e elo entre os xetás que continuavam no mato. Mas as doenças trazidas pelos brancos, a violência dos colonizadores e o choque cultural aos poucos foram reduzindo o número de integrantes da etnia até que se chegasse à situação atual.

■ ALINE PERES

AH.
JOIASA-
N2125 XETÁ

PARANA | ÍNDIOS 03/06/2007 - 13h54

Doença de Tuca ameaça o futuro dos xetás

Um dos últimos remanescentes da tribo sofre derrame cerebral

por GUILHERME VOITCH

Henry Milleo/Gazeta do Povo



Tuca (à esquerda), fotografado em fevereiro de 2005: principal liderança xetá na luta

Tucanambá José Paraná, 61 anos, é um mediador. É assim desde que ele foi encontrado por indigenistas e agricultores brancos catando frutas no alto de uma árvore, em meados da década de 50, na Serra dos Dourados, na região de Umuarama. Tuca é um xetá, povo indígena com características próprias que habitou o Noroeste paranaense até metade do século 20. A colonização na região foi fatal para os xetás. Tuca, criado por brancos, funcionou como intérprete e elo entre os xetás que continuavam no mato. Junto a expedições de indigenistas, tentou ajudar os parentes que permaneciam na Serra dos Dourados. As doenças trazidas pelos brancos, a violência na ocupação das terras e o choque cultural impediram o êxito da empreitada. "Não consegui poupar minha gente", disse Tuca, em entrevista publicada pela Gazeta em março

de 2005.

Os poucos remanescentes xetás se dispersaram, mas não abandonaram o projeto de voltar a viver juntos. Um projeto de reagrupamento do povo xetá repousa nos arquivos da Funai desde 2005. Até terça-feira da semana passada, Tuca funcionava como a principal liderança xetá na luta por sua terra. Um derrame cerebral, porém, levou Tuca para o Hospital Evangélico, em Curitiba. Segundo informações médicas, o estado de Tuca é muito grave e ele corre risco de morte.

Há cerca de um ano, Tikuein Xetá, primo de Tuca, morreu no município de São Jerônimo da Serra, perto de Londrina. Tikuein, Tuca e o primo Kuen eram os únicos entre os então oito remanescentes xetás que dominavam com precisão o idioma. "A situação de saúde do Kuein também é muito ruim, ele está numa idade avançada. Por isso esse problema com o Tuca é muito ruim para os xetás, já que o Tuca era figura de liderança que eles tinham", diz o assessor especial para assuntos indígenas do governo estado e amigo pessoal de Tuca, Edívio Batistelli.

Para ele, a impossibilidade do reagrupamento xetá está se tornando uma verdade, reflexo do desmonte ao qual teria sido submetido a Funai. "A estrutura institucional da Funai vem sendo desmontada desde 1992. Faltam técnicos, recursos, capacidade de ação. A proposta de compra para a terra xetá está lá desde 2005 e até agora nada ocorreu."

Tuca veio a Curitiba visitar as duas filhas que vivem na reserva ecológica do Cambuí, na divisa entre Curitiba e São José dos Pinhais. Ele mora na reserva indígena Rio das Pedras, em Nova Laranjeiras, ao lado do primo Kuein.

<http://canais.ondarpc.com.br/gazetadopovo/imprensa/parana/conteudo.php?id=666463>

três falam a língua nativa.

Alexandre Horner

minha que o estado de reagrupamento da tribo é viável. (AH)

ninguém para representar o povo", prevê ela. "A Funai nunca se importou com a gente", completa. (AH)

Maria Rosa e o neto: preo

Estudo retrata a tragédia

Extermínio foi resultado do descaso e de ações desumanas

CURITIBA

A história do povo xetá ao longo deste século é marcada por ações desumanas, descaso por parte do estado e má interpretação da questão indígena. A constatação fica evidente nos relatos da antropóloga Carmen da Silva, autora da tese de mestrado "Sobreviventes do Extermínio: uma Etnografia das Narrativas e Lembranças da Sociedade Xetá", defendida em 1998 pela Universidade Federal de Santa Catarina.

A pesquisadora mapeou a trajetória dos xetás desde as primeiras notícias que se tem dessa sociedade, na segunda metade da década de 40, quando dados oficiais apontavam para 250 índios do grupo xetá. "Eles dizem que eram pelo menos 450", diz a antropóloga que elaborou a pesquisa por meio de depoimentos dos sobreviventes. Hoje, são apenas oito xetás "puros" e 54 descendentes, filhos e netos de casamentos interétnicos.

Primeiros contatos

O contato entre xetás e o homem branco foi simultâneo ao processo de colonização do Noroeste em função do cultivo do café e da criação de gado. Até os anos 40, haviam apenas vestígios desse povo na região. Em 1952, uma expedição do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) — precursor da Fundação Nacional do Índio, criada em 1967 — capturou um pequeno xetá que foi trazido para Curitiba e criado por um inspetor do SPI. No mesmo ano, outro indiozinho foi tirado do grupo.

Tucanamba (Anambu-Guaka, na língua xetá), que vive ainda hoje, foi o agente dos contatos entre brancos e índios nos anos seguintes. "O



Arquivo Biblioteca de Umuarama

Mulher e criança xetás na década de 50: fim melancólico.

contato dos xetás com os brancos deu-se de forma intensa, sem a proteção do estado, que não implementou qualquer ação que visasse a defesa dos direitos territoriais do grupo".

Os próprios xetás cometeriam um erro preponderante para a eliminação de seu povo. Em 1954, um núcleo familiar — cerca de 20 pessoas entre adultos, crianças e idosos — buscou a aproximação com os moradores da fazenda Santa Rosa, em Douradina. "Em 64, nenhum membro desse grupo existia mais", conta Carmem.

Extermínio

Para a pesquisadora, são vários os fatores que contribuíram para a

quase dizimação dos xetás: a perda do território, a chegada de doenças para as quais os índios não tinham imunidade, roubos de crianças, estupro e até matanças indiscriminadas. Há suspeitas de que as companhias colonizadoras chegaram ao ponto de despejar índios em regiões desconhecidas.

Apesar dos sobreviventes estarem totalmente enquadrados na sociedade urbana — eles sobrevivem como funcionários públicos, empregadas domésticas e até trabalhadores volantes —, de acordo com Carmem, os xetás ainda detêm a memória do passado. "Eles mantêm a noção de pertencer ao grupo".

Danielle Soares Brito

Funai estuda reagrupamento da comunidade

O administrador-executivo regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), Gilberto Nogueira, admite o descaso ao longo dos anos em relação ao povo xetá. Segundo ele, atualmente estão em curso os estudos sobre o reagrupamento dessa comunidade indígena. "Há um interesse em se conseguir um pedaço de terra para esse povo".

Um relatório dando conta das

necessidades e da viabilidade do processo deve ser entregue ainda este ano para a diretoria da Funai, em Brasília. Conforme Nogueira, os próprios índios indicariam o local para se estabelecer.

A antropóloga Carmen da Silva, que defendeu uma tese de mestrado sobre a quase dizimação dos xetás, afirma que os índios tem pleno conhecimento de como deve ser o seu

destino. "É possível retomar a vida em sociedade mas a partir de parâmetros que eles mesmos vão definir", avalia.

Por conta de sua pesquisa, Carmem foi a agente de um encontro entre os últimos xetás, em 1997. Para ela, apesar de tantos anos de afastamento, nada impede que eles voltem a transmitir os conhecimentos de seu povo aos seus descendentes. (DSB)

ANEXO E - Instrução normativa da FUNAI para fins de aposentadoria e Lista de Declarações reconhecimento de etnia de Tiguá.
Da página 184 a 193.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 45/INSS PRES, 06 DE AGOSTO DE 2010.

<i>CERTIDÃO DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE RURAL</i>			
I – DADOS DO SEGURADO			
1. Nome: Rosangela da Silva Pirai		2. Nome Indígena ou Apelido:	
3. Estado Civil: Solteira		4 – Nome Do Cônjuge:	
5. TRIBO: Guarani			
6. Pontos de referência do local onde exerceu atividade rural: Sede da Terra Indígena São Jerônimo			
7 – Data de Nascimento: 28.11.1983	8 – Naturalidade: São Jerônimo da Serra/PR		9 – Nacionalidade: Brasileira
10 – Filiação: Pai Quirino da Silva Pirai		Mãe: Rosa da Silva Pirai	
11 – Identidade: 10.748.605-4	12 – Órgão Emissor: SSP-PR	13 – Data: 12/04/2006	14 – CPF: 072.930.679-84
15 – Residência (Área Indígena): Terra Indígena São Jerônimo			
16: Cidade: São Jerônimo da Serra/PR			
17: Pontos de referência do endereço do trabalhador Sítio do Sr. Antonio Ponce			
II – DADOS RELACIONADOS AO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE			
18. O indígena acima identificado exerce ou exerceu atividade rural, produzindo: (x) Em regime e de economia familiar () Individualmente			
19. NOME DA ALDEIA: (LOCAL DE TRABALHO): Terra Indígena São Jerônimo		20. PERÍODOS: De 2004 a 2010	21. CATEGORIA: Segurado Especial
III – INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE EXERCIDA			
22. Atividade desenvolvida pelo trabalhador (pesca; extrativismo; agricultura, pecuária) Plantação de lavouras de subsistência.			
23. Forma que as atividades são ou foram desenvolvidas: Regime de economia familiar.			

24. Produtos cultivados, extraídas ou capturados pelo trabalhador e o fim a se destina: Milho, feijão, arroz, mandioca para o sustento familiar.
25. Registros que atestam que o trabalhador exerceu atividade rural. Tutela Indígena - A FUNAI reconhece que culturalmente os habitantes das Terá Indígenas sobrevivem do plantio de pequenas lavouras, caças, pescas e coletas.
IV – OUTRAS INFORMAÇÕES RELACIONADAS AO TRABALHADOR
26-OUTRAS INFORMAÇÕES RELACIONADAS AO TRABALHADOR: (Ex.Atividades urbanas)
<i>V – DADOS DO REPRESENTANTE DA FUNAI</i>
<i>V – DADOS DO REPRESENTANTE DA FUNAI</i> 27 - Eu, Gilmar Ferreira da Silva 28 – Cargo/Função Administrativa:.Servidor da Funai .29 – Matrícula 444472 31 – Cargo/Função do Representante na Organização da tribo (Pajé/Cacique) 32 – CPF: 161.455.261-49 33 – R.G. Nº 231.457 – Órgão. Emissor. SSP MT. - 35 – 14/04/1982 36 – Endereço: Av. Pedro Ferreira da Costa n 212 - 37 - Cidade São Jerônimo da Serra - 38 – Paraná Certifico que as informações contidas neste documento são verdadeiras e estou ciente que qualquer declaração falsa implica nas penalidades prevista no art. 299 do Código Penal. 39 – DATA 08/09/2011 - 40 – ASSINATURA: Gilmar Ferreira da Silva Matrícula nº 444472

DECLARAÇÃO

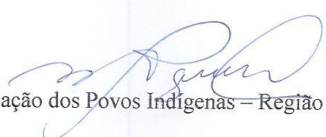
Eu, Augusto da Silva, RG: 50703739-0, declaro para os devidos fins que conheço Maria Rosa Brasil Tiguá, RG: 4017.220-3, como indígena pertencente a etnia Xetá, de seus genitores Adiaturã e Nhatie, identificando-se a mesma como indígena, reconheço ainda, na figura de Tiguá liderança em relação ao grupo XETÁ REMANESCENTE.

Augusto da Silva
CAIK – Conselho de Articulação Indígena Kaingang

Matinhos, 16 de setembro de 2011.

DECLARAÇÃO

Eu, Marciano Rodrigues, RG: 7174966-5, declaro para os devidos fins que conheço Maria Rosa Brasil Tiguá, RG: 4017.220-3, como indígena pertencente a etnia Xetá, de seus genitores Adiaturã e Nhatie, identificando-se a mesma como indígena, reconheço ainda, na figura de Tiguá liderança em relação ao grupo XETÁ REMANESCENTE.



Articulação dos Povos Indígenas – Região Sul.

Matinhos, 16 de setembro de 2011.

DECLARAÇÃO

Eu, Jovina Renh-gá, RG: 8.896036-0, declaro para os devidos fins que conheço Maria Rosa Brasil Tiguá, RG: 4017.220-3, como indígena pertencente a etnia Xetá, de seus genitores Adiaturã e Nhatie, identificando-se a mesma como indígena, reconheço ainda, na figura de Tiguá liderança em relação ao grupo XETÁ REMANESCENTE.

Jovina Renh-gá D. de Oliveira

Vice-presidente do Conselho Nacional de Mulheres Indígenas da Região Sul

Matinhos, 16 de setembro de 2011.

DECLARAÇÃO

Eu, Elói Jacyntho, RG: 8821611-3, declaro para os devidos fins que conheço Maria Rosa Brasil Tiguá, RG: 4017.220-3, como indígena pertencente a etnia Xetá, de seus genitores Adiaturã e Nhatie, identificando-se a mesma como indígena, reconheço ainda, na figura de Tiguá liderança em relação ao grupo XETÁ REMANESCENTE.


Presidente do Conselho Indígena Estadual do Paraná..

Matinhos, 16 de setembro de 2011.

 Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história - UEM	PROGRAMA INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS DE POPULAÇÕES Laboratório de Arqueologia Etnologia e Etno-história UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ Av. Colombo, 5790, Bloco G-45, CEP 87020-900 – Maringá – PR Fone 044 30114670 www.uem.br/laee – lab-laee@uem.br
--	--

Ofício nº. 142/2011-LAEE

Maringá, 25 de outubro de 2011.

ASSUNTO: Declaração Reconhecimento de Etnia.

Vimos pelo presente, solicitar a Funai, declaração de reconhecimento de Etnia a Maria Rosa Brasil Tiguá, como pertencente à etnia XETÁ REMANESCENTE, com objetivo de anexar ao processo de aposentadoria já iniciado junto a DEFENSORIA PÚBLICA do município de Umuarama PR.

Conforme solicitado, enviamos em anexo as declarações de caciques e lideranças indígenas, reconhecendo a mesma como indígena pertencente à etnia XETÁ.

Atenciosamente,



Profª. Drª Rosângela Célia Faustino
Coordenadora do LAEE

Sr. Pedro Possamai.
Chefe Regional da Funai
Chapecó - SC

Maringá, 27 de setembro de 2011

DECLARAÇÃO

Eu, Belarmina Luiz Paraná, RG: 3.043.729-2, ex mulher de Tucamambá José Paraná da etnia Xetá, declaro para os devidos fins que conheço Maria Rosa Brasil Tigua, RG: 4017.220-3, como indígena pertencente à etnia Xetá, de seus genitores Adiatuã e Nhatie, identificando-se a mesma como indígena, reconheço ainda, na figura de Tigua liderança em relação ao grupo XETÁ REMANESCENTE.

Atenciosamente

Belarmina Luiz Paraná

Terra Indígena Mangueirinha
Município de Mangueirinha.

Maringá, 27 de setembro de 2011

DECLARAÇÃO

Eu, Adilson Guimarães Cordeiro, RG: 8973.157-7 declaro para os devidos fins que conheço Maria Rosa Brasil Tiguá, RG: 4017.220-3, como indígena pertencente a etnia Xetá, de seus genitores Adiatuã e Nhatie, identificando-se a mesma como indígena, reconheço ainda, na figura de Tiguá liderança em relação ao grupo XETÁ REMANESCENTE.

Atenciosamente


Cacique Guarani da T.I. São Jerônimo
Município de São Jerônimo da Serra.

Maringá, 27 de setembro de 2011

DECLARAÇÃO

Eu, João Candido da Silva, RG: 8.063.717-9 declaro para os devidos fins que conheço Maria Rosa Brasil Tiguá, RG: 4017.220-3, como indígena pertencente a etnia Xetá, de seus genitores Adiatuã e Nhatie, identificando-se a mesma como indígena, reconheço ainda, na figura de Tiguá liderança em relação ao grupo XETÁ REMANESCENTE.

Atenciosamente



Cacique Kaingang da T.I. São Jerônimo
Município de São Jerônimo da Serra.

ANEXO F – Lista de e mails enviados e recebidos no processo de articulação política e investigação. Da página 194 a 204.

RE: Confirmação de Viagem a Umuarama para levar Tiguá para fazer o convite ao MPF para IX Semana da Criança Cidadã...

De: Maria Angelita (maria.angelita@live.com)
Enviada: segunda-feira, 15 de agosto de 2011 17:04:59
Para: Luciana Antropóloga MP (lucianam@prpr.mpf.gov.br); rfazevedo@mp.pr.gov.br (rfazevedo@mp.pr.gov.br)

Re: Conferência Internacional dos Povos Indígenas sobre o desenvolvimento sustentável e a autodeterminação

Evento organizado pelo Comitê de Coordenação Global dos Povos Indígenas para a Rio+20

De: Maria Angelita (maria.angelita@live.com)
Enviada: sexta-feira, em 15/06/2012 às 16:10 horas,
Para: jadder.lewis@me.com, adrianas@iiwf.org ou joel.cerda@iiwf.org

Re: Irmãos e Irmãs da Cúpula dos Povos e Rio + 20!

De: Maria Angelita (maria.angelita@live.com)
Enviada: quarta-feira, 20 de junho de 2012 18:08:23
Para: yapori@gmail.com; tiagooliveira1985@live.com; ascom@apib.org.br; belarminaxeta@hotmail.com; powless@gmail.com; Marcelo Barroso (marcbarroso@gmail.com); Redy Wilson (redywilson@hotmail.com); robertson O Rio (rfazevedo@mp.pr.gov.br); Prof. Rosangela UEM (rofaustino@terra.com.br); Luciana Antropóloga MP (lucianam@prpr.mpf.gov.br); Luciana Antropóloga MP (luciaanam@prpr.mpf.gov.br); Lucio Mota (ltmota@terra.com.br); Verônica Müller (veremuller@gmail.com); Wagner de Maristela (firstjohnreed1@hotmail.com); Maristela Lindona (mariahmel@hotmail.com); Dr. Akira MPF (gab-jakiraomoto@prpr.mpf.gov.br); MPF Umuarama Dr. Robson (mpf-umuarama@prpr.mpf.gov.br); Dr. Robson MPF (mpfumuarama@prpr.mpf.gov.br); Dr. Robson Umuarama MPF. (mpf.umuarama@prpr.mpf.gov.br); taniarossetto@yahoo.com.br; Tania Rossetto (taniarossetto@yahoo.com.br)

- RE: VISITA DE BEN POWLESS, ATIVISTA INDÍGENA E DO MEIO AMBIENTE

De: Ben Powless (powless@gmail.com) Este remetente está na [lista de contatos](#).
 Enviada: segunda-feira, 25 de junho de 2012 19:02:05
 Para: Maria Angelita (maria.angelita@live.com)

- RE: Viagem dos Xetá: Movimento Pró Ivaí Piquiri 07/07/2012

De: Maria Angelita (maria.angelita@live.com)
 Enviada: terça-feira, 26 de junho de 2012 02:19:03
 Para: rofaustino@terra.com.br

- RE: Cronograma de visita de Ben Powless.

Maria Angelita (maria.angelita@live.com)
 25/06/2012

Para: Ben Canadá, Hilda Carr, Hilda Carr, Paulo Tulha, Wagner de Maristela, Maristela Lindona, Verônica Müller, Susana mãe da Natália!, robertson O Rio, Marcelo PCA, Paula Marçal, renata souza, Projeto Brincadeiras, Prof. Rosangela UEM, Tulha Uem, Lucio Mota, patricia.cruzelino@hotmail.com, Laila Mariana, cássia furlan, carstentmz@hotmail.com

- RE: Day 11 of Belo Monte Occupation / 11º dia de ocupação em Belo Monte

- From: powless@gmail.com
 Date: Mon, 25 Jun 2012 13:20:49 -0300
 Subject: Re: Maringá
 To: maria.angelita@live.com

RE: Viagem de representante Xetá para Movimento Pró Ivaí Piquiri

Em 25/07/2012 às 06:46 horas, "Maria Angelita" <maria.angelita@live.com> escreveu:
 Bom dia Zé Newton!

RE: Rede Xetá

De: Robertson Fonseca de Azevedo (rfazevedo@mp.pr.gov.br) Este remetente está na lista de contatos.

Enviada: segunda-feira, 30 de julho de 2012 19:27:12

Para: estag9-1ofumu@prpr.mpf.gov.br; marilzad (marilzad@hotmail.com); Felomena Sandri (mfelomena@hotmail.com); Maria Angelita Angelita (maria.angelita@live.com); samira LONARDONI (samiralonardoni@hotmail.com); Izabel Maria Gouveia Benvenutti (izabelbenvenutti@mp.pr.gov.br); lucianam (lucianam@prpr.mpf.gov.br)

RE: Rede Xetá

De: Maria Angelita (maria.angelita@live.com)

Enviada: segunda-feira, 30 de julho de 2012 23:42:58

Para: robertson O Rio (rfazevedo@mp.pr.gov.br); estag9-1ofumu@prpr.mpf.gov.br; marilzad@hotmail.com; mfelomena@hotmail.com; samiralonardoni@hotmail.com; izabelbenvenutti@mp.pr.gov.br; Luciana Antropóloga MP (lucianam@prpr.mpf.gov.br); Verônica Müller (veremuller@gmail.com)

RE: Rede Xetá

De: Natanne Oliva Roman Miiler (estag9-1ofumu@prpr.mpf.gov.br) Este remetente está na lista de contatos.

Enviada: terça-feira, 31 de julho de 2012 18:40:34

Para: marilzad (marilzad@hotmail.com); Felomena Sandri (mfelomena@hotmail.com); samira LONARDONI (samiralonardoni@hotmail.com); Maria Angelita Angelita (maria.angelita@live.com); Izabel Maria Gouveia Benvenutti (izabelbenvenutti@mp.pr.gov.br); Robertson Fonseca de Azevedo (rfazevedo@mp.pr.gov.br); Luciana Maria de Moura Ramos (lucianam@prpr.mpf.gov.br)

Cc: Fernando Dantas (antonio.de.c@hotmail.com)

RE: Rede Xetá

De: Natanne Oliva Roman Miiler (estag9-1ofumu@prpr.mpf.gov.br) Este remetente está na lista de contatos.

Enviada: quarta-feira, 1 de agosto de 2012 19:08:44

Para: marilzad (marilzad@hotmail.com); Felomena Sandri (mfelomena@hotmail.com); samira LONARDONI (samiralonardoni@hotmail.com); Maria Angelita Angelita (maria.angelita@live.com); Izabel Maria Gouveia Benvenutti (izabelbenvenutti@mp.pr.gov.br); Robertson Fonseca de Azevedo (rfazevedo@mp.pr.gov.br); Luciana Maria de Moura Ramos (lucianam@prpr.mpf.gov.br)

RE: Rede Xetá

De: Zé Nilton Lima (zeniltonsjs@hotmail.com) Este remetente está na lista de contatos.

Enviada: quinta-feira, 23 de agosto de 2012 17:50:19

Para: maria.angelita@live.com

RE: Rede Xetá

From: maria.angelita@live.com

To: alairgp@gmail.com; zeniltonsjs@hotmail.com; rfazevedo@mp.pr.gov.br; belarminaxeta@hotmail.com; powless@gmail.com

Subject: Viagem

Date: Wed, 25 Jul 2012 11:46:28 +0200

RE: Aposentadoria da Tiguá e Grupo de trabalho

De: Natanne Oliva Roman Miiler (estag9-1ofumu@prpr.mpf.gov.br) Este remetente está na lista de contatos.

Enviada: quinta-feira, 2 de agosto de 2012 18:49:21

Para: maria.angelita@live.com

RE: Aposentadoria da Tiguá e Grupo de trabalho

De: Maria Angelita (maria.angelita@live.com)

Enviada: quinta-feira, 2 de agosto de 2012 18:53:22

Para: estag9-1ofumu@prpr.mpf.gov.br (estag9-1ofumu@prpr.mpf.gov.br)

RE: Xetás e Grupo de Trabalho: adiamento da reunião dia 10/08/2012 que havia sido solicitada pelo Dr. Robson

De: Natanne Oliva Roman Miiler (estag9-1ofumu@prpr.mpf.gov.br) Este remetente está na lista de contatos.

Enviada: quinta-feira, 9 de agosto de 2012 22:19:08

Para: Maria Angelita (maria.angelita@live.com)

RE: Ofício referente aos Xetás e ao Grupo de Trabalho.

De: Natanne Oliva Roman Miiler (estag9-1ofumu@prpr.mpf.gov.br) Este remetente está na lista de contatos.

Enviada: sexta-feira, 24 de agosto de 2012 18:18:42

Para: Maria Angelita (maria.angelita@live.com)

RE: Xetás e Grupo de Trabalho.

De: Robson Martins (robsonm@prpr.mpf.gov.br) Este remetente está na lista de contatos.

Enviada: quinta-feira, 20 de setembro de 2012 21:43:34

Para: Maria Angelita (maria.angelita@live.com)

RE: Resposta a solicitação de eventuais trabalhos/materiais sobre indígenas Xetá e agendamento de reunião em Maringá PR.

De: Maria Angelita (maria.angelita@live.com)

Enviada: quinta-feira, 20 de setembro de 2012 03:36:46

Para: robson Umuarama mpf (robsonm@prpr.mpf.gov.br)

RE: Xetás e Grupo de Trabalho e visita a São Jerônimo

De: Maria Angelita (maria.angelita@live.com)

Enviada: quinta-feira, 20 de setembro de 2012 03:44:25

Para: estag9-1ofumu@prpr.mpf.gov.br (estag9-1ofumu@prpr.mpf.gov.br)

De: Maria Angelita (maria.angelita@live.com)

Enviada: sexta-feira, 21 de setembro de 2012 17:48:08

Para: robson Umuarama mpf (robsonm@prpr.mpf.gov.br)

RE: Xetás e Grupo de Trabalho.

De: Natanne Oliva Roman Miiler (estag9-1ofumu@prpr.mpf.gov.br) Este remetente está na lista de contatos.

Enviada: terça-feira, 25 de setembro de 2012 20:41:50

Para: Maria Angelita (maria.angelita@live.com)

RE: Dr. Robson tem interesse em entrevistar os Xetá.

Natanne Oliva Roman Miiler (estag9-1ofumu@prpr.mpf.gov.br) Este remetente está na lista de contatos.

Enviada: terça-feira, 2 de outubro de 2012 19:47:15

Para: maria.angelita@live.com

RE: Xetás e Grupo de Trabalho: Pedido de mudança da data do dia 18/10 para o dia 25/10 para a visita na comunidade de São Jerônimo.

De: Natanne Oliva Roman Miiler (estag9-1ofumu@prpr.mpf.gov.br) Este remetente está na [lista de contatos](#).

Enviada: sexta-feira, 5 de outubro de 2012 20:29:15

Para: Maria Angelita (maria.angelita@live.com)

RE: Xetás e Grupo de Trabalho: Pedido de mudança da data do dia 25/10 para o dia 12,13 e 14/11 para a visita na comunidade de São Jerônimo.

De: Natanne Oliva Roman Miiler (estag9-1ofumu@prpr.mpf.gov.br) Este remetente está na [lista de contatos](#).

Enviada: quinta-feira, 11 de outubro de 2012 21:20:37

Para: Maria Angelita Angelita (maria.angelita@live.com)

RE: Xetás e Grupo de Trabalho.

De: Maria Angelita (maria.angelita@live.com)

Enviada: terça-feira, 9 de outubro de 2012 21:41:33

Para: estag9-1ofumu@prpr.mpf.gov.br (estag9-1ofumu@prpr.mpf.gov.br); robson Umuarama mpf (robsonm@prpr.mpf.gov.br); robertson O Rio (rfazevedo@mp.pr.gov.br)

RE: Xetás e Grupo de Trabalho.

De: Natanne Oliva Roman Miiler (estag9-1ofumu@prpr.mpf.gov.br) Este remetente está na [lista de contatos](#).

Enviada: segunda-feira, 15 de outubro de 2012 19:16:41

Para: Maria Angelita (maria.angelita@live.com)

RE: Xetás e Grupo de Trabalho.

Date: Mon, 15 Oct 2012 14:15:26 -0300

From: estag9-1ofumu@prpr.mpf.gov.br

To: maria.angelita@live.com

Subject: RE: Procuradoria da República -Ofício 829

RE: Xetás e Grupo de Trabalho: visita na comunidade de São Jerônimo para o dia 12 à 14 de novembro

De: Natanne Oliva Roman Miiler (estag9-1ofumu@prpr.mpf.gov.br) Este remetente está na [lista de contatos](#).

Enviada: quinta-feira, 18 de outubro de 2012 22:02:36

Para: Maria Angelita Angelita (maria.angelita@live.com)

RE: Xetás e Grupo de Trabalho: resposta ao ofício 829/2012-MPF/UMR quanto o convite.

De: Maria Angelita (maria.angelita@live.com)

Enviada: segunda-feira, 22 de outubro de 2012 19:04:56

Para: MPF Umuarama Dr. Robson (mpf-umuarama@prpr.mpf.gov.br); estag9-1ofumu@prpr.mpf.gov.br (estag9-1ofumu@prpr.mpf.gov.br); robertson O Rio (rfazevedo@mp.pr.gov.br)

RE: Xetás e Grupo de Trabalho: enviei hoje por sedex a cópia do Ofício 829/2012- MPF/UMR com o protocolo de recebimento

De: Maria Angelita (maria.angelita@live.com)

Enviada: sexta-feira, 26 de outubro de 2012 21:35:40

Para: estag9-1ofumu@prpr.mpf.gov.br (estag9-1ofumu@prpr.mpf.gov.br); robson Umuarama mpf (robsonm@prpr.mpf.gov.br)

RE: Xetás e Grupo de Trabalho: a viagem para São Jerônimo que ocorrerá em data do dia 12 à 14 de novembro, já foi enviado um convite pra você

De: Natanne Oliva Roman Miiler (estag9-1ofumu@prpr.mpf.gov.br) Este remetente está na lista de contatos.

Enviada: quarta-feira, 31 de outubro de 2012 18:00:52

Para: Maria Angelita (maria.angelita@live.com)

RE: Xetás e Grupo de Trabalho: Estou enviando via correio o protocolo do ofício Nº 1007/2012 - MPF/ UMF do dia 23 de outubro de 2012

De: Maria Angelita (maria.angelita@live.com)

Enviada: quinta-feira, 8 de novembro de 2012 15:40:39

Para: estag9-1ofumu@prpr.mpf.gov.br (estag9-1ofumu@prpr.mpf.gov.br)

De: Maria Angelita (maria.angelita@live.com)

Enviada: sexta-feira, 16 de novembro de 2012 16:21:00

Para: robson Umuarama mpf (robsonm@prpr.mpf.gov.br)

RE: Xetás e Grupo de Trabalho

De: Maria Angelita (maria.angelita@live.com)

Enviada: sexta-feira, 16 de novembro de 2012 16:21:00

Para: robson Umuarama mpf (robsonm@prpr.mpf.gov.br)

De: Robson Martins (robsonm@prpr.mpf.gov.br) Este remetente está na [lista de contatos](#).

Enviada: sexta-feira, 16 de novembro de 2012 22:17:53

Para: Maria Angelita (maria.angelita@live.com)

RE: Xetás e Grupo de Trabalho: MPF-UMUARAMA - REUNIÃO ÍNDIOS XETÁ - SÃO JERONIMO DA SERRA 11/12/2012

Date: Mon, 19 Nov 2012 13:27:15 -0200

From: marcelasartori@prpr.mpf.gov.br

To: maria.angelita@live.com

Subject: MPF-UMUARAMA - REUNIÃO ÍNDIOS XETÁ - SÃO JERONIMO DA SERRA

RE: Xetás e Grupo de Trabalho: agendamento de conversa no PCA 28/11/2012

De: Robson Martins (robsonm@prpr.mpf.gov.br) Este remetente está na [lista de contatos](#).

Enviada: quarta-feira, 21 de novembro de 2012 00:17:07

Para: maria.angelita@live.com

De: Maria Angelita (maria.angelita@live.com)

Enviada: terça-feira, 20 de novembro de 2012 01:35:17

Para: robson Umuarama mpf (robsonm@prpr.mpf.gov.br)

RE: Xetás e Grupo de Trabalho: confirmação de conversa no PCA 28/11/2012

De: Maria Angelita (maria.angelita@live.com)

Enviada: quarta-feira, 21 de novembro de 2012 02:15:02

Para: robson Umuarama mpf (robsonm@prpr.mpf.gov.br)

De: Robson Martins (robsonm@prpr.mpf.gov.br) Este remetente está na [lista de contatos](#).

Enviada: quinta-feira, 22 de novembro de 2012 02:15:20

Para: maria.angelita@live.com

De: Marcela Sartori (marcelasartori@prpr.mpf.gov.br) Este remetente está na [lista de contatos](#).

Enviada: quarta-feira, 21 de novembro de 2012 16:28:44

Para: maria.angelita@live.com

De: Robson Martins (robsonm@prpr.mpf.gov.br) Este remetente está na [lista de contatos](#).

Enviada: quinta-feira, 22 de novembro de 2012 02:15:20

Para: maria.angelita@live.com

De: Maria Angelita (maria.angelita@live.com)

Enviada: terça-feira, 27 de novembro de 2012 20:53:29

Para: robson Umuarama mpf (robsonm@prpr.mpf.gov.br)

RE: Xetás e Grupo de Trabalho: equívoco do Dr. Robson com a data da reunião estava marcada para quarta feira às 16h,. para reunião com a Veronica Muller no PCA/UEM.

De: Robson Martins (robsonm@prpr.mpf.gov.br) Este remetente está na [lista de contatos](#).

Enviada: quarta-feira, 28 de novembro de 2012 20:39:00

Para: Maria Angelita (maria.angelita@live.com)

RE: Xetás e Grupo de Trabalho: confirmação de conversa no PCA 29/11/2012

De: Maria Angelita (maria.angelita@live.com)

Enviada: quinta-feira, 29 de novembro de 2012 09:57:27

Para: robson Umuarama mpf (robsonm@prpr.mpf.gov.br)

- **RE: Xetás e Grupo de Trabalho: Entrevista RPCTV sobre o Rio Ivaí com Claudemir Xetá**

De: Maria Angelita (maria.angelita@live.com)

Enviada: quarta-feira, 5 de dezembro de 2012 04:33:09

Para: Ben Canadá (powless@gmail.com); Zé Nilton Capixaba (alairgp@gmail.com); Zé Nilton Capixaba (zeniltonsjs@hotmail.com)

- RE: Xetás e Grupo de Trabalho: Confirmação Reunião dia 24 de Janeiro de 2013

De: Natanne Oliva Roman Miiler (estag9-1ofumu@prpr.mpf.gov.br) Este remetente está na [lista de contatos](#).

Enviada: quarta-feira, 16 de janeiro de 2013 17:26:39

Para: Maria Angelita Angelita (maria.angelita@live.com)

De: Maria Angelita (maria.angelita@live.com)

Enviada: quinta-feira, 17 de janeiro de 2013 20:41:58

Para: estag9-1ofumu@prpr.mpf.gov.br (estag9-1ofumu@prpr.mpf.gov.br)

RE: Xetás e Grupo de Trabalho: GAPIN e a reunião do dia 24/01/2013

De: Maria Angelita (maria.angelita@live.com)

Enviada: terça-feira, 22 de janeiro de 2013 20:52:54

Para: gapinsm@yahoo.com.br (gapinsm@yahoo.com.br); Maria Angelita (maria.angelita@live.com)

RE: Xetás e Grupo de Trabalho: Telefonemas ao povo Xetá e articulação política para reunião do dia 24/0/2013

De: Maria Angelita (maria.angelita@live.com) Enviada: quarta-feira,

23 de janeiro de 2013 02:07:02

Para: Verônica Müller (veremuller@gmail.com)

RE: Xetás e Grupo de Trabalho: correspondência do MPF

De: marcella cassula (marcellacassula@hotmail.com) Este remetente está na [lista de contatos](#).

Enviada: quarta-feira, 28 de novembro de 2012 19:30:52

Para: maria.angelita@live.com

RE: Xetás e Grupo de Trabalho: Fw: Memória de Reunião_TI
Xetá_24 janeiro

De: Robertson Fonseca de Azevedo (rfazevedo@mp.pr.gov.br) Este remetente está na [lista de contatos](#).

Enviada: quarta-feira, 13 de fevereiro de 2013 21:29:51

Para: Maria Angelita Angelita (maria.angelita@live.com)

ANEXO G – Lista de Correspondências e Ofícios. Da página 205 a 218.**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL***Procuradoria da República no Estado do Paraná**Procuradoria da República no Município de Umuarama*

Rua Dr. Rui Ferraz de Carvalho, 4322, Zona I - Umuarama/PR - CEP: 87501-250
Fone/Fax: (0xx44) 3621-0800 - email: mpf-umuarama@prpr.mpf.gov.br

CÓPIA**PORTARIA PA N.º 38/2012**

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 129, incisos II, III e V, dispõe ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia e promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos e defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas, respectivamente;

Considerando que a Lei Complementar nº 75/93, em seu artigo 5º, III, alínea “e” dispõe ser função institucional do Ministério Público da União a defesa dos direitos e interesses coletivos, especialmente das comunidades indígenas, da família, da criança, do adolescente e do idoso;

Considerando que é atribuição da Fundação Nacional do Índio - FUNAI proteger e promover os direitos dos povos indígenas bem como, o reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas (Decreto 7.778/2012);

Considerando que os Xetás são habitantes originais do noroeste paranaense, território tradicional conhecido como Serra dos Dourados, principalmente no espaço compreendido ao longo do rio Ivaí


MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Paraná
Procuradoria da República no Município de Umuarama

 Rua Dr. Rui Ferraz de Carvalho, 4322, Centro - Umuarama/PR - CEP: 87501-250
 Fone/Fax: (0xx44) 3621-0800 - e-mail: mpf-umuarama@prpr.mpf.gov.br

(margem esquerda até a sua foz no rio Paraná) e seus afluentes, o rio Indoivai, o córrego Duzentos e Quinze (onde foram localizadas várias de suas aldeias), o rio das Antas, o do Veado, o Tiradentes e o córrego Maravilha; espaços onde hoje estão localizados algumas cidades como Umuarama, Cruzeiro do Oeste, Icaraíma, Douradina e outros Municípios.

Considerando que na década de 1940, no noroeste do Paraná, frentes de colonização cafeeira invadiram o território Xetá, onde estimasse que 450 indígenas foram mortos drasticamente por intoxicação alimentar, envenenamento, doenças e assassinatos. Bem como, no final dos anos 50, estavam praticamente exterminados. E em 1999 restavam apenas oito sobreviventes, que atualmente, vivem dispersos nos estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo. Ademais, conforme relatado por Fernanda Maranhão, do Departamento de Antropologia do Museu Paranaense¹ *XETÁ Desde o final do século XIX, já existiam relatos sobre a presença de índios no centro sul do Paraná, denominados Xetá. Este grupo indígena pertencente ao tronco linguístico Tupi-Guarani, foi oficialmente contatado na década de 1950, pelo Serviço de Proteção aos Índios, atual FUNAI, na região da serra dos Dourados no noroeste do Paraná. Diversas expedições organizadas pela Universidade do Paraná e pelo SPI, chefiadas pelo antropólogo José Loureiro Fernandes entraram em contato com 60 indivíduos de um grupo maior de 200 pessoas, quando foram realizados estudos linguísticos e da cultura material Xetá. O cineasta tcheco Vladimír Kozák efetuou registros destes índios através de filmes, fotografias e desenhos, os quais constituem acervo do Museu Paranaense. Considerado à época do contato como um povo que vivia somente da caça e coleta, estudos mais recentes constataram que a situação dos Xetá naquele momento, justificava-se pelos constantes deslocamentos do grupo provocados pela expansão cafeeira. Da mesma forma, na mitologia Xetá aparecem indícios de que no passado estes índios conheciam o milho e a agricultura. Vítimas do extermínio gerado pela expansão cafeeira, os seis remanescentes Xetá e seus descendentes anseiam por reunirem-se novamente em uma terra só deles. De acordo com a Fundação Nacional do Índio, a Terra Indígena Xetá encontra-se atualmente em processo de demarcação pelo governo federal.*

¹ <http://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=68>

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Procuradoria da República no Estado do Paraná

Procuradoria da República no Município de Umuarama

Rua Dr. Rui Ferraz de Carvalho, 4322, Centro - Umuarama/PR - CEP: 87501-250
Fone/Fax: (0xx44) 3621-0800 - email: mpf-umuarama@prpr.mpf.gov.br

Considerando que atualmente existem cerca de 80 descendentes Xetás, divididos em 20 famílias, e que por conseguinte têm a necessidade da continuidade da manutenção da sua tradição linguística, dos seus costumes, da sua cultura e do seu território tradicional, tal como observado pela Constituição Federal.

Considerando que tal etnia indígena Xetá foi reconhecida inclusive pelo ex-Presidente da República, Janio Quadros, através do Decreto n.º 50.665, de 30 de Maio de 1961 (que criou o Parque Nacional de Sete Quedas), que asseverou *CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade de resguardar-se a posse das terras ocupadas pelos índios Xetas e de outras tribos que habitam a região, na forma do que preceitua o art. 216 da Constituição Federal;*

Considerando que a República Federativa do Brasil, através do Decreto n.º 5.051, de 19 de Abril de 2004, promulgou a Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, sendo que no item 1 do Artigo 7º há dicção de que *Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições, e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente.*

Considerando que a União, conforme a CF, é a proprietária das terras indígenas, inclusive eventual terra a ser demarcada pela FUNAI;

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL***Procuradoria da República no Estado do Paraná**Procuradoria da República no Município de Umuarama*

Rua Dr. Rui Ferraz de Carvalho, 4322, Centro - Umuarama/PR - CEP: 87501-250
Fone/Fax: (0xx44) 3621-0800 - email: mpf-umuarama@prpr.mpf.gov.br

Considerando que o Estado do Paraná deve manter educação preconizada Xetá aos indígenas remanescentes, velando pela manutenção da cultura de seu povo;

Considerando que o desagrupamento dos índios Xetá prejudica seriamente eventual manutenção das tradições e costumes indígenas, operada pelo fato da cisão dos seus componentes;

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República infra-assinado, no uso de suas atribuições legais, resolve instaurar este Procedimento Administrativo no escopo de apurar e fiscalizar a assistência prestada aos remanescentes de índios Xetás, outrora sediados no Distrito de Serra dos Dourados, Município de Umuarama/PR, bem como exigir o resgate da tradição linguística Xetá, os costumes e a manutenção cultura, tradições e do seu território tradicional.

Juntem-se as cópias em anexo, para formação do PA.

ANTE O EXPOSTO, determino a autuação desta Portaria, como procedimento administrativo, vinculando-o a este signatário, nos termos no Parágrafo I, do artigo 4º da Resolução do CSMPPF nº 87, de Abril de 2010, vinculando-o à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão – CCR, em Brasília - DF.

Neste ínterim, precipuamente, oficie à FUNAI e à Secretaria de Estado da Educação. Oficiem-se.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Paraná
Procuradoria da República no Município de Umuarama

Rua Dr. Rui Ferraz de Carvalho, 4322, Centro - Umuarama/PR - CEP: 87501-250
Fone/Fax: (0xx44) 3621-0800 - e-mail: mpf-umuarama@prpr.mpf.gov.br

De outro viés, mister o empenho para formar-se um grupo de trabalho no escopo de unir esforços para a manutenção da cultura e tradição Xetá. Deveras, é cediço que o Exmo. Promotor de Justiça do MPPR, Dr. Robertson já atuou em tal segmento e possui amplo conhecimento acerca da comunidade Xetá. Por sua vez, a antropóloga Luciana, do MPF/Londrina, também é estudiosa do assunto. Neste ínterim, oficiem-se, solicitando eventuais trabalhos/materiais que possuam em face dos índios Xetá, com a finalidade de agrupar esforços neste Procedimento Administrativo, solicitando, ademais, o agendamento de uma reunião, em Maringá/PR, para início dos trabalhos.

Com tais Ofícios remetam-se cópias desta Portaria de instauração de PA.

Após, com as respostas, voltem-me conclusos para as devidas providências.

Umuarama (PR), 20 de Agosto de 2012

ROBSON MARTINS
Procurador da República

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL***Procuradoria da República no Estado do Paraná***Procuradoria da República no Município de Umuarama**

Rua Dr. Rui Ferraz de Carvalho, 4322, Zona I - Umuarama/PR - CEP: 87501-250
Fone: (0xx44) 3621-0800 – Fax: (0xx44) 3621-0812 - email: mpf-umuarama@prpr.mpf.gov.br

OFÍCIO n.º 829/2012-MPF/UMR**Umuarama (PR), 28 de Agosto de 2012**

A Sua Senhoria a Senhora
MARIA ANGELITA DA SILVA
Universidade Estadual de Maringá
Av. Colombo, 5790, Bloco G-45 – TULHA
CEP 87.020-900 – MARINGÁ/PR

Ref: Procedimento Administrativo n.º 1.25.009.000229/2012-81

Ilustríssima Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, com o fundamento no artigo 129, VI, da Constituição da República, e artigo 8º, VII, da Lei Complementar nº 75/93, venho respeitosamente até a presença da Vossa Senhoria, encaminhar cópia desta Portaria de Instauração de Procedimento Administrativo neste MPF de Umuarama/PR, bem como envidar empenho para formar-se um grupo de trabalho no escopo de unir esforços para a manutenção da cultura, costumes e tradição Xetá.

Como Vossa Senhoria é ampla conhecedora do tema, solicitam-se eventuais trabalhos/materiais que possua em face dos índios Xetá para envio a esta Procuradoria da República e também solicita-se o agendamento de uma reunião, em Maringá/PR, para início dos trabalhos, já que tal grupo indígena precisa urgentemente de resgatar seus costumes, educação, cultura, tradição e território tradicional, em face dos poucos remanescentes dos índios Xetá, sediados até a década de 1950 no Distrito de

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL***Procuradoria da República no Estado do Paraná***Procuradoria da República no Município de Umuarama**

Rua Dr. Rui Ferraz de Carvalho, 4322, Centro - Umuarama/PR - CEP: 87501-250
Fone/Fax: (0xx44) 3621-0800 - email: mpf-umuarama@prpr.mpf.gov.br

Serra dos Dourados, Município de Umuarama/PR e que nos dias de hoje estão espalhados pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo.

Atenciosamente,

ROBSON MARTINS
Procurador da República

Maringá (PR), 19 de setembro de 2012.

Ref: Resposta a solicitação de eventuais trabalhos/materiais sobre indígenas Xetá e agendamento de reunião em Maringá PR.

Excelentíssimo Senhor,

Cumprimentando também cordialmente Vossa Excelência, agradecemos o honroso convite, torcendo que a instauração de tal Procedimento Administrativo possa enfim significar grande empenho e esforços para a manutenção da cultura, costumes e tradição Xetá através da **formação do grupo de trabalho** mencionado em ofício Nº 829/2012-MPF/UMR.

Neste sentido, como antes havíamos nos disposto a promover por Vossa solicitação reunião agendada em Maringá, no PCA/UEM dia 10 de agosto de 2012, quando por motivo de força maior Vossa Excelência não pode comparecer, mantemo-nos dispostas a colaborar; no entanto a universidade no momento está em **GREVE**, não havendo possibilidade de agendamento na instituição por tempo indeterminado.

Sobre a solicitação de eventuais trabalhos/materiais, dia 30 de julho de 2012, o Exmo. Promotor da Justiça do MPPR, Dr. Robertson, levou a Umuarama, a essa Procuradoria, os materiais que dispúnhamos até o momento, nesses dois anos de trabalho e pesquisa bibliográfica. Estando a pesquisa em andamento ainda, colocamo-nos à disposição para potencializar o empreendimento proposto com aqueles materiais em contatos que eventualmente iremos recolhendo na trajetória de investigação.

Aproveitamos para convidar Vossa Excelência para nossa defesa de dissertação, em dia ainda a ser designado.

Atenciosamente,

Maria Angelita da Silva.

Ao Exmo. Senhor
Robson Martins
Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Paraná
Procuradoria da República no Município de Umuarama.

Maringá (PR), 19 de setembro de 2012.

Ref: Resposta a solicitação de eventuais trabalhos/materiais sobre indígenas Xetá e agendamento de reunião em Maringá PR.

Excelentíssimo Senhor,

Cumprimentando também cordialmente Vossa Excelência, agradecemos o honroso convite, torcendo que a instauração de tal Procedimento Administrativo possa enfim significar grande empenho e esforços para a manutenção da cultura, costumes e tradição Xetá através da **formação do grupo de trabalho** mencionado em ofício N° 829/2012-MPF/UMR.

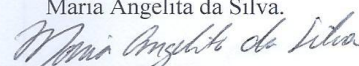
Neste sentido, como antes havíamos nos disposto a promover por Vossa solicitação reunião agendada em Maringá, no PCA/UEM dia 10 de agosto de 2012, quando por motivo de força maior Vossa Excelência não pode comparecer, mantemo-nos dispostas a colaborar; no entanto a universidade no momento está em **GREVE**, não havendo possibilidade de agendamento na instituição por tempo indeterminado.

Sobre a solicitação de eventuais trabalhos/materiais, dia 30 de julho de 2012, o Exmo. Promotor da Justiça do MPPR, Dr. Robertson, levou a Umuarama, a essa Procuradoria, os materiais que dispúnhamos até o momento, nesses dois anos de trabalho e pesquisa bibliográfica. Estando a pesquisa em andamento ainda, colocamo-nos à disposição para potencializar o empreendimento proposto com aqueles materiais em contatos que eventualmente iremos recolhendo na trajetória de investigação.

Aproveitamos para convidar Vossa Excelência para nossa defesa de dissertação, em dia ainda a ser designado.

Atenciosamente,

Maria Angelita da Silva.



Ao Exmo. Senhor
Robson Martins
Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Paraná
Procuradoria da República no Município de Umuarama.

Ao Exmo. Senhor
Robson Martins
Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Paraná
Procuradoria da República no Município de Umuarama.

Maringá (PR), 01 de outubro de 2012.

Ref: Resposta a solicitação de eventuais trabalhos/materiais sobre indígenas Xetá e agendamento de reunião em Maringá PR.

Excelentíssimo Senhor,

Pelo presente solicitamos vossa presença em reunião programada para entre os dias 12 a 14/11/12, na Terra Indígena de São Jerônimo, município de São Jerônimo da Serra, onde reside a maior parte da comunidade remanescente Xetá, em território Kaingang, submetida ainda às autoridades locais Guarani.

A possibilidade de contato entre a comunidade e agente do Ministério Público Federal com atribuições sobre área onde é seu território tradicional, representa para o grupo a possibilidade concreta de organização visando à restauração de seus direitos constitucionais e humanos de exercício da própria cultura no território de origem.

A visita possibilitará vossa avaliação pessoal sobre a atual situação da comunidade, mediante conversa e contato próximo com seus integrantes. Vossa presença, por outro lado, será fato importantíssimo na presente história Xetá, em momento em que ativamente procuram resgatar seu patrimônio cultural.

Entendemos que a oportunidade que se apresenta é de fundamental importância para a comunidade em questão, de acordo com nossas interlocuções com a mesma, decorrentes de nossa dissertação de mestrado sobre a infância Xetá.

Atenciosamente,
Maria Angelita da Silva

Ao Exmo. Senhor
Robson Martins
Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Paraná
Procuradoria da República no Município de Umuarama.

*Enviado
26/10/2012
MPF.*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Paraná
Procuradoria da República no Município de Umuarama

Rua Dr. Rui Ferraz de Carvalho, 4322, Zona I - Umuarama/PR - CEP: 87501-250
Fone/Fax: (0xx44) 3621-0800 - email: mpf-umuarama@prpr.mpf.gov.br

OFÍCIO n.º 1007/2012-MPF/UMF

Umuarama (PR), 23 de Outubro de 2012

À Sua Senhoria a Senhora
MARIA ANGELITA DA SILVA
Universidade Estadual de Maringá
Av. Colombo, 5790, Bloco G-45 — TULHA
CEP 87.020-900 — MARINGÁ/PR

Ref: Procedimento Administrativo n.º 1.25.009.000229/2012-81

Ilustríssima Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, com o fundamento no artigo 129, VI, da Constituição da República, e artigo 8º, VII, da Lei Complementar nº75/93, venho respeitosamente até a presença da Vossa Senhoria, convidá-la para participar à uma visita juntamente com o signatário aos remanescentes Xetás, os quais estão localizados na comunidade indígena no Município de São Jerônimo da Serra/PR, **que ocorrerá no dia 13 de novembro de 2012, às 10h00m**, para a possível realização de uma avaliação acerca da atual situação dos índios Xetás que residem na comunidade, bem como encontrar subsídios para reestruturação de seus direitos constitucionais e humanos no exercício de sua própria cultura, costumes, tradição, assim como seu território de origem sendo este localizado no Distrito de Serra dos Dourados, Município de Umuarama/PR.

Atenciosamente,

ROBSON MARTINS
Procurador da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Paraná
Procuradoria da República no Município de Umuarama

Rua Dr. Rui Ferraz de Carvalho, 4322, Centro - Umuarama/PR - CEP: 87501-250
Fone/Fax: (0xx44) 3621-0800 - email: mpf-umuarama@prpr.mpf.gov.br

OFÍCIO n.º 1080/2012-MPF/UMR

Umuarama (PR), 5 de Dezembro de 2012

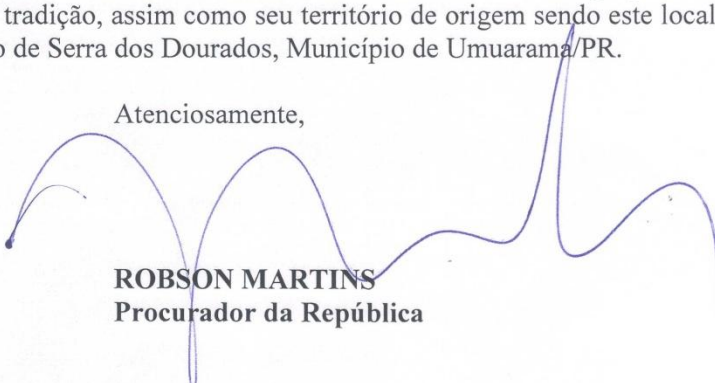
À Sua Senhoria a Senhora
MARIA ANGELITA DA SILVA
Universidade Estadual de Maringá
Av. Colombo, 5790, Bloco G-45 - TULHA
CEP: 87.020-900 – MARINGÁ/PR

Ref: Inquérito Civil n.º 1.25.009.000229/2012-81

Ilustríssima Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, com o fundamento no artigo 129, VI, da Constituição da República, e artigo 8º, VII, da Lei Complementar nº 75/93, venho respeitosamente até a presença da Vossa Senhoria, convidá-la para a realização de uma visita técnica juntamente com o signatário aos remanescentes Xetá, os quais estão localizados na comunidade indígena no Município de São Jerônimo da Serra/PR, **que ocorrerá no dia 11 de dezembro de 2012, às 14h00m,** para a possível realização de uma avaliação acerca da atual situação dos índios Xetás que residem na comunidade, bem como encontrar subsídios para reestruturação de seus direitos constitucionais e humanos no exercício de sua própria cultura, costumes, tradição, assim como seu território de origem sendo este localizado no Distrito de Serra dos Dourados, Município de Umuarama/PR.

Atenciosamente,


ROBSON MARTINS
Procurador da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Paraná
Procuradoria da República no Município de Umuarama

Rua Dr. Rui Ferraz de Carvalho, 4322, Zona I - Umuarama/PR - CEP: 87501-250
Fone/Fax: (0xx44) 3621-0800 - email: mpf-umuarama@prpr.mpf.gov.br

OFÍCIO n.º 1132/2012-MPF/UMR

CÓPIA

Umuarama (PR), 12 de Dezembro de 2012

À Sua Senhoria a Senhora
MARIA ANGELITA DA SILVA
Universidade Estadual de Maringá
Av. Colombo, 5790, Bloco G-45 — TULHA
CEP 87.020-900 — MARINGÁ/PR

**FAVOR DEVOLVER CÓPIA
PROTOCOLIZADA**

Ref: Inquérito Civil n.º 1.25.009.000229/2012-81

Ilustríssima Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, com o fundamento no artigo 129, VI, da Constituição da República, e artigo 8º, VII, da Lei Complementar nº75/93, venho respeitosamente até a presença da Vossa Senhoria, convidá-la para participar de uma reunião na comunidade indígena Xetá no Município de São Jerônimo da Serra/ PR, **que ocorrerá no dia 24 de Janeiro de 2013, às 14h00m, na Escola Estadual Indígena**, para a possível realização de uma avaliação acerca da atual situação dos índios Xetás que residem na comunidade, bem como encontrar subsídios para reestruturação de seus direitos constitucionais e humanos no exercício de sua própria cultura, costumes, tradição, assim como seu território de origem sendo este localizado no Distrito de Serra dos Dourados, Município de Umuarama/PR.

Atenciosamente,

ROBSON MARTINS
Procurador da República

ANEXO H – Documentos do COMITÊ DE ÉTICA e FUNAI.
Da página 219 a 225.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA – PEC



PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS, PESQUISA E
DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – PCA
Av. Colombo, 5790 – Maringá – PR – CEP 87020-900
Fone: (44) 3011-4384 ou 3011-4260 – e-mail: sec.pca@gmail.com

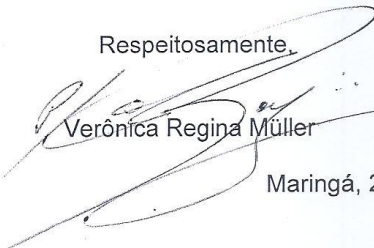
Ao Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos
Prof. Dra. Ieda Harumi Higarashi

Atendendo as orientações do Parecer nº 427/2011 adequamos o protocolo em conformidade às pendências. No que diz respeito à pendência 01 sobre a carta de autorização do coordenador do escritório local da FUNAI – Fundação Nacional do Índio, conforme orientação da CONEP, alteramos os encaminhamentos da pesquisa conforme explicação abaixo, em decorrência da resposta obtida do coordenador regional da FUNAI, Sr. Pedro Possamai ao nos informar que assuntos dessa natureza são deliberado pela AEP- Acessória de Estudos e Pesquisa junto a sede central da FUNAI em Brasília – DF, segue anexo cópia dos documentos.

Nesse sentido, tendo em vista o curto período de tempo do Mestrado, optamos pela alteração dos objetivos da investigação. Suspendemos às viagens as Terras Indígenas e faremos o estudo com fontes pré-existentes (coletadas pelos Laboratório de Documentação Lingüística – LALI / Laboratório de Línguas Indígenas – Instituto de Línguas / UnB – Universidade de Brasília) e PIESP/LAEE – Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações, Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História / UEM – sendo que o primeiro detém fontes sobre os Xetá, desde o ano de 1956 e o segundo, desde o ano de 1996. Sendo assim, solicitamos a dispensa do TCLE.



Respeitosamente,


Verônica Regina Müller

Maringá, 20 de outubro de 2011.

HP LaserJet M1319f MFP

Confirmação de Fax

Trab. Data	Hora	Tipo	Identificação	Duração	Páginas	Resultado
527	09/28/2011 15:11:02	Receber	4933220024	02:35	5	OK

DE : FUNAI

FAX : 49 3322 0024

28 SET. 2011 15:53 Pág. 1



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE CHAPECÓ
Rua Borges de Medeiros, 1453-E, Bairro Presidente Médici - CEP 89.801-161 - Chapecó - SC - Fone 49 33320024

OFÍCIO Nº. 252/GAB/CRC/11.

Chapecó - SC, 20 de Setembro de 2011.

À Sua Senhoria,
Professora Dra. Rosângela Célia Faustino
MD Coordenadora do PPE/UEM
MARINGÁ - PR

Prezada Senhora,

Ao cumprimentá-la cordialmente, reportamo-nos aos Ofícios nº082 e 085/2011-PPE de 29/08/11, os quais solicitam autorização para realização de pesquisas acadêmicas em Terras Indígenas intituladas: A EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA KAINGANG - FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO PROFESSOR INDÍGENA - Mestrando Keros Gustavo Meleski, e CULTURA DA INFÂNCIA XETÁ - O QUE A CRIANÇA XETÁ TEM A DIZER PARA NÓS? - Mestranda Maria Angelita da Silva, esclarecendo que a pesquisa em Terra Indígena está disciplinada pela Instrução Normativa nº 01/PRESI de 29/11/1995 (cópia anexo), ao que solicitamos seja observado o nela disposto.

1. Na oportunidade informamos que assuntos desta natureza são deliberados pela AEP - Assessoria de Estudos e Pesquisa, junto à sede central da FUNAI em Brasília - DF, no seguinte endereço: Fundação Nacional do Índio - FUNAI - SEPS Quadra 702/902 Projeção A, Ed. Lex 70.390-025 - Brasília/DF.

ou pelo telefone (61) 3313.3606, que para agilização das providências junto a esta Fundação, a proposta de pesquisa poderá ser encaminhada diretamente àquela AEP.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos, nos colocando a vossa disposição para outros esclarecimentos.

Atenciosamente,

PEDRO POSSAMAI
Coordenador Regional

DE : FUNAI

FAX : 49 3322 0024

28 SET. 2011 15:53 Pág. 1



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE CHAPECÓ

Rua Borges de Medeiros, 1452-E, Bairro Presidente Médici - CEP 89.801.161 - Chapecó - SC - Fone 49 33220024

OFÍCIO Nº. 252 /GAB/CRC/11.

Chapecó - SC, 20 de Setembro de 2011.

À Sua Senhoria,
Professora Dra. Rosângela Célia Faustino
MD Coordenadora do PPE/UEM
MARINGÁ - PR

Prezada Senhora,

Ao cumprimentá-la cordialmente, reportamo-nos aos Ofícios nº082 e 085/2011-PPE de 29/08/11, os quais solicitam autorização para realização de pesquisas acadêmicas em Terras Indígenas intituladas: A EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA KAINGANG - FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO PROFESSOR INDÍGENA - Mestrando Keros Gustavo Meleski, e CULTURA DA INFÂNCIA XETÁ - O QUE A CRIANÇA XETÁ TEM A DIZER PARA NÓS? - Mestranda Maria Angelita da Silva, esclarecendo que a pesquisa em Terra Indígena está disciplinada pela Instrução Normativa nº 01/PRESI de 29/11/1995 (cópia anexo), ao que solicitamos seja observado o nela disposto.

1. Na oportunidade informamos que assuntos desta natureza são deliberados pela AEP - Assessoria de Estudos e Pesquisa, junto à sede central da FUNAI em Brasília - DF, no seguinte endereço: Fundação Nacional do Índio - FUNAI - SEPS Quadra 702/902 Projeção A, Ed. Lex 70.390-025 - Brasília/DF.

ou pelo telefone (61) 3313.3606, que para agilização das providências junto a esta Fundação, a proposta de pesquisa poderá ser encaminhada diretamente àquela AEP.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos, nos colocando a vossa disposição para outros esclarecimentos.

Atenciosamente.


PEDRO POSSAMAI
Coordenador Regional

DE : FUNAI

FAX : 49 3322 0024

28 SET. 2011 15:53 Pág. 2

Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇAProtocolo nº _____
Data _____
Rubrica _____

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 01/PRESI DE 29/NOVEMBRO/1995

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo estatuto aprovado pelo decreto n.º 564. De 08 de junho de 1992, tendo em vista o que consta do processo FUNAI BsB 2105/92.

RESOLVE

Art. 1º Aprovar as normas que disciplinam o ingresso em Terras Indígenas com finalidade de desenvolver Pesquisa Científica conforme documento em anexo.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revoga-se a Instrução Normativa N.º 001/PRESI/94 de 08 de abril de 1994, como qualquer outro dispositivo em contrário.

ASSINADO NO ORIGINAL

MÁRCIO JOSÉ BRANDO SANTILLI
Presidente da FUNAI



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 001/PRESI

Brasília, 29 de novembro de 1995

Art. 4º Todo e qualquer pesquisador nacional ou estrangeiro que pretenda ingressar em terras indígenas, para desenvolver projeto de pesquisa científica, deverá encaminhar sua solicitação à Presidência da FUNAI, e no caso de requerimento coletivo, deverá ser subscrito por um dos membros do grupo, como seu responsável.

Art. 5º O pesquisador ou pesquisadores deverão anexar ao pedido do que trata o Art. 1º a seguinte documentação:

- I. Carta de apresentação da Instituição a que o pesquisador está vinculado e no caso de estudantes de graduação e pós-graduação, carta de apresentação do orientador responsável;
- II. Projeto de pesquisa, em português, detalhando a(s) terra(s) indígenas na(s) qual(is) pretende ingressar e cronograma;
- III. *Curriculum vitae* do(s) pesquisador(es) redigido em português;
- IV. Cópia autenticada da Carteira de Identidade ou Passaporte, quando se tratar de nacionalidade estrangeira;
- V. Atestado individual de vacina contra moléstia endêmica na área;
- VI. Atestado médico de não portador de moléstia contagiosa;
- VII. Quando se tratar de pesquisador(es) de nacionalidade estrangeira, exigir-se-á para a efetivação de seu ingresso na terra indígena a obtenção de seu respectivo visto temporário, como prevê o artigo 22 do decreto n.º 86.715 de 10 de dezembro de 1981, além do cumprimento do disposto no decreto n.º 98.830 de 15 de janeiro de 1990.

CNPQ
 (01) 32149934
 9724/9227
 4009



Fundação Nacional do Índio
 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Art. 6º O pesquisador deverá encaminhar diretamente ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, o Projeto de Pesquisa e *curriculum vitae*.

Art. 7º A solicitação do ingresso em terra indígena por parte de pesquisadores nacionais ou estrangeiros será objeto de análise pela Coordenadoria Geral de Estudos e Pesquisas – CGEP, uma vez instruído o processo com o parecer favorável do CNPq quanto ao mérito da pesquisa proposta e após ouvidas as lideranças indígenas.

Parágrafo Único – A consulta às lideranças indígenas será realizada pela FUNAI, com a presença e participação do pesquisador, podendo este em caso de resposta positiva permanecer na terra indígena com autorização provisória até a emissão de uma definitiva.

Art. 8º No caso de negativa das lideranças indígenas quanto ao pleito do ingresso ou quaisquer outros entraves levantados no decorrer da análise do processo ou em qualquer outra etapa de desenvolvimento da pesquisa, a CGEP encaminhará a questão ao Conselho Indigenista através da presidência do Órgão.

Art. 9º Quando se tratar de pesquisa em espaço territorial de ocupação tradicional de índios isolados, o pedido será ainda objeto de exame e parecer prévio específico por parte do Departamento de Índios Isolados – DII FUNAI

Art. 10º A presidência da FUNAI poderá suspender qualquer tempo, as autorizações concedidas de acordo com as presentes normas desde que:

- I. seja solicitada a sua interrupção por parte da comunidade indígena em questão;
- II. a pesquisa em desenvolvimento venha a gerar conflitos dentro da terra indígena;
- III. a ocorrência de situações epidêmicas agudas ou conflitos graves envolvendo índios e não-índios.

Parágrafo Único – Fica automaticamente prorrogada a autorização pelo prazo que a terra indígena objeto do Projeto estiver interditada, pelos motivos apontados no Art. 10, inciso III.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Art. 11º - Todos os pesquisadores estrangeiros ou nacionais que tiverem autorizações concedidas para ingresso em terras indígenas, obrigam-se a:

- I. cumprir todos os preceitos legais vigentes, notadamente os previstos na Lei n.º 6001 de 1º.12.73
- II. remeter à FUNAI, relatório dos Trabalhos de campo, em português, até 6 (seis) meses após o término da pesquisa, onde poderão constar sugestões práticas que possam trazer benefícios para as comunidades indígenas que poderão ser consideradas pela FUNAI nas definições de sua política;
- III. remeter à FUNAI 2 (dois) exemplares de publicações, artigos, teses e outras produções intelectuais oriundas das referidas pesquisas.

Art. 12º - Nos casos de solicitação de prorrogação do prazo para continuidade do projeto de pesquisa científica na mesma terra indígena, caberá a Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas - CGEP, os seguintes procedimentos:

- I. notificar junto ao setor competente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, a solicitação;
- II. consultar as lideranças quanto ao retorno do pesquisador na terra indígena;
- III. observar o cumprimento do Art. 8º por parte do pesquisador interessado

ANEXO I – Declaração de autorização de uso de fontes documentais para a realização da pesquisa.



**PROGRAMA INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS DE
POPULAÇÕES Laboratório de Arqueologia Etnologia e Etno-história**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
Av. Colombo, 5790, Bloco G-45, CEP 87020-900 – Maringá – PR
Fone 044 30114670 www.uem.br/~lac – lab-lace@uem.br

DECLARAÇÃO

Na qualidade de responsável pelo Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações – Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História, **AUTORIZO** o uso de equipamentos eletrônicos, computadores, veículos e fontes documentais para a realização da pesquisa intitulada “Cultura da Infância Xetá: O que a criança Xetá tem para dizer para nós?”, a ser conduzida sob responsabilidade dos pesquisadores Verônica Regina Müller e Maria Angelita da Silva, e **DECLARO** que este laboratório apresenta a infra-estrutura necessária à realização da referida pesquisa.

Maringá, 21 de novembro de 2011

Dra. Rosângela Célia Faustino
Coordenadora do PIESP-LAEE.

ANEXO J – Ofícios Convite da IX Semana da Criança Cidadã Da página 227 a 229.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA – PEC



PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS, PESQUISA E
DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – PCA
Av. Colombo, 5790 – Maringá – PR – CEP 87020-900
Fone: (44) 3011-4384 ou 3011-4260 – e-mail: sec.pca@gmail.com

Ofício Convite n.º 014/2011-UEM/PEC/PCA

Maringá, 18 de agosto de 2011.

Prezado (a) Senhor (a):

O Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente – PCA, convida o estudante **WILIAN WITIZMANN** para proferir palestra – “*Memórias da infância Xetá: três anos, três narrativas, três gerações*”, na IX Semana Criança Cidadã – de 26 a 28/09/2011. A palestra será no dia **27/09/2011**, às **19h30min**, no **bloco B-33**, da Universidade Estadual de Maringá-PR.

Solicitamos que o estudante seja liberado das aulas para que possa atender o convite do PCA/UEM.

Respeitosamente,


Prof. Dr. Verônica Regina Müller
Coordenadora do Programa

Ciente:


Leila Ap.ª Barion de Paula
RG 3.099/988-6
Coord. Pedagógica

26/09/2011

Ilmo (a). Sr (a).

-
Diretor (a) do Colégio Estadual Professor Paulo Alberto Tomazinho - CEPPAT
Umuarama-PR



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA – PEC



PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS, PESQUISA E
DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – PCA
Av. Colombo, 5790 – Maringá – PR – CEP 87020-900
Fone: (44) 3011-4384 ou 3011-4260 – e-mail: sec.pca@gmail.com

Ofício n.º 018/2011-UEM/PEC/PCA

Maringá, 20 de setembro de 2011.

Prezado (a) Senhor (a)

O Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente – PCA, juntamente com a Comissão Organizadora, convida **Dr. JOÃO AKIRA OMOTO** para participar na IX Semana Criança Cidadã – de 26 a 28/09/2011, particularmente no dia 27/09 na abordagem do tema “A etnia e a infância Xetá”, ocasião na qual poderemos escutar o povo Xetá da terra indígena São Jerônimo da Serra.

Atenciosamente,



Profª. Dra. Verônica Regina Müller
Coordenadora do Programa

Ào
Dr. JOÃO AKIRA OMOTO
Procurador da República
Londrina – PR



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA – PEC



PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS, PESQUISA E
DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – PCA

Av. Colombo, 5790 – Maringá – PR – CEP 87020-900
Fone: (44) 3011-4384 ou 3011-4260 – e-mail: sec.pca@gmail.com

Ofício n.º 018/2011-UEM/PEC/PCA

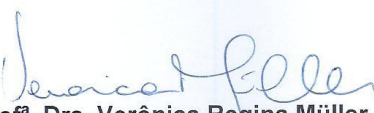
Maringá, 20 de setembro de 2011.

Prezado (a) Senhor (a)

O Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente – PCA, juntamente com a Comissão Organizadora, convida **LUCIANA MARIA DE MOURA RAMOS** para participar na IX Semana Criança Cidadã – de 26 a 28/09/2011, particularmente no dia 27/09 na abordagem do tema “A etnia e a infância Xetá”, ocasião na qual poderemos escutar o povo Xetá da terra indígena São Jerônimo da Serra.

Atenciosamente,




Profª. Dra. Verônica Regina Müller
Coordenadora do Programa

À
LUCIANA MARIA DE MOURA RAMOS
Analista Pericial em Antropologia
Ministério Público Federal – Londrina – PR

ANEXO K – Ata da reunião do dia 29/11/2012.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Ata de reunião de trabalho, questão indígena no Noroeste do Paraná.

No dia 28 de novembro de 2012, em Maringá-PR, nas dependências do PCA – Programa Multidisciplinar de Pesquisa, Estudo e Direitos da Criança e do Adolescente, UEM e posteriormente na sala da 3ª Promotoria de Justiça de Maringá, foram desenvolvidas conversas referentes às questões dos índios Xetá, para instalação definitiva de um grupo de trabalho com esta temática, tendo sido definidas como metas imediatas: a contagem dos índios Xetá, assim autodeclarados; o desenvolvimento de pesquisa sobre a lei do ICMS Indígena Estadual; a criação de uma rede de promoção dos interesses indígenas no Paraná, envolvendo entidades e pessoas que possam contribuir com a questão indígena; o desenvolvimento de iniciativas para o estabelecimento de políticas públicas que possam incrementar as condições sócio econômicas das áreas vizinhas ao território remanescente Xetá a ser eventualmente delimitado; a criação de um espaço virtual para arquivamento de estudos e material referente à memória Xetá, entre outras.

Foram também discutidas questões referentes ao aproveitamento hidrelétrico dos rios Ivaí e Piquiri, com notícias sobre o início de procedimento de tombamento do salto Paiquerê (no rio Goioerê) e, por extensão, do Apertados do rio Piquiri, pela Secretaria de Estado da Cultura bem outras questões associadas a este assunto.

Maringá, 29 de novembro de 2012.

Maria Angelita da Silva

PCA

Robson Martins

MPF

Robertson F. Azevedo

MPPR

ANEXO L -Imagens da Primeira reunião do MPF, PCA e FUNAI com o Povo Xetá – 13/11/2012 Da página 231 a 236.



Acervo MPF – portal da cidade onde se encontra a terra Indígena São Jerônimo.



Acervo PCA – Procurador da República conversando com CLA.



Acervo PCA – Representante da FUNAI



Acervo PCA – Adolescente Xetá com câmera do PCA registrando a Reunião.



Acervo PCA



Acervo MPF

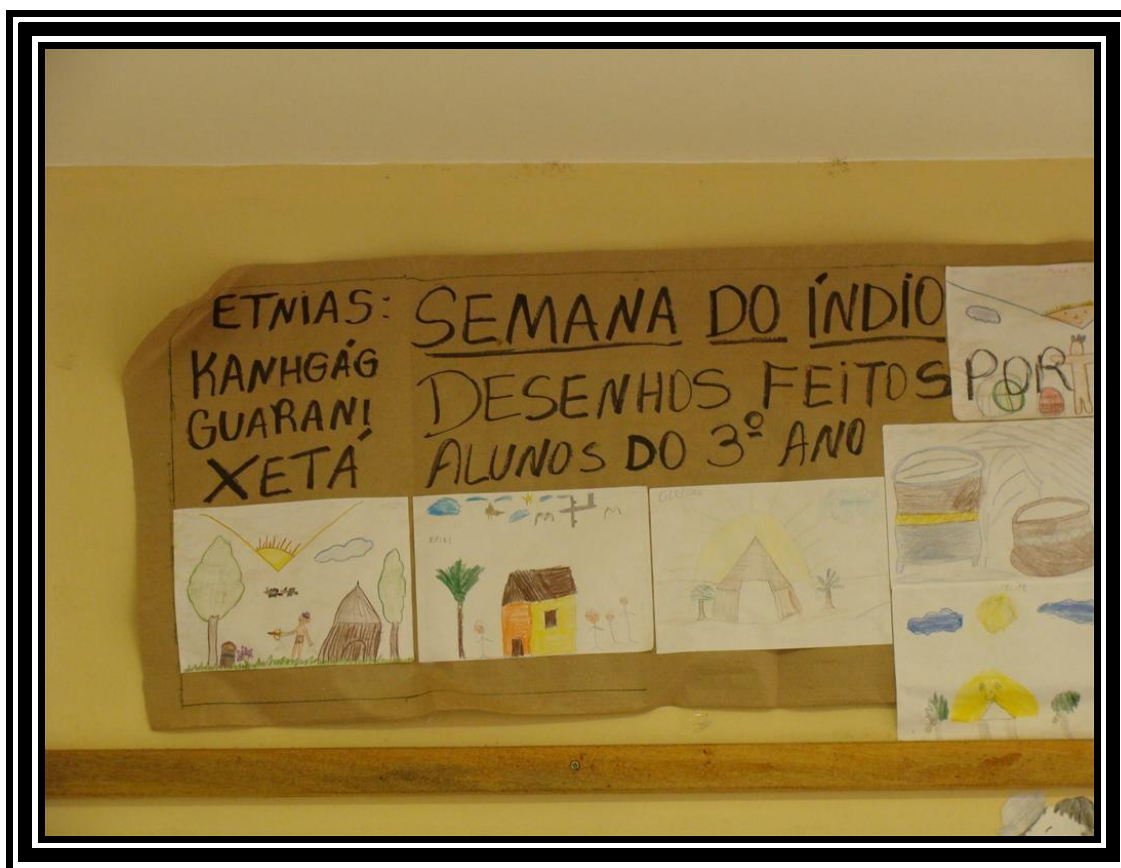




Acervo MPF



Acervo MPF



Acervo MPF

ANEXO M – Cópia de resposta ao MPF do convite a participar da reunião com a FUNAI de Brasília na TI de São Jerônimo – **24 de janeiro de 2013** e os telefonemas sobre Reunião do dia **11 de dezembro de 2012** que não participamos. **Da página 237 a 240.**

De: **Natanne Oliva Roman Miiller** (estag9-1ofumu@prpr.mpf.gov.br) Este remetente está na lista de contatos.

Enviada: quarta-feira, 16 de janeiro de 2013 17:26:39

Para: **Maria Angelita Angelita** (maria.angelita@live.com)

Boa Tarde, Angelita

Espero que o seu final de ano tenha sido maravilho, pois agora voltamos com todo gás. Enviamos um ofício para você a respeito da reunião do dia 24 de Janeiro de 2013, às 14h00m que ocorrerá em São Jerônimo da Serra. Nela estará presentes alguns representantes das questões territoriais da FUNAI de BRASÍLIA.

Gostaria de confirmar sua presença ou não na reunião..

Um abraço

Att.

Natanne Miiller

• RE: Confirmação Reunião dia 24 de Janeiro de 2013

From: maria.angelita@live.com

To: estag9-1ofumu@prpr.mpf.gov.br

Subject: RE: Confirmação Reunião dia 24 de Janeiro de 2013

Date: Thu, 17 Jan 2013 20:41:58 +0100

Boa tarde, Natanne

[...]

Esse ofício foi para UEM? Pois ainda estamos de “férias”, de qualquer maneira agradeço a lembrança. E a reunião de dezembro que não pude comparecer, ocorreu com sucesso? O povo Xetá comemorou o fato do pessoal da FUNAI de Brasília agendar visita? Quais foram as impressões que Dr. Robson e o povo Xetá tiveram desse encontro? E por falar nele, como ele está? Espero que tenha descansado bastante, pois a luta é árdua e sem tréguas...

Bem, a respeito desse encontro, teríamos pelo menos três itens a compartilhar com vocês:

a. Na ocasião de 13 de novembro, quando o MPF realizou a primeira visita a T.I São Jerônimo, foi-me solicitado, naquele momento, pelo povo Xetá, a presença de Augusto Ope da Silva/ T.I Iraí – RS, para que estivesse presente na próxima reunião agendada pelo Dr. Robson para dia 11 de dezembro último. Na ocasião do dia 29 de novembro de 2012, quando o Dr. Robson esteve aqui na promotoria, eu comentei sobre a possibilidade de trazê-

lo, como parte da articulação que o povo Xetá fizera, para melhor acolher as propostas apresentadas. No entanto, não conseguimos, apesar dos esforços, que ele viesse naquela data agendada para dezembro. Então nossa proposta é que o MPF em parceria, quem sabe, com a FUNAI, unissem esforços para promover a vinda dessa liderança que vem acompanhando a questão Xetá de longa data, além de ser uma liderança política legítima (conhece assuntos relacionados ao Direito Indígena) foram os Xetá mesmo que solicitaram sua presença. Seu celular é xxxxxxxxxxxx

b. Sobre o grupo de trabalho proposto pelo Procurador, o ideal seria agendarmos previamente uma reunião com MPF, UEM: PCA/TULHA, FUNAI e o povo Xetá, para março. Reafirmamos a necessidade de reunirmo-nos e como combinado, disponibilizamos o espaço da universidade para esse empreendimento;

c. Sobre a confirmação da minha presença na data de 24 de janeiro, infelizmente não terei condições de participar, apesar disso, reafirmamos (UEM/PCA) nosso engajamento na manutenção da cultura e tradição Xetá - (ocupação de território tradicional, educação bilíngüe, aposentadoria e demais direitos...). De qualquer maneira, peço que nos mantenha informadas das pautas dos encontros e resoluções parciais (especialmente essas duas datas: 11 de dezembro de 2012 e 24 de janeiro de 2013), para que, mesmo com as dificuldades, ou imprevistos surgidos no caminho, nos mantenhamos em sintonia como grupo de trabalho.

Um abraço grande para você,

Maria Angelita

P.S Saudações ao Dr. Robson e toda sua equipe.

Telefonemas

OBSERVAÇÃO: excluímos os nomes das pessoas para manter seu anonimato

De: **Maria Angelita** (maria.angelita@live.com)

Enviada: quarta-feira, 23 de janeiro de 2013 02:07:02

Para: Verônica Müller (veremuller@gmail.com)

Oi Verônica!

Como combinado, falei com as pessoas:

* -----: Ela lamentou quando a informei que recebi o convite do MPF, mas muito em cima da hora, não tendo possibilidade de me organizar para ir.

Xxxxx disse não ter gostado nada das visitas do MPF. E uma moça de Londrina também foi falar com eles depois, mas sempre no sentido de desesperaná-los e dizer da dificuldade da luta que pode durar mais 20 ou 30 anos, ou que para conquistarem o direito a terra devem ocupar o território Xetá com seus próprios recursos e estratégias...

Xxxxx contestou dizendo para mim que se for esperar mais 20 ou 30 anos os mais velhos morrem e as crianças que sobram não terão traquejo para luta...

Sobre a proposta deles ocuparem o território, como a sugestão que o MPF deu, ela protestou dizendo: " Como? A gente nem tem dinheiro para sair daqui!"

Falei para ela não desistir e recebê-los com carinho, ouvindo muito [...]

* -----: Falei com Xxxxx, em nome do PCA, solicitei filmadora, máquina fotográfica, gravador, tudo para que essa reunião seja documentada. Comentei nossa impossibilidade de estar presente depois de amanhã. Ela demonstrou preocupação com a linguagem técnica dessas autoridades e questionou quem estaria ali para assessorá-los... Então partilhando a preocupação pedi para ela, na medida do possível, orientá-los [...]! Pedir aos jovens e adolescentes Xetá que com seus celulares, quem tiver, registrem também tudo! Lembrei que eles podem adiantar ou atrasar, (pois em 13 de novembro o MPF combinou de manhã as 10:00, e só chegou após o almoço, imagina a desarticulação, todos haviam voltado para suas casas almoçar e muitos deles não retornaram após o almoço). Portanto seria interessante que Xxxxx os informasse disso e junto com eles ficasse o dia todo na escola, nem que comessem pão com carne moída, eu disse a ela. Xxxxx demonstrou compreender bem a situação e só soube dessa reunião hoje pela secretaria de Educação da cidade, enfim...

* -----: Lembrei de nosso encontro no evento de Matinhos UFPR, ano passado e comentei da dificuldade de trazer Augusto, liderança indígena, solicitado pelo povo Xetá para reunião do dia 11/12/2012. Comentei ter pedido ao MPF entrar em contato com Augusto, disse ao Xxxxx de nossas preocupações sobre a articulação política e enviei cópias dos e mails do MPF com a solicitação de que eles ligassem ao seu Augusto. Pediu para que os mantivessem informados...

* -----: Liguei ainda a Xxxxx, que estava trabalhando, pedi para Xxxxx avisá-lo da reunião, ela estava na última, mas não se recordava de que a FUNAI de Brasília estaria aqui, desta vez. Reforcei tudo que disse a Xxxxx e avisei de que Xxxxx, vai preparar recursos áudio visuais para registro do evento do dia 24. Essas reuniões dia de semana também é um problema no sentido que eles são trabalhadores temporários (**bóia frias**) e o Xxxxx, outro Xetá com quem falei, disse que na última reunião também estava trabalhando e não pode participar... Fiz um apelo a Xxxxx para ele pedir ao patrão e ficar nessa reunião, para ouvir atentamente as propostas e depois pensar...

* -----: Liguei para ela e pedi para avisar Xxxxx, elas não estavam sabendo de nada, aproveitei e falei também do Conselho paranaense, ela foi quem no começo, comentou que não via o povo Xetá nos livros didáticos de seus filhos na escola de Umuarama... Depois no face, ela me disse já ter ligado para Xxxxx para saber direito sobre tudo para elas irem, mas iria tentar de novo as 20:00, pois não conseguira falar com ele, eu também tentei essa tarde e não consegui.

[...]

Aliás se você julgar necessário mais intervenções sobre a reunião de 24/01/2013, tiver mais alguma ideia, [...]

Sobre a Tulha, talvez fosse o momento de escrever a carta para eles, o MPF não me respondeu nada, nem acusou recebimento da nossa resposta...

Angelita.

P.s. Fui muito bem recebida no DEF, muito obrigada!

ANEXO N. Memória da Reunião Xetá – 24/01/2013**Da página 241 a 246.**• **Fw: Memória de Reunião_TI Xetá_24 janeiro**

Para ver mensagens relacionadas a esta, [agrupar mensagens por conversa](#).
robertson O Rio (rfazevedo@mp.pr.gov.br)

13/02/2013

Para: Maria Angelita Angelita



De: **Robertson Fonseca de Azevedo** (rfazevedo@mp.pr.gov.br) Este remetente está na [lista de contatos](#).

Enviada: quarta-feira, 13 de fevereiro de 2013 21:29:51

Para: Maria Angelita Angelita (maria.angelita@live.com)

Outlook [Exibição Ativa](#)

1 anexo (1518,3 KB)

**Baixar** ↓[Baixar como zip](#)

----- Mensagem encaminhada -----

Remetente: "Virginia Litwinczik" <virginia.litwinczik@gmail.com>

Data: 13/02/2013 17:50 (31 minutos atrás)

Assunto: Memória de Reunião_TI Xetá_24 janeiro

Para: "Natanne Oliva Roman Miiler" <estag9-1ofumu@prpr.mpf.gov.br>, lummmramos@gmail.com, rfazevedo@mp.pr.gov.br, fnesso@gmail.com, fagundes1966@gmail.com, silvalcarmen@gmail.com, ltmota@uem.br, ceei@seed.pr.gov.br, "Giovana Tempesta" <giovana.tempesta@gmail.com>

Com Cópia: "Daniela Lima" <danielacopid@gmail.com>, "Joelma Cardoso" <jocm16@gmail.com>

Prezados Senhores (as),

Conforme consignado na reunião realizada na TI São Jerônimo da Serra, estado do Paraná, no dia 24 de janeiro de 2013, em que estiveram presentes os Xetá que moram nessa terra indígena, servidores da Funai sede de da CTL Guaíra, o Procurador da República Robson Matins, representantes da Secretaria Estadual de Educação, antropóloga do MPF Londrina, Promotor de Justiça de Maringá, Diretora da Escola Estadual Indígena C. Koféj, professores da área de estudos de populações da UEM e os caciques Cléber Lourenço da Silva Guarani e João Cândido Kaingang, segue anexo o documento "Relatório de Viagem - ITE nº. 403/DPT de 21 de dezembro de 2012", que contém memória da referida reunião.

Ficamos à disposição para quaisquer informações que se façam necessárias

Virginia Litwinczik

CGID/DPT
3313-3718



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Diretoria de Proteção Territorial-DPT
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação-CGID
SEPS Quadra 702/902 - Bloco A - Edifício Lex - 3º Andar
Brasília/DF - 70390-025
Tel.: (61) 3313-3721

Relatório de viagem- ITE n.º 403/DPT de 21 de dezembro de 2012

**23.01.13- reunião na Procuradoria da República em Umuarama/PR, às 15h*

Estavam presentes o procurador do MPF Dr. Robson Martins, a assessora do MPF Natanne, os servidores Ferdinando Nesso Neto (CTL Guaíra), Virginia Litwinczik (CGID/DPT/FUNAI) e Giovana Tempesta (Coordenadora Geral de Identificação e Delimitação). O procurador mostrou os autos do processo n.º 1.25.009.000229/2012-81. Tratamos sobre os encaminhamentos da reunião de 20 de novembro de 2011 e, em seguida, a convite do procurador, fomos percorrer a estrada estadual que corta ao meio a área estudada pelo GT n.º 1230/00, nos municípios de Ivaté e Umuarama.

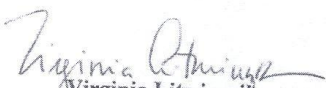
**24.01.13-reunião na TI São Jerônimo, às 14h*

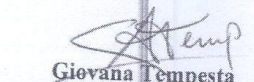
A convite do procurador Robson, estiveram reunidos os indígenas Xetá que moram na TI São Jerônimo, servidores da Funai sede e da CTL Guaíra, representantes da Secretaria Estadual de Educação, antropóloga do MPF Londrina, promotor de justiça de Maringá, diretora da Escola Estadual Indígena C. Koféj, professores da área de estudos de populações da UEM e os caciques Cléber Lourenço da Silva Guarani e João Cândido Kaingang, conforme lista de presença em anexo. O procurador iniciou a reunião anunciando que a pauta consistia na questão da TI Xetá. O professor Lúcio (UEM) entregou ao MPF 3 volumes com vasta documentação sobre os Xetá. Após as apresentações individuais, o cacique Claudemir da Silva Xetá falou sobre a angústia do povo em relação à demora na conclusão do procedimento de identificação e delimitação da TI Herarekã Xetá/PR. Em seguida, Giovana explicou que existe o empenho da DPT/FUNAI em concluir o procedimento com a maior celeridade possível, mas que será necessário fazer algumas complementações e ajustes no relatório circunstanciado de identificação e delimitação (RCID), a fim de atender todas as exigências da legislação. Giovana falou sobre a reestruturação da FUNAI, destacando as mudanças que estão ocorrendo tanto na sede como nas regiões, especialmente a articulação entre proteção e gestão territorial desde a etapa de identificação e delimitação das terras indígenas. Ela esclareceu que a FUNAI não tem dúvida sobre a existência atual do povo Xetá e que a terra desse povo será demarcada; todavia, é necessário contemplar no RCID as linhas

1

CGID/DPT
Recebido em 25/03/13
Sua Oua

gerais de um plano de retorno à terra tradicional, para que os indígenas possam exercer a posse sobre a área em segurança e com possibilidades reais de sustentabilidade. A construção do “plano de vida” será dada no âmbito de oficinas com os Xetá, conduzidas por servidores da CGID. Giovana expôs detalhadamente o processo de demarcação de terras indígenas, a partir do artigo 231 da Constituição Federal vigente e do Decreto 1775/96. Após breve intervalo, Giovana demonstrou a metodologia do levantamento de informações de natureza ambiental para compor um “plano de vida” da terra indígena, e enfatizou que será necessário desenvolver a articulação com outros setores da FUNAI e demais órgãos para implementar esse plano. Por fim, perguntou aos Xetá se eles concordam em construir conjuntamente o plano de vida ao longo do ano de 2013, com a previsão de aprovar a versão final do RCID até dezembro de 2013, ao que os Xetá responderam afirmativamente, acrescentando que será fundamental envolver os Xetá que atualmente moram fora da TI São Jerônimo. Paralelamente ao processo de demarcação da TI Herarekã Xetá, os representantes dos demais órgãos presentes apresentaram a proposta da realização de um conjunto de atividades de apoio cultural aos Xetá, que envolverá necessariamente a DPDS/FUNAI (principalmente CGGAM e CGPDS), e ofereceram apoio à FUNAI, no âmbito de suas capacidades e atribuições institucionais. Giovana saudou a união de esforços entre FUNAI, MPF, Secretaria Estadual de Educação, UEM e demais parceiros do povo Xetá. Todos devidamente esclarecidos, encerrou-se a reunião.


Virginia Litwinczik
Antropóloga/CGID


Giovana Tempesta
Coordenadora Geral

Reunião sobre o procedimento de identificação e delimitação da
Terra Indígena Aterakã Xetá/PR.

TI São Jerônimo, 24 de janeiro de 2013.

NOME	POVO/ÓRGÃO	CONTATO
Giovana A. Tempesta	CGID/DPT/FUNAI	61 3313 3547 / 3721
Virginia Litwinczyc	CGID/DPT/FUNAI	61 9904-9914
Ferdinando Nervo Neto	CTC/Guarani - FUNAI	43 9970/579
ROBERTSON F. DE AZEVEDO	MPPR-MGA	44 3226-2600
ROSSON MARTINS	MPF/UMUA	(44) 8401.2930
Cimara S. Amorelli	SEED/Curitiba	(41) 32436130
DIRECU JOSÉ DE PAULA	SEED/CURITIBA	33401781
Cleber Lourenço da Silva	Caçiquio/Guarani	(41) 3243-6130
Anderson da Silva		(43) 9169-8207
Edilson da Silva		
Jessylen da Silva		
Melvin da Silva Luiz		
Julio Agor da Silva		
Cláudemir do Silva		
José Milton de Lima		> (43) 91822453
Lucio Tadeu Mota	UEM	
Rosângela Celis Zauskins	UEM-	044-30334670
Juliana Gonçalves Proença Gomes (Direção)		044-3019 8981
Andréia Fidenção Marcia		(43) 9163-2575
ATARECIDO DE SAMPAIO	DIREÇÃO - C. Pres.	
Oporenda da Silva	DIREÇÃO - C. Pres.	
Leunice dos Santos Menta	Assistente NRE e Pres.	
Paulo César Falcão Roman	(UEM)	
	SUPERVISOR DE EDIFICAÇÕES - NRE-CP	
	(043) 3520-5116	
	(043) 3520 5125	
	(44) 99196712.	

CGID/DPT
Recebido em 28/03/20
G. S. S. S.

LOT Silva M

Paulo Henrique Costa dos Santos.

Giselle Machado Ribeiro Silva

Maria Jose Camargo

Kelsin da Silva

Giselle Gaimarais Camelo

Leandro da Silva

Zenilda da Silva

Dulcy da Silva

Rosângela da S.C

Vanderleia da Silva

Benedita da Silva

Conceição Pereira Martins

Indira da Silva:

Morcello da Silva =

Jadrielly da Silva.

Cláudio da Silva